

OS CAPITULARES BRACARENSES (1245-1374):  
NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS

**VOLUMES PUBLICADOS**

1

ISABEL MORUJÃO  
CONTRIBUTO PARA UMA BIBLIOGRAFIA CRONOLÓGICA  
DA LITERATURA MONÁSTICA FEMININA PORTUGUESA  
DOS SÉCULOS XVII E XVIII (IMPRESSOS)  
LISBOA 1995

3

Pe. LUÍS DE AZEVEDO MAFRA  
LISBOA NO TEMPO DO CARDEAL CEREJEIRA  
UM TESTEMUNHO  
LISBOA 1997

4

Coord. Maria de Lurdes Rosa e Paulo F. Oliveira Fontes  
ARQUIVÍSTICA E ARQUIVOS RELIGIOSOS:  
CONTRIBUTOS PARA UMA REFLEXÃO  
LISBOA 2000

5

Ana Maria S. A. Rodrigues; João Carlos Taveira Ribeiro;  
Maria Antonieta Moreira da Costa; Maria Justiniana Pinheiro Maciel  
OS CAPITULARES BRACARENSES (1245-1374):  
NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS  
LISBOA 2005

PROPRIEDADE, EDIÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA (UCP)

DIRECÇÃO: MANUEL CLEMENTE

CAPA: XAVIER NUNES  
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia  
DEPÓSITO LEGAL: 233075/05  
ISBN: 972-8361-22-IX

OS CAPITULARES BRACARENSES (1245-1374):  
NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS

ANA MARIA S. A. RODRIGUES; JOÃO CARLOS TAVEIRA RIBEIRO;  
MARIA ANTONIETA MOREIRA DA COSTA; MARIA JUSTINIANA PINHEIRO MACIEL



CENTRO DE ESTUDOS DE HISTÓRIA RELIGIOSA  
UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

LISBOA 2005

## Índice

<b>Apresentação</b> .....	7
<b>Introdução</b> .....	9
<b>Bibliografia</b> .....	21
<b>Dignidades, cónegos, porcionários e clérigos do coro da Sé de Braga (1245-1374): elenco</b> .....	35
<b>Dignidades, cónegos, porcionários e clérigos do coro da Sé de Braga (1245-1374): notícias biográficas</b> .....	49
<b>Índice alfabético das notícias biográficas</b> .....	311

## APRESENTAÇÃO

É com alegria que o Centro de Estudos de História Religiosa vê agora publicado mais um volume da sua colecção “Fontes e Subsídios”: *Os capitulares bracarense (1245-1374). Notícias biográficas*. Esta é uma excelente oportunidade de dar continuidade a uma colecção que procura contribuir para o estudo da História religiosa portuguesa através da publicação de fontes e instrumentos de trabalho úteis aos investigadores.

Estamos perante um importante contributo para a História do clero catedralício português na Idade Média. A relevância da informação disponibilizada nas cerca de trezentas notícias biográficas permitirá, com efeito, uma compreensão mais aprofundada do Cabido bracarense nos séculos XIII e XIV, bem como a releitura de muitas outras dimensões relativas à história do clero na Idade média.

Cumpre-nos também sublinhar o facto de estarmos perante uma área relativamente nova dos estudos medievais em Portugal que beneficiando do percurso realizado noutros países, como a França ou a Inglaterra, não nos dispensa de uma reflexão própria e de critérios e metodologias adequados à realidade portuguesa, como a presente obra bem evidencia.

Devemos alegrar-nos ainda com o facto de se tratar de um trabalho de equipa que congrega colegas de outras universidades e instituições, com quem temos vindo a colaborar há já alguns anos nas diversas dinâmicas do CEHR, nomeadamente em projectos de investigação. Este é o caso do projecto *Fasti Ecclesiae Portugaliae. Prosopografia do clero catedralício português (1071-1335)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia,

que desde 2002 se desenvolve no Centro de Estudos de História Religiosa por uma equipa de âmbito nacional, da qual fazem parte alguns dos autores do presente volume. Esta obra aparece, aliás, como “indicador científico” do referido projecto de investigação ao mesmo tempo que recolhe dados do trabalho realizado no contexto de um projecto anterior, levado a cabo na Universidade do Minho, como é referido na introdução do volume.

Resta-nos agradecer às instituições que apoiaram a presente publicação e fazer votos que a esta obra se possam seguir muitas outras de igual interesse para a História religiosa.

*Ana Maria C. M. Jorge*

## INTRODUÇÃO

A obra que hoje se apresenta é uma parte do resultado do trabalho realizado no decurso de dois projectos de investigação financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Um, denominado *O Poder Económico, Social e Político do Cabido da Sé de Braga em Finais da Idade Média (sécs. XIII-XVI)*, encontra-se concluído, tendo decorrido, formalmente, entre 1997 e 1999<sup>1</sup>. O outro, intitulado *Fasti Ecclesiae Portugaliae. Prosopografia do clero catedralício português (1071-1325)*, iniciado em 2002, estender-se-á até 2006<sup>2</sup>. Ambos têm em comum o objectivo de realizar uma base de dados prosopográfica do clero catedralício – exclusivamente da diocese de Braga, no caso do primeiro, de todas as dioceses do país, no do segundo – permitindo a análise multidimensional dos dados recolhidos<sup>3</sup> e, consequentemente, o estudo aprofundado dessa elite eclesiástica.

---

<sup>1</sup> A sua apresentação foi feita por Ana Maria S. A. Rodrigues, «O poder económico, social e político do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (séculos XIII-XVI). Um projecto de investigação», *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. X, 1998, pp. 335-345.

<sup>2</sup> Ele foi apresentado por Ana Maria C. M. Jorge, «Fasti Ecclesiae Portugaliae: Prosopografia do Clero Catedralício Português (1071-1325)», *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. XIII-XIV, 2001-2002, pp. 665-666. Neste projecto, por motivo da cronologia adoptada, não participa um dos autores da presente obra, João Carlos Taveira Ribeiro.

<sup>3</sup> Sobre as características destas bases de dados, cf. Ana Maria S. A. Rodrigues, «Para uma prosopografia dos cónegos de Braga», in Filipe Themudo Barata (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri-CIDEHUS, 2001, pp. 141-168 e Ana Maria Jorge, Ana Maria S. A. Rodrigues, Hermínia V. Vilar, Pedro Henriques e Sandra Lopes, «Construção e Exploração de uma Base de Dados Prosopográfica Normalizada do Clero Catedralício Português na Idade Média», in *SIA2D'04 – Sistemas Informáticos para Análise de Dados Demográficos*, Cadernos NEPS nº 5, Guimarães, 2004, pp. 49-67.

Contudo, para além da referida base de dados, formada por fichas de tipo prosopográfico, o primeiro desses projectos produziu também um conjunto de notícias biográficas dos membros do Cabido de Braga e seus auxiliares, entre 1245 e 1374, apensas às dissertações em que foram estudadas a estrutura, composição, funções e projecção social e política do referido Cabido<sup>4</sup>. Contendo mais informações do que as recolhidas nas fichas para fins de análise estatística e redigidas de modo tradicional, ou seja, sob uma forma narrativa embora sujeita a um esquema, pareceu-nos que valeria a pena publicá-las em conjunto, pois poderiam interessar a um público mais vasto do que o exclusivamente académico. Um público cuja curiosidade pelos homens do passado reside naquilo que eles tinham de individual, de particular, de semelhante e de diferente em relação aos homens de hoje, e não na sua condição de membros de um grupo social. Esperamos não frustrar as expectativas de um e de outro.

\*\*\*

Numa obra com diversos autores, é importante identificar o que cabe a cada um. Foram o João, a Antonieta e a Justiniana que, no âmbito das suas respectivas dissertações de Mestrado, como já dissemos, efectuaram a investigação, o processamento de dados e a análise que permitiu a redacção da primeira versão das referidas notícias. Nós limitámo-nos a orientar esse trabalho, fornecendo as bases metodológicas, apontando pistas, avaliando os resultados obtidos e fazendo passar as análises elaboradas no crivo da crítica<sup>5</sup>. Em momento posterior, a Antonieta e a Justiniana fundiram as notícias provenientes das três dissertações e nós revimos, unificámos e reelaborámos, quando necessário, o conjunto.

---

<sup>4</sup> João Carlos Taveira Ribeiro, *A Instituição Capitular Bracarense no Século XIV (1325-1374). Organização e relações*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998, Maria Antonieta Moreira da Costa, *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2000 e Maria Justiniana Pinheiro Maciel Lima, *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998.

<sup>5</sup> Nisto, também fomos ajudada pelos colegas que arguiram as dissertações, os Professores Doutores Armando Luís de Carvalho Homem, José Mattoso e Leontina Ventura, a quem, mais uma vez, publicamente agradecemos.

No decorrer da elaboração desta obra, ficámos devedores a um conjunto de pessoas e instituições a quem nos cabe agora, gostosamente, agradecer. Em primeiro lugar, ao Centro de Estudos de História Religiosa, na pessoa do seu director, o Professor Doutor Manuel Clemente, que tão generosamente a acolheu no seu programa editorial, tal como já nos tinha acolhido no âmbito do projecto *Fasti Ecclesiae Portugaliae*. Ao Cabido de Braga, e em particular a Monsenhor Eduardo de Melo Peixoto, deão ao tempo em que iniciámos as nossas investigações, ao Professor Doutor Pio Alves de Sousa, seu deão actual, e ao Professor Doutor José Marques, seu mestre-escola, que desde a primeira hora se interessaram por este trabalho, nos estimularam a prosseguir e nos fizeram beneficiar do seu imenso saber. Aos funcionários do Arquivo Distrital de Braga, na pessoa da sua directora, a Dr<sup>a</sup> Maria Assunção Jácome de Vasconcelos, que tanto facilitaram a nossa pesquisa dando-nos acesso a índices em fase de elaboração e fornecendo com diligência todos os materiais pedidos. Ao Centro de Ciências Históricas e Sociais e ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, que acolheram e deram condições de desenvolvimento ao projecto *O Poder Económico, Social e Político do Cabido da Sé de Braga...* Por fim, a todos os colegas dos dois projectos referidos, e ainda à Maria de Lurdes Rosa, ao José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, ao José Francisco Preto Meirinhos, ao Nuno Pizarro Pinto Dias, que fornecerem dados, formularam críticas e fizeram sugestões que muito a enriqueceram. O trabalho não pesa quando é feito com Mestres e Companheiros assim.

\*\*\*

Vejamos em seguida, brevemente, de que forma se processou a pesquisa. Qualquer estudo prosopográfico pressupõe a delimitação do grupo a estudar, a identificação e a leitura das fontes à procura dos indivíduos a ele pertencentes, a elaboração do questionário ao qual essas fontes são supostas poder responder de forma directa e adequada, assim como de uma grelha de classificação dos dados obtidos, e por fim a exploração estatística desses dados tendo em vista a análise dos fenómenos sociais assim postos em relevo.

Tendo escolhido como objecto de atenção os capitulares bracarenses, a primeira dificuldade com que nos confrontámos foi a inexistência de uma relação completa dos membros do Cabido para qualquer momento do pe-

ríodo a estudar<sup>6</sup>. Na ausência de livros de matrículas de cónegos ou de registos de entrada e saída do Cabido, de actas das reuniões capitulares e ainda de róis de distribuições, foi em todo o tipo de documentação avulsa que tivemos de procurar, pacientemente, esses clérigos para constituir o catálogo da população em estudo.

O fundo mais solicitado foi o próprio cartório da Sé (incluindo a Mitra e o Cabido) guardado no Arquivo Distrital de Braga, a que se juntaram posteriormente fundos da Torre do Tombo (Sé de Braga, Chancelarias) e do Arquivo Secreto Vaticano (Bulas, Súplicas). Esta limitação foi-nos imposta pelos curtos prazos que a Universidade estabelece para a apresentação das dissertações de Mestrado a provas públicas, impedindo uma pesquisa de fontes muito alargada. Assim, escaparam-nos certamente muitas informações complementares sobre indivíduos já inventariados ou mesmo sobre membros da canónica bracarense ainda não detectados, que haviam iniciado as suas carreiras noutras igrejas catedrais ou colegiais, ou lá haviam desempenhado um papel de relevo. Os resultados do projecto agora em curso permitir-nos-ão, no futuro, colmatar estas lacunas.

A partir das fontes que seleccionou e percorreu, cada membro da equipa foi elaborando fichas individuais para cada cónego ou dignitário encontrado, nas quais registava, pela ordem por que ia lendo os documentos, todos os dados que lhe diziam respeito com as respectivas referências bibliográficas ou documentais. Essas fichas iam sendo desdobradas de cada vez que se tornava possível destringir dois homónimos pela descoberta de características particulares para cada um deles, ou, pelo contrário, unidas quando a especial longevidade de um capitular era reconhecida sem qualquer margem para dúvidas. Periodicamente, os investigadores que não tinham como objectivo o estudo social e institucional do Cabido entregavam aos restantes o fruto do seu labor<sup>7</sup>, permitindo a estes completar os seus ficheiros.

---

<sup>6</sup> Dificuldade essa que não é específica de Braga, pois já foi referida por investigadores de outros países. Cf. David S. Spear, «Membership in the Norman cathedral chapters during the ducal period: some preliminary findings», in *Medieval Prosopography*, vol. 5, nº 1, Spring 1984, p. 2.

<sup>7</sup> Os Tombos, Livros de Prazos, de Aniversários, de Sentenças das Capelas, etc., foram lidos – e, por vezes, integralmente transcritos – por mestrandos cuja pesquisa incidia sobre a base económica do Cabido ou as formas de comemoração dos defuntos, e que

Quando esse trabalho de recolha foi considerado concluído, partimos para a fase seguinte, de elaboração do questionário ao qual os dados registados eram supostos poder dar uma resposta<sup>8</sup>. No entanto, deparámos com uma grande variabilidade do tipo de elementos obtidos de período cronológico para período cronológico, o que nos obrigou a multiplicar as interrogações mesmo sem esperança de conseguir sempre preencher os espaços vazios. Por outro lado, também quisemos salvaguardar a possibilidade de vir a acrescentar, mais tarde, a esta base de dados informações providas de fontes que não tivemos a oportunidade de consultar nesta primeira fase.

Assim, não nos limitámos a fazer as perguntas a que, de antemão, sabíamos que iríamos poder responder maciçamente com os dados já recolhidos,

---

foram partilhando com os colegas os dados referentes aos cónegos e dignitários que iam encontrando. As dissertações elaboradas nesse âmbito foram as seguintes: José Salgueiro Cerqueira, *A Exploração Económica das Propriedades do Cabido da Sé de Braga nos Finais da Idade Média (1465-1515)*, Braga, Universidade do Minho, 1998; Ana Andrea Soeiro de Barros, *A Aquisição e Gestão de Bens pelo Cabido de Braga na Primeira Metade da Centúria de Trezentos (1300-1350)*, Braga, Universidade do Minho, 1998; Cristina Maria Peixoto de Carvalho, *O Património do Cabido da Sé de Braga nos finais do Século XIV*, Braga, Universidade do Minho, 1998; Alexandra Maria Monteiro Nogueira, *Formação e Defesa do Património do Cabido da Sé de Braga nos Finais da Idade Média (1351-1500)*, Braga, Universidade do Minho, 1998; Elisa Maria Domingues da Costa Carvalho, *A Morte do Alto Clero Bracarense (séculos XII a XV)*, Braga, Universidade do Minho, 1998; Maria Celeste Brandão Ferreira, *Os Bens, Direitos e Rendimentos do Cabido da Sé de Braga em Finais da Idade Média*, Braga, Universidade do Minho, 2000; Alexandra Margarida de Oliveira Soares, *Os Aniversários na Sé de Braga nos Séculos XIV e XV*, Braga, Universidade do Minho, 2000; Isabel Cristina Martins Peres Gonçalves, *As Capelas na Sé de Braga nos Finais da Idade Média*, Braga, Universidade do Minho, 2001.

<sup>8</sup> Na verdade, tratou-se mais de uma adaptação ao caso português, uma vez que tínhamos elaborado um questionário preliminar inspirando-nos de obras realizadas no estrangeiro sobre cónegos, nomeadamente: Hélène Millet, *Les Chanoines du Chapitre Cathédral de Laon 1272-1412*, Rome, Ecole Française de Rome, 1982; Jacques Pycke, *Le Chapitre Cathédral de Notre-Dame de Tournai de la fin du XI<sup>e</sup> à la fin du XIII<sup>e</sup> siècle. Son organisation, sa vie, ses membres*, Louvain-la-Neuve/Bruxelles, 1986 e *Répertoire Biographique des Chanoines de Notre-Dame de Tournai 1080-1300*, Louvain-la-Neuve/Bruxelles, 1988; Elisabeth Mornet, «Préliminaires à une prosopographie du haut clergé scandinave: le chapitre cathédral de Roskilde 1367-1493», in *Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography*, ed. N. Bulst, J.-Ph. Genet, Medieval Institute Studies, Western Michigan University, 1986, pp. 139-162.

mas juntámos outras tantas que nos foram sugeridas pelos autores que efectuaram estudos do mesmo tipo antes ou ao mesmo tempo que nós<sup>9</sup>.

Por mais amplo que o tivéssemos tornado, contudo, ele não conseguiu, obviamente, esgotar toda a riqueza de informações contidas nas fichas originais. Optámos, por isso – e também por pensarmos que seria mais agradável para os eventuais leitores, especialistas ou não destas questões, como já dissemos – por redigir notícias biográficas para a totalidade dos capitulares de Braga, umas mais extensas e completas, outras quase telegráficas porque dizendo respeito, por exemplo, a indivíduos referidos como testemunhas uma só vez na documentação<sup>10</sup>.

\*\*\*

No que toca à apresentação das notícias biográficas, estas estão ordenadas hierarquicamente: em primeiro lugar, vêm as dignidades, seguindo-se os cônegos, os porcionários e, por último, os clérigos do coro. Entre as dignidades, a ordenação é também hierárquica: Deões, Chantres, Arcediagos (do Couto de Braga, de Barroso, de Vermoim e de Neiva<sup>11</sup>), Tesoureiros e Mestres-Escola.

Esta não é a ordem habitualmente adoptada pelos autores que já se debruçaram sobre o cabido bracarense<sup>12</sup> e a sua determinação custou-nos

---

<sup>9</sup> Além dos referidos na nota anterior, podemos acrescentar David Lepine, *Brotherhood of Canons Serving God. English Secular Cathedrals in Later Middle Ages*, Woodbridge, The Boydell Press, 1995; Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Ed. Estampa, 1999 e Anísio Miguel de Sousa Saraiva, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Magno Ed., 2003.

<sup>10</sup> Igual opção foi feita, por exemplo, por Jacques Pycke, *Répertoire Biographique*, e Hélène Millet, *Les Chanoines du Chapitre Cathédral de Laon*. Esta mesma autora alertou posteriormente para as diferenças metodológicas entre o trabalho do prosopógrafo e o do biógrafo, e afirmou que não escolheria de novo essa solução se tivesse de rescrever o seu livro («Notice biographique et enquête prosopographique», in *Mélanges de l'Ecole Française de Rome – Moyen Age et Temps Modernes*, n° 100, 1988, pp. 88-90 e, particularmente, a nota 4 da p. 89). Contudo, o projecto dos *Fasti Ecclesiae Gallicanae* que ela dirige, e de que já se publicaram vários volumes, combina notícias biográficas (de preladados) e prosopográficas (de dignitários, cônegos, oficiais, etc.).

<sup>11</sup> Um deles, de que não conseguimos determinar o título, foi catalogado como “Indeterminado”.

<sup>12</sup> Nomeadamente, Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a Organização da*

algum trabalho. De facto, não existe nenhum regulamento na época estudada que defina de forma peremptória quais as precedências no seio do cabido, tal como não se encontra nenhum documento referindo simultaneamente todos os dignitários, segundo a respectiva hierarquia. Pelo contrário, a ordem por que eles eram enumerados varia de manuscrito para manuscrito<sup>13</sup>, tornando difícil a emergência de uma fórmula nitidamente dominante. Todavia, esta hipótese, que formulámos a partir da leitura do Regimento do Coro<sup>14</sup>, foi a única que permitiu acomodar de forma coerente a evolução das carreiras dos dignitários, evitando “despromoções” pouco credíveis<sup>15</sup>. Por isso a adoptámos, sujeitando-a aqui a escrutínio e aguardando melhor prova.

A cada indivíduo foi atribuído um número de ordem identificativo, que encabeça a respectiva notícia biográfica e permite as remissões internas. A numeração é contínua para os capitulares – dignidades e cónegos –, mas os porcionários e os clérigos do coro têm uma numeração à parte, pois *strictu senso* não faziam parte do cabido, não tendo nele “voz”. Os porcionários ainda tinham uma ligação orgânica à canónica pois beneficiavam de uma “ração” ou parte de uma prebenda<sup>16</sup> e dispunham de cadeiras próprias no coro. Os coreiros, porém, eram simplesmente remunerados pelos serviços prestados, muitas vezes em substituição de cónegos ausentes.

---

*Arquidiocese de Braga*, 2ª ed. refundida e ampliada, vol. I, Braga, Ed. Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 2000, pp. 306-308; José Marques, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, I.N.-C.M., 1988, pp. 327-341 e Maria Cristina de Almeida e Cunha, *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga 1071-1244*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998, pp. 100-133.

<sup>13</sup> Maria Antonieta M. Costa, *O Cabido de Braga na segunda metade da Centúria de Duzentos*, pp. 39-40 e Maria Justiniana P. M. Lima, *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis*, pp. 14-15.

<sup>14</sup> Documento que regula o ofício do coro e estabelece as precedências em função da hierarquia capitular, datado, é certo, de 1506, mas baseando-se em fontes mais antigas. A.D.B., Gav. do Cabido, nº 12, fls. 34v.-35.

<sup>15</sup> Por exemplo, seguindo a ordenação tradicional, ao passar de tesoureiro a arceidiago de Neiva, D. Pedro Garcia teria tido um percurso descendente, como já fez notar Maria Antonieta M. Costa, *ob. cit.*, pp. 39-40.

<sup>16</sup> Foi em 1245 que Inocêncio IV autorizou o arcebispo bracarense a extinguir quatro prebendas e constituir com cada uma delas três rações para sustentar outros tantos raçoeiros ou tercenários, nomes também dados aos porcionários. José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III - séc. XX)*, vol. I, Braga, Mitra

Após o número de ordem, figura o nome do indivíduo, constituído por todos os seus componentes: nome próprio, patronímico e, eventualmente, um terceiro elemento que pode ser um topónimo ou uma alcunha. Se o título de Mestre acompanhava habitualmente o nome, ele foi mantido. Quando a documentação capitular nos ocultou um elemento do nome conhecido por outras fontes <sup>17</sup>, ele foi reportado entre parênteses rectos. Os nomes estrangeiros foram mantidos na língua original, quando identificável. Devido à variabilidade das grafias, tanto do latim medieval como das línguas vernáculas, todos os nomes foram actualizados e normalizados, mas registaram-se em nota as variantes mais importantes.

Um dos maiores problemas com que nos deparámos no estabelecimento destas notas biográficas foi o das homonímias. Como é de regra neste tipo de trabalhos, mantivemos apartadas as informações referentes a indivíduos com nomes idênticos mas funções distintas, ou separados por hiatos temporais importantes, a não ser que algum elemento permitisse a sua identificação como sendo a mesma pessoa, em qual caso, explicitámos o modo como chegámos a tal conclusão. Assinalámos também, no seu devido lugar, a possível existência de mais identificações do que aquelas que as fontes consultadas nos permitiram fazer de forma positiva, na esperança de que um dos frutos do projecto *Fasti* seja, precisamente, a resolução de pelo menos alguns desses casos em que a suspeição é grande mas não há provas...

Aos nomes, seguem-se as funções exercidas na Sé de Braga, por ordem cronológica e com as respectivas datas, reduzidas ao ano; se se tratar de datas precisas de entrada ou de saída <sup>18</sup>, serão reportadas em itálico, se consistirem em simples datas extremas de ocupação do cargo sê-lo-ão em redondo. Em alguns raros casos, apenas foi possível determinar que o capitular faleceu “antes de” e muito perto de tal data, fazendo-se essa referência entre parênteses rectos. Os indivíduos que fizeram um percurso ascensional na hierarquia bracarense, ocupando cargos sucessivos, foram biografados na mais alta dignidade alcançada, sendo depois meramente assinalada a sua ocupação de benefícios inferiores, no local apropriado, com as respectivas

---

Bracarense, 1928, p. 301.

<sup>17</sup> Nomeadamente, pelos Livros de Linhagens.

<sup>18</sup> Conhecidas, por exemplo, por um acto de investidura numa conezia ou pela aber-

datas.

Após os títulos, as notícias biográficas propriamente ditas começam com as datas de nascimento e morte, raramente conhecidas mas podendo ser objecto de dedução a partir das dispensas por idade solicitadas ao papa (quanto à primeira) e da abertura e publicação dos actos de última vontade (quanto à segunda). A data de sufragação da alma, quando conhecida, também é averbada pois pode consistir numa aproximação ao dia e ao mês do óbito <sup>19</sup>.

Segue-se a determinação da origem geográfica do clérigo em questão. Por vezes, a povoação onde nasceu é passível de ser apurada de uma forma bastante precisa, mas com mais frequência apenas se conhece a freguesia ou concelho de origem <sup>20</sup>, ou mesmo a diocese onde recebeu as ordens menores. O local escolhido para a sua sepultura é, também, um indicador a considerar.

Quanto à determinação do estatuto social, ela é abordada através da dilucidação da teia de laços familiares e de dependência em que o indivíduo se inseria. Assim, procura-se em primeiro lugar saber quem eram e a que categoria social pertenciam os progenitores, passando depois aos colaterais e por fim aos descendentes. Neste âmbito, especial ênfase é posta na identificação de eventuais parentes clérigos, desta e doutras dioceses, já que é bem conhecida a prática do nepotismo em todos os níveis da carreira eclesiástica. De facto, os resultados já alcançados apontam para a importância da relação tio-sobrinho no seio do Cabido bracarense, embora houvesse outros graus de parentesco em jogo <sup>21</sup>. Os laços de parentesco fictício também não são esquecidos, pois geravam cumplicidades políticas e trocas económicas que não são de modo algum de desdenhar. Por fim, entrámos igualmente em linha de conta com as clientelas, que eram uma importantíssima base social

---

tura de um testamento, reveladora do falecimento do seu titular.

<sup>19</sup> Os Livros de Aniversários dos sécs. XIV e XV fornecem-nos, em geral, estes dados. Contudo, sabemos pelos testamentos que havia cónegos que escolhiam como data para a sua comemoração determinadas festas litúrgicas ou dias de santos de sua especial devoção; nestes casos, não os devemos considerar. Cf. Alexandra M. O. Soares, *Os aniversários na Sé de Braga*, pp. 65-70 e Isabel C. M. P. Gonçalves, *As Capelas na Sé de Braga*, pp. 39-42.

<sup>20</sup> Porque ali possui bens de avoenga, ou na igreja local estão enterrados os seus antepassados.

<sup>21</sup> Cf. Maria Justiniana P. M. Lima, *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis*, pp. 43-

de apoio destes homens.

Passa-se depois à determinação do nível cultural do indivíduo, esclarecendo, tanto quanto possível, que tipo de estudos iniciais fez, se frequentou – ou não – uma Universidade, que disciplina(s) cursou, que graus obteve. No caso de não termos quaisquer dados sobre esses estudos, a presença no seu espólio de livros de espiritualidade, de história, de leis ou de ciências, para além dos litúrgicos, pode ser um indicador importante de interesses culturais mais amplos.

Entramos, por fim, na sua carreira eclesiástica. Começando pelo princípio, procuramos saber onde e quando obteve as diferentes ordens sacras e quem lhas atribuiu, embora seja raríssimo obter este tipo de informações para a época considerada. Enumeramos em seguida os diferentes benefícios ocupados, sucessivamente ou em acumulação, ao longo da sua vida.

São igualmente referidas, no caso de existirem, as súplicas endereçadas aos pontífices, os patronos que as apoiaram e os respectivos resultados, não só pela obtenção de graças em expectativa mas sobretudo pela transformação destas em verdadeiras conezias com as respectivas prebendas.

Neste âmbito, é de assinalar que optámos por não considerar como cónegos e dignidades bracarenses aqueles de quem possuímos notícia apenas através concessões feitas pelo papa, sem que porém a documentação capitular jamais lhes faça referência. De facto, os pontífices eram pródigos na atribuição de graças em expectativa, por vezes a diversos clérigos para o mesmo benefício e não estando este sequer vago, o que tornava muito problemática a sua ocupação efectiva<sup>22</sup>. Por este motivo, os conflitos na ocupação das prebendas, quando temos deles conhecimento, são detalhadamente explicados.

Tendo-se chegado, porém, a uma colação, identificam-se, quando possível, os personagens que a efectuaram e os eventuais procuradores que substituíram o clérigo nesse acto, assim como os antecessores e sucessores de cada cónego nas respectivas prebendas. As causas do abandono da prebenda ou mesmo do Cabido pelo cónego também são explicadas sempre que nos são conhecidas.

Em seguida, é a vida interna da canónica que é perscrutada. Apura-se se

---

48; João Carlos T. Ribeiro, *A Instituição Capitular Bracarense*, pp. 48-54; Maria Antonieta M. Costa, *O Cabido de Braga na segunda metade da Centúria de Duzentos*, pp.

o cónego teve o estatuto de residente ou se obteve alguma dispensa, e por quantos anos. Enumeram-se os ofícios que ele ocupou na comunidade capitular e, passando à sua carreira no exterior, as funções eventualmente desempenhadas ao serviço de outras entidades eclesiásticas, do soberano ou de algum grande senhor. A participação em missões diplomáticas ou operações militares não é esquecida, tal como o exercício de funções docentes e outras tarefas intelectuais, como a redacção de livros.

Por último, investiga-se o seu património e elucida-se o seu desempenho económico. Enumeram-se as propriedades que herdou dos parentes e as que adquiriu por compra, doação ou troca, durante a sua vida, avaliam-se os respectivos rendimentos e especificam-se os privilégios de que beneficiou. Descrevem-se os negócios em que esteve envolvido e os bens móveis que acumulou. Explicita-se, por fim, no caso de haver testamento, como tudo isso foi mobilizado para perpetuar a sua memória e ajudar a salvação da sua alma, através das fundações e legados pios.

*Ana Maria S. A. Rodrigues*

## **BIBLIOGRAFIA**

## FONTES MANUSCRITAS

### **Arquivo Distrital de Braga (A.D.B.)**

Colecção Cronológica, Pastas 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23.

Livro das Cadeias.

Livros I e II dos Testamentos.

Gavetas dos Arcebispos; de Braga e da sua Jurisdição; das Capelas, Sucessões e Vínculos; das Concórdias e Visitas; dos Coutos; das Dignidades e Cónegos; dos Legados e Sufrágios; de Matéria de Prazos; das Notícias Várias; dos Prazos do Cabido; dos Prazos Particulares; 1ª e 2ª das Igrejas; 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido; dos Privilégios e Honras; das Propriedades Particulares; das Propriedades e Rendas da Mitra; dos Quindénios e Décimas; das Religiões e Mosteiros; da Sé e Missas; dos Testamentos; dos Votos.

Pasta das Bulas.

Rerum Memorabilium, vols. II, III.

**Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (I.A.N./T.T.)**

## Chancelarias:

Chancelaria de D. Afonso III, Livros I e III.

Chancelaria de D. Dinis, Livros I, II e III.

## Inquirições:

Inquirições de D. Dinis, Livros 1 e 6.

## Corporações Religiosas:

Mitra de Braga, maço 4.

Santa Maria da Oliveira, maço 1.

## Leitura Nova:

Inquirições de Além Douro.

**FONTES PUBLICADAS**

BERGER, E., *Les Registres d'Innocent IV (1243-1254)*, 4 vols, Paris, Ernest Thorin, 1884-1897.

*CENSUAL do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924.

*CHANCELARIAS Portuguesas. D. Pedro I*, edição preparada por A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984.

DE LA RONCIÈRE, C. Bourel, DE LOYE, J., DE CENIVAL, P., COULON, A., *Les Registres d'Alexandre IV (1254-1261)*, Paris, Thorin et Fils, 1917.

JOURDAN, E., *Les Registres de Clément IV*, vol. I (fasc. 1-5), Thorin et Fils, Paris, 1894.

*LIBER Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das*

*Kalendas*), ed. crítica organizada por Pierre David e Torquato de Sousa Soares, 2 vols., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947-1948.

*LIBER Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. crítica pelo P<sup>e</sup> Avelino de J. da Costa, 3 vols., Braga, Junta Distrital de Braga, 1978-1990.

*MONUMENTA Portugaliae Vaticana*, ed. A. D. de Sousa Costa, 4 vols., Braga, Editorial Franciscana, 1968-1982.

*PORTUGALIAE Monumenta Historica, Inquisitiones*, ed. Alexandre Herculano, vol. I, parte II, Lisboa, Academia das Ciências, 1917-[1977].

*PORTUGALIAE Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, ed. Alexandre Herculano, vol. I, Lisboa, Academia das Ciências, 1956.

*PORTUGALIAE Monumenta Historica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vols. II/1 e II/2, edição crítica por José Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

*PORTUGALIAE Monumenta Historica, Livro Velho de Linhagens*, vol. I, edição crítica por J. Piel e J. Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências, 1980.

RODRIGUEZ DE LAMA, Ildefonso, *La Documentación Pontificia de Alejandro IV (1255-1261)*, Roma, Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1976.

RODRIGUEZ DE LAMA, Ildefonso, *La Documentación Pontificia de Urbano IV (1261-1264)*, Roma, Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1981.

VIDAL, J. M., *Benoît XII. Lettres Communes*, 3 vols., Paris, Fontemoing et Cie, 1911.

## DICIONÁRIOS E OBRAS DE REFERÊNCIA

*BULÁRIO Bracarense*, ed. Maria Assunção J. Vasconcelos e António de Sousa Araújo, Braga, Arquivo Distrital / Universidade do Minho, 1986.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley, *Nova Gramática do Português*

*Contemporâneo*, 7ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1990.

DU CANGE, Domino e DU FRESNE, Carolo, *Glossarium ad Scriptores Mediae et Infimae Latinitatis*, Tomus sextus (S-Z), Editio Nova, Cardin-Osmont, Parisiis, 1736.

GIGANTE, J. A. M., *Instituições de Direito Canónico – das Normas Gerais e das Pessoas*, I, 3ª edição, Braga, Editorial Sciencia & Ars, 1955.

GREGORIO DE TEJADA, Manuel T., *Vocabulario Básico de la Historia de la Iglesia*, Barcelona, Crítica, 1993.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, s./d..

SANTOS *de cada dia* (Maio, Junho, Julho e Agosto), org. José Leite, vol. II, Braga, Editorial A. O., 1985.

## ESTUDOS

ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, 4 vols., Porto, Livraria Civilização, 1967-1971.

AMZALAK, Moses, *D. Durão Pais e o seu comentário ao tratado “De Economia” atribuído a Aristóteles*, Lisboa, Academia das Ciências, 1955.

ANTUNES, José, *A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1995.

\_\_\_\_\_, «O percurso e o pensamento político de Pedro Hispano, Arcebispo-eleito de Braga e Papa João XXI», in *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 125-184.

\_\_\_\_\_, «Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de

- Salamanca», *Revista de História das Ideias*, vol. 12, 1990, pp. 19-53.
- \_\_\_\_\_, «O testamento de Fernando Joanes de Portocarreiro, deão da Sé de Braga e prior de Guimarães (de 1272)», in *Avelino de Jesus da Costa: Homenagem. Estudos de História Religiosa*, Braga, 1993, pp. 407-432.
- \_\_\_\_\_, «Testemunhos dos historiadores contemporâneos de Pedro Hispano, o Papa João XXI», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1, 2001, pp. 213-222.
- BARROS, Ana Andrea Soeiro de, *A Aquisição e Gestão de Bens pelo Cabido de Braga na Primeira Metade da Centúria de Trezentos (1300-1350)*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998.
- BRANCO, Maria João Violante, *Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I a Afonso II*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Aberta, 2 vols., Lisboa, 1999.
- BRANDÃO, Frei António Brandão, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, introd. de A. de Magalhães Basto, ed. actualizada, Porto, Liv. Civilização, 1946.
- BRANDÃO, Frei Francisco, *Monarquia Lusitana*, Parte VI, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980.
- CARVALHO, Cristina Maria Peixoto de, *O Património do Cabido da Sé de Braga nos finais do Século XIV*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998.
- CARVALHO, Elisa Maria Domingues da Costa, *A Morte do Alto Clero Bracarense (séculos XII a XV)*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998.
- CERQUEIRA, José Salgueiro, *A Exploração Económica das Propriedades do Cabido da Sé de Braga nos Finais da Idade Média (1465-1515)*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, «O arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir», in *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da*

- Dedicação da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 389-462.
- COSTA, A. D. Sousa, *Doutrina penitencial do canonista João de Deus*, Braga, Ed. Franciscana, 1956.
- \_\_\_\_\_, *Um mestre português em Bolonha no século XIII. João de Deus, vida e obras*, Braga, Ed. Franciscana, 1957.
- COSTA, Avelino de Jesus da, «A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII», *Theologica*, 2ª série, nº 18, 1983, pp. 9-78.
- \_\_\_\_\_, *O Bispo D. Pedro e a Organização da Arquidiocese de Braga*, 2ª ed. refundida e ampliada, 2 vols., Braga, Ed. Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 1997-2000.
- \_\_\_\_\_, «Fafes (Egas)», in *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. VIII, Lisboa/Cacém, Ed. Verbo, 1969, p. 268.
- COSTA, Manuel Gonçalves da, *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vols. I e II, Lamego, 1977.
- COSTA, Maria Antonieta Moreira da, *O Cabido de Braga na segunda metade da centúria de Duzentos (1245-1278)*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2000.
- COSTA, Mário Júlio de Almeida, «Para a história da cultura jurídica medieval em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito*, XXXV, 1959, pp. 253-276.
- CUNHA, Maria Cristina de Almeida e, *A Chancelaria arquiépiscopal de Braga 1071-1244*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998.
- DIAS, Nuno J. Pizarro, *Cortes Portuguesas (1211 a 1383)*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Universidade do Minho, Braga, 1987.
- FERREIRA, José Augusto, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga (séc. III – séc. XX)*, 4 vols., Braga, Mitra Bracarense, 1928-1935.
- FERREIRA, Maria Celeste Brandão, *Os Bens, Direitos e Rendimentos do Cabido da Sé de Braga em Finais da Idade Média*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2000.

- GONÇALVES, Isabel Cristina Martins Peres, *As Capelas na Sé de Braga nos Finais da Idade Média*, Braga, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2001.
- HOMEM, Armando Luís Carvalho, *O Desembargo Régio (1300 – 1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990.
- JORGE, Ana Maria C. M., «Fasti Ecclesiae Portugaliae: Prosopografia do Clero Catedralício Português (1071-1325)», *Lusitania Sacra*, 2ª série, vol. XIII-XIV, 2001-2002, pp. 665-666.
- \_\_\_\_\_, RODRIGUES, Ana Maria S. A., VILAR, Hermínia V., HENRIQUES, Pedro e LOPES, Sandra, «Construção e Exploração de uma Base de Dados Prosopográfica Normalizada do Clero Catedralício Português na Idade Média», in *SIA2D'04 – Sistemas Informáticos para Análise de Dados Demográficos*, Cadernos NEPS nº 5, Guimarães, 2004, pp. 49-67.
- LAURENT, M.-H., «Il soggiorno di Pietro Ispano a Siena», *Bolletino Senese di Storia Patria*, nova série, 16, 1938, pp. 42-47.
- LEPINE, David, *Brotherhood of Canons Serving God. English Secular Cathedrals in Later Middle Ages*, Woodbridge, The Boydell Press, 1995.
- LIMA, Maria Justiniana Pinheiro Maciel, *O Cabido de Braga no tempo de D. Dinis (1278-1325)*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998 (publicado, com o mesmo título mas sem as notícias biográficas, em Cascais, Patrimonia, 2003).
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974.
- MARQUES, José, *A Arquidiocese de Braga no Séc. XV*, Lisboa, I.N.-C.M., 1988.
- \_\_\_\_\_, «A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média», *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 2ª série, 6, 1989, pp. 11-91.
- \_\_\_\_\_, *Os Pergaminhos da confraria de S. João do Souto na cidade de Braga (1180-1545)*, sep. *Bracara Augusta*, Braga, 1982.

- MARQUES, Maria Alegria Fernandes, *O Papado e Portugal no tempo de Afonso III, 1245-1275*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990.
- MARTINS, Rui Cunha, *O Mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992.
- MATTOSO, José, «A crise de 1245», in Id., *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- \_\_\_\_\_, *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- \_\_\_\_\_, *A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994.
- MEIRINHOS, José Francisco Preto, «Giovanni XXI», in *Enciclopedia dei Papi*, vol. II, Roma, 2000, pp. 427-437.
- \_\_\_\_\_, *Pedro Hispano (Século XIII)*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., Porto, 2002.
- \_\_\_\_\_, «Petrus Hispanus Portugallensis? Elementos para uma diferenciação de autores», *Revista Española de Filosofía Medieval*, nº 3, 1996, pp. 51-76.
- MILLET, Hélène, *Les Chanoines du Chapitre Cathédral de Laon 1272-1412*, Rome, Ecole Française de Rome, 1982.
- \_\_\_\_\_, «Notice biographique et enquête prosopographique», in *Mélanges de l'Ecole Française de Rome – Moyen Age et Temps Modernes*, nº 100, 1988, pp. 87-111.
- MORNET, Elisabeth, «Préliminaires à une prosopographie du haut clergé scandinave: le chapitre cathédral de Roskilde 1367-1493», in *Medieval Lives and the Historian. Studies in Medieval Prosopography*, ed. N. Bulst, J.-Ph. Genet, Medieval Institute Studies, Western Michigan University, 1986, pp. 139-162.
- NARDI, Paolo, «Comune, Imperio e Papato alle origine dell'insegnamento universitario di Siena (1240-1275)», *Bolletino Senese di Storia Patria*, n.s., 90, 1984, pp. 70-76.

- \_\_\_\_\_, *L'insegnamento superiore a Siena nei secoli XI-XIV. Tentativi e realizzazioni dalle origini alla fondazione dello Studio generale*, Milano, 1996.
- NICOLINI, Ugolino, «Documenti su Pietro Ispano (poi Giovanni XXI?) e Taddeo degli Alderotti, nei loro rapporti con Perugia», in *Filosofia e Cultura in Umbria tra Medioevo e Rinascimento*, Perugia, 1967, pp. 271-284.
- NOGUEIRA, Alexandra Maria Monteiro, *Formação e Defesa do Património do Cabido da Sé de Braga nos Finais da Idade Média (1351-1500)*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998.
- ORBE, A., «Ireneo de Lyon», in *Diccionario Patrístico y de la Antigüedad Cristiana*, dirigido por Angelo Di Berardino, vol. I, Salamanca, Ed. Sigueme, 1991, pp. 1098-1104.
- PARAVICINI BAGLIANI, Agostino, *Medicina e Scienze della Natura alla Corte dei Papi nel Duecento*, Spoleto, 1991.
- PEREIRA, Isaías da Rosa, «Livros de Direito na Idade Média», *Lusitania Sacra*, vol. VII, 1964-66, pp. 7-60.
- \_\_\_\_\_, «O testamento de Dona Urraca Lourenço, sepultada na Sé de Braga», *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa/ Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 89-99.
- PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, 3 vols., Porto, Centro de Estudos de Genealogia, Heráldica e História da Família, Universidade Moderna, 1999.
- \_\_\_\_\_, «A Nobreza no Julgado de Braga nas Inquirições de D. Dinis», in *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990.

pp. 185-248.

PONTES, J. M. da Cruz, «Questões pendentes acerca de Pedro Hispano Portugalense (Filósofo, Médico e Papa João XXI)», *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 101-123.

«PORTOCARREIRO» e «Portocarreiro. Genealogia», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXII, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia L<sup>a</sup>, 1947, pp. 682-684.

PYCKE, Jacques, *Le Chapitre Cathédral de Notre-Dame de Tournai de la fin du XI<sup>e</sup> à la fin du XIII<sup>e</sup> siècle. Son organisation, sa vie, ses membres*, Louvain-la-Neuve/Bruxelles, 1986.

\_\_\_\_\_, *Répertoire Biographique des Chanoines de Notre-Dame de Tournai 1080-1300*, Louvain-la-Neuve/Bruxelles, 1988.

RIBEIRO, João Carlos Taveira, *A Instituição Capitular Bracarense no Século XIV (1325-1374). Organização e relações*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1998.

\_\_\_\_\_, «A vida de um cônego do século XIV», in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 6, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Universidade do Minho, 1996, pp. 71-91.

RODRIGUES, Ana Maria S. A., «Para uma prosopografia dos cônegos de Braga», in Filipe Themudo Barata (ed.), *Elites e Redes Clientelares na Idade Média*, Lisboa, Ed. Colibri-CIDEHUS, 2001, pp. 141-168.

\_\_\_\_\_, «O poder económico, social e político do Cabido da Sé de Braga nos finais da Idade Média (séculos XIII-XVI). Um projecto de investigação», *Lusitania Sacra*, 2<sup>a</sup> série, vol. X, 1998, pp. 335-345.

ROSSI, P., «Pietro Hispano nel giudizio dei cronisti contemporanei», *Estudos Italianos em Portugal*, 14-15, 1955-56, pp. 4-17.

SÁ, A. Moreira de, «Pedro Hispano e a crise de 1277 da Universidade de Paris», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, nº 22, 1955, pp. 223-241.

\_\_\_\_\_, «Pedro Hispano prior da igreja de Santa Maria de Guimarães e

- arcebispo da Sé de Braga», *Biblos*, vol. XXX, 1954, pp. 1-24.
- SANTOS, Luciano Afonso dos, *D. Egas Lourenço, Chantre do Cabido de Braga*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1993.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, Leiria, Magno Ed., 2003.
- SOARES, Alexandra Margarida de Oliveira, *Os Aniversários na Sé de Braga nos Séculos XIV e XV*, dissertação de Mestrado apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2000.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, I.N.-C.M., 2000.
- SPEAR, David, «Membership in the Norman cathedral chapters during the ducal period: some preliminary findings», in *Medieval Prosopography*, vol. 5, n° 1, Spring 1984, pp. 1-18.
- STAPPER, Richard, «Pietro Hispano (Papa Giovanni XXI) ed il suo soggiorno in Siena», *Bolletino Senese di Storia Patria*, anno V, fasc. 3, 1898, pp. 424-431.
- «VASCONCELOS» e «Vasconcelos. Genealogia», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXIV, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia L<sup>a</sup>, 1947, pp. 267-270.
- VASCONCELOS, Maria Assunção Jácome de, «A Casa Grande da Rua de Santo António das Travessas», *Forum*, n<sup>os</sup> 12/3, Jul. 92 / Jan. 93, pp. 17-42.
- VAZ, A. Luis, *Vasco Domingues Plenipotenciário da Aliança Anglo-Portuguesa de 1373*, Braga, Ed. José Dias de Castro, 1973.
- VELOSO, Maria Teresa Nobre, *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000.
- VENTURA, Leontina, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2 vols., Coimbra, 1992.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, *As Dimensões de um Poder. A Diocese de*

**DIGNIDADES, CÓNEGOS, PORCIONÁRIOS  
E CLÉRIGOS DO CORO  
DA SÉ DE BRAGA (1245-1374): ELENCO**

## I. DIGNIDADES

### Deões

1. Mestre Martinho, deão, 1245-1246
2. Fernão Anes de Portocarreiro, deão, 1247-1273
3. Martinho Rodrigues, deão, 1290
4. Gomes Fernandes, arcediogo de Barroso, 1288-1290 e deão, 1290-1294
5. Geraldo Domingues, deão, 1295-1298
6. Rui Soares, arcediogo de Barroso, 1295-1300 e deão, 1301-1309
7. Gonçalo Anes, cónego, 1299-1300, tesoureiro, 1302-1309 e deão, 1309-1317
8. Domingos Domingues, cónego, 1275-1281, mestre-escola, 1291-1317 e deão, 1317-1329
9. João Palmeiro, deão, 1329-1340
10. Martinho Zote, cónego, 1341 e deão, 1342-1348
11. Gonçalo Esteves de Moles, porcionário, 1325, cónego, 1334-1348 e deão, 1349
12. Estêvão Peres [Homem], cónego, 1340-1349 e deão, 1349-1374

### Chantres

13. Mestre João, chantre, 1245-1277
14. Gonçalo Gonçalves, chantre, 1278-1282
15. Domingos Peres, cónego, 1271-1279, tesoureiro, 1281-1282 e chantre, 1288-1292

16. Pedro Martins, chantre, 1292
17. Martinho Rodrigues, arcediogo de Barroso, 1292-1295 e chantre, 1300-1317
18. Mestre Bartolomeu Anes, chantre, 1318-1326
19. Egas Lourenço, cónego, 1323-1326 e chantre, 1327-1331
20. João Vicente, chantre, 1331-1336
21. Estêvão Pais, cónego, 1308-1335 e chantre, 1341-1342
22. Bartolomeu Esteves, porcionário, 1308-1310, cónego, 1316-1342 e chantre, 1343
23. Vasco Martins, chantre, 1345-1348
24. Gomes Pais, chantre, 1349-1351
25. Ordonho Rodrigues, chantre, 1352
26. Vasco Domingues, cónego, 1349-1350, arcediogo de Neiva, 1350-1351 e chantre, 1355-1374

### **Arcediagos**

---

#### ***Indeterminados:***

27. Mestre Egas [Fafes], 1245-1246

#### ***Do Couto de Braga:***

28. Mestre Domingos, arcediogo do Couto, 1245
29. Geraldo Peres, arcediogo do Couto, 1249-1284
30. Gonçalo Gonçalves [de Portocarreiro], arcediogo do Couto, 1288-1289
31. Fernão Mateus, arcediogo do Couto, 1289-1292
32. Pierre Després, cónego, 1324 e arcediogo do Couto, 1324-1361
33. Gil Peres, arcediogo do Couto, 1362-1374

#### ***De Barroso:***

34. Estêvão Anes do Tojal, arcediogo de Barroso, 1250-1267
35. Mestre Estêvão Anes de Vasconcelos, cónego, 1253-1262 e arcediogo de Barroso, 1268-1273
36. João Vicente, porcionário, 1305 e arcediogo de Barroso, 1307-1325

37. Martinho Vasques [Pimentel], cónego, 1317-1325 e arcediago de Barroso, 1326-1335
38. Pedro Anes, porcionário, 1318-1336 e arcediago de Barroso, 1341-1369

***De Vermoim:***

39. Mestre Pedro Julião, arcediago de Vermoim, 1250-1272
40. G., arcediago de Vermoim, 1278
41. Mestre Domingos Esteves, cónego, 1255-1279 e arcediago de Vermoim, 1279-1299
42. Afonso Pais, cónego, 1299-1300 e arcediago de Vermoim, 1302-1305
43. Pedro Agudo, arcediago de Vermoim, 1319-1341
44. Nicolau Martins, arcediago de Vermoim, 1374

***De Neiva:***

45. Pedro Garcia, tesoureiro, 1245 e arcediago de Neiva, 1249-1278
46. Geraldo Lourenço, cónego, 1273-1274 e arcediago de Neiva, 1278-1285
47. Pedro Viegas, arcediago de Neiva, 1290-1305
48. Estêvão Anes, arcediago de Neiva, 1306-1347
49. Rodrigo Álvares, arcediago de Neiva, 1370-1374

**Tesoureiros**

---

50. Mestre Tomé [Gonçalves], tesoureiro, 1250-1280
51. Martinho Peres, tesoureiro, 1283
52. Fernão Martins, cónego, 1280-1292 e tesoureiro, 1296-1300
53. Gil Martins, cónego, 1303 e tesoureiro, 1317-1326
54. Mestre Estêvão Miguel, tesoureiro, 1341-1347
55. Vasco Peres, tesoureiro, 1349

**Mestres-Escola**

---

56. Mestre Martinho Geraldês, mestre-escola, 1245-1256
57. Mestre Pedro Moniz, mestre-escola, 1257-1262
58. Mestre Domingos Peres Vinagre, cónego, 1254 e mestre-escola, 1262-1281
59. Vasco Martins, mestre-escola, 1318-1332

60. João Pais, mestre-escola, 1333-1347
61. Martinho Domingues, mestre-escola, 1349-1369
62. Afonso Martins, mestre-escola, 1374

## II. CÓNEGOS

63. Domingos Martins, cónego, 1245
64. Martinho Gonçalves, cónego, 1245
65. Soeiro, cónego, 1245
66. Pedro Pais Echegues, cónego, 1245-1277
67. Lourenço Gonçalves, cónego, 1246-1292
68. Roberto, cónego, 1247
69. Estêvão Peres, dito Ferro, cónego, 1247-1250
70. Paio Mendes, cónego, 1247-1279
71. Gomes Alvites, cónego, 1249
72. Pedro Gonçalves, dito de Barbudo, cónego, 1249
73. Pedro Anes, cónego, 1249-1265
74. João Paris, cónego, 1249-1271
75. Durão Pais, cónego, 1250-1263
76. Martinho Peres de Portocarreiro, cónego, 1253-1279
77. Mestre Martinho, cónego, 1254-1270
78. Pedro Garino, cónego, 1254-1271
79. Mestre João Rodrigues, cónego, 1254-1296
80. Vicente Soares, cónego, 1255
81. Durão Martins, cónego, 1256-1271
82. João Domingues, cónego, 1257-1260
83. Estêvão Pais, cónego, 1257-1291
84. João Anes, dito Ratão, cónego, 1259-1279
85. Mestre Domingos, cónego, 1260-1274
86. João Peres, cónego, 1261-1268
87. Gomes Domingues, cónego, 1262-1278
88. Mestre Pedro Vicente, cónego, 1262-1282
89. Mateus [Domingues], cónego, [antes de 1264]
90. Estêvão Soares, cónego, 1265

91. Pedro Martins, cónego, 1266-1300
92. João Fernandes de Urgeses, cónego, 1267-1270
93. Estêvão Peres, dito de Rates, cónego, 1268-1278
94. João Pais, cónego, 1268-1291
95. Estêvão Gomes, cónego, 1268-1305
96. Gonçalo Gonçalves, cónego, 1270-1275
97. Lourenço Anes, cónego, 1274-1275
98. Vicente Anes, cónego, 1274-1317
99. Mestre Vicente, cónego, 1275
100. Abril Esteves [de Molnes], cónego, 1276-1280
101. Domingos, cónego, 1278
102. Gonçalo Nunes, cónego, 1278
103. Paio Pais, cónego, 1279
104. Martinho Peres, cónego, 1279-1282
105. Pedro Esteves, cónego, 1281-1285
106. Mestre Lourenço, cónego, 1281-1303
107. Mestre Pedro, cónego, 1282-1285
108. João Lourenço, cónego, 1283-1303
109. Mestre Pedro Garcia, cónego, 1284
110. Rodrigo Fernandes, cónego, 1284-1299
111. Estêvão Miguéis, cónego, 1286-1308
112. Francisco Simões, cónego, 1289-1326
113. Silvestre Peres, cónego, 1290-1309
114. Martinho Pires [da Oliveira], cónego, 1292
115. Sancho Peres, cónego, 1292-1296
116. Martinho Durães, cónego, 1292-1298
117. Francisco Anes do Rio, cónego, 1294-1313
118. Gonçalo Gonçalves, cónego, 1296
119. Nicolau Domingues, cónego, 1296-1297
120. Afonso Fernandes, cónego, 1297-1317
121. Durão Esteves, cónego, 1297-1346
122. Gonçalo Gomes [da Cunha], cónego, 1299-1306
123. Durão Domingues, porcionário, 1266-1291 e cónego, 1300
124. Abril Vicente, cónego, 1300-1309
125. Afonso Lopes, cónego, 1300-1309

126. Mestre Martinho, cónego, 1301-1310
127. Martinho Anes Barrosas, cónego, 1301-1325
128. João Martins, cónego, 1302
129. João Afonso, cónego, 1302-1308
130. Martinho Anes Carta, cónego, 1302-1348
131. Mestre João, cónego, 1303
132. Domingos Anes, cónego, 1303-1317
133. Nicolau Afonso, cónego, 1307
134. Rodrigo Esteves, cónego, 1307-1330
135. Gonçalo Rodrigues, cónego, 1308
136. Pedro Fernandes, porcionário, 1278-1303 e cónego, 1309
137. Afonso Anes, cónego, 1309-1311
138. Vasco Peres [Homem], cónego, 1309-1318
139. Pedro Lourenço Ferraz, cónego, 1309-1322
140. Diogo Gomes [de Azevedo], cónego, 1309-1327
141. Martinho Anes, cónego, 1313-1333
142. João Silvestre, cónego, 1316-1344
143. Mendo Anes, cónego, 1317-1327
144. Fernão Anes, cónego, 1318
145. João Anes, cónego, 1319-1327
146. Vicente Filipe, cónego, 1323
147. Aires Pais de Azevedo, cónego, 1325-1333
148. Estêvão Anes, cónego, 1325-1340
149. Bernardo Martins, cónego, 1325-1348
150. Rodrigo Anes, cónego, 1326-1327
151. Miguel Vivas, cónego, 1326-1328
152. João Vicente, cónego, 1326-1342
153. Mestre Pedro de Labrunia, cónego, 1327-1328
154. Pedro Lourenço, cónego, 1327-1335
155. Afonso Anes de Veiras, cónego, 1329-1341
156. Estêvão Anes de Sintra, clérigo do coro, 1327 e cónego, 1329-1347
157. Fernão Peres, cónego, 1329-1349
158. André Pais, cónego, 1333-1352
159. Gil Peres, cónego, 1334
160. João Domingues Rei, cónego, 1334-1342

161. Gonçalo Anes Pimentel, cónego, 1334-1344
162. João Martins, cónego, 1334-1348
163. Gonçalo Peres, cónego, 1334-1366
164. Martinho Afonso [de Brito], cónego, 1335-1341
165. Francisco Domingues, cónego, 1335-1346
166. Guillaume de Bos, cónego, 1335-1347
167. Martinho Martins, cónego, 1335-1351
168. João Afonso, cónego, 1338-1352
169. João Mendes, cónego, 1340
170. Rui Peres, cónego, 1341-1342
171. Afonso Fernandes [Cogominho], cónego, 1341-1345
172. Gonçalo Anes, cónego, 1342-1344
173. Rui Vasques Pereira, cónego, 1342-1344
174. Estêvão Anes, cónego, 1342-1360
175. Rodrigo Vasques, cónego, 1343
176. Pedro Vasques da Cunha, cónego, 1343
177. Fernão Esteves, cónego, 1343-1346
178. Gonçalo Vasques, cónego, 1343-1348
179. Vasco [Rodrigues] da Cunha, cónego, 1343-1349
180. Vasco Peres, cónego, 1343-1369
181. Garcia Olim, cónego, 1345
182. João Peres, cónego, 1346
183. Mestre Ponço, cónego, 1346-1347
184. João do Sem, cónego, 1346-1349
185. Domingos Martins de Astorga, cónego, 1346-1358
186. Domingos Martins, cónego, 1346-1360
187. João Palmeiro, cónego, 1347
188. Vasco Rodrigues, cónego, 1347
189. Martinho Cerqueira, cónego, 1347
190. Fernão Rodrigues, cónego, 1349
191. Pedro Esteves Ferraz, cónego, 1349
192. João de Ponte, cónego, 1349
193. Raymond de Bos, cónego, 1349
194. João Moino, cónego, 1349-1351
195. Fulcom Pereira, cónego, 1349-1351

196. Pierre Martell, cónego, 1349-1355
197. João Domingues, cónego, 1349-1360
198. Afonso Anes, cónego, 1349-1360
199. Gonçalo Esteves de Rossas, cónego, 1349-1362
200. Nuno Gonçalves Camelo, cónego, 1349-1363
201. Gabriel Anes, porcionário, 1349 e cónego, 1349-1363
202. Fernão Afonso, cónego, 1349-1369
203. Mestre Pierre de Marguerite, cónego, 1350-1359
204. Guillaume Pilote, cónego, 1350-1361
205. Mestre Raymond de Toulouse, cónego, 1351
206. Pierre Bertrand, porcionário, 1351 e cónego, 1355-1369
207. Francisco Anes, cónego, 1359
208. Afonso Anes Beledinho, cónego, 1359-[antes de 1365]
209. Gomes Pais de Azevedo, cónego, 1360
210. Beltrão Beltrães, cónego, 1360-1363
211. Gonçalo Lourenço, cónego, 1360-1369
212. Diego Álvares, cónego, 1362-1374
213. Domingos de Espinho, clérigo do coro, 1346, porcionário, 1349-1360 e cónego, 1363-1374
214. Gonçalo Martins, porcionário, 1319-1347 e cónego, 1365
215. João Anes, cónego, 1365
216. Afonso Anes, cónego, 1365-1366
217. Gonçalo Afonso, cónego, 1365-1366
218. Álvaro Esteves, cónego, 1365-1374
219. Diogo de Beja, cónego, 1366
220. Domingos Fernandes, cónego, 1367-1369
221. João Esteves, cónego, 1368-1374
222. Oliver Iufrique, cónego, 1369
223. Martinho Beeitez, cónego, 1369-1374
224. Vicente Domingues, cónego, 1371
225. Afonso do Vale, cónego, 1372
226. Afonso Domingues, cónego, 1373
227. Gil Afonso, cónego, 1373
228. Lourenço Peres, porcionário, 1369 e cónego, 1374
229. Álvaro Anes, cónego, 1374

230. Gonçalo Anes do Vale, cónego, 1374
231. Simão Peres, cónego, 1374
232. Vasco Gil, cónego, 1374
233. Fernão Domingues, cónego, 1374
234. Afonso Domingues, cónego, 1374

### III. PORCIONÁRIOS

1. João Ponces, porcionário, 1249-1266
2. Martinho Peres, porcionário, 1251
3. Lourenço Anes, porcionário, 1254-1269
4. Mestre Pedro, porcionário, 1255-1259
5. Estêvão Gomes, porcionário, 1257-1271
6. Domingos Geraldês, porcionário, 1257-1289
7. Estêvão Peres, dito Cavaleiro, porcionário, 1260-1270
8. Martinho Anes, porcionário, 1261-1278
9. Vicente Rodrigues, porcionário, 1262-1264
10. Paio Diogo, porcionário, 1265
11. Pedro Vicente, porcionário, 1267-1281
12. Miguel Vicente, porcionário, 1270-1291
13. Durão Pais, porcionário, 1271
14. Domingos Peres, porcionário, 1271
15. Domingos Anes, porcionário, 1274-1312
16. Pedro Peres, porcionário, 1275-1305
17. Nuno, porcionário, 1278
18. Mestre Pedro Silvestre, porcionário, 1279
19. Martinho Esteves, porcionário, 1290
20. Soeiro Anes, porcionário, 1290-1317
21. Mestre Domingos Figo, porcionário, 1291-1305
22. Estêvão Vicente, clérigo do coro, 1299 e porcionário, 1300-1324
23. Satire Martins, porcionário, 1301
24. Martinho Peres, porcionário, 1301-1304
25. Miguel Anes, porcionário, 1305-1322
26. Gonçalo Esteves, porcionário, 1309-1325

27. Domingos Durães, porcionário, 1309-1329
28. Vicente Fernandes, porcionário, 1311
29. Fernão Anes, porcionário, 1316-1345
30. Vicente Miguéis, porcionário, 1318
31. Martinho Peres, porcionário, 1322-1343
32. Francisco Anes, porcionário, 1322-1347
33. Fernão Peres de Este, porcionário, 1325-1330
34. João de Santarém, porcionário, 1325-1348
35. Tomás Boaventura, porcionário, 1326
36. Fernão Peres, porcionário, 1326-1333
37. Estêvão Peres, porcionário, 1328-1348
38. João Nunes, porcionário, 1329
39. Estêvão Raimundes, porcionário, 1329
40. João Martins, porcionário, 1329-1336
41. Pedro Anes de Facha, porcionário, 1329-1347
42. Salvado Anes, porcionário, 1331-1349
43. Pedro Domingues, porcionário, 1334
44. Mestre Gonçalo, porcionário, 1335
45. Mestre Gil, porcionário, 1335
46. Gonçalo Peres, porcionário, 1335-1347
47. João Lourenço, porcionário, 1341-1348
48. Pedro Anes, porcionário, 1344-1347
49. João da Fonte, porcionário, 1349-1351
50. Lourenço Peres, porcionário, 1349-1351
51. João Domingues, porcionário, 1349-1369
52. João Soares, porcionário, 1355-1366
53. Martinho Domingues, porcionário, 1359-1360
54. Domingos Esteves, porcionário, 1360
55. Afonso Domingues, porcionário, 1360-1369
56. Vasco Martins, porcionário, 1373
57. Estêvão Lourenço, porcionário, 1373

#### IV. CLÉRIGOS DO CORO

1. Florêncio Martins, clérigo do coro, 1262-1278
2. Durão Peres, clérigo do coro, 1267
3. Geraldo Anes, clérigo do coro, 1267
4. João Martins, clérigo do coro, 1267-1326
5. Estêvão Domingues, clérigo do coro, 1268
6. João Peres, clérigo do coro, 1269-1308
7. Domingos Anes, clérigo do coro, 1272
8. Geraldo Domingues, clérigo do coro, 1273-1279
9. Lourenço Peres, clérigo do coro, 1274-1319
10. João Miguéis, clérigo do coro, 1278
11. Domingos Peres, dito Cabanete, clérigo do coro, 1280-1293
12. Lourenço Domingues, clérigo do coro, 1290
13. Estêvão Barrel, clérigo do coro, 1292
14. André Domingues, clérigo do coro, 1294
15. Durão Domingues dos Chãos, clérigo do coro, 1298
16. Estêvão Sequeira, clérigo do coro, 1298
17. Pedro Magro, clérigo do coro, 1302
18. Domingos Domingues, clérigo do coro, 1302-1313
19. João Pais [Montélios], clérigo do coro, 1306-1332
20. João Domingues, clérigo do coro, 1307
21. Estêvão Mendes, clérigo do coro, 1309-1324
22. Domingos Pal, clérigo do coro, 1318
23. Durão Esteves de Real, clérigo do coro, 1318
24. João Homem, clérigo do coro, 1318
25. Lourenço Afonso, clérigo do coro, 1318-1322
26. Gonçalo Peres, clérigo do coro, 1319
27. Lourenço Peres, clérigo do coro, 1319
28. Vicente Peres, clérigo do coro, 1319
29. João Vicente, clérigo do coro, 1319-1334
30. Ascenço Peres, clérigo do coro, 1319-1347
31. Lourenço Domingues, clérigo do coro, 1320-1328
32. Martinho Domingues, clérigo do coro, 1324
33. João Simões, clérigo do coro, 1326
34. Afonso Domingues, clérigo do coro, 1326
35. Miguel Lourenço, clérigo do coro, 1326-1331

36. Simão Peres, clérigo do coro, 1326-1331
37. Martinho Peres, clérigo do coro, 1326-1335
38. João Anes, clérigo do coro, 1327
39. Bernardo Domingues, clérigo do coro, 1327
40. Júlio Anes, clérigo do coro, 1327-1331
41. Pedro Domingues, clérigo do coro, 1327-1335
42. Pedro Durães, clérigo do coro, 1327-1342
43. Lourenço Esteves, clérigo do coro, 1329
44. Geraldo Peres, clérigo do coro, 1331
45. Mestre Afonso, clérigo do coro, 1331-1341
46. Martinho Meirinho, clérigo do coro, 1333
47. Estêvão Pavão, clérigo do coro, 1334
48. Estêvão Peres, clérigo do coro, 1334-1346
49. Tomé de Freitas, clérigo do coro, 1335
50. Domingos Esteves, clérigo do coro, 1335
51. Domingos André, clérigo do coro, 1335
52. Domingos Domingues, clérigo do coro, 1335
53. João de Este, clérigo do coro, 1335
54. Abril Peres, clérigo do coro, 1335
55. Lourenço Martins, clérigo do coro, 1335-1341
56. Domingos Peres, clérigo do coro, 1336
57. Domingos Tomé, clérigo do coro, 1338
58. Domingos Martins, clérigo do coro, 1338-1346
59. Durão Esteves, clérigo do coro, 1340
60. Estêvão Domingues, clérigo do coro, 1340
61. Martinho Boto, clérigo do coro, 1341
62. Martinho Anes, clérigo do coro, 1341-1345
63. João Abril, clérigo do coro, 1342
64. Domingos Anes, clérigo do coro, 1342-1343
65. Garcia Lourenço, clérigo do coro, 1343
66. Gonçalo Martins, clérigo do coro, 1344
67. João Lourenço, clérigo do coro, 1344
68. Martinho Domingues, clérigo do coro, 1346
69. João de Briteiros, clérigo do coro, 1346
70. Vasco Martins, clérigo do coro, 1350

**DIGNIDADES, CÓNEGOS, PORCIONÁRIOS  
E CLÉRIGOS DO CORO DA SÉ DE BRAGA (1245-1374):  
NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS**

## I. DIGNIDADES

### Deões

Nº 1 – **Mestre Martinho**, deão, 1245<sup>23</sup>-1246

Apontado como um dos sucessores de D. Silvestre Godinho no deado de Braga<sup>24</sup>, as únicas referências encontradas a este dignitário foram em actos de compra, feitos como deão do cabido de Braga e em conjunto com a própria instituição, nos quais surge com o título de mestre<sup>25</sup>.

O facto de assim se intitular é, provavelmente, indicativo de uma formação cultural a nível universitário.

---

<sup>23</sup> A sua ascensão à dignidade de deão foi, contudo, anterior a esta data. Maria Cristina de Almeida e Cunha, que o refere como Mestre Martim Peres, atribui-lhe as datas extremas de 1229-1244, esta última, obviamente, ditada pela cronologia definida para o seu trabalho (*A Chancelaria Arqueiepiscopal de Braga*, p. 103). Maria João Violante Branco, que o apelida de Mestre Martinho Martins (Zote?), fá-lo ocupar essa dignidade entre 1241 e 1247 (*Poder Real e Eclesiásticos. A Evolução do conceito de soberania régia e a sua relação com a praxis política de Sancho I a Afonso II*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade Aberta, vol. II, Lisboa, 1999, p.103). No período que considerámos, porém, a documentação não no-lo apresenta com qualquer patronímico.

<sup>24</sup> Assim se lhe refere José Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, p. 9.

<sup>25</sup> Arquivo Distrital de Braga (doravante A.D.B.), Gaveta 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 85, 86, 87, 88, 89, 90 e 91.

As compras realizadas referem-se a oito propriedades rurais, sendo quatro leiras e duas herdades, localizadas em S. Miguel de Frossos, e um cortiçal e uma herdade, em S. Miguel de Soutelo.

Nº 2 – **Fernão Anes de Portocarreiro**<sup>26</sup>, deão, 1247-1273

Apesar de ter feito testamento em Burgos, a 10 de Novembro de 1272<sup>27</sup>, terá falecido em 1275, pois data de 3 de Agosto desse ano a primeira pública forma do seu acto de última vontade, redigida pelo tabelião João Fortes a pedido de Geraldo Domingues, reitor da igreja de Negreiros e procurador de Martinho Peres, sobrinho do deão, e de João Martins, seus testamenteiros<sup>28</sup>. Em 16 de Maio de 1276 era já certo não se encontrar no mundo dos vivos, de acordo com um mandado do então Cardeal Pedro Julião, bispo de Túsculo, dirigido ao arcebispo de Braga, D. Ordonho Álvares, em que, por ordem do papa Inocêncio V, impunha ao referido sobrinho do deão e ao clérigo João Martins de Soalhães que restituíssem bens do falecido, então nas suas mãos, à câmara apostólica, os quais deveriam ser entregues ao arcediogo do Couto D. Geraldo Peres<sup>29</sup>.

Pertencente à linhagem dos Portocarreiros e provavelmente originário do julgado de mesmo nome, na região de Penafiel<sup>30</sup>, faleceu numa viagem de ida ou de regresso de Roma, junto a S. Saturnino<sup>31</sup>. No seu testamento,

---

<sup>26</sup> Também Fernão Joanes de Portocarreiro.

<sup>27</sup> Testamento esse já estudado por José Antunes, «O testamento de Fernão Joanes de Portocarreiro, deão da Sé de Braga e prior de Guimarães (de 1272)», in *Avelino de Jesus da Costa: Homenagem. Estudos de História Religiosa*, Braga, 1993, pp. 407-432.

<sup>28</sup> No A.D.B. não se encontra o original do testamento, mas existem dele duas públicas formas: a que acabamos de referir, com traslado em 1277 (Gav. dos Testamentos, nº 31) e outra de 1279 (Livro I dos Testamentos, nº 24).

<sup>29</sup> A.D.B., Colecção Cronológica (doravante C.C.), Pasta (P.) 3, nº 96.

<sup>30</sup> Sobre a estirpe dos Portocarreiros ver José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, Universidade Moderna, 1999, pp. 319-346 e também «Portocarreiro» e «Portocarreiro. Genealogia», in *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXII, Lisboa – Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia Lª, 1947, pp. 682-684.

<sup>31</sup> Localidade situada no sul de França segundo Maria Alegria Fernandes Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III, 1245-1275*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1990, p. 158.

pediu para ser enterrado em sepulcro mandado construir por si na Igreja de Braga<sup>32</sup>.

Nesse documento identificou como seus sobrinhos Martinho Peres, que nomeou seu herdeiro, Margarida Peres, João Peres, Fernão Peres, Gonçalo Peres, João Lourenço, Pedro Lourenço e Martinho Lourenço, sendo os cinco primeiros filhos de Pedro Anes e os dois últimos de Lourenço Anes, seus irmãos. Conhecem-se-lhe também os progenitores, João Henriques de Portocarreiro e Mor Viegas Coronel de Sequeira, e os restantes irmãos, Pero Anes, Martinho Anes, Gonçalo Anes, Lourenço Anes, Maria Anes e Teresa Anes, estas últimas freiras no convento de Arouca. Era primo-coirmão do arcebispo de Braga D. João Viegas de Portocarreiro<sup>33</sup>.

Em 1263 foi adoptado por um tal Petrilino, que o fez seu herdeiro numa herdade que possuía na freguesia de S. Victor, juntamente com os seus próprios filhos, João e Domingos<sup>34</sup>.

Parece ter sido bastante amigo do arcediogo do Couto D. Geraldo Peres<sup>35</sup>, pois no testamento, exortou o seu sobrinho e herdeiro, Martinho Peres, a ouvir os conselhos que este entendesse dar-lhe em relação à herança que lhe deixava.

Sobre o seu nível cultural, sabemos que recebeu, muito provavelmente, uma formação de nível superior, pois foi nomeado membro da Junta Universitária de Justiça dos Estudos de Salamanca, em 1243, pelo monarca castelhano Fernando III<sup>36</sup>. A julgar pelos cargos que possuía e pelas funções que desempenhou, tal formação deve ter sido de natureza jurídica, podendo fazer disso prova adicional os livros de leis que legou ao sobrinho Martinho Peres, sob a condição de que este os não vendesse, penhorasse ou alienasse, havendo de prestar uma caução de 150 morabitanos velhos pelos livros de

<sup>32</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 24.

<sup>33</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 2, Coimbra, 1992, pp. 757-758.

<sup>34</sup> A.D.B., Gav. das Notícias Várias, n° 12. *A adoptio*, como forma de parentesco artificial, era uma prática bastante comum, juntamente com o amádigo. Ver sobre o assunto Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 1, pp. 248-252.

<sup>35</sup> Ver biografia n° 29.

<sup>36</sup> José Antunes, «Portugueses no processo histórico da fundação da Universidade de Salamanca», *Revista de História das Ideias*, vol. 12, 1990, pp. 23-24.

direito civil e canónico e de 100 pelos restantes<sup>37</sup>. Esta atitude revela a grande importância em que o deão os tinha.

Possuía selo próprio, o qual aparece descrito na pública forma do seu testamento, datada de 1275<sup>38</sup>.

A sua carreira, iniciada bem antes da data de arranque deste estudo, foi longa e multifacetada, tanto ao serviço da Igreja como do Estado. José Antunes fá-lo chantre de Braga entre 1230 e 1240, embora Leontina Ventura o aponte como simples cónego entre 1240 e 1245<sup>39</sup>. Na nossa documentação, que nos dá sobretudo conta das suas actividades económicas, aparecemos referido como deão da catedral bracarense a partir de 1247<sup>40</sup> e até ao ano de 1273<sup>41</sup>, embora propriamente ao serviço do cabido surja apenas por duas vezes, a empraçar, juntamente com a instituição, uma herdade em 1247 e uma outra e três casais, em 1253<sup>42</sup>.

Na verdade, os seus muitos outros benefícios e funções mantiveram-no, com frequência, afastado de Braga. Foi também reitor das igrejas de Santa Maria de Torres Vedras, em 1245, Santa Maria de Crastelo (Orense), em 1257, Santiago de Santarém, em 1261, S. Pedro do Sul, em 1262, Santo Estêvão de Alenquer, em 1263, e Santa Maria de Tavira em 1265; foi ainda apresentado para prior de Santa Maria de Guimarães, em 1263, embora o lugar lhe fosse disputado por Pedro Julião, que acabou por triunfar do litígio dez anos mais tarde<sup>43</sup>. Esta acumulação de benefícios foi-lhe permitida pela

---

<sup>37</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 24.

<sup>38</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n° 31.

<sup>39</sup> Na verdade, o chantre de Braga, nesse período, parece ter sido o seu parente João Viegas de Portocarreiro, futuro arcebispo. Cf. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 760, Maria Cristina de Almeida e Cunha, *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga*, p. 120 e Maria João V. Branco, *Poder Real e Eclesiásticos*, p. 104.

<sup>40</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n° 25. Neste prazo, o nome do deão aparece indicado apenas pela inicial F., mas não temos dúvidas que se trata de Fernão Anes. Como não se encontram referências ao deão Mestre Martinho após 1246, Fernão Anes terá certamente sido o deão que o substituiu a partir dessa data. No seu Catálogo dos Deães de Braga, José Augusto Ferreira coloca também Fernão Anes imediatamente a seguir a Mestre Martinho (J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. III, p. 439).

<sup>41</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 977; Gav. das Religiões e Mosteiros, n° 14.

<sup>42</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nos 25, 26 e 27.

benevolência de sucessivos papas: pela bula *Apostolice sedis benignitas*, datada de Lião em 22 de Fevereiro de 1245, Inocêncio IV concedeu-lhe autorização para reter, para além dos benefícios que possuía, outros no valor de duzentos marcos de prata por ano<sup>44</sup>, e, anos mais tarde, em Viterbo, a 1 de Setembro de 1257, pela carta bulada *Probitatis et nobilitatis tue*, Alexandre IV voltou a conceder-lhe o privilégio de poder auferir de benefícios eclesiásticos no valor anual de 40 marcos esterlinos, para além da soma anterior<sup>45</sup>.

Maria Alegria Marques ressalta, com efeito, a proximidade de Fernão Anes a certas personagens da cúria pontifícia – é citado como capelão de Octaviano Ubaldini, cardeal-diácono de Santa Maria in Via Lata, em 1245, e capelão do próprio papa em 1257 –, e refere algumas missões levadas a cabo pelo deão a mando do pontífice<sup>46</sup>.

Quanto à sua actividade cortesã, dividiu-se pelas cortes portuguesa e castelhana. A sua relação com D. Afonso III parece ter sido difícil: é certo que, em 1250, assistiu às cortes de Guimarães entre os conselheiros do rei<sup>47</sup> e foi este que o apresentou a diversas igrejas do padroado régio. Mas José Mattoso afirma que Fernão Anes nunca terá aceite a vitória do monarca sobre Sancho II, tendo-se exilado em Castela, onde acabou por falecer<sup>48</sup>, e Maria Alegria Marques acrescenta que o rei lhe terá confiscado os bens, obrigando-o a pagar para os reaver; bens esses que lhe foram novamente

---

<sup>43</sup> A. Moreira de Sá, «Pedro Hispano prior da igreja de Santa Maria de Guimarães e arcebispo da Sé de Braga», *Biblos*, vol. XXX, 1954, pp. 5-7; José Antunes, «O percurso e o pensamento político de Pedro Hispano, Arcebispo-eleito de Braga e Papa João XXI», in *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, Braga, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, 1990, pp. 143-149; Id., «Portugueses no processo histórico...», pp. 25-29; Id., «O testamento de Fernão Joanes de Portocarreiro...», pp. 412-414; Maria Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, pp. 156-157; Leontina Ventura, *A nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 757.

<sup>44</sup> Élie Berger, *Les Registres d'Innocent IV (1243-1254)*, vol. I (fasc. 1-5), Paris, Ernest Thorin, 1884, n° 1302, p. 199.

<sup>45</sup> C. Bourel de la Roncière, J. de Loye, P. de Cenival e A. Coulon, *Les Registres d'Alexandre IV (1254-1261)*, vol. II (fasc. 5-6), Paris, Thorin et Fils, 1917, n° 2201, p. 675.

<sup>46</sup> M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, pp. 156-158.

<sup>47</sup> *Portugaliae Monumenta Historica. Leges et Consuetudines*, ed. Alexandre

retirados quando o deão abandonou o reino em companhia do arcebispo D. Martinho Geraldês, por volta de 1267<sup>49</sup>.

Em contrapartida, a estima que lhe tinha o monarca castelhano Afonso X encontra-se basilarmente demonstrada em duas cartas emanadas do citado rei e guardadas no cartório capitular. Na primeira, em 1255, este confirmou a doação à sé de Braga do couto de Ervededo e Bustelo com metade da sua moeda e ainda com direito a franquias iguais às que os bispos de Leão tinham nos seus coutos, afirmando que o fazia «*por onra de Don Joan Arcobispo que fue dese mismo lugar e por onra de Fernan Divanes Dean desa misma iglesia*»<sup>50</sup>.

A segunda, datada de 1263, é uma carta de recomendação, escrita em castelhano, dirigida a todos os homens tanto do seu reino como do de Portugal, em que, enviando o deão ao nosso país como seu notário e em seu serviço, determinava que o tratassem bem e lhe fizessem honra e amor, lhe dessem pousada e o guiassem seguramente a ele e à sua comitiva, enquanto a sua missão durasse<sup>51</sup>. Tal missão consistia na negociação entre os dois reinos sobre o Algarve<sup>52</sup>.

Aliás, já em 1256, sendo capelão daquele monarca de Castela, Fernão Anes encontrara-se envolvido no pleito da apresentação da igreja de Crastelo da Veiga<sup>53</sup>, pelo que fora notificado pelo Prior do Mosteiro de Castro, da Ordem de Santo Agostinho, juiz do caso à instância do papa Alexandre IV e do seu antecessor Inocêncio IV, a restituir o cargo de reitor

---

Herculano, vol. I, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1956, p. 185.

<sup>48</sup> José Mattoso, «A crise de 1245», in Idem, *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 67.

<sup>49</sup> M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, pp. 156-158.

<sup>50</sup> A.D.B., *Rerum Memorabilia*, (doravante R.M.), vol. III, fls. 1 e 2, e C.C., P. 2, n.º 59. Segundo Maria Teresa Nobre Veloso, a vila e couto de Ervededo haviam sido doados à Igreja de Braga por D. Afonso Henriques em 1132 e perdidos em consequência da prisão do rei em Badajoz, em 1169. Em 1219, Afonso IX de Leão voltou a concedê-los ao arcebispo D. Estêvão Soares da Silva (Maria Teresa Nobre Veloso, *D. Afonso II. Relações de Portugal com a Santa Sé durante o seu reinado*, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 2000, p. 142). Aeste assunto se referem também José Antunes, «Portugueses no processo histórico ...», p. 32, M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 157 e J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. I, pp. 390-391.

da referida igreja a João Soares, que dela tinha sido por ele espoliado<sup>54</sup>. No entanto, existe uma bula dada em Latrão a 1 de Março de 1257, *Justis petentium*, em que Alexandre IV confirma ao deão e capelão do papa a investidura na reitoria da referida igreja, pelo que se depreende que Fernão Anes terá ganho o pleito<sup>55</sup>.

A nível económico, o deão não era desprovido de meios. Podendo contar à partida com certos bens patrimoniais vindos dos antepassados<sup>56</sup>, adicionou-lhes mais alguns prédios adquiridos com os rendimentos dos diversos benefícios eclesiásticos de que dispôs ao longo da vida. Sabemos, com efeito, que efectuou diversas transacções: em 1262 comprou duas propriedades semelhantes constituídas por duas casas na Rua Nova e duas almuinhas em Prado<sup>57</sup>. Em 26 de Julho de 1263, estabeleceu um acordo com João Martins, abade de Celanova, pelo qual receberia alguns rendimentos e propriedades antes pertença do mosteiro<sup>58</sup>. A 27 de Abril de 1269 escambou com o abade do Mosteiro de Bouro um casal em Santa Marinha de Nevogilde, no concelho de Vila Verde, por uma herdade em Infias<sup>59</sup>. No seu testamento referiu possuir as seguintes propriedades: uma quinta e casais em Parada herdados da avó, herdades que comprou em Louredo e em Briteiros, casas em Braga, na Rua dos Francos a dar com a Rua Nova, herdades e vinhas em Cepedelos<sup>60</sup>.

Envolveu-se, ainda, em pelo menos um negócio financeiro: em 4 de Maio de 1261, celebrou com Elvira, filha de um burguês de Guimarães, uma compra de rendas, entregando-lhe 300 morabitanos sobre uma quinta com moinhos, devesas, vinhas e montes, em Santa Eulália de Fermentões, concelho de Guimarães, passando a receber a renda anual de 15 morabitanos<sup>61</sup>.

À sua morte, a Igreja de Braga e os respectivos cónegos foram contemplados apenas com somas em dinheiro e rendas a receber de algumas pro-

<sup>51</sup> A.D.B., Gav das Notícias Várias, nº 11.

<sup>52</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 759.

<sup>53</sup> Para cujo cargo de reitor fora indicado pelo próprio rei Afonso X. Ver José Antunes, «Portugueses no processo histórico ...», p. 32.

<sup>54</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 202.

<sup>55</sup> C. Bourel de la Roncière, J. de Loye, P. de Cenival e A. Coulon, *Les Registres d'Alexandre IV*, vol. II, nº 2202, p. 675.

<sup>56</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 758.

<sup>57</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 202.

priedades suas, sendo a estes últimos legado, conforme era costume, um cifo no valor de 3 marcos, para que ficasse no tesouro. O seu espírito caridoso é, contudo, realçado pelas dádivas que fez em dinheiro aos Frades Menores e aos Frades Pregadores de Guimarães e aos leprosos de Braga.

Pelo texto do testamento depreende-se que não só instituiu duas capelas como também as mandou construir, sendo uma em honra de Santa Maria sempre Virgem e outra em honra de S. Clemente, certamente os Santos da sua devoção <sup>62</sup>.

### Nº 3 – **Martinho Rodrigues**, deão, 1290

Conhece-se-lhe uma única referência, numa carta de D. Telo, em que o arcebispo afirma, a propósito da apresentação do novo deão Gomes Fernandes, que o anterior, Martinho Rodrigues, nomeado pela sé apostólica, renunciara <sup>63</sup>. Nessa altura, encontrava-se em Roma o futuro chantre Martinho Rodrigues <sup>64</sup>. Não sabemos se há relação entre este deão e o dito chantre.

### Nº 4 – **Gomes Fernandes** <sup>65</sup>, arcediago de Barroso, 1288-1290 e deão, 1290-1294

Foram recolhidas poucas informações sobre este indivíduo. Em 1288 e 1290 é-nos apresentado como arcediago de Barroso. Sabe-se que a posse da dignidade de deão lhe foi conferida pelo cabido, por apresentação do arcebispo <sup>66</sup>. Desempenhou funções de juiz por ambas estas entidades, participou na eleição de D. João de Soalhães, em 1292, e esteve presente em reuniões capitulares aquando da leitura de cartas régias ou arquiépiscopais <sup>67</sup>.

<sup>58</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 10.

<sup>59</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 13.

<sup>60</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 24.

<sup>61</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 588 e 683.

<sup>62</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 24.

<sup>63</sup> «...*decanatus ecclesia nostra vacaret per renunciationem discreti viri Martinj Rodericj qui decanatum eundem per sedem apostolicam obtinerat*». A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 25.

<sup>64</sup> Ver biografia nº 17.

<sup>65</sup> Também referido como Gomécio Fernandes.

Desapareceu em data anterior a 1295, altura em que já encontramos referência a um outro deão.

#### Nº 5 – **Geraldo Domingues**, deão, 1295-1298

Proveniente de Medelo, na diocese de Lamego, filho de Estêvão Domingues, reitor da igreja de Penude e neto de Jogundo, mordomo de Sancho I, não se sabe quando terá nascido. Foi assassinado em Évora, em 5 de Março de 1321, na sequência dos conflitos provocados pela guerra civil de 1319-1324<sup>68</sup>.

As poucas notícias que a documentação capitular guarda a seu respeito referem-se ao desempenho do cargo de procurador de D. João Martins de Soalhães em Roma. De 1297, data uma bula de Bonifácio VIII, dirigida a Geraldo Domingues, deão de Braga e representante legal do então bispo de Lisboa; o papa concede-lhe autorização para contrair um empréstimo (sem juros) para custear as despesas decorrentes dos processos que tratava na cúria<sup>69</sup>. Em 1314, lá se encontra de novo como procurador do recém-nomeado arcebispo bracarense, para em seu nome pedir o «*pallio*»<sup>70</sup>.

Clérigo do rei, a sua ausência de Braga no período do seu deado justifica-se pela presença na corte. Confirmou documentos régios entre 1295 e 1298<sup>71</sup>, notando-se um hiato a partir de Maio de 1297, tempo em que se deslocou à Santa Sé.

Bispo do Porto entre 1300 e 1308, renunciou à diocese para acompanhar a infanta D. Constança, filha de D. Dinis, quando esta foi casar a Castela. Aí, foi-lhe entregue o bispado de Palência. Regressou ao reino em 1313, sendo nomeado para a cátedra eborense em finais de Abril desse ano. Nela se conservou até à sua morte violenta, ocorrida, como já dissemos, em

<sup>66</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 25.

<sup>67</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 153, 154, 155, 156 e 159; Gav. dos Arcebispos, nº 16; Gav. dos Privilégios e Honras, nº 9; Gav. dos Testamentos, nº 36 e Livro das Cadeias, nº 95.

<sup>68</sup> Sobre este futuro prelado de Évora, cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As Dimensões de um Poder*, pp. 74-79.

<sup>69</sup> A.D.B., Gav. das Notícias Várias, nº 22.

1321 <sup>72</sup>.

Instituiu um morgadio em benefício do seu sobrinho Vasco Martins, com bens localizados em diferentes localidades do país, desde Lamego e Santa Maria da Feira a Torres Vedras, Alenquer, Santarém e Beja <sup>73</sup>.

Nº 6 – **Rui Soares** <sup>74</sup>, arcediago de Barroso, 1295-1300 e deão, 1301-1309

Morreu no Outono de 1309 <sup>75</sup>. Praticamente, nada sabemos da sua inserção familiar e social. Contudo, a sua ligação ao arcebispo D. Martinho Pires da Oliveira é flagrante na documentação, o mesmo acontecendo com a sua ligação a Évora, diocese de onde provavelmente seria natural.

Aparece como arcediago de Barroso entre 1295-1300, tendo nessa qualidade recebido um benefício (não especificado) conferido por D. Martinho, dos seis em que este arcebispo obtivera autorização papal para prover seus clérigos domésticos <sup>76</sup>.

Subscreveu ainda uma constituição do prelado em 1296 <sup>77</sup> e uma carta de escambo realizada entre este e o mosteiro de Pombeiro <sup>78</sup>, estando nesta altura presente, entre outros, também um cónego de Évora, João Rodrigues. A sua relação com essa cidade mantém-se, vindo Rui Soares a ocupar o deado da respectiva diocese a partir de 1300, acumulando-o com o de Braga <sup>79</sup>. Podemos identificá-lo como um dos clérigos de D. Martinho que com ele se deslocaram para Braga, acompanhando-o quando veio ocupar o cargo de arcebispo e usufruindo por isso das vantagens decorrentes da proximidade deste influente prelado.

Até 1309, ano da sua morte <sup>80</sup>, é deão bracarense. Teria, contudo, pri-

<sup>70</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 46.

<sup>71</sup> I.A.N./T.T., Ch. D. Dinis, Livro II, fls. 96 a 135 e Livro III, fl. 3 v.

<sup>72</sup> Os seus assassinos foram excomungados pelo papa João XXII. A.D.B., Gav. das Notícias Várias, nº 33.

<sup>73</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 6.

<sup>74</sup> Também Rodrigo Soeiro.

<sup>75</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 29.

<sup>76</sup> A.D.B., C.C., P. 4, nº 158.

<sup>77</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 9.

<sup>78</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 4.

<sup>79</sup> Sobre a sua carreira em Évora, cf. Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*,

mado pelo absentismo, devido não só à acumulação com o deado de Évora mas também à sua permanência na corte, sempre acompanhando D. Martinho. Permanência essa que pode ser seguida em períodos longos, com deslocações entre Coimbra, Santarém, Évora e Lisboa, de 1303 a 1305 e em 1309<sup>81</sup>.

Nº 7 – **Gonçalo Anes**, cónego, 1299<sup>82</sup>-1300, tesoureiro, 1302-1309 e deão, 1309-1317

Morreu a 26 de Abril de 1317 e foi sepultado na igreja de Braga<sup>83</sup>. Da sua vida pessoal pouco ou nada se sabe: apenas se conhece um seu familiar, Pedro Domingues, tabelião e clérigo bracarense.

Em 1299 é referido como cónego e vigário de Braga<sup>84</sup>, função que ainda desempenha em Março de 1300. Entre 1302 e 1309 é tesoureiro<sup>85</sup>. Ocupando esta dignidade, desempenha por várias vezes a função de vigário do arcebispo, o mesmo acontecendo em sendo deão. Estava presente no cabido quando, em 1305, na presença de D. Martinho Pires de Oliveira, o tabelião leu a carta de D. Dinis em que se mencionava o escambo que o rei fez com este prelado, relativo à vila da Vidigueira<sup>86</sup>. Foi nomeado pelo arcebispo executor do seu testamento, juntamente com outros, em 1306<sup>87</sup>. Desde então e até à data da sua morte, as referências são diminutas.

---

pp. 334-335.

<sup>80</sup> A 27 de Julho desse ano ainda era vivo, pois é um dos confirmantes da terceira Concordata entre D. Dinis e o clero português. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Porto, Livraria Civilização, 1971, Apêndice XII, p. 76.

<sup>81</sup> Nesta última data, a única referência encontrada é a registada na nota anterior; no período de 1303 a 1305, o seu nome aparece, uma dezena de vezes, a confirmar vários documentos do monarca, sempre identificado como deão de Braga e de Évora (I.A.N./T.T., Ch. de D. Dinis, Livro III, fls. 33 a 45 e Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte VI, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980, pp. 26 e seguintes).

<sup>82</sup> Em 1292, um Gonçalo Anes, cónego de Braga e arcediogo de Tui, participou numa eleição episcopal realizada em Braga (A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 16). Desconhecemos se se trata do mesmo personagem.

<sup>83</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 31.

Nº 8 – **Domingos Domingues**, cónego, 1275-1281, mestre-escola 1291-1317 e deão, 1317-1329

Não se sabe quando terá nascido; faleceu em 1329 e foi sepultado na sé de Braga<sup>88</sup>. Era natural deste concelho, provavelmente da freguesia de Santa Maria de Sobreposta, onde herdou bens patrimoniais.

Sua mãe, Clara Domingues, morava em Braga e foi também inumada no claustro da igreja bracarense, o que denota pertencer a um nível social elevado<sup>89</sup>. Tinha familiares em Guimarães. Quando pequeno, foi criado pelos reitores de Santa Maria de Sobreposta, Gonçalo Mendes, o Rouco e Pedro Martins, que, como refere no seu testamento, «o criaram e lhe fizeram muito bem». Soeiro Anes, porcionário bracarense, era seu sobrinho<sup>90</sup>. Identificam-se outros: Martinho Anes, João Benedito, Martinho Britelo (que ele nomeia capelães das capelas que instituiu), Acêncio, Pedro Anes, porcionário, seu herdeiro<sup>91</sup>, e ainda uma sobrinha, Maria Anes. Referem-se três irmãs: Maria, Estefânia e Teresa Domingues. Os filhos delas herdaram os bens que o mestre-escola recebera dos pais em Santa Maria de Sobreposta. Um Vasco Domingues, almoxarife de Guimarães, e respectivos filhos, são abundantemente contemplados no seu testamento, o que talvez possa indicar relações próximas de parentesco: irmão e sobrinhos, possivelmente. Identificou-se também um seu escudeiro, João Martins.

Como cónego, confirmou vários diplomas: testemunhou o prazo feito pelo cabido ao presbítero João Anes, clérigo de S. Martinho de Dume, em 1275<sup>92</sup>, subscreveu o testamento de Pedro Garcia, em 1278, e esteve pre-

---

<sup>84</sup> Em 1294, porém, um indivíduo com o mesmo nome é auditor do arcebispo. Não há a certeza de se tratar da mesma pessoa.

<sup>85</sup> A.D.B., C.C., P. 5, nºs 206 e 214.

<sup>86</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 9.

<sup>87</sup> Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, p. 71.

<sup>88</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 57.

<sup>89</sup> Uma Clara Domingues aparece referida no testamento do mestre-escola Domingos Peres Vinagre (de 1281), como sendo sua sobrinha. A ser a mesma pessoa, Domingos

sente na redacção do de Domingos Peres Vinagre, em 1281, por exemplo <sup>93</sup>. Nesta data era tesoureiro da mesa arquiiepiscopal, dando quitação da entrega de 80 libras portuguesas a Martinho Peres, cónego de Braga, relativa à dívida que este pagara ao arcebispo <sup>94</sup>.

Aparece como mestre-escola em Agosto de 1291, quando, no claustro bracarense, no lugar em que se faziam as audiências, na presença do arcebispo D. Telo, de três tabeliães, de várias dignidades e cónegos, se decidiu, de acordo com as Constituições de Gregório X, que a igreja de S. Tiago de Cambeses fosse dada por vaga, pois o seu reitor, um porcionário bracarense, não ascendera ao sacerdócio, tal como deveria ter feito <sup>95</sup>. Um ano depois, já após a morte de D. Telo e em período de sede vacante, participou na eleição que o deão e o cabido fizeram de D. João Martins de Soalhães, então cónego de Coimbra, para a cátedra de Braga <sup>96</sup>. Como vigário do arcebispo, como procurador do cabido e sempre referenciado como mestre-escola, participou activamente na vida da canónica bracarense, ao longo dos episcopados de D. Martinho Pires de Oliveira e D. João de Soalhães <sup>97</sup>.

Em 2 de Maio de 1317 foi eleito deão pelos capitulares <sup>98</sup>. Em 26 de Abril anterior falecera o deão, Gonçalo Anes, e o cabido nomeara um arce-diago, o chantre e o tesoureiro para organizarem a eleição. Reuniram-se todos a 2 de Maio e elegeram o mestre-escola. Referem-se na acta da eleição as suas qualidades: homem probo e discreto, com boa ciência de vida, letrado, de bons costumes; sendo, além do mais, presbítero, de idade apropriada e filho de um casamento legítimo. Também era circunspecto, tanto no temporal como no espiritual. Por isso, foi solenemente eleito e dessa eleição se pediu confirmação ao arcebispo. No entanto, D. João de Soalhães não a aceitou e não confirmou o deão. O cabido, alegando que o arcebispo não

---

Domingues é sobrinho-neto desse mestre-escola.

<sup>90</sup> Ver biografia n° 20 dos porcionários.

<sup>91</sup> Veio a ser arce-diago de Barroso. Ver biografia n° 38.

<sup>92</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n° 48.

<sup>93</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n°s 41 e 49.

<sup>94</sup> A.D.B., C.C., P. 3, n° 106. Ver biografia n° 104.

<sup>95</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, n° 211.

<sup>96</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 16.

<sup>97</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 33; Gav. das Dignidades e Cónegos, n°s 29, 31 e

estava a respeitar o costume, infringindo assim a honra e o estatuto da instituição, pediu-lhe que reconsiderasse. Os cónegos ameaçaram, inclusivamente, pôr as suas pessoas e bens sob a protecção directa da Santa Sé, para onde prometeram apelar caso o prelado persistisse na sua atitude. O documento que a isto se refere está datado de 4 de Maio <sup>99</sup>.

Ora, a 11 de Junho, o cabido voltou a apelar, desta vez para o rei, pois o arcebispo, entretanto, ameaçara os capitulares de dar o deado e o chantrado, bem como outras dignidades, a quem lhe aprouvesse. A questão viu o seu desfecho a 21 de Junho do mesmo ano, quando, encontrando-se o arcebispo em Avinhão, aí se dirigiram D. Gonçalo Pereira, então deão do Porto e Soeiro Anes, porcionário de Braga e sobrinho de Domingos Domingues, procuradores deste e do cabido, conseguindo finalmente a confirmação pelo prelado, que acabou por se referir ao novo deão como «amigo antigo e caríssimo».

A presença e actividade desta personagem no cabido, ao longo de 51 anos (1278 -1329), é quase constante <sup>100</sup>. Entre 1281 e 1291 não deixou, no entanto, quaisquer traços na documentação. Teria estado ausente de Braga, para realizar estudos? Repare-se que em 1281 é ele o herdeiro dos volumes de Gramática e Lógica, entre outros, do mestre-escola anterior, Domingos Peres Vinagre, e passados dez anos apresenta-se também como mestre-escola, o que reforça de alguma forma tal possibilidade.

Nestas condições, não espanta que parte importante do espólio referido no seu testamento, de 1328, fossem livros <sup>101</sup>. Deixa-os ao seu sobrinho Pedro Anes, porcionário de Braga e seu herdeiro, com a obrigação de estudar e aprender pelas suas Decretais durante doze anos. Não os poderá vender, nem alienar, nem trocar. Passados esses doze anos deverá dá-los a Gonçalo e Gil Vasques, filhos do almoxarife Vasco Domingues (e portanto seus sobrinhos?), para que também estudassem por eles. Morto o último destes, determinou que ficassem os livros ao cabido. Foi possível fazer uma listagem de várias obras: um *Decreto*; um livro de *Instituições*; um

---

33; Livro das Cadeias, n.º 12; Livro I dos Testamentos, n.ºs 49, 51 e 53; Livro II dos Testamentos, n.ºs 9, 20 e 28; Gav. 1.ª das Igrejas, n.ºs 78 e 117; Gav. 2.ª das Igrejas, n.º 7; Gav. dos Votos, n.º 3; Gav. 1.ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n.ºs 114, 159, 169, 176, 189, 208 e 209; Gaveta dos Legados e Sufrágios, n.º 15 e C.C., P. 3, n.ºs 106 e 135.

*Albartano*; vários *Casos dos Decretos* com os seus resumos; um *Tratado de Penitência*, com leitura de João de Deus; um *Doutrina Cristã*; um livro de *Teologia* e outro de *Direito Canónico*; as *Constituições de Gregório Papa* (X), emanadas do Concílio de Ludo; um livro com os comentários de Pedro Sansão; livros de *Gramática* e de *Lógica*; o 6º volume das *Decretais*; um livro sobre o *Advento de Nosso Senhor Jesus Cristo*; os livros de Tancredo; um Breviário e muitos outros cadernos sobre direito canónico<sup>102</sup>.

Relativamente à sua fortuna, reconhece-se ser, no mínimo, extensa. Pertencia-lhe a casa em Braga em que morara sua mãe e outra que comprou a um cónego<sup>103</sup>. Referem-se muitas herdades e casas, algumas identificadas pela sua localização, outras não: herdades em Infias, uma quintã em S. João de Semelhe, outra em Bemposta, outra em Frossos; os casais de Pedralva, de Vila de Passos em S. Victor, de Argariz, da Quintela em Santa Maria de Ferreiros, o de Buçaquira e o de Feal em S. Cristóvão de Esporões; vinhas, devesas; muitas casas: várias na Rua Nova, outra que tinha um palheiro, um casal em Quintarela; as casas do Eirado e as sete casas e o casal de Chãos<sup>104</sup>.

Além dos cálices de prata que era costume os cónegos legarem ao cabido, deixou ao cónego Estêvão Pais<sup>105</sup>, em sinal de amizade, a sua berlinda «*cum manubrio argenteum*». Distribuiu vários vasos de prata pelos familiares e deu uma cinta de seda e uma esmoleira à mulher de Vasco

<sup>98</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 31.

<sup>99</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 32 e 33.

<sup>100</sup> A partir de 1325, porém, encontramos-lo apenas numa procuração que a canónica de Braga fez para o pleito que mantinha com o rei sobre o couto de Rozominhas e como testemunha de outro acto (A.D.B., Gav. dos Coutos, nº 14 e C.C., P. 11, nº 446).

<sup>101</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 57.

<sup>102</sup> As *Decretais* poderão ser as de Gregório IX e compreendiam cinco livros. Quanto às *Instituições de Albartano*, eventualmente poderia tratar-se do manual de Direito Romano publicado em 533, denominado *Institutiones* ou *Instituta* (Avelino de Jesus da Costa, «A Biblioteca e o Tesouro da Sé de Braga nos séculos XV a XVIII», in *Theologica*, 2ª série, nº 18, 1983, p. 129). João de Deus foi um ilustre jurista medieval português e sobre ele podemos ver A. D. de Sousa Costa, *Doutrina penitencial do canonista João de Deus*, Editorial Franciscana, Braga, 1956 e ainda *Um mestre português em Bolonha no século XIII. João de Deus, vida e obras*, Editorial Franciscana, Braga, 1957. Os livros de Tancredo seriam provavelmente os *Ordo Iudicarius Tancredi*.

<sup>103</sup> A casa em que residia sua mãe seria a mesma que deixou ao seu herdeiro Pedro Anes,

Domingues (sua cunhada?). As dádivas em dinheiro são também abundantes, contemplando essencialmente familiares e serviçais.

As suas preocupações com a salvação da alma também sobressaem: instituiu seis capelas de missas, para as quais deixou rendimentos e propriedades. Pediu que o sepultassem na capela de S. Geraldo, de quem se disse devoto e rogou ao cabido que celebrasse no altar do santo dez mil missas. E, caso curioso, pediu que colocassem para sempre uma lâmpada na torre da catedral para afastar os raios, os trovões e as tempestades.

#### Nº 9 – **João Palmeiro**, deão, 1329-1340

Sucedeu a Domingos Domingues como deão de Braga em 1329<sup>106</sup>.

Entre as pessoas que o rodearam temos conhecimento de quatro clérigos: Mateus Afonso<sup>107</sup>, Luís Domingues, Afonso Domingues<sup>108</sup> e Gonçalo Ramos<sup>109</sup>.

Em Julho de 1334 está presente na eleição de Rodrigo Martins como abade de Pombeiro e numa doação de 400 florins de ouro, feita pelo bispo de Astorga à capela de D. Gonçalo Pereira<sup>110</sup>. No último trimestre desse mesmo ano, encontramos-lo a adjudicar todos os bens da igreja de S. Julião de Calendário, para pertencerem perpetuamente à capela do arcebispo, e como administrador desta a emprazar uma vinha, casas e quebradas a um particular<sup>111</sup>. Em Março de 1335 está presente na nomeação de Gonçalo

---

futuro arcediogo de Barroso e na qual este veio a morar. Tal moradia, que ainda hoje existe na actual Rua de Santo António das Travessas, foi a partir do século XV utilizada como sinagoga, tal como afirma Maria Assunção J. de Vasconcelos, «A Casa Grande da Rua de Santo António das Travessas», *Forum*, nºs 12/13, Jul. 92 / Jan 93, pp. 17-18.

<sup>104</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 57.

<sup>105</sup> Trata-se do futuro chantre. Ver biografia nº 21.

<sup>106</sup> A.D.B., Livro II de Testamentos, nºs 45 e 57. Em ambos os documentos surge referenciado, também, como vigário geral (entre Setembro e Dezembro). Encontramos o seu nome ainda mencionado em C.C., P. 15, nºs 590, 619 e 660; P. 16, nºs 626, 632, 640 e 647; P. 17, nº 663 e Gav. dos Legados, nº 22.

<sup>107</sup> A.D.B., C.C., P. 15, nº 619.

<sup>108</sup> Os dois homens surgem referenciados em A.D.B., C.C., P. 16, nº 626. Luís Domingues aparece ainda mencionado em C.C., P. 16, nº 640.

<sup>109</sup> A.D.B., C.C., P. 16, nº 640.

Anes Pimentel como cónego de Braga<sup>112</sup>. Volta a ser referenciado como deão por várias vezes até 1339<sup>113</sup>.

Nesse ano, encontramos para o mês de Abril uma sua sentença<sup>114</sup> e, em Junho, o cabido reúne-se sob a sua presidência com o objectivo de nomear procurador para que se fizesse uma apelação ao arcebispo sobre a execução da dízima eclesiástica para socorro da Terra Santa<sup>115</sup>.

A última referência que encontramos ao deão João Palmeiro data de Agosto de 1340, quando se encontrava em Lisboa, em representação de D. Gonçalo Pereira, testemunhando a veracidade da dispensa papal para casar o infante D. Pedro com D. Constança<sup>116</sup>.

#### Nº 10 – **Martinho Zote**, cónego, 1341 e deão, 1342-1348

Não sabemos quando nasceu, mas em Janeiro de 1349 o Papa confirmou o provimento feito por D. Gonçalo Pereira do deado de Braga em Vasco da Cunha por morte de Martinho Zote<sup>117</sup>. Deve, portanto, ter falecido em 1348, mas um pouco antes do arcebispo (que, ao que se crê, terá sido vitimado pela Peste Negra<sup>118</sup>).

Oriundo de uma família nobre próxima do monarca, era primo de Teresa Gil Zote, esposa de Vasco Martins Pimentel, o Patinho, que, em 1360, vivia em Real, julgado de Neiva, e provavelmente filho de Vasco Martins e neto de Martinho Martins Zote<sup>119</sup>. Por sua vez, este era primo de Alda Martins de

<sup>110</sup> A.D.B., C.C., P. 16, n<sup>os</sup> 632 e 635.

<sup>111</sup> A.D.B., C.C., P. 16, n<sup>os</sup> 637 e 640. Há um outro prazo por três vidas, realizado pelo deão, na P. 16, n<sup>o</sup> 638.

<sup>112</sup> A.D.B., C.C., P. 17, n<sup>o</sup> 663.

<sup>113</sup> A.D.B., C.C., P. 16, n<sup>os</sup> 635, 649 e 655, P. 17, n<sup>o</sup> 698; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n<sup>o</sup> 12; Gav. dos Prazos Particulares, n<sup>o</sup> 47 e Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 99.

<sup>114</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n<sup>o</sup> 38.

<sup>115</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, n<sup>o</sup> 17.

<sup>116</sup> A.D.B., C.C., P. 18, n<sup>o</sup> 715.

<sup>117</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, ed. A. D. de Sousa Costa, vol. I – *Súplicas dos Pontificados de Clemente VI, Inocência VI e Urbano V*, Roma/Porto, Livraria Editorial Franciscana, 1968, Clemente VI, n<sup>o</sup> 288, pp. 152-153. Sobre Vasco da Cunha, ver biografia n<sup>o</sup> 179.

Creixomil, abadessa de Semide, que era também prima do arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>120</sup>.

Dos homens que o rodearam, temos conhecimento de dois clérigos seus chamados Martinho Nandim e João Gonçalves <sup>121</sup>.

Quanto à sua formação, vamos encontrar, em Dezembro de 1325, Martinho Zote referenciado como um dos escolares que estavam presentes, na Escola de Degredos, quando Estêvão Coelho leu um processo feito pelo notário apostólico sobre uma prebenda vaga <sup>122</sup>.

Provido num canonicato bracarense por Bento XII, em 1341 <sup>123</sup>, surge como deão em 1342 <sup>124</sup>. Nesse mesmo ano é um dos nomes que figura como presente no sínodo convocado pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>125</sup>. Sabemos que possuía um canonicato em Lisboa, o arcediagado de Santarém, o reitorado de Santa Eufémia de Penela e um canonicato e prebenda em Palência, que com a sua vinda para Braga ficam livres <sup>126</sup>. Em 1346, o seu nome surge no estatuto da capela de D. Gonçalo Pereira <sup>127</sup>.

É mencionado, pela última vez, em Abril de 1347, num prazo de várias herdades situadas nas freguesias de Santa Maria de Lamações, S. Tiago de Faria e S. João de Nogueira <sup>128</sup>.

Do seu património sabemos, apenas, que possuía umas herdades em Santarém, que depois da sua morte ficaram ao cabido de Braga <sup>129</sup>.

<sup>118</sup> Maria Helena da Cruz Coelho, «O Arcebispo D. Gonçalo Pereira: Um querer, um agir», in *Actas do Congresso Intenacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Vol. II/1, Universidade Católica Portuguesa/Faculdade de Teologia – Braga, Cabido Metropolitano e Primacial de Braga, Braga, 1990, p. 416.

<sup>119</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis. Percursos de uma linhagem da nobreza medieval portuguesa (séculos XIII-XIV)*, Lisboa, I.N.-C.M., 2000, pp. 197-198.

<sup>120</sup> Rui Cunha Martins, *Património, parentesco e poder. O mosteiro de Semide do século XII ao século XV*, Lisboa, Escher, 1992, p. 52.

<sup>121</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 65.

<sup>122</sup> A.D.B., C.C., P. 10, n° 419.

<sup>123</sup> J. M. Vidal, *Benoît XII. Lettres Communes*, vol. II, Paris, Fontemoing et Cie, 1911, p. 313. De tal não nos resta, porém, qualquer testemunho no cartório capitular.

<sup>124</sup> As primeiras referências que encontramos a este nome como deão do cabido de Braga vão para o mês de Junho de 1342, A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, n° 48. Depois aparece em C.C., P. 19, n° 752; P. 20, n° 763; P. 21, n° 802; Gav. 2ª das Igrejas, n° 49; Gav.

Nº 11 – **Gonçalo Esteves de Moles**, porcionário, 1325, cónego, 1334-1348 e deão, 1349

Surge mencionado como deão, uma única vez, em Janeiro de 1349, num escambo feito pelo cabido de Braga<sup>130</sup>. Morre provavelmente pouco tempo depois, visto que o seu sucessor é referido pela primeira vez na documentação em Maio desse mesmo ano.

Era filho de Estêvão Rodrigues de Moles e de Sancha Anes da Cunha, esta, neta de Vasco Martins Pimentel<sup>131</sup>, sendo assim sobrinho de D. Gonçalo Pereira. Conhecemos o nome de duas das pessoas que o rodearam: Martinho Domingues, seu clérigo<sup>132</sup> e Álvaro Peres, seu homem<sup>133</sup>.

Com o título de porcionário da igreja bracarense, é citado como testemunha de um documento de 1325<sup>134</sup>. Nesse mesmo ano, aparece-nos a exercer o cargo de vigário geral da arquidiocese, confirmando o abade de uma igreja da apresentação do cabido de Braga<sup>135</sup>.

Cónego desde, pelo menos, 1334<sup>136</sup>, foi igualmente abade da igreja paroquial de Santa Maria de Moreiras, tendo D. Gonçalo Pereira solicitado ao papa, em 1346, que por graça especial ele pudesse acumular tais benefícios com outros<sup>137</sup>. A sua ligação ao prelado manteve-se forte durante toda a sua carreira, tendo-lhe servido de procurador e mordomo, representando-o em diversas transacções de propriedades ou simplesmente servindo nelas de testemunha<sup>138</sup>.

---

A última referência que a ele encontramos data de Abril de 1348, quando 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 263 e 269. Sabemos que foi provido no deado por letras apostólicas do antecessor de Clemente VI, pois tal é dito numa súplica do seu sucessor no canonicato de Lisboa. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 7, p. 7.

<sup>125</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 752.

<sup>126</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nºs 7, 10 e 15, pp. 7, 9 e 13.

<sup>127</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 802.

<sup>128</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nº 93.

<sup>129</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 67

<sup>130</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 13.

<sup>131</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, p. 237.

<sup>132</sup> A.D.B., C.C., P. 16, nº 631.

testemunhou uma doação feita pelo seu tio arcebispo <sup>139</sup>.

Nº 12 – **Estêvão Peres [Homem]**, cónego, 1340-1349 e deão, 1349-1374 <sup>140</sup>

Filho de Pero Martins Homem e de Mor Martins de Brufe, tinha vários irmãos, entre os quais Vasco Peres Homem, também cónego de Braga <sup>141</sup>.

Das pessoas que gravitaram à sua volta, conhecemos um grande número de procuradores: João Francisco, cónego de Mondonhedo e abade de Vila Cova, cargo anteriormente ocupado pelo agora deão <sup>142</sup>; Álvaro Peres, abade de S. Vicente de Moscatelos <sup>143</sup>; Domingos Domingues, abade de S. Clemente e Vasco Martins, clérigo da capela de D. Gonçalo <sup>144</sup>; Martinho Domingues, raçoeiro de Vila Cova e clérigo de D. Gonçalo Pereira, e Martinho Gonçalves <sup>145</sup>; Lourenço Peres e Domingos de Espinho, raçoeiros de Braga, e Martinho Lourenço, procurador na audiência de Braga <sup>146</sup>; Clemente Durães <sup>147</sup> e ainda o escolar de Lisboa João Palmeiro <sup>148</sup>.

Contou também com alguns homens de confiança, como João Anes, Rodrigo Afonso, Gonçalo Lourenço, Fernão Lopes e Gil Lopes <sup>149</sup>. Teve ao seu serviço um servente chamado Afonso Peres <sup>150</sup>. Quanto a clérigos seus, temos conhecimento de um tal Bento Anes, de Martinho Martins, abade de

<sup>133</sup> A.D.B., C.C., P. 16, nº 641.

<sup>134</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 166 e Livro II de Testamentos, nº 39.

<sup>135</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 166. É a confiança nele depositada pelo prelado que nos leva a identificar este porcionário com o futuro cónego e deão Gonçalo Esteves de Moles.

<sup>136</sup> Data em que testemunhou diversas vendas de propriedades ao arcebispo. A.D.B., C.C., P. 16, nºs 631, 632 e 636.

<sup>137</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 166, p. 94.

<sup>138</sup> A.D.B., C.C., P. 16, nºs 641, 642, 648, 656, 658; P. 17, nºs 661, 662, 681, 683, 6 ;  
8 ;  
9 ;  
P. 18, nº 701; Livro I de Testamentos, nºs 86 e 87 e Gav. dos Coutos, nº 54.

<sup>139</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 812.

<sup>140</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>141</sup> J.A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, p. 317. Ver

Vilela, e de João Anes, abade de Vilar do Monte <sup>151</sup>.

Como cónego, surge-nos pela primeira vez em 1340, sendo depois a sua presença frequente na documentação. Intitula-se também reitor de S. Salvador de Vila Cova <sup>152</sup>. No início de 1349 é referenciado pela última vez como cónego em cabido, quando se apresenta para reitor da igreja de Santiago de Guimarães <sup>153</sup>; irá posteriormente acumular essa igreja com o deado <sup>154</sup>.

A primeira menção que encontrámos para Estêvão Peres como deão data de Maio de 1349. Nomeia então quatro procuradores para poder arrecadar os bens da capela de S. Francisco, em Santarém <sup>155</sup>.

Em Julho procedia à visitação das terras do seu deado, tentando saber qual a situação do culto nos diferentes locais, pois perguntava pelos sacramentos e se nas igrejas havia missa <sup>156</sup>. Preocupava-se também com o facto de começarem a surgir alguns problemas na sé. Nomeadamente, o mestre-escola era acusado de ter arrombado uma arca no tesouro da catedral, enquanto o deão se ausentara na corte, e de lá ter retirado prata que seria para o novo arcebispo <sup>157</sup>. No mês de Agosto está a receber a resposta do mestre-escola à apelação que, juntamente com o tesoureiro, lhe fez <sup>158</sup>.

Posteriormente, Estêvão Peres, através de um seu procurador, na circunstância o tesoureiro, afronta o prebendeiro do cabido, pois ainda não estava a receber a prebenda como deão mas apenas como cónego. O cabido não o assumia, então, como deão e o contador, que era o mestre-escola, não o contava como tal <sup>159</sup>. O que, porventura, seria natural, pois a solicitação da confirmação do deado de Braga para Estêvão Peres, abade de Vila Cova,

---

biografia n° 138.

<sup>142</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n° 822; Gav. das Concórdias e Visitas, n°s 4 e 5.

<sup>143</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n° 830.

<sup>144</sup> A.D.B., C.C., P. 23, n° 855.

<sup>145</sup> A.D.B., C.C., P. 18, n° 714.

<sup>146</sup> Além do já referido João Francisco. A.D.B., C.C., P. 22, n° 822.

<sup>147</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n°s 827 e 841.

<sup>148</sup> A.D.B., C.C., P. 20, n° 767; Gav. 1ª das Igrejas, n° 227 e Livro I de Testamentos, n°s 64 e 89.

<sup>149</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n°s 836, 850 e 851.

<sup>150</sup> A.D.B., C.C., P. 18, n° 720.

<sup>151</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n°s 836 e 842.

<sup>152</sup> A.D.B., C.C., P. 18, n°s 698, 714, 720 e 721; P. 19, n° 763; P. 21, n°s 789, 790,

feita pelo rei e pelo arcebispo ao papa, em Outubro de 1349, afirma que a eleição havia sido efectuada na ignorância de que o anterior titular havia falecido na cúria, o que fazia cair a nomeação do novo deão nas mãos do pontífice <sup>160</sup>.

Em todo o caso, esta questão deve ter ficado resolvida, pois a partir de então multiplicam-se as referências ao deão nas fontes <sup>161</sup>, nomeadamente cumprindo funções que lhe eram próprias, como fazer a colação e a provisão de uma conezia <sup>162</sup>. Contudo, outras dificuldades surgiram: em Maio de 1358, Estêvão Peres vê o arcebispo de Braga repor umas verbas que lhe pertenciam; é que o abade de S. Vicente de Coucieiro não lhe pagava o que devia por ser terra do seu deado e o prelado havia mandado o mestre-escola receber os frutos dessa igreja <sup>163</sup>.

Sabemos que os problemas do deão não acabaram por aqui, pois, em Setembro de 1363, o seu sobrinho, cónego Nuno Gonçalves, fez uma apelação para Roma contra possíveis agravamentos do arcebispo, referindo que o deão também já o havia feito <sup>164</sup>. Nesse mesmo mês, o rei D. Pedro I emitiu uma carta protegendo o deão contra os ataques de que era alvo, por um poderoso, num seu lugar situado em Balsar <sup>165</sup>.

Também como administrador da capela de D. Gonçalo Pereira <sup>166</sup>, cargo associado pelo fundador à dignidade de deão, suscitou desconfianças e oposições. Não sabemos ao certo quando deixou de o exercer. Todavia, temos conhecimento que, em 1376, o arcebispo D. Lourenço Vicente lhe ordenou que res-

---

791, 794, 795 e 796; Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>os</sup> 263 e 269; Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 227 e Livro I de Testamentos, n<sup>os</sup> 64, 68, 71, 72, 75, 76, 78, 79, 80, 86, 87, 89, 90 e 92.

<sup>153</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n<sup>o</sup> 13 e C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 821.

<sup>154</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>os</sup> 830 e 847.

<sup>155</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 822.

<sup>156</sup> A.D.B., Gav. das Concórdias e Visitas, n<sup>os</sup> 4 e 5.

<sup>157</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 823.

<sup>158</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 824.

<sup>159</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 825. Estêvão Peres não colheria os favores de alguns elementos do cabido de Braga. A sua eleição, se acaso existiu, provavelmente não teria sido concordante e não nos devemos esquecer que estávamos em Sé Vacante.

pondesse, dentro de tempo limitado, sobre o dinheiro que retirara indevidamente do tesouro dessa capela <sup>167</sup>. Tratava-se, certamente, de problemas graves, pois em Julho de 1379, sabemos que o cónego Diego Álvares é o administrador e procurador da capela de D. Gonçalo «*en logar de Steuam Perez dajam*» <sup>168</sup>.

Para além da sua carreira na Igreja, pode ter exercido funções ao serviço do Estado, pois em Outubro de 1357 está com o rei em Arganil <sup>169</sup>.

No que diz respeito ao seu património imobiliário, em Janeiro de 1361, Estêvão Peres protesta porque o cónego Gomes Pais de Azevedo tomou posse de uma quinta em Semelhe que o deão achava pertencer-lhe, por ser o mais próximo da linhagem de Martinho Anes da Cunha, filho do cavaleiro João da Cunha <sup>170</sup>. Não sabemos, contudo, o desfecho desta questão. No ano seguinte, adquiriu uns casais ao mosteiro de S. Martinho de Sande <sup>171</sup>.

## Chantres

### Nº 13 – Mestre João, chantre, 1245-1277

Deve ter falecido em 1277, no próprio ano em que mandou lavrar testamento <sup>172</sup> ou pouco tempo após esta data, pois não voltam a ser encontradas referências suas e um outro chantre aparece mencionado nas fontes no ano seguinte.

Era provavelmente natural do distrito de Braga, pois as propriedades que recebeu da sucessão do avô Martinho Sesnandes situavam-se em Nogueira <sup>173</sup>. No seu testamento, feito em Braga, pediu para ser sepultado no claustro da sé desta cidade, junto do avô.

Para além de mencionar o referido Martinho Sesnandes, já falecido,

<sup>160</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n.º 325, p. 170.

<sup>161</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.ºs 63 e 67; Gav. da Sé e Missas, n.ºs 2 e 3; Gav. 1.ª das Igrejas, n.ºs 4 e 125; Gav. 2.ª das Igrejas, n.º 46; Gav. 1.ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n.º 275; Gav. dos Prazos do Cabido, n.ºs 65 e 67; Gav. dos Quindénios e D é c i m a s , n.ºs 22 e 23; Gav. das Dignidades e Cónegos, n.º 44; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n.º 25; C.C., P. 22, n.º 840 e Livro I dos Testamentos, n.º 55.

<sup>162</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n.º 43.

<sup>163</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n.º 41.

<sup>164</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n.º 846.

<sup>165</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n.º 847.

identificou como membros da sua família as irmãs Estefânia e Elvira e os sobrinhos Pedro Anes, Domingos Anes e Domingas Peres. Embora o avô não o tivesse citado no respectivo testamento <sup>174</sup>, referiu, no entanto, o deão Pedro Anes <sup>175</sup> como seu afilhado, afirmando também ser parente de um certo cónego Mendo Peres, o que nos mostra que este chantre tinha vários familiares na carreira eclesiástica. Comprovadamente, era irmão de Fernão Anes, cónego bracarense e de Domingos Anes, porcionário da mesma sé <sup>176</sup>.

Surge-nos ao longo de toda a documentação como chantre, usando sempre o título de mestre, o que comprova a sua formação superior. Sabemos que possuía selo próprio, pois o cónego Estêvão Anes (de Vasconcelos, futuro arcediogo de Barroso) fez com ele selar uma carta datada de 1253, a propósito da apresentação da Igreja de Santa Maria da Palmeira <sup>177</sup>, tendo-o usado também para selar o seu testamento.

A bula de Inocêncio IV, *Tuam volentes honorare*, dada em Assis a 18 de Julho de 1253, dirigida ao arcebispo D. João Viegas, mandava que fosse concedida dispensa tanto a mestre João, chantre, como ao cónego Estêvão Anes, já referido, para a obtenção de uma dignidade e de um único benefício no reino de Portugal <sup>178</sup>.

Em 1245, ano em que surge pela primeira vez na documentação do arquivo do cabido, emprazou, juntamente com mais dois cónegos e em nome da canónica, o casal de Gandarela, situado em Santa Maria de Panóias <sup>179</sup>.

Em 18 de Fevereiro de 1268, vêmo-lo ser testemunha da doação da herdade da Quintã, da bouça de Mogo e do casal de Amorim, sitos em Santa Maria de Abade, feita à instituição capitular pelo escudeiro Estêvão Peres <sup>180</sup>. Em 1274 está presente quando o cabido adquire duas propriedades rurais <sup>181</sup>.

---

<sup>166</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>os</sup> 827, 841, 842, 843, 845, 850 e 853; P. 23, n<sup>os</sup> 854 e 860; Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>o</sup> 277 e Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n<sup>o</sup> 14.

<sup>167</sup> A.D.B., C.C., P. 23, n<sup>o</sup> 870.

<sup>168</sup> A.D.B., C.C., P. 23, n<sup>o</sup> 876.

<sup>169</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 832.

<sup>170</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 836.

<sup>171</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>os</sup> 829, 838 e 840.

<sup>172</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n<sup>o</sup> 33.

<sup>173</sup> Existem vários locais com este nome no concelho de Braga e um outro no conce-

No ano seguinte testemunha um emprazamento por uma vida, feito pela canónica ao clérigo de S. Martinho de Dume, João Anes, um penhor imobiliário sobre uma vinha de Pedro Peres de Lamações e sua mulher Constança Domingues, feito a favor do cónego Domingos Peres, pelo seu procurador Domingos Fernandes e ainda a pública forma do testamento do deão Fernão Anes<sup>182</sup>.

Em relação às suas actividades económicas, sabemos que, entre 1246 e 1277, comprou seis propriedades rurais constituídas por duas herdade, três leiras e duas vinhas, sendo três em Santiago de Esporões, uma em S. Paio de Arcos e duas outras em locais não identificados<sup>183</sup>. Adquiriu ainda, no mesmo espaço de tempo, mais uma casa na cidade velha<sup>184</sup>. Segundo um apontamento das propriedades que o cónego D. Mateus deixou ao cabido de Braga, terá ainda possuído alguns casais em Nogueira<sup>185</sup>, devendo tratar-se das propriedades que, no seu testamento, situa na mesma localidade. Além destes bens de Nogueira, que pertenciam à sucessão de Martinho Sesnandes, era detentor de uma herdade em Carrazedo, outra em S. Cristóvão de Esporões, parte de uma quinta no Pedraçal, uns moinhos que tinha emprazados, um emprazamento em Urjães e casas na Rua dos Burgueses, em Maximinos e na Cividade<sup>186</sup>. Em 1263 escambou com o Cabido um foro de 5 morabitanos, transferindo-o de uma propriedade para outra<sup>187</sup>.

Afirmou ter, para além destes prédios, ainda alguns bens móveis, entre eles três cifos, legando um, dourado, com mais algum dinheiro aos cónegos de Braga, e um outro a um sobrinho. A herdade do Selho, que possuía em Guimarães, foi deixada à canónica dessa cidade. Foi também generoso para com algumas pessoas, entre elas os leprosos e leprosas da cidade de Braga, e algumas instituições. Instituiu uma capelania perpétua, encarregando o seu procurador Fernão Anes de a dar ao clérigo de sua casa Pedro Anes<sup>188</sup>.

---

lho de Ponte da Barca.

<sup>174</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 33. O testamento de Martinho Sesnandes está redigido sobre a mesma peça de pergaminho que o do neto, que se lhe segue.

<sup>175</sup> Deão entre [1185-1197] segundo Maria Cristina de Almeida e Cunha, *A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga*, p. 104, ou 1180-1188, segundo Maria João V. Branco, *Poder Real e Eclesiásticos*, vol. II, p. 104.

#### Nº 14 – **Gonçalo Gonçalves**, chantre, 1278-1282

A identificação deste indivíduo suscitou-nos algumas dúvidas, devido à existência, em datas próximas, de três outros capitulares homónimos: um simples cónego (1270-1275), um arcediogo do Couto (1288-1289) e outro cónego (1296), este último, porém, facilmente identificável devido ao facto de aparecer sempre intitulado de abade de Vila Cova<sup>189</sup>. Na falta de elementos que permitissem, decisivamente, associá-los uns aos outros, preferimos considerar a todos separadamente.

O chantre surge, em 1278, em dois testamentos, a saber: o do cónego Gomes Domingues, que o nomeia como seu executor testamentário, juntamente com D. Geraldo Lourenço, arcediogo de Braga<sup>190</sup> e o do arcediogo de Neiva, Pedro Garcia, onde faz parte do número das testemunhas apenas como “domno G. cantore”<sup>191</sup>. Em nome da canónica, recebe, em 1281, a doação da herdade de Vila Nova feita por Pedro Pais, ratificada, anos mais tarde, por sua mulher, Maria Gonçalves<sup>192</sup>. Por último, está presente numa reunião realizada pelo cabido, em 1282, em que se passa pública forma de uma provisão régia, sendo um dos confirmantes<sup>193</sup>.

#### Nº 15 – **Domingos Peres**, cónego, 1271<sup>194</sup>-1279, tesoureiro, 1281-1282 e chantre, 1288-1292

---

<sup>176</sup> Ver biografia nº 144 dos cónegos e nº 15 dos porcionários, respectivamente.

<sup>177</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 13.

<sup>178</sup> Élie Berger, *Les Registres d'Innocent IV*, III (fasc. 9-11), nº 6877, p. 292. Também M. Alegria F. Marques se lhe refere (*O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 347).

<sup>179</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 22.

<sup>180</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 105 e Livro II dos Testamentos, nº 15.

<sup>181</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 124 e 131.

<sup>182</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 48; Gav. das Propriedades Particulares, nº 947 e Gav. dos Testamentos, nº 31.

<sup>183</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 526, 568, 659, 681, 699 e 707.

<sup>184</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 586.

<sup>185</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 16.

Ignoramos quando nasceu e quando faleceu. Foi sepultado na igreja de Braga, no local onde se costumava realizar o cabido <sup>195</sup>.

Cónego e tesoureiro antes de ocupar o chantrado, desempenhou também as funções de vigário e foi juiz numa causa de apresentação de párocos <sup>196</sup>. Encontrámo-lo ainda a testemunhar actos de última vontade de outros capitulares, como o do cónego João Paris <sup>197</sup> e o do arcediogo Pedro Garcia; na qualidade de vigário, juntamente com o cónego Domingos Esteves, entregou a João Fortes, tabelião público de Braga, este último documento para que fosse aberto e lido publicamente <sup>198</sup>.

Esteve presente, já como tesoureiro, quando, no cabido, se leu uma provisão régia <sup>199</sup>. Como chantre, aparece referido nas Inquirições de 1288, mandadas realizar por D. Dinis no julgado de Braga, sendo interrogado em conjunto com dois cónegos (Estêvão Pais e João Rodrigues <sup>200</sup>) relativamente à existência de propriedades honradas na freguesia de S. João de Semelhe <sup>201</sup>.

Em Agosto de 1276 comprou uma vinha em local não identificado e em 1278 adquiriu dois terços de uma adega em Braga <sup>202</sup>. Comprou ainda, mas em nome da canónica, uma herdade em Frossos e S. Paio de Parada. Esta herdade foi vendida por um cónego ao cabido, na sua condição de executor do testamento de um porcionário, para pagamento de uma dívida a essa instituição, que ele deixara por solver <sup>203</sup>.

#### Nº 16 – **Pedro Martins**, chantre, 1292

---

<sup>186</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 33.

<sup>187</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 101.

<sup>188</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 33.

<sup>189</sup> Ver biografias nºs 30, 96 e 118.

<sup>190</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 23 e Livro II dos Testamentos, nº 6.

<sup>191</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>192</sup> A.D.B., C.C., P. 8, nº 339.

<sup>193</sup> A.D.B., C.C., P. 3, nº 108.

<sup>194</sup> Segundo M. Alegria F. Marques, este cónego tomou posse de uma prebenda em cumprimento de um mandado anterior, em 21 de Setembro de 1255 (M. Alegria F. Marques,

Um seu homónimo, cónego, é referenciado entre 1266 e 1300<sup>204</sup>. Este chantre foi nomeado juiz pelo deão e pelo cabido, num pleito existente entre Egas Lourenço, o abade de Lagoa que veio a ser chantre, e Estêvão Vicente, abade de Aveleda<sup>205</sup>. Foi esta a única referência que encontrámos a seu respeito.

Nº 17 – **Martinho Rodrigues**, arcediago de Barroso, 1292-1295 e chantre, 1300-1317

Era provavelmente natural da diocese de Braga. Morava, em 1308, numas casas na Rua dos Burgueses, ao lado de umas habitadas por Clara Domingues e seu marido, Pedro Peres, que haviam pertencido a Domingos Peres Vinagre.

Foi sepultado a seu pedido no cabido velho, junto ao túmulo do cónego Estêvão Pais, seu tio-avô<sup>206</sup>. Conhece-se uma sua irmã, Domingas Rodrigues, que, no respectivo testamento, pede para ser sepultada no claustro da igreja de Braga, onde o irmão achar por bem. Desta Domingas, casada com Estêvão Anes, tinha o chantre um sobrinho, Rodrigo Esteves<sup>207</sup>. O cónego João Rodrigues poderá ser seu parente, pois também aparece mencionado no testamento desse Estêvão Pais, tio-avô do chantre<sup>208</sup>.

Em 1290, um indivíduo com o mesmo nome renunciou em Roma ao decanato bracarense<sup>209</sup>. Poderá tratar-se da mesma personagem, dado que o futuro chantre aí se encontrava nessa altura. Mais tarde, entre 1292 e 1295, aparece um novo homónimo identificado como arcediago de Barroso. Este deverá ser o chantre, pois, no testamento do seu tio-avô Estêvão Pais, ele refere-se-lhe como seu consobrinho e arcediago<sup>210</sup>.

Ocupando o chantrado, aparece referido com certa frequência na docu-

---

*O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 347). Todavia, não encontrámos rasto dele na documentação da canónica antes de 1271.

<sup>195</sup> A.D.B., Livro 1º de Testamentos, nº 56.

<sup>196</sup> A.D.B., Gav. 1ª dos Testamentos, nºs 71 e 73; Livro I dos Testamentos, nº 49 e C.C., P. 3, nº 108.

<sup>197</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 30; Livro I dos Testamentos, nº 35 e Livro II dos Testamentos, nº 79.

<sup>198</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>199</sup> A.D.B., C.C., P. 3, nº 108.

mentação: testemunha uma compra e uma hipoteca feitas pelo cabido e a leitura de uma carta do arcebispo, confirma o capelão de S. Tiago da Sé e pede instrumento de quitação de uma soma paga pela canónica a um cavaleiro. Em 1317, faz parte da comissão nomeada pelo cabido para eleger novo deão e é nessa qualidade que aparece como destinatário de uma carta enviada de Avinhão por D. João de Soalhães, confirmando essa eleição<sup>211</sup>.

Era também cónego de Lisboa.

Em 1281, em testamento, o mestre-escola Domingos Peres Vinagre deixa a um tal Martinho Rodrigues uma «suma com o libelo de Raufredo» em um volume, juntamente com um vaso de prata<sup>212</sup>. Tratar-se-ia do futuro chantre? Recebeu ainda em doação umas casas em Braga, na rua dos Burgueses.

Trazia emprazado o casal de Fêveros, no termo de Prado, a Elvira Gonçalves, por 12 maravedis velhos cada ano. Fez testamento em 1317, no qual refere que deixa ao cabido o património que comprou ao capelão de S. João do Souto, Martinho Domingues. Pede aos cónegos que lhe façam um trintário, para o qual disponibiliza 30 maravedis velhos, deixando também dinheiro aos clérigos do coro e ao seu sucessor no chantrado<sup>213</sup>.

#### Nº 18 – Mestre Bartolomeu Anes, chantre, 1318-1326

Da sua vida pessoal nada transparece na documentação local, e o seu nome é desconhecido anteriormente a 1318.

Apenas se conhece um seu clérigo, Gonçalo Fafez<sup>214</sup>. Possuía o grau de mestre e desempenhou os cargos de auditor e vigário geral do arcebispo D. João de Soalhães, sendo notória a proximidade entre ambos<sup>215</sup>. Aliás, essa

<sup>200</sup> Ver biografias nºs 83 e 79, respectivamente.

<sup>201</sup> Intitulam-no, porém, «Dom Domingo Paez chantre». J. A. Sotto Mayor Pizarro, «A Nobreza no Julgado de Braga nas Inquirições de D. Dinis», in *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, p. 222.

<sup>202</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 703 e 712.

<sup>203</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 56.

<sup>204</sup> Ver biografia nº 91.

<sup>205</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 165. Sobre Egas Lourenço, ver biografia nº 19.

<sup>206</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nº 46. Sobre Estêvão Pais, ver biografia nº 83. Este cónego tinha os pais sepultados em Tenões, daí supor-se ser o chantre também desta

proximidade viria já de tempos anteriores: em 1307, um Mestre Bartolomeu Anes, porcionário da igreja de Santa Eufémia de Penela, na diocese de Coimbra, e clérigo de D. João de Soalhães, então bispo de Lisboa, fora nomeado por este como seu procurador na sé apostólica <sup>216</sup>. Cremos tratar-se da mesma pessoa.

Foi ele quem apresentou a este arcebispo, na presença de testemunhas e do tabelião, duas cartas enviadas pelo rei e referentes à doação que este fizera da aldeia de Alhariz a seu filho Afonso Sanches e que este depois escambara com Martinho Anes de Briteiros. O arcebispo tinha também direitos sobre a igreja dessa aldeia, direitos esses que agregara à capela de S. Martinho, que instituiu na igreja de Braga e onde mandará colocar o seu túmulo. Dadas as suas competências, vemos o chantre a acompanhar todo este processo <sup>217</sup>. Encontramo-lo também no conflito provocado pela atribuição de uma tercenaria vaga, em que o tabelião Domingos Paulo, candidato a essa porção, apela para o papa, pois lhe fora prometida e depois entregue a Martinho Peres, prebendeiro e celeireiro do cabido; o próprio chantre subcreve a apelação <sup>218</sup>.

Coadjutor do arcebispo em 1323, juntamente com Vasco Martins, mestre-escola <sup>219</sup>, foi admoestado por João XXII e acusado de negligência no exercício destas funções, tendo o papa ordenado a sua substituição, a qual se concretizou nesse mesmo ano na pessoa de D. Gonçalo Pereira, então bispo de Lisboa <sup>220</sup>.

Três anos volvidos, porém, um documento refere-o presente na sé catedral de Lisboa como personagem importante na nomeação como arcebispo do mesmo D. Gonçalo <sup>221</sup>. E, nesse ano, foi um dos procuradores do prelado para que, em seu nome, fosse junto do papa e prestasse a profissão de fé católica e os juramentos sobre os Evangelhos de obediência aos concílios,

---

zona de Braga.

<sup>207</sup> A.D.B., Livro II de Testamentos, nº 2. Ver biografia nº 134.

<sup>208</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nº 91. Sobre João Rodrigues, ver biografia nº 79.

<sup>209</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos nº 25. Ver biografia nº 3.

<sup>210</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 91.

<sup>211</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 179, 183 e 189; Gav. dos Privilégios e Honras, nº 7; Gav. 1ª das Igrejas, nº 103 e Gav. das Dignidades e

estatutos, canônes e determinações da igreja de Roma, necessários à sua confirmação <sup>222</sup>.

Talvez por se encontrar em Avinhão, o certo é que o papa, em Abril de 1326, irá nomeá-lo bispo da Guarda <sup>223</sup>.

#### Nº 19 – **Egas Lourenço**, cónego, 1323-1326 e chantre, 1327-1331

Era natural da diocese de Braga, provavelmente de Santa Maria de Góios e pertencia à família de Barroso <sup>224</sup>. Faleceu em 22 de Dezembro de 1331 <sup>225</sup> e pediu para ser sepultado dentro da catedral, onde o cabido achasse por bem.

O seu pai, Lourenço Egas, aparece intitulado de cavaleiro de Penso e era dono de propriedades em S. Vicente de Penso, perto de Braga. Foi sepultado, juntamente com a sua mulher, na igreja de Góios. Conhecem-se mais alguns seus familiares: a mãe, Maria Martins, um irmão, Vasco Lourenço, cavaleiro, quatro sobrinhos, filhos deste, Gonçalo Vasques, candidato a clérigo e Rui, Maria e Mécia Vasques, e ainda duas filhas, abundantemente contempladas no seu testamento, Maria e Margarida Egas, ambas monjas, a primeira em Vairão e a segunda em Santa Clara <sup>226</sup>. Tinha outro filho, chamado Vasco Lourenço, escudeiro do rei, cuja mãe era Ouroana Dante e que foi legitimado pelo monarca em Dezembro de 1312 <sup>227</sup>.

Conhece-se ainda o nome de um seu clérigo e procurador, Pero Anes, e de uma sua protegida, Maria, filha de Vasco Fernandes, outrora reitor de Rio

---

n<sup>os</sup> 31 e 32. Outras referências a Martinho Rodrigues podem encontrar-se em: Gav. das Dignidades e Cónegos, n<sup>os</sup> 29 e 33; Livro I dos Testamentos, n<sup>os</sup> 46 e 53; Livro II dos Testamentos, n<sup>os</sup> 20 e 28; Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>os</sup> 803 e 813; Gav. dos Arcebispos, n<sup>o</sup> 16 e Gav. dos Privilégios e Honras, n<sup>os</sup> 5 e 7.

<sup>212</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n<sup>o</sup> 49. Sobre Domingos Peres ver biografia n<sup>o</sup> 58.

<sup>213</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 46.

<sup>214</sup> A.D.B., Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>o</sup> 215.

<sup>215</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, n<sup>o</sup> 80; Gav. das Dignidades e Cónegos, n<sup>os</sup> 34 e 35; Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 166 e Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>o</sup> 209.

Covo, a quem deixou 150 libras para o respectivo casamento<sup>228</sup>. Dentre a sua clientela, identificámos Durão Martins, abade de S. Miguel de Fiães e Domingos Miguéis, abade de S. Vicente de Penso<sup>229</sup>.

Nada sabemos de concreto acerca da sua formação, mas possuía vários livros, muitos dos quais de direito: umas Decretais, umas Instituições, um livro com três sumas, o Livro Sexto, outro com sumas antigas, um Tratado de Guilherme de Mandagoto, um Breviário, um missal. Todos estes livros aparecem avaliados em libras<sup>230</sup>.

Cónego de Braga referenciado na documentação capitular somente a partir de 1323, foi no entanto personagem influente e relacionada com o cabido nas décadas anteriores. A sua carreira foi longa e multifacetada, sobressaindo a acumulação de benefícios e a luta por eles quando era necessário.

A primeira notícia a seu respeito surge a propósito da confirmação de uma carta de compra feita pelo cabido em 1281, em que Egas Lourenço é identificado como escolar<sup>231</sup>. A tratar-se efectivamente do mesmo indivíduo, é facto curioso que se encontre já relacionado com o cabido bracarense. Uma vez que a sua presença na documentação está provada ao longo de cinco décadas (1281-1331), seria muito jovem nesta altura.

Em Maio de 1289, Egas Lourenço encontra-se em Roma, aguardando audiência com o papa. Apresenta nessa altura uma carta de protesto perante o notário da Santa Sé, através do seu procurador Ricardo de Piperno, clérigo, por lhe não contar o tempo de apresentação na igreja de Lagoa, sita na diocese de Braga, visto estar retido em Roma esperando ser admitido na referida audiência, a que ia pedir auditor na causa que trazia com outros apresentados

---

<sup>216</sup> A.D.B., C.C., P. 5, n° 230.

<sup>217</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, n° 40.

<sup>218</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos n° 34. Este tabelião aparece com muita frequência ao serviço do cabido.

<sup>219</sup> Ver biografia n° 59.

<sup>220</sup> Bula *Ad apostolatus nostri*, A.D.B., P. das Bulas, nos 2 e 28 e C.C., P. 9, n° 368.

<sup>221</sup> A.D.B., C.C., P. 11, n° 442.

<sup>222</sup> A.D.B., C.C., P. 10, n° 428.

<sup>223</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n° 41, nota 1, p. 24.

nessa igreja, vaga por morte do anterior reitor<sup>232</sup>. De tudo isto depreendemos que a sua nomeação para abade de S. Salvador de Lagoa continuava a ser contestada, a ponto de ser necessário apelar ao papa para resolver a questão, apesar de uma sentença o ter confirmado já como tal em Fevereiro desse mesmo ano (era então reitor de Chorente), na presença de arceidiagos<sup>233</sup>. Consegue, porém, vencer a causa e ocupar a reitoria pelo menos até 1311<sup>234</sup>.

Em 1291, aparece-nos como coadjutor do abade de Santa Eulália de Rio Covo<sup>235</sup>, e em 1311 é provido cónego do Porto<sup>236</sup>, sendo nessa altura também intitulado de reitor de Santa Maria de Góios<sup>237</sup>. Em 1323, surge como cónego do Porto e de Braga, quando é nomeado por D. Gonçalo Pereira, então bispo de Lisboa e coadjutor do arcebispo D. João de Soalhães, como seu procurador “para receber a referida coadjutoria e praticar todos os actos de administração do arcebispado com poderes para receber rendas, exigir pagamentos, nomear alcaide, juiz e outros oficiais na cidade de Braga, deles recebendo a homenagem e o juramento, como se ele [D. Gonçalo] presente fosse”<sup>238</sup>. Em Maio de 1326, D. Gonçalo Pereira nomeia-o novamente seu procurador para apresentar as letras apostólicas da sua trasladação para Braga<sup>239</sup>. Em Junho, no paço velho do arcebispo, é um dos três procuradores arquiépiscopais que, exibindo a bula de João XXI, proclamam D. Gonçalo Pereira arcebispo de Braga<sup>240</sup>.

Aparece como chantre em 1327, dignidade que mantém até 1331, ano da

---

<sup>224</sup> A seu respeito, cf. J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, pp. 37-40 e Luciano Afonso dos Santos, *D. Egas Lourenço, Chantre do Cabido de Braga*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1993.

<sup>225</sup> A leitura epigráfica da sua lápide, exposta no Museu Pio XII, em Braga, fornece-nos a data precisa do seu óbito.

<sup>226</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n.º 59 e J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, pp. 36-42.

<sup>227</sup> I.A.N./T.T., Ch. D. Dinis, Livro III, fl. 81 v.º.

<sup>228</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n.º 59.

<sup>229</sup> A.D.B., Gav. 1.ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n.º 229.

<sup>230</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 20. Este documento foi transcrito e publicado por Isaiás da Rosa Pereira, «Livros de Direito na Idade Média», *Lusitania Sacra*, vol. VII, 1 9 6 4 -  
-66, n.º14, pp. 30-31.

sua morte<sup>241</sup>.

O seu percurso, porém, não se esgota ao serviço da Igreja. Até 1303 foi clérigo de D. João Afonso, conde de Barcelos, e provavelmente seu contador, como se depreende da uma carta de quitação que recebe do conde nesta data, “de todas as coisas que dele recebeu e teve e houve”<sup>242</sup>. A partir de 1305 foi clérigo, contador e capelão do rei<sup>243</sup>. Entre 1316 e 1318, permaneceu na corte, redactando ou testemunhando cartas régias<sup>244</sup>. Manteve o título de clérigo do rei até 1325<sup>245</sup>.

No que diz respeito ao seu património e negócios, sabemos que em 1291, como reitor de Lagoa, recebe por doação, feita pelo abade de S. Paio de Ceide, umas herdades em S. Silvestre de Requião, S. Salvador de Lagoa e S. Paio de Ceide<sup>246</sup>. Em Dezembro de 1292, seu pai, Lourenço Egas, cavaleiro e seu procurador num pleito que trazia com o reitor de Aveleda, por causa de um prestimónio nessa igreja, renuncia a esse prestimónio, em nome do filho, e assume ele próprio o pagamento das custas do processo<sup>247</sup>.

Voltamos a encontrar notícias suas somente em 1298, comprometendo-se a pagar, pelo S. Miguel, a um mercador da rua dos Burgueses, em Braga, 23 libras que era o custo de uns panos de cor que ele lhe comprara, para amortilhar o corpo do reitor da igreja de Santa Eulália de rio Covo, de que era coadjutor. A partir de então surge amiúde transaccionando propriedades: compra ao seu irmão Vasco Lourenço um quarto de um casal em Silveiros (entre as testemunhas encontra-se o seu pai)<sup>248</sup>; compra a três particulares, todos de sobrenome Martins, talvez parentes entre si, o casal de Silveiros do qual já possuía uma parte (a que comprou ao irmão?)<sup>249</sup>; compra a herdade de Torneiros em S. Vicente de Penso e S. Pedro de Escudeiros<sup>250</sup>; compra ainda um casal em Chavão, a um

<sup>231</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 117.

<sup>232</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 36.

<sup>233</sup> A confirmação foi problemática. É difícil descobrir o porquê, pois o documento em questão (A.D.B., C.C., P. 3, nº 133) está bastante danificado.

<sup>234</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 756 e 821; Gav. 2ª das Igrejas, nº 36 e C.C., P. 3, nº 133.

<sup>235</sup> A.D.B., Gav. das Notícias Várias, nº 74.

<sup>236</sup> Pelo bispo, embora não tivesse vagado nenhuma prebenda. A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 30.

<sup>237</sup> A carta é enviada de Malausana (?), pelo arcebispo. Refere-se um pleito existente

cónego de Braga e de Coimbra, Gonçalo Gomes<sup>251</sup>. Na respectiva carta de compra vemos João Lourenço como testemunha: serão parentes? Também Pedro Egas, arcediogo, está presente. O nome Egas, não muito vulgar, pode sugerir a existência de parentesco entre o arcediogo e o pai de Egas Lourenço; no entanto, a comprovação não nos foi possível. Comprou ainda outra propriedade em Torneiros e um casal em S. Vicente de Penso e S. Pedro de Escudeiros<sup>252</sup>.

O valor das transacções em que se envolvia seria razoavelmente elevado. Tanto que, em 1305, como clérigo de D. Dinis, recebe um alvará do rei que lhe permite comprar herdades no termo de Braga que valessem até 300 libras. Em virtude de tal autorização, compra mais umas herdades em S. Pedro de Escudeiros<sup>253</sup>.

E as aquisições continuam. Um cavaleiro, Lourenço Esteves Gato, desiste a favor do então clérigo e contador do rei, do direito que tinha sobre umas casas em S. Paio de Ceide, S. Silvestre de Requião e S. Salvador de Lagoa, enquanto este compra mais herdades em S. Vicente de Penso e S. Pedro de Escudeiros<sup>254</sup>.

Em 1311, clérigo do rei e agora também cónego do Porto, realiza uma concórdia com Estêvão Vasques, lugar-tenente do grão mestre da Ordem dos Hospitalários, referente a um escambo feito entre ambos e que se revelara fonte de conflitos. As propriedades em questão situavam-se em Chorente e em Chavão. Acabam por se compor estipulando certas rendas, em que entram também herdamentos de S. Fins. A carta de composição é feita em Lisboa<sup>255</sup>.

Um ano depois recebe nova autorização, por provisão régia, para adquirir propriedades, desta feita até 400 libras, mas com a cláusula de que, por sua morte, ficassem tais bens a pessoas leigas. Assim, compra mais uns casais em Chorente<sup>256</sup>.

Além das muitas propriedades já referidas, possuía uma quinta em Penso, outra em Crasto (Chorente), um casal em Sanfins; tinha casas em Santarém e no termo de Muge, com herdades, vinhas e outras possessões<sup>257</sup>.

Em 1330, comprou mais umas casas em Braga e outras na rua do Souto por

<sup>238</sup> A.D.B., C.C., P. 9, n° 371 (1323, 5 de Agosto).

<sup>239</sup> A.D.B., C.C., P. 11, n°s 437 e 441.

<sup>240</sup> A.D.B., C.C., P. 11, n° 441.

<sup>241</sup> Ao longo deste período é referenciado em: A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, n°s 50, 30 e 104; Gav. das Propriedades Particulares, n°s 879, 1000 e 1002; Livro II de Testamentos, n° 45 e C.C., P. 13, n°s 508 e 509.

45 libras portuguesas <sup>258</sup>.

Instituiu uma capela na sé, exigindo que os respectivos capelães fossem residentes no coro e se obrigassem a recitar diariamente as horas canónicas. Legou ao tesouro da catedral um cálice, uma patena e duas vestimentas de linho <sup>259</sup>.

#### Nº 20 – **João Vicente**, chantre, 1331-1336

Terá sucedido a Egas Lourenço na dignidade de chantre. Aparece-nos referenciado como testemunha no final de 1331 <sup>260</sup>. No ano seguinte, volta a ser mencionado no decorrer da contenda entre Rui Vasques, escudeiro e sobrinho do falecido chantre, e o cabido, em torno de bens que haviam pertencido àquele <sup>261</sup>.

O último documento que o refere data de Julho de 1336 <sup>262</sup>.

#### Nº 21 – **Estêvão Pais**, cónego, 1308-1335 e chantre, 1341-1342

A não confundir com outro Estêvão Pais, também cónego, falecido em 1291 <sup>263</sup>. Tinha um filho chamado Vasco Esteves que, em 1346, era mercador na cidade de Braga e foi testamenteiro do cónego Durão Esteves, sendo inclusive tratado como seu parente, pelo que, eventualmente, existiria alguma ligação familiar entre o chantre e o cónego <sup>264</sup>.

Um dos seus homens, Martinho Peres, era casado com uma tal Maria Vasques, e recebeu o prazo de uma casa do cabido na rua das Ousias <sup>265</sup>.

<sup>242</sup> A.D.B., C.C., P. 5, n° 208.

<sup>243</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, n° 130 e Gav. das Propriedades Particulares, n°s 801, 806, 808, 824, 989 e 992.

<sup>244</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, p. 38.

<sup>245</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, n° 220 e J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, pp. 37-40.

<sup>246</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 756.

<sup>247</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, n° 165.

<sup>248</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 773.

<sup>249</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 775.

<sup>250</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 772.

Teve um clérigo chamado Afonso Rodrigues<sup>266</sup>.

Referenciado como cónego pela primeira vez em 1308, data em que confirma um documento<sup>267</sup>, participou activamente em todo o processo que levou à eleição do deão Domingos Domingues, em 1317, e foi um dos destinatários da carta do arcebispo, enviada de Avinhão, em que este confirma a eleição realizada<sup>268</sup>.

Viu-se envolvido numa apelação ao papa, pois prometera, com autorização do arcebispo e juntamente com o arcediogo de Neiva, dar a Domingos Paulo, tabelião, uma porção que vagasse. Como essa porção acabou por ser entregue a outro, em 1322 o tabelião apelou para o papa<sup>269</sup>. Mais tarde, vêmo-lo ainda a aceitar a renúncia de um reitor e a nomear outro, que era porcionário de S. Pedro d'Este, função que nos parece ter sido delegada pelo arcebispo<sup>270</sup>. Foi juiz privativo do convento de Vilar de Frades<sup>271</sup>.

A partir de 1326 são inúmeras as referências a este indivíduo, então identificado como cónego<sup>272</sup>. Em Maio de 1329 surge mencionado também como vigário geral<sup>273</sup>; em 1331 é procurador do cabido na contenda tida com Rui Vasques, sobrinho do chantre, já falecido, Egas Lourenço<sup>274</sup>. No mesmo ano procede, em conjunto com o arcediogo de Neiva Estêvão Anes, a uma inquirição sobre os direitos de padroado de S. João de Ribeira, e está presente aquando da eleição dos juizes do mosteiro de Adaúfe<sup>275</sup>. Está também presente em 1333, aquando da leitura da pública forma de uma bula, em que se manda averiguar a verdade sobre uma quantia de dinheiro pertencente à mesa pontifical de Orense, e ainda na audiência pública em que o

<sup>251</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 781. Ver biografia n° 122.

<sup>252</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n°s 772 e 779.

<sup>253</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n°s 801 e 806.

<sup>254</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 808.

<sup>255</sup> A.D.B., C.C., P. 6., n° 267 e Gav. das Religiões e Mosteiros, n° 131.

<sup>256</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 824.

<sup>257</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 1002.

<sup>258</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 879.

<sup>259</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 59.

<sup>260</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 229.

<sup>261</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 236. Surge ainda em diplomas de 1333 e 1334: C.C., P. 14, n° 580, P. 15, n° 606; Livro II de Testamentos, n° 8 e Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, n° 52.

arcebispo D. Gonçalo Pereira revoga algumas decisões do seu antecessor, alegando este não se encontrar já em seu perfeito juízo<sup>276</sup>. Em Março de 1335 está presente à nomeação de Gonçalo Anes Pimentel como cónego de Braga; em Abril surge como juiz comissário, a dar uma sentença e em Maio testemunha o recebimento de uma herdade pelo arcebispo, em forma de escambo<sup>277</sup>.

Sabemos que em 1341 já ocupa a dignidade de chantre. Em Março desse ano estava doente, pois é nessa altura que tem de dar consentimento a uma decisão do cabido e para isso os tabeliães e as testemunhas deslocaram-se a sua casa<sup>278</sup>. Morava na rua das Ousias, pois temos uma referência para Abril de 1342, em que é doado um prazo de uma casa do cabido que ficava junto das moradas do chantre<sup>279</sup>.

Não lhe conhecemos bens, mas em 1318 foi instituído herdeiro de Fernão Anes, também cónego bracarense<sup>280</sup>. O cónego Martinho Anes Barrosas deixou-lhe em testamento o seu anel de rubi, para pagamento de certa dívida<sup>281</sup>.

Nº 22 – **Bartolomeu Esteves**, porcionário, 1308-1310, cónego, 1316-1342 e chantre, 1343

Porcionário de Braga, subscreve uma certidão de carta régia em 1308 e outro diploma em 1310<sup>282</sup>. Aparece como cónego a partir de 1316<sup>283</sup>; em 1317 fez parte da comissão nomeada pelo cabido para eleger o deão quando

<sup>262</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 250.

<sup>263</sup> Ver biografia nº 83.

<sup>264</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 58. Ver biografia nº 121.

<sup>265</sup> A.D.B., Gav. de Matéria de Prazos, nº 10

<sup>266</sup> A.D.B., C.C., P. 14, nº 533.

<sup>267</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 19.

<sup>268</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 31 e 32.

<sup>269</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 33.

<sup>270</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 221.

<sup>271</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 164.

<sup>272</sup> A.D.B., Livro II de Testamentos, nº 45; Gav. 1ª das Igrejas, nºs 30 e 35; Gav. dos Prazos Particulares, nº 43; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 241 e C.C., P.

esta dignidade vagou por morte de Gonçalo Eanes. Nesta altura, juntamente com outros elementos do cabido, esteve envolvido na resolução dos conflitos derivados dessa eleição<sup>284</sup>.

Em 1328 testemunhou as últimas vontades do deão Domingos Domingues<sup>285</sup> e em 1336 foi testamenteiro de Domingos Peres, clérigo do coro e reitor de S. Cristóvão de Faria<sup>286</sup>. Aparece intitulado de cónego até 1342, surgindo amiúde na documentação consultada<sup>287</sup>. Nesta última data integra o cabido, aquando do protesto contra o corregedor Afonso Domingues<sup>288</sup>.

Terá sido eleito chantre pelo cabido de Braga após a morte de Estêvão Pais. Possuímos duas referências em que se intitula como tal em 1343<sup>289</sup>.

#### Nº 23 – Vasco Martins, chantre, 1345-1348

Sabemos que faleceu antes de 4 de Julho de 1348, pois a sua conezia estava então a ser solicitada para Gomes Pais de Azevedo<sup>290</sup>.

Não conseguimos estabelecer qualquer relação entre este chantre e o mestre-escola homónimo, presente no cabido uma década antes<sup>291</sup>.

Foi a rainha D. Beatriz que suplicou ao papa dispensa para que ele pudesse acumular a chantria, canonicato e prebenda de Braga com os seus outros benefícios (porção na igreja de Oviedo e reitoria de Santa Maria de

11, nº 444, P. 12, nº 480, P. 13, nº 521, P. 14, nºs 547 e 580.

<sup>273</sup> A.D.B., C.C., P. 12, nº 496.

<sup>274</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 229. Acontenda continua no início de 1332, Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 237.

<sup>275</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nºs 517 e 521.

<sup>276</sup> A.D.B., C.C., P. 14, nºs 545 e 580.

<sup>277</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 38; Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 17; Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 40 e C.C., P. 17, nºs 663 e 667.

<sup>278</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 15: «*Elogo nos Tabelliões sobredictos fomos com as dictas testemunhas aos honrrados barões dom Steuam Paez Chantre e Bernal Martijz e Duram Steuez Cónigos de Braga que doentes eram na dicta Cidade*».

<sup>279</sup> A.D.B., Gav. de Matérias de Prazos, nº 10.

<sup>280</sup> A.D.B., Gav. de Testamentos, nº 42. Ver biografia nº 144.

Atães), ao que o pontífice acedeu em 1344<sup>292</sup>.

A primeira referência que o identifica como chantre é de Fevereiro de 1345<sup>293</sup>. Foi também vigário geral<sup>294</sup>. Em 1347 surge-nos pela última vez em ambas essas qualidades<sup>295</sup>.

#### Nº 24 – **Gomes Pais**, chantre, 1349-1351

Era parente de D. Gonçalo Pereira.

A primeira notícia que dele temos data de 1345, quando solicita ao papa o canonicato e prebenda de Braga vagos por resignação de Afonso Fernandes Cogominho, alegando que se encontra ao serviço do arcebispo e Igreja bracarense<sup>296</sup>.

Surge como consanguíneo do arcebispo, em 1346, numa súplica dirigida ao papa para que lhe conceda um benefício na Sé bracarense, apesar de já possuir uma cura na igreja de Calvelo<sup>297</sup>. Sabemos que litigou com o chantre Vasco Martins na corte de Roma a respeito de um canonicato e prebenda de Braga pois, em 1348, o arcebispo intercede de novo por ele junto do pontífice, para que aqueles, então vagos, lhe fossem concedidos; nessa altura, Gomes Pais havia também sido apresentado à igreja paroquial de Atães<sup>298</sup>.

Esta segunda intervenção do prelado em seu favor deve ter sido coroada de êxito, pois o seu nome encontra-se documentado como chantre, aparecendo como testemunha, em Janeiro de 1349, num escambo realizado pelo cabido de Braga<sup>299</sup>.

Em Janeiro de 1351, é-lhe feita referência pela última vez<sup>300</sup>.

#### Nº 25 – **Ordonho Rodrigues**, chantre, 1352

---

<sup>281</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nº 52. Ver biografia nº 127.

<sup>282</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 9 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 187.

<sup>283</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 117.

<sup>284</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 32.

<sup>285</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nº 57. Ver biografia nº 8.

<sup>286</sup> A.D.B., Livro II de Testamentos, nº 29 e Livro I de Testamentos, nº 54. Ver bio-

Apenas sabemos que morreu antes de 6 de Outubro de 1352, pois é devido ao seu falecimento que Vasco Domingues é confirmado nessa data como chantre<sup>301</sup>.

Nº 26 – **Vasco Domingues**, cónego, 1349-1350, arcediogo de Neiva, 1350-1351 e chantre, 1355-1374<sup>302</sup>

Nada sabemos sobre a sua origem, mas foi uma das grandes figuras da Igreja de Braga no século XIV.

Das pessoas que o rodearam, temos conhecimento de dois homens de sua confiança, chamados André Peres<sup>303</sup> e João Lourenço<sup>304</sup>.

Surge referido como cónego em Janeiro de 1349, num escambo feito pelo cabido de Braga<sup>305</sup>. Teria recebido o canonicato e prebenda por morte de Nicolau Vicente, mas só é confirmado pelo papa em Maio de 1350<sup>306</sup>. Sabemos que em Agosto seguinte era prebendeiro do cabido, e, como tivesse distribuído a renda a Estêvão Peres como cónego e não como deão, este protestou através do seu procurador. Vasco Domingues respondeu que apenas cumpria aquilo que o cabido decidira, e só quando a maioria dos capitulares tomasse Estêvão Peres por deão e o contador o contasse como tal é que lhe poderia dar a respectiva prebenda<sup>307</sup>. Em Setembro voltamos a encontrar uma notícia sua, quando o cabido atribui uma conezia<sup>308</sup>.

---

grafia nº 35 de clérigo do coro.

<sup>287</sup> A.D.B., Livro II de Testamentos, nº 45; Gav. 1ª das Igrejas, nº 30; Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 17; Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 15; C.C., P. 14, nº 580 e P. 18, nº 721.

<sup>288</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 17.

<sup>289</sup> A.D.B., C.C., P. 20, nº 763 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 263

<sup>290</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 276, p. 146.

<sup>291</sup> Ver biografia nº 59.

<sup>292</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 53, p. 29.

<sup>293</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 789. Seguem-se outras: Livro I de Testamentos, nºs 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 78 e 79; C.C., P. 21, nº 802 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 269.

<sup>294</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nºs 72, 74, 76, 80, 81, 84, 89, 90 e 92.

Ainda em Agosto de 1350, é confirmado pelo papa como arcediogo de Neiva por morte de Estêvão Anes<sup>309</sup>. Mas a verdade é que Vasco Domingues apenas aparece referido como tal na documentação capitular em 1351<sup>310</sup>.

Como chantre, é confirmado pelo papa em Outubro de 1352, por morte de Ordonho Rodrigues<sup>311</sup>. Contudo, em 1353 surge a permutar a chantria de Salamanca (que seria sua) com Juan Martinez de la Sierra (que teria a de Braga) junto de Inocêncio VI<sup>312</sup>, o que nos leva a pensar ter havido dificuldades na sua tomada de posse do benefício, talvez pela mudança entretanto verificada do ocupante da cátedra de S. Pedro. Só temos notícia dele no cargo em Dezembro de 1355, quando é levantada a pena de excomunhão que pairava sobre os capitulares bracarenses<sup>313</sup>. A sua última presença numa reunião do cabido data de 1397<sup>314</sup>.

Ocupou lugares cimeiros, quer na política nacional e local quer no seio da própria Igreja. O seu protagonismo levou-o a ter problemas com três arcebispos, dizendo-se inclusive que D. João de Cardillac foi preso por intrigas por ele feitas. Nomeado Visitador Apostólico por Gregório XI em 1377, juntamente com D. Pedro Tenório, bispo de Coimbra, e mais tarde D. Martinho Anes, bispo de Silves, virá ter um papel fundamental na suspensão do arcebispo D. Lourenço Vicente, em 1378-1379<sup>315</sup>. Os problemas entre os dois estariam, contudo, ultrapassados em 1391, pois Vasco Domingues irá estar presente aquando da redacção do testamento do prelado<sup>316</sup>.

A nível diplomático, foi o plenipotenciário que negociou o tratado com a Inglaterra em 1373, o que demonstra que gozava da confiança do

---

<sup>295</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 94; C.C., P. 21, n° 807 e Gav. dos Coutos, n° 54.

<sup>296</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n° 112, p. 69.

<sup>297</sup> *Ib.*, n° 151, p. 89.

<sup>298</sup> *Ib.*, n° 276, p. 146. Ver também *Ib.*, n° 171, pp. 96-97.

<sup>299</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n° 13. Outras referências: C.C., P. 22, n° 824 e Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 39.

<sup>300</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 40.

<sup>301</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n° 552, p. 257.

<sup>302</sup> Esta é a data do término deste estudo; todavia, há notícias dele como chantre até

monarca<sup>317</sup>.

Em termos económicos, data de Fevereiro de 1360 a doação a um tal Afonso Vasques, cidadão de Braga, de um prazo que o cabido havia feito ao chantre em 1350. Trata-se da igreja de Palmeira com todos os seus direitos e pertenças e o prazo tinha sido concedido a Vasco Domingues com a condição de este pagar por ano 150 libras e manter a igreja no temporal e espiritual «*de guisa que os ffreigueses aiam missas e oras e as outras cousas que ham d auer da dicta Jgreia*»<sup>318</sup>.

## Arcediagos

### *Indeterminados*

Nº 27 – **Mestre Egas [Fafes]**, arcediago, 1245<sup>319</sup>-1246

Faleceu em 9 de Março de 1268, de acordo com o registo que dele consta no *Livro das Kalendas*<sup>320</sup>. No testamento, mandou que o seu corpo fosse sepultado na sé de Coimbra, em sepulcro que aí mandara construir, perto do altar de Santa Clara virgem<sup>321</sup>.

Identificámos este arcediago como Egas Fafes de Lanhosos, pertencente

1397, como veremos adiante.

<sup>303</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 22.

<sup>304</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 848.

<sup>305</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 13.

<sup>306</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 381, p. 192.

<sup>307</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 825.

<sup>308</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39.

<sup>309</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 413, p. 204. Note-se que um tal Gaufrido de Salagniacos havia sido provido pelo pontífice na mesma dignidade no dia anterior (*Ib.*, nº 405, p. 200). Deste, porém, o cartório da sé bracarense não guarda memória.

<sup>310</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40.

<sup>311</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 552, p. 257.

<sup>312</sup> *Ib.*, Inocência VI, nº 21, pp. 274 – 275.

à família dos Fafes de Lanhoso e natural do julgado do mesmo nome. Era filho de Fafes Godins e de Sancha Geraldês Cabrom e provinha por linha directa de Fafes Luz, alferes do Conde D. Henrique. Teve numerosos irmãos e também se lhe atribui uma filha, de uma ligação com Maria Viegas de Regalados, Mor Viegas, que casou com Vicente Martins de Curutelo<sup>322</sup>. O arcediogo de Neiva Pedro Viegas seria também seu filho<sup>323</sup>.

Do período estudado, temos apenas sobre ele duas referências. A primeira é um prazo em que, a coberto apenas da inicial «E.» antecedida do título de mestre, aparece a emprazar, em 1245, juntamente com o arcediogo mestre Domingos e o chantre mestre João, em representação do cabido, o casal de Gandarela, em Santa Maria de Panóias<sup>324</sup>. Na segunda, o nome do arcediogo figura no elenco das testemunhas que presenciaram uma composição feita entre o Arcebispo de Braga, D. João Viegas e o Abade de S. Salvador de Estorãos<sup>325</sup>.

Foi feito bispo de Coimbra em 1248 e transferido como arcebispo para Compostela em 1267<sup>326</sup>.

Tinha bens patrimoniais em Lanhoso e propriedades de origem e localização diversa<sup>327</sup>. Comprou, em 1241, uma casa na cidade de Braga, que vendeu no ano seguinte a outro indivíduo, juntamente com uma outra que lá possuía<sup>328</sup>.

Apesar de ter passado por Braga, esqueceu completamente o cabido desta cidade e os cónegos que o integravam, sendo em contrapartida grande benemérito da canónica conimbricense.

### ***Do Couto de Braga:***

---

<sup>313</sup> A.D.B., Gav. da Sé e Missas, n.º 3. Outras referências posteriores: Gav. 2.ª das Igrejas, n.º 46; Gav. dos Quindénios e Décimas, n.º 22; Gav. 1.ª das Propriedades do Cabido, n.º 275; C.C., P. 22, n.º 848; Livro I de Testamentos, n.º 55.

<sup>314</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 73.

<sup>315</sup> J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, pp. 183-184.

<sup>316</sup> A.D.B., C.C., P. 24, n.º 910.

<sup>317</sup> Sobre este chantre e a sua acção diplomática podemos ver A. Luís Vaz, *Vasco*

Nº 28 – **Mestre Domingos**, arce-diago do Couto, 1245<sup>329</sup>

Deve ter falecido por volta de 1249, visto que nesta data ocupa o arce-diago do Couto de Braga, Geraldo Peres.

Conhecemos apenas um manuscrito que nos atesta a existência deste arce-diago, que usava o título de mestre: em 1245 emprazou, em representação do cabido e em conjunto com mestre Egas [Fafes] e mestre João, chantre, o casal de Gandarela, em Santa Maria de Panóias<sup>330</sup>.

A bula *Ad gratiam tibi faciendum* de Inocêncio IV, datada de Latrão em 7 de Dezembro de 1243, confirmou-lhe o arce-diago bracarense, uma prebenda anteriormente concedida por Gregório IX e a igreja de Santa Maria de Alenquer<sup>331</sup>.

Nº 29 – **Geraldo Peres**, arce-diago do Couto, 1249-1284

Trata-se de um dignitário acerca de quem coligimos muitas informações que, porém, não nos permitem ajuizar sobre a data da sua morte ou sequer, sobre a sua família<sup>332</sup>.

A constância com que adquiriu propriedades em Santo Adrião de Padim da Graça leva-nos a supôr que seria natural dessa freguesia da diocese. Foi sepultado na catedral bracarense<sup>333</sup>.

---

*Domingues Plenipotenciário da Aliança Anglo-Portuguesa de 1373*, Braga, Ed. José Dias de Castro, 1973.

<sup>318</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 65.

<sup>319</sup> Segundo Leontina Ventura, era cónego de Braga desde 1227 e arce-diago desde 1229 (*A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 750). Maria Cristina A. Cunha apenas o refere para 1238 (*A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga*, p. 115) e Maria João V. Branco para 1238-1241 (*Poder Real e Eclesiásticos*, vol. II, p. 100).

<sup>320</sup> *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbriensis (Livro das Kalendas)*, ed. crítica organizada por Pierre David e Torquato de Sousa Soares, vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1947, p. 198.

<sup>321</sup> *Ib.*, pp. 199-204.

<sup>322</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, pp. 750-752. Ver também Avelino de Jesus da Costa, «Fafes (Egas)», *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. VIII, Lisboa/Cacém, Editorial Verbo, 1969, p. 268.

Mantendo-se activo pelo menos até 1284, desconhecemos o ano do seu falecimento, pois o registo do seu testamento não se encontra terminado, omitindo a data da sua realização, podendo contudo ser situado no episcopado de D. Telo (1278-1292). No entanto, em 1289 há notícia de outro indivíduo desempenhando estas funções e em 1301 discute-se no cabido uma questão relativa à execução da sua herança, sendo certo ter já falecido<sup>334</sup>.

Possuía alguns livros: dois saltérios, que deixou à igreja de Braga e um missal que ficou para o seu capelão Domingos Miguéis.

Sucedeu no cargo de arcediago do couto de Braga a mestre Domingos e deve ter sido figura de acentuado relevo, de personalidade recta, certamente com amplos conhecimentos no campo jurídico e dotado de grande capacidade de execução e administração, não apenas dentro do cabido, a julgar pelos diversificados actos em que se encontrou presente, em nome da citada instituição ou como testemunha de eventos de carácter económico e social<sup>335</sup>, mas também junto do arcebispo D. João Egas, a quem representou pelo menos uma vez na aquisição de um casal<sup>336</sup> e que, para além de o nomear como um dos executores do seu testamento, lhe legou «*ciphum meum cum coopertorio suo maiorem deauratum totum*»<sup>337</sup>. O próprio deão Fernão Anes de Portocarreiro, ao deixar expresso no testamento que lhe deviam ser entregues 100 morabitinos para a compra de uma mula, confere ao arcediago um lugar de destaque dentro da comunidade religiosa<sup>338</sup>.

---

<sup>323</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, p. 133. Ver biografia nº 47.

<sup>324</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 22.

<sup>325</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 181.

<sup>326</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 750.

<sup>327</sup> Id., *ib.*, pp. 753-754.

<sup>328</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 497 e 503a.

<sup>329</sup> Maria João V. Branco assinala a existência de um Mestre Domingos, arcediago bracarense, para 1224-1227 (*Poder Real e Eclesiásticos*, vol. II, p. 100). Ignoramos se se trata do mesmo indivíduo.

<sup>330</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 22. Embora a fonte não especifique qual das quatro circunscrições arqui diaconais lhe estava entregue, deduzimos (com base no primeiro parágrafo do texto) que seria a do Couto de Braga.

<sup>331</sup> Élie Berger, *Les Registres d'Innocent IV*, vol. I, nº 284, p. 51. Cfr. também M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 216.

Também não seria menor o apreço e estima em que era tido pelo fiéis. D. Urraca Lourenço, nobre dama da família dos Cunha e que foi casada com Martinho Martins Dade, alcaide da vila de Santarém<sup>339</sup>, deixou-lhe algumas propriedades para que, juntamente com o seu irmão, D. Gomes Lourenço, administrassem os rendimentos daí provenientes, tendo em vista a celebração de uma missa quotidiana, em sufrágio da sua alma<sup>340</sup>.

Foi um dos juízes na contenda que envolveu o cabido e o abade de S. Martinho acerca da igreja do Alvito<sup>341</sup>. Foi nomeado executor testamentário dos cónegos Pedro Gonçalves de Barbudo<sup>342</sup> e Estêvão Soares, sendo por este último largamente compensado<sup>343</sup>. Esteve ainda presente na redacção do testamento do arcediogo Pedro Garcia<sup>344</sup>.

Em 1264, tendo a canónica celebrado um prazo sobre a igreja de S. Miguel de Cabreiros com o seu reitor André Anes, entregou ao arcediogo, estando igualmente presentes os cónegos Lourenço Gonçalves e João Peres, os vários pertences dessa igreja<sup>345</sup>. Aparece-nos ainda no ano de 1279 como testemunha de uma transacção entre o cabido e Martinho Peres de Portocarreiro<sup>346</sup>.

Foi colector da câmara apostólica, pois em 1276, Pedro Julião, então car-

---

<sup>332</sup> Na documentação até 1278 é sempre referido, simplesmente, como D. Geraldo. No período posterior e no testamento, surge com o patronímico «Peres». Não temos dúvida de que se trata do mesmo indivíduo. O facto de ter sido pessoa querida do deão Fernão Anes de Portocarreiro e de este ter recomendado ao sobrinho Martinho Peres que respeitasse o seu conselho (Ver biografia n.º 2), despertou-nos para a possibilidade de o arcediogo, efectivamente, ser mais um Portocarreiro, a coberto do seu patronímico «Peres».

<sup>333</sup> Diante do altar de S. Anastácio, segundo diz o seu testamento, que não se encontra datado (A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 42).

<sup>334</sup> A.D.B., Gav. 1.ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n.º 171.

<sup>335</sup> A.D.B., C. C., P. 2, n.º 84; Gav. 1.ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nos 101 e 105; Gav. das Propriedades Particulares, n.º 978; Livro I dos Testamentos, n.º 24; Livro II dos Testamentos, n.º 13 e 15; Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 31; Gav. dos Prazos Particulares, n.º 17; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, n.º 27; I.A.N./T.T., Ch. Afonso III, L. I, fl. 118 v. e Corporações Religiosas (C.R.), Mitra de Braga (M.B.), m. 4, n.º 126.

<sup>336</sup> *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, ed. crítica pelo P.º Avelino de J. da Costa, vol. III, Braga, Junta Distrital de Braga, 1990, n.º 953, p. 388.

<sup>337</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 75.

deal e bispo de Túsculo, por mandato do papa Inocêncio V, encarregou-o de receber de Martinho Peres e de João Martins de Soalhães, respectivamente sobrinho e talvez primo do falecido Fernão Anes de Portocarreiro, bens do deão que se pensava indevidamente detinham, para que os entregasse à referida câmara<sup>347</sup>. Ainda nestas funções, entre 1281-1284 foi colector da décima eclesiástica para o socorro à Terra Santa, exigida pelo papa<sup>348</sup>.

É um dos dignitários de quem possuímos razoável número de escrituras de compra de bens imóveis de tipologia rural. Entre Janeiro de 1249 e Outubro de 1275, adquiriu 19 propriedades, todas elas fora da cidade, das quais 16 situadas em Santo Adrião de Padim da Graça, uma em S. Miguel de Frossos e duas em locais não identificados<sup>349</sup>. Para além destas, o seu testamento revelou-nos ainda possuir herdades em Lamações e Cabaços, uma herdade em Oleiros, outra em S. Miguel de Frossos (possivelmente a mesma que se encontra referida numa das escrituras de compra), o casal da Fonte, o casal de Tibães, uma vinha e devesa em Subcunha, que comprou a cidadãos de Braga, uma granja e algumas propriedades urbanas constituídas por uma casa na Rua Verde, uma na Rua Nova e outra, citamos: «*que domus est in Vico quo itur de Obsidiis ad vicum cecorum*»<sup>350</sup>. Destas se identifica a que foi de Pedro Peres, dito «Chaveiro», e a que foi comprada pelo arcediogo em dinheiro.

Testemunhou ainda documentos vários como arcediogo, continuando a realizar contratos de compra, adquirindo várias leiras em Padim, em actos sucessivos<sup>351</sup>.

Deixou ao arcebispo um cifo de prata no valor de dois marcos e outro aos cônegos no valor de um marco. À igreja de Santa Maria de Braga legou os seus dois Saltérios, para que permanecessem naquela parte do coro em que ele costumava estar.

Instituiu uma capelania, cujo capelão, Domingos Miguéis, foi nomeado pelo próprio arcediogo, legando-lhe, em conjunto com a de D. Silvestre, além de dinheiro, um cálice de prata de onze onças.

<sup>338</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 24.

<sup>339</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 644.

<sup>340</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n° 28; Livro I dos Testamentos, n° 43 e Livro II dos Testamentos, n° 36. Existe um outro arcediogo, chamado D. Geraldo Lourenço, arcediogo de Neiva. No entanto, acreditamos que Dona Urraca se referia a Geraldo Peres, porque no testamento lê-se «... *et mando quod domnus Geraldus, Archidiaconus Bracharensis*

Nº 30 – **Gonçalo Gonçalves [de Portocarreiro]**, arcediago do Couto, 1288-1289

Homónimo de outros três eclesiásticos bracarenses, um chantre e dois cónegos<sup>352</sup>, este arcediago de Couto faleceu em 1290 ou mesmo antes, pois nessa data existe um conflito entre o cabido e o seu herdeiro e irmão Rodrigo Gonçalves, cavaleiro, juntamente com a sua mulher, Senhorinha Fernandes, moradores na quintã de Portocarreiro, relativamente à posse dos bens de avoenga deixados pelo arcediago.

Pertencia à família dos Portocarreiro. Era filho de Gonçalo Viegas Alfeirão (primo direito de Fernão Anes) e de Sancha Peres Gravel<sup>353</sup>. Era, portanto, segundo primo do deão Fernão Anes e sobrinho do arcebispo D. João Viegas. Apareceu referenciado pela primeira vez em 1255, no testamento do prelado seu tio, no qual foi nomeado como herdeiro, embora não se encontre indicado, no documento, o cargo que então este sobrinho tinha na sé de Braga<sup>354</sup>. Não sabemos se então seria apenas cónego ou já arcediago, embora Leontina Ventura lhe atribua este último estatuto, precisamente a partir deste mesmo ano<sup>355</sup>. Se nessa data detivesse já um arcediagado, não poderia, certamente, ter sido o do Couto de Braga, ocupado por Geraldo Peres, pelo menos desde 1249.

Segundo J. A. Ferreira, o arcediago era pai de João Martins de Soalhães<sup>356</sup>. Contudo, José Augusto Pizarro, que situa este personagem entre as datas de 1281 para chantre e as de 1287-89 para arcediago, afirma que ele teve sim, um filho bastardo de Teresa Martins, a quem foi posto o seu nome,

---

*et domnus Gomecius Laurencii frater meum teneant predictas possessiones...*». Ora, o arcediago Geraldo Peres surge em todos os documentos do período que estudámos sempre referido apenas como D. Geraldo, arcediago de Braga, o que condiz com o texto do documento em questão. Para além disso, de acordo com a tradução, só D. Gomes Lourenço é irmão de Dona Urraca. Também encontramos a mesma opinião em Isaías da Rosa Pereira, «O testamento de Dona Urraca Lourenço, sepultada na Sé de Braga», *Actas do Congresso Internacional IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, p. 90.

<sup>341</sup> Sentenciou o caso em conjunto com o cónego João Peres (A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 102).

<sup>342</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 20 e Livro II dos Testamentos, nº 65. Ver bio-

e que foi posteriormente legitimado por carta régia de D. Dinis, emitida em Lisboa a 6 de Junho de 1313<sup>357</sup>.

Conhece-se também o nome de um seu serviçal, Fernão Lourenço, que recebe um casal à morte do arcediogo<sup>358</sup>.

Herdou do arcebispo seu tio propriedades em S. João de Semelhe e Sto André de Gondizalves e uma quintã em Campo<sup>359</sup>.

No lugar do Outeiro, em S. João de Semelhe, fez casa e honra nova, como refere a Inquirição de 1288, e não deixava aí entrar o mordomo, tendo o rei, por sentença de 1290, considerado a honra devassa; pertencer-lhe-ia ainda o Paço da Fonte, em Adaúfe, que também era honrado<sup>360</sup>. Além destas, possuía outras propriedades, não localizadas, identificando-se entre elas os casais de Pinheiro e de Sendim. Provavelmente ausentou-se de Braga para realizar estudos, pois D. João Viegas, no seu testamento, pede ao cónego João Pais que tenha a custódia dos seus bens caso ele esteja ausente «*in scolis*»<sup>361</sup>.

#### Nº 31 – **Fernão Mateus**, arcediogo do Couto, 1289-1292

A proximidade deste arcediogo com o arcebispo D. Telo, bem como o seu empenho na resolução de questões relacionadas com o cabido, transparece da documentação, embora nada saibamos sobre a sua vida pessoal. A notícia mais antiga data de 1289, altura em que aparece mencionado numa carta de D. Dinis, em que se tornam públicos os acordos realizados na Cúria Geral, reunida em Agosto desse ano, relativamente à concórdia efectuada entre o rei e os prelados do reino, por intermédio da Santa Sé. Este arcediogo surge, juntamente com Mestre Domingos Esteves, arcediogo de Vermoim e Gonçalo Gonçalves, cónego bracarense, como portador da carta

---

grafia nº 72.

<sup>343</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 32 e Livro II dos Testamentos, nº 76. Ver biografia nº 90.

<sup>344</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>345</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 44.

<sup>346</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 26. A presença do arcediogo neste negócio pode testemunhar a proximidade entre a sua pessoa e o Portocarreiro.

a enviar à Santa Sé, registando os acordos referidos<sup>362</sup>. Também no tempo de D. Telo este Fernão Mateus, juntamente com o deão, dois arcediagos, o mestre-escola e dois cónegos, representou o cabido no consentimento dado ao arcebispo para contrair em Roma um empréstimo de 600 libras ao mercador romano Nicolau Judicis, para negócios da igreja bracarense<sup>363</sup>.

Ocupou o cargo de vigário do arcebispo e como tal vemo-lo a empenhar-se nas mais variadas questões. Foi juiz especial numa causa existente entre o mosteiro de Pedroso e o rei, pronunciando sentença a favor do monarca; esta foi ditada em casa do próprio Fernão Mateus, em Braga, o qual se encarregou de a comunicar ao arcebispo e de, se necessário, pedir ajuda de braço secular para o seu cumprimento<sup>364</sup>. Por sentença sua, foi vendida ao chantre uma herdade em Frossos e S. Paio de Parada, por 300 libras, pelo executor do testamento de um falecido porcionário bracarense, Domingos Galdes, para pagamento de uma dívida deste, presumivelmente aos capitulares<sup>365</sup>. Em 1291, como prepósito do cabido, confirma uma carta de composição realizada entre a canónica e o abade do mosteiro de Fonte Arcada, reunidos como era costume nestas circunstâncias, no claustro da igreja de Braga, relativamente às rendas que o mosteiro devia pagar ao cabido anualmente<sup>366</sup>. Vemo-lo ainda interessando-se mais uma vez pelos direitos da comunidade quando em 1291, e ainda como vigário do arcebispo, pede cópia do testamento de um cidadão de Braga em que se mencionavam oferendas para o cabido, testamento esse que fora achado entre os papéis de um antigo tabelião<sup>367</sup>. Nesse mesmo ano, testemunha a tomada de posse de uma propriedade por parte dos cónegos e também a composição estabelecida entre o arcebispo e os moradores da vila de Bragança, relativamente aos votos que estes deviam pagar<sup>368</sup>.

No ano seguinte (1292) é um dos eleitores de D. João Martins de Soalhães, cónego de Coimbra, para arcebispo, à morte de D. Telo, sendo essa a última

---

<sup>347</sup> A.D.B., C.C., P. 3, n° 96.

<sup>348</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, n°s 4, 5 e 6.

<sup>349</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n°s 540, 584, 585, 587, 630, 641, 643, 675, 677, 679, 685, 686, 688, 694 e C.C., P. 2, n° 65.

<sup>350</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 42.

<sup>351</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 116; Gav. dos Testamentos, n° 31; Livro I dos Testamentos, n°s 26 e 42.

referência a este arcediogo encontrada na documentação consultada <sup>369</sup>.

Nº 32 – **Pierre Després** <sup>370</sup>, cónego, 1324 e arcediogo do Couto, 1324-1361

Cardeal bispo Penestrino, foi cónego e arcediogo de Braga, não residente. Por recibo passado em Avinhão, acusa, em 1324, a recepção de 200 dobras de ouro, enviadas por D. Gonçalo Pereira através de Pedro de Labrúnia, reitor de Colónia e de Raimundo de la Serra, cónego de Lérica, fruto do seu arcediagado de Couto e da conesia e prebenda que detinha na igreja de Braga <sup>371</sup>. Faleceu em Setembro de 1361, sendo pouco depois o cardeal Fontanerio Vassali provido com um canonicato e o arcediagado de Braga, devido à sua morte <sup>372</sup>.

Nº 33 – **Gil Peres**, arcediogo do Couto, 1362-1374 <sup>373</sup>

Nada sabemos sobre as suas origens geográficas ou sociais. Apenas conseguimos identificar dois homens seus, chamados Álvaro Gonçalves e Lourenço Geraldês <sup>374</sup>.

Era bacharel em leis. Obteve a dignidade de arcediogo a pedido do cardeal-bispo Frascati em Novembro de 1362, por morte do anterior titular, D. Pedro <sup>375</sup>. Em 1364, o papa intitula-o de arcediogo do Couto ao atribuir-

<sup>352</sup> Ver biografias nº 14, 96 e 118, respectivamente.

<sup>353</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, Anexos à Prosopografia.

<sup>354</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 75.

<sup>355</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, Anexos à Prosopografia.

<sup>356</sup> J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, p. 116.

<sup>357</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, pp. 324-325 e I.A.N./T.T., Ch. D. Dinis, Livro III, fl. 87: «...querendo fazer graça e mercê a Gonçalo gonçaluiz, filho de Gonçalo gonçaluiz de porto carreiro, arcediagoo de bragaa e de Tareia martins despenso com ele e faço o legitimo...».

<sup>358</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 154.

lhe a conezia e prebenda vagas por morte de Domingos do Vale<sup>376</sup>. Todavia, a primeira referência como tal na documentação da canónica bracarense data de Janeiro de 1366, quando esta passa uma procuração ao cónego Diogo de Beja<sup>377</sup>. Em Julho de 1373, surge mencionado como arcediogo de Couto e vigário geral<sup>378</sup>. Dentro do período abarcado por este estudo, a última referência a ele encontrada é de 1374<sup>379</sup>.

### ***De Barroso:***

Nº 34 – **Estêvão Anes do Tojal**, arcediogo de Barroso<sup>380</sup>, 1250-1267

Escolheu, como a generalidade dos cónegos, ser sepultado no claustro da sé de Braga, junto do chantre D. Pedro Peres, dito «Fogaça»<sup>381</sup>.

Os legados que fez no seu testamento a templos, nomeadamente às igrejas de Vila Nova de Sande, S. Clemente de Sande, S. Salvador de Balazar, S. João de Brito e ao Mosteiro de Sande, assim como certas referências a bens patrimoniais que possuía em S. Salvador de Balazar e em S. Miguel («*iuxta turrem Fernandi iohannis de Sandi*»), levam-nos a supor que seria natural de uma destas duas últimas freguesias, ambas no concelho de Guimarães.

Identificou alguns familiares nesse mesmo documento: Gonçalo Anes, Micaela Anes, Sancha Anes, Elvira Anes, Urraca Anes, Dona Marina, monja, Maria, a quem chama «pequena», seus irmãos; João Peres, Maior Rodrigues, Estêvão Rodrigues, Rodrigo Rodrigues, João Rodrigues, Pedro Vasques, Durão Fernandes, seus sobrinhos; Pedro Fernandes, seu afilhado.

Pela coincidência do seu lugar de origem e do patronímico Anes, chegá-

<sup>359</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 19.

<sup>360</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, “A nobreza do julgado de Braga...”, pp. 212 e 232.

<sup>361</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nº 19.

<sup>362</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 35.

<sup>363</sup> Esse empréstimo tardou em ser saldado, pois em 1295, através de um seu procurador, o mercador romano fez chegar a D. Martinho Pires, então arcebispo, a sua intenção de não protelar mais a cobrança da referida dívida, responsabilizando-o juntamente com o cabido (A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 36).

mos a pensar que o arcediago pertencesse à nobre família dos de Sande. Um cónego homónimo aparece referenciado em 1236 como abade de Sande, pelo que poderia tratar-se da mesma pessoa, constituindo um outro indício relativamente à sua origem<sup>382</sup>. Contudo, se nos Livros de Linhagens encontramos referências a alguns nomes idênticos aos dos irmãos e sobrinhos, não conseguimos porém estabelecer seguros laços de parentesco.

A simultaneidade de dois homónimos no cabido de Braga na época estudada lançou alguma confusão no nosso espírito, sobretudo quando começámos a relacionar os nossos dados com os de outros investigadores. Falamos de Estêvão Anes do Tojal, sobre quem nos debruçamos nesta biografia, e de Estêvão Anes de Vasconcelos, cónego e seu sucessor na dignidade. Após longas e aturadas pesquisas pensamos tratar-se de duas pessoas distintas, pelo que passamos à explicação da nossa tese.

Existem apenas três documentos que nos remetem para o arcediago Estêvão Anes do Tojal<sup>383</sup>: o seu testamento, uma provisão do arcebispo em que foi testemunha e uma carta régia de Afonso III, datada de 1277, dirigida ao seu meirinho-mor Vasco Martins<sup>384</sup>.

Reflictamos sobre o primeiro. Não raro os cónegos faziam um testamento, forçados por graves e desconhecidas doenças súbitas. Vindo depois a conseguir escapar-lhes e tendo, entretanto, mudado de ideias, redigiam um segundo, advertindo, no entanto, que este último é que devia ser considerado como válido no caso de vir a aparecer um outro com data anterior. Temos disso alguns exemplos, embora só conheçamos o último documento, aquele em que o seu autor repetidamente lembra ao leitor que um outro, antes redigido, não deve em ocasião alguma ser tido como legal. Ora, não é este o caso, pois no testamento do arcediago, datado de 1267, nunca, em momento algum da sua leitura, deparamos com esta preocupação. O testamento é, pois, único e definitivo. Nele, Estêvão Anes mostra ser um homem de grandes posses e vai distribuindo amplamente legados de natureza vária por

---

<sup>384</sup> I.A.N. / T.T., Ch. de D. Dinis, Livro I, fl. 349.

<sup>385</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 746.

<sup>386</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 153.

<sup>387</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n° 36.

<sup>388</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 159 e Gav. dos Votos, n°

gente e instituições diversas. Deixa então ao cabido de Braga, entre outros bens, os seus dois casais de S. Pedro de Triavada, actualmente S. Pedro de Barreiros, no concelho de Amares. Outro legado que interessa especialmente é o que é feito ao seu sobrinho João Peres de Fraião: trata-se uma herdade que comprou no Tojal, sendo provavelmente daqui que lhe vem o epíteto que permite, em parte, esclarecer este embróglio.

Dez anos após a presumida morte do arcediago, em 1277, e usufruindo já o cabido de Braga dos dois casais acima citados, surge uma carta régia em que Afonso III, dirigindo-se a Vasco Martins, meirinho-mor, se refere ao arcediago como Estêvão Anes do Tojal, afirmando que tinha recebido uma queixa da canónica sobre as propriedades em questão, pois estas tinham sido embargadas por dois cavaleiros intitutados Pero Anes de Vasconcelos e Rui Anes de Vasconcelos, nomes esses que, efectivamente, correspondem aos de dois irmãos de mestre Estêvão Anes de Vasconcelos. Transcrevemos dela a passagem que interessa: «*Sabede que o Cabido de Braga mandou a mim dizer que Estêvão Anes do Tojal que foi Arcediago de Braga mandou por seu aniversário a esse Cabido dous casaes in logo que dizem Triaváá dos quaes casaes esteve en possessom o Cabido de Braga. E ora Rodrigo Anes e Pedro Anes de Vasconcelos embargam esses casaes ao davandicto Cabido. Unde vos eu mando que vos alcedes força a esse Cabido desses cavaleiros ...*»<sup>385</sup>. Como se pode ler, o texto diz claramente que o cónego fora e já não era arcediago de Braga, não porque tivesse transitado para outro cabido ou sido promovido mas porque já não pertencia ao mundo dos vivos, pois os casais estavam na posse da canónica para com os seus frutos celebrar o respectivo aniversário. Parece-nos pouco provável que os cónegos celebrassem aniversários por pessoas ainda vivas! O objectivo de um legado testamentário nestes termos é o assegurar do bem-estar eterno.

Abordemos agora o assunto por outro ângulo. Os embargadores dos casais apresentam realmente os nomes de dois irmãos Vasconcelos. Mas nunca, no documento, o rei se lhes refere como irmãos do arcediago, mencionando-os como «*esses cavaleiros*», expressão que a nosso ver concretiza a distância existente entre arcediago e usurpadores. Pensamos, portanto, que, embora os

dois cavaleiros a que a carta régia se referia fossem mesmo os dois irmãos Vasconcelos, nada tinham que ver com o arcediago a não ser o quererem deitar mão a um bem que anteriormente fora dele, por motivos que desconhecemos e podem estar relacionados com a simples cobiça ou com a localização das propriedades, tão próximas das suas terras, situadas no mesmo concelho.

Se o testamento de 1267 (que atribuímos a Estêvão Anes do Tojal) pertencesse ao de Vasconcelos, porque razão não se teria ele identificado, num documento assaz importante como aquele em que determinava as suas últimas disposições em vida, com o patronímico da sua conceituada família? E porque não o destruiu ou invalidou entretanto, se viveu, como bispo de Lisboa, até 1287? Um último pormenor acerca das identidades em questão será o de que Estêvão Anes de Vasconcelos tinha selo próprio, o qual deveria ter sido utilizado para selar o testamento se este fosse de sua autoria. Ora, o documento terá sido selado, segundo nele se lê, com o selo do tabelião público que o redigiu: Durão Domingues.

Outro aspecto que não confere é o relativo aos nomes dos familiares que surgem no testamento em causa. Os irmãos do arcediago, mencionados no testamento de 1267, não coincidem com os irmãos de Estêvão Anes de Vasconcelos. Os sobrinhos ainda menos. Por outro lado, as propriedades que constam no manuscrito diferem também dos bens que Leontina Ventura diz terem pertencido a Estêvão Anes de Vasconcelos. As primeiras situam-se, nomeadamente, em freguesias do concelho de Guimarães, com particular incidência para as de S. Salvador de Balasar, Vila Nova de Sande, S. Clemente de Sande e S. Miguel, como já referimos.

Por todos estes motivos concluímos que Estêvão Anes do Tojal não era a mesma pessoa que Estêvão Anes de Vasconcelos e que este substituiu o anterior no arcediagado a partir de 1267, aquando da provável morte do primeiro, cargo em que realmente nos aparece nas fontes a partir de 1268.

Outro aspecto que pode ajudar a desfazer o equívoco é o facto de no testamento de Estêvão Anes do Tojal não haver referência ao grau de mestre de

---

<sup>369</sup>A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n<sup>os</sup> 16 e 35 e C.C., P. 3, n<sup>o</sup> 135.

que Estêvão Anes de Vasconcelos usufruía. Embora aquele possuísse alguns livros relacionados com a sua função (um missal, um breviário e mais do que um saltério), nada nos foi revelado sobre a sua formação cultural.

Para além do testamento, de onde extraímos a grande maioria das informações a seu respeito, este arcediogo aparece ainda mais uma vez, no ano anterior àquele em que provavelmente faleceu, como testemunha de uma provisão do arcebispo D. Martinho Geraldês que proibia o tesoureiro de Guimarães Afonso Anes de conhecer causas matrimoniais<sup>386</sup>.

Foi detentor de razoáveis bens patrimoniais, contando-se entre as suas propriedades três casais em Santiago de Caldelas, mais dois em S. Pedro de Barreiros e um em Esporões, uma herança em Balasar, uma herdade em Dume, outra na Geira, outra em Vilar, uma propriedade não identificada, três casas na Rua de Paio Manta, uma outra casa na cidade, a casa em que morava em Braga, uma adega e seis casas contíguas, umas casas em Rendufe e uma quinta no Tojal, de onde lhe veio, certamente, a alcunha, como já dissemos.

De entre os seus bens móveis salienta-se, sobretudo, o dinheiro, patente nos legados que dele fez, para além de roupas de vestir, roupas de cama e algumas cubas. Legou ainda um cifo de prata ao arcebispo e um outro, no valor de um marco, ao tesouro. Tinha dois escravos: uma «*sarracenam meam nigra*» e um «*sarracenus meus*».

Instituiu duas capelanias, ambas na Igreja de Braga. Fez vários legados pios a igrejas e mosteiros da diocese, a conhecidos e aos leprosos de Braga e Guimarães.

Nº 35 – **Mestre Estêvão Anes de Vasconcelos**, cónego, 1253-1262 e arcediogo de Barroso<sup>387</sup>, 1268-1273

<sup>370</sup> Referido como D. Pedro nos documentos do cartório bracarense.

<sup>371</sup> A.D.B., C.C., P. 9, nºs 376, 380 e 383.

<sup>372</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Inocêncio VI, nº 251, pp. 396-397. Fontanerio Vassalli não chegou a usufruir da dignidade, uma vez que faleceu em Outubro desse ano.

<sup>373</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

Descendia do arcebispo de Braga Estêvão Soares da Silva (seu tio-avô) e era natural de Vasconcelos, freguesia de Santa Maria de Ferreiros, concelho de Amares e julgado de Entre Homem e Cávado. Pertencia à linhagem dos de Vasconcelos, sendo filho de João Peres de Vasconcelos e de Maria Soares Coelho, irmã do valido do rei João Soares Coelho e filha da irmã do referido prelado, Teresa Soares da Silva<sup>388</sup>.

Usava o título de mestre, embora não se saiba que estudos fez, nem onde.

Sendo membro de tão ilustre família, deve ter gozado de ampla protecção e favorecimento, tanto no sector religioso como no político. Talvez deva a isso a sua fulgurante carreira desenvolvida a partir de Braga, onde o vemos intitular-se cónego e depois arcediogo e vigário.

É provável que seja a este cónego que se refere a bula de Inocêncio IV, *Tuam volentes honorare*, dada em Assis e datada de 18 de Julho de 1253, designando-o como clérigo do arcebispo e dando a este último faculdade de conceder ao cónego um único benefício e dignidade no reino de Portugal<sup>389</sup>. Temos notícia de que, nesse mesmo ano, foi um dos protagonistas num dos vulgares litígios relacionados com o direito de padroado, envolvendo a igreja de Santa Maria da Palmeira, para cujo cargo de reitor foi nomeado pelo arcebispo D. João Viegas<sup>390</sup>, contra o que se insurgiram alguns padroeiros leigos.

Sendo ele ainda cónego, Pedro Moniz entregou-lhe, através do seu testamento, algumas tarefas para cumprir juntamente com Domingos Peres, então chantre de Guimarães, fazendo assim deles seus plenipotenciários. Deviam vender um livro com o fim de suportar com o dinheiro obtido as exéquias do mestre-escola, e ainda repartir como melhor achassem os bens

---

<sup>374</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n° 850.

<sup>375</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Urbano V, n° 8, p. 412 e nota 5, p. 414. Desconhecemos se existe relação entre este arcediogo e o cónego Gil Peres, referenciado em 1334 (ver biografia n° 159).

<sup>376</sup> *Ib.*, n° 178, p. 476.

<sup>377</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n° 67 e Livro I de Testamentos, n° 55.

<sup>378</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 36.

<sup>379</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 44.

que aquele tinha em Bolonha<sup>391</sup>.

Já como arcediago, tomou posse, em nome do cabido de Braga, de todas as propriedades que a nobre Urraca Lourenço deixou àquele em testamento, as quais entregou para exploração a particulares<sup>392</sup>. Aparece-nos ainda em mais cinco actos: em 1268, surge como um dos vigários do arcebispo, no processo da apresentação da igreja de Santa Maria de Sabrosa<sup>393</sup>; em 1272, esteve presente numa procuração da canónica sobre a igreja de Mogadouro<sup>394</sup> e como vigário da mesma instituição, na apresentação de Martinho Peres para reitor da igreja de S. Martinho de Rio Tinto<sup>395</sup>; em 1273, figura como testemunha da doação de uma herdade em S. Cosme do Vale, feita por uma tal Estefânia Martins ao mordomo do rei D. João Peres de Aboim<sup>396</sup> e nesse mesmo ano, também como vigário, foi uma das autoridades incumbidas por Afonso III de restituir ao clero tudo o que a este tinha sido usurpado, em resposta às várias bulas do papa Gregório X<sup>397</sup>; finalmente, ainda no mesmo ano, por autoridade de uma bula de Clemente V datada de 1268 e representando no acto o abade do mosteiro de Santo Tirso que dessa tarefa o incumbiu, e através deste o bispo de Ciudad Rodrigo, é ele que investe o cónego de Guimarães Mateus Nunes, como procurador de Pedro Julião, na posse da igreja de Guimarães, após o que informou por escrito D. Afonso III<sup>398</sup>.

Terminou a sua carreira eclesiástica como bispo de Lisboa, entre 1286-1287, provável recompensa por ter sido clérigo do rei no período anterior, ao mesmo tempo que era arcediago e vigário de Braga<sup>399</sup>.

Tinha selo próprio, o qual é mencionado na qualidade de vigário<sup>400</sup>.

Em 1258, possuía, como cónego, o casal de Adaúfe, no concelho de

---

<sup>380</sup> Não encontramos indicação do território sobre o qual este arcediago exercia a sua jurisdição. No entanto, por exclusão de partes, cremos que tinha sob a sua alçada o arcediagado do Barroso. É provável que seja a ele que Nuno J. Pizarro Dias situa como cónego de Braga em 1251, atribuindo-lhe uma subscrição como testemunha de uma carta de Afonso III (*Cortes Portuguesas (1211 a 1383)*, Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica apresentadas à Universidade do Minho, Braga, 1987, p. 142).

<sup>381</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 30.

<sup>382</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 140.

<sup>383</sup> Um quarto é inconclusivo: trata-se do registo das cortes de Guimarães, de 1250, em que surge um "*domni S. Johanis archidiaconi bracarensis*". *Portugaliae Monumenta*

Amare e julgado de Entre Homem e Cávado<sup>401</sup>. Sabemos igualmente que recebeu do seu tio-avô arcebispo um conjunto de bens vinculados, com a condição de os transmitir a parente seu por via materna que fosse clérigo<sup>402</sup>.

– **Gomes Fernandes**, arcediogo de Barroso, 1288-1290

Já referenciado como deão com o nº 4.

– **Martinho Rodrigues**, arcediogo de Barroso, 1292-1295

Já referenciado como chantre com o nº 17.

– **Rui Soares**, arcediogo de Barroso, 1295-1300

Já referenciado como deão com o nº 6.

Nº 36 – **João Vicente**, porcionário, 1305 e arcediogo de Barroso, 1307-1325

Morreu no mês de Janeiro de 1325, em Évora, onde residia, cidade da qual se presume seria natural, pois aí herdou casas dos pais, que também nessa urbe se encontravam sepultados. No seu testamento, aí realizado, pede para ser sepultado na igreja de Braga, caso morra a norte do Mondego; caso a morte ocorra a sul do mesmo rio, pede que o soterrarem em Évora e depois os herdeiros trasladem os ossos para Braga<sup>403</sup>. Não nos foi dado conhecer se a trasladação se verificou ou não.

Sabemos por este mesmo documento que tinha família em Évora: Gonçalo, Airas, Vicente e Gomes Anes, seus filhos (um deles morava em Montemor); Álvaro, seu neto, ainda menino, a quem deixa «duas boas

---

*Historica. Leges...*, vol. I, p. 185.

<sup>384</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 30; Livro II dos Testamentos, nº 13 e Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 118.

vacas» e dinheiro<sup>404</sup>; Irene Anes, sua sobrinha e uma Maior Vicente (sua irmã?), e netos desta. Além destes a quem se ligava por laços familiares, também refere: uma jovem, Maria de Braga, a quem deixa cem libras como dote de casamento; Afonso, de Montemor, que lhe prestou certos serviços, que não especifica; Sancha Afonso, a quem deixa as suas cavaliças, para que more nelas ou as alugue, mas só durante o tempo em que viver, depois passem aos herdeiros. No fim da vida, acompanhavam-no um clérigo de Braga, Martinho, referido como «seu abade» e dois seus homens, Gonçalo Domingues e Vicente Domingues.

Relativamente à sua formação e cultura pouco sabemos. Parece, no entanto, ter sido homem de um certo saber, a avaliar pelos livros que possuía: umas Decretais grossas, que teriam sido de D. Martinho Pires, arcebispo (o próprio arcediogo já não de lembra se eram dele, se suas); foi por estas Decretais que estudou um tal Afonso Fernandes<sup>405</sup>; outras Decretais, que lhe pertencem e devem ficar sempre em sua casa, estando os herdeiros proibidos de as vender (se algum moço da sua linhagem quiser «ouvir Decretais», que o faça durante quatro anos, usando-as, e depois tornem ao seu lugar); uma Copiosa; um Inocêncio; um Ostiense com leitura sobre as Novelas; um Espéculo (que se venda e se entregue o dinheiro ao tesoureiro de Guimarães) e ainda outros livros, que manda vender para pagar o testamento<sup>406</sup>.

O seu relacionamento com o arcebispo D. Martinho emerge um pouco por toda a documentação: natural de Évora, donde o arcebispo também era natural, ter-se-á deslocado para Braga acompanhando-o. Porcionário em 1305<sup>407</sup>, acaba por ser depois nomeado arcediogo de Barroso. Acumulando esta dignidade com um canonicato em Évora, nada indica, porém, ter ascendido ao presbiterado<sup>408</sup>. Exerce com frequência as funções de vigário

<sup>385</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 118.

<sup>386</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 13.

<sup>387</sup> Também não encontramos indicação sobre qual o arcediogo de Estêvão Anes de Vasconcelos. Seguimos, por isso, o mesmo critério que para o anterior.

<sup>388</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, pp. 765-766. Sobre a estirpe dos de Vasconcelos ver também «Vasconcelos» e «Vasconcelos. Genealogia», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, XXXIV, Editorial Enciclopédia L<sup>a</sup>, Lisboa – Rio de Janeiro, 1947, pp. 267-270.

geral<sup>409</sup>. Mantém-se bastante activo em Braga até 1309, desaparecendo de seguida da documentação, embora saibamos que exerceu o seu cargo de arcediogo de Barroso até 1325, data da sua morte. Aparece mencionado numa bula, em 1310, em que o papa concede indulto ao bispo do Porto de poder visitar a diocese durante um triénio por meio de outras pessoas<sup>410</sup>.

Morto D. Martinho em Avinhão em 1313, é provável que não tenha beneficiado dos favores de D. João, o arcebispo que lhe sucede. Terá naturalmente desenvolvido então maior actividade em Évora, onde, como vimos, tinha residência. No seu testamento se refere que um tal Lourenço Anes tinha ido por várias vezes a Barroso cobrar as rendas do arcediagado em seu nome. Em 1321 encontramos-lo em Évora<sup>411</sup> a participar numa eleição conflituosa de D. Gonçalo Pereira para bispo dessa diocese, pertencendo João Vicente ao grupo dos que estavam a favor de tal escolha. É nomeado procurador junto do papa, para resolver a questão<sup>412</sup>.

Era D. João Vicente um homem rico: tinha casas em Braga<sup>413</sup>, em Montalegre, em Évora. Morava, ao tempo da sua morte, numas casas situadas no adro da sé de Évora, nas quais se refere a existência de cavaliças. Tinha bouças e várias pertenças em Guimarães e herdades no Alentejo. Com o rendimento destas institui em Évora um hospital, cuja administração confia a uma sua sobrinha. Das herdades refere as riquezas: adegas, vinhas, gado em abundância, alfaias agrícolas, cujo rendimento será a fonte de receita do hospital. É pródigo nas doações em numerário a efectuar após a sua morte: dotes de casamento para donzelas, somas a dar a serviçais para compra de casa, dinheiro para o neto, ofertas para todas as albergarias e leprosas de Braga. Tinha negócios de pão, de gado e de feltros, e refere contas a acertar com certos indivíduos, ou por não lhe pagarem o preço devido ou porque não entregaram as mercadorias. Por exemplo, Estêvão de Cambeses, que nunca lhe pagou os dízimos dos gados; Lourenço Anes, que

---

<sup>389</sup> Élie Berger, *Les Registres d'Innocent IV*, III, n° 6877, p. 292 e ainda M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 347.

<sup>390</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, n° 13.

<sup>391</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 2.

<sup>392</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 106; Gav. dos Testamentos, n° 29 e Gav. dos Legados e Sufrágios, n° 11.

não lhe deu contas de 3 ou 4 vezes que foi a Barroso receber as suas rendas, e ainda Domingos Peres que não lhe deu recado do gado, do pão e dos feltros, aceitando todavia ter havido erro em contas anteriores. Ascendendo o hipotético erro a cerca de 600 libras, daí poderemos inferir do volume de negócios do arcediago <sup>414</sup>.

O jeito desafogado como vivia se poderá concluir do tipo de peças têxteis que manda distribuir após a sua morte: uma cocedra, um chumaço, uma colcha, dois fateircos (?), tudo dado por D. Maior Miguéis ao arcediago e que ele manda entregar às gafas de Santa Margarida; peças de burel e de bragal, que dá aos pobres de Braga; um pelote d'Arras, panos brancos, um tabardo de pena branca, um pelote de valenciana, ainda uma capa e uma saia, mais um pelote...

Instituiu uma capela de missas pelas suas casas na Rua dos Burgueses em Braga e por uma bouça com as suas árvores, que ele possuía em Guimarães e ainda por umas casas que detinha em Barroso. E manda que essa capela pertença ao arcediago de Barroso «que pelo tempo for». O relacionamento, talvez de amizade, apesar de alguma diferença de idades, existente entre João Vicente e D. Martinho Pires manifesta-se na vontade do arcediago em que também se façam aniversários para sempre, pela sua alma e pela do defunto arcebispo <sup>415</sup>.

Nº 37 – **Martinho Vasques [Pimentel]**, cónego, 1317-1325 e arcediago de Barroso, 1326-1335

Primeiro filho de Vasco Martins Pimentel e de Maria Gonçalves Portocarreiro era, portanto, tio de D. Gonçalo Pereira <sup>416</sup>.

Em 1317, como simples cónego, integrou a comissão que elegeu o mes-

---

<sup>393</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 29.

<sup>394</sup> I.A.N./T.T., Ch. Afonso III, Livro I, fl. 118 v.

<sup>395</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 176.

<sup>396</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 672.

<sup>397</sup> I.A.N./T.T., Ch. Afonso III, Livro I, fl. 127.

<sup>398</sup> José Antunes, «O percurso e o pensamento político...», pp. 144-145.

tre escola Domingos Domingues deão de Braga<sup>417</sup>. Por esta altura, estava encarregado de fazer as distribuições aos clérigos do coro<sup>418</sup>.

Sucedeu a João Vicente como arcediogo de Barroso, aparecendo identificado como tal em Fevereiro de 1326. Encontrava-se, então, na sé do Porto, de que também era cónego<sup>419</sup>, aquando da declaração de excomunhão de D. João Afonso, bastardo do rei D. Dinis, devido a uma contenda que este manteve com o cabido de Braga sobre a igreja de Sta. Maria de Palmeira<sup>420</sup>. Em Maio, é nomeado procurador de D. Gonçalo Pereira para que apresente, em seu nome, as letras apostólicas da sua transferência de Lisboa para o arcebispado de Braga<sup>421</sup>. Em Junho, no paço velho do arcebispo, é um dos três procuradores arquiiepiscopais que, exibindo a bula de João XXI, proclamam D. Gonçalo Pereira arcebispo de Braga<sup>422</sup>. Ainda no mesmo ano está presente à transcrição de umas bulas em que o papa ordena ao arcebispo que visite ou mande visitar a sua diocese<sup>423</sup>.

Em 1327, aparece intitulado de cónego e arcediogo de Braga<sup>424</sup>. Finalmente, em 1335 testemunha um documento em que se afirma que o arcebispo de Braga havia considerado que um Breve do papa tinha sido falsificado<sup>425</sup>.

Quanto às suas propriedades, apenas sabemos que, em 1318, na partilha dos bens paternos, coube-lhe, juntamente com os seus irmãos e mãe, um dos elementos fundamentais da fortuna dos Pimentéis, a quintã de Riba d'Ave<sup>426</sup>.

Nº 38 – **Pedro Anes**<sup>427</sup>, porcionário, 1318-1336 e arcediogo de Barroso,

---

<sup>399</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, pp. 765-767.

<sup>400</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 176.

<sup>401</sup> *Portugaliae Monumenta Historica, Inquisitiones*, ed. Alexandre Herculano, vol. I, parte II, Lisboa, Academia das Ciências, 1917-[1977], p. 427. Como a fonte não indica o patronímico, poderá eventualmente tratar-se do seu homónimo «do Tojal».

<sup>402</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 766.

<sup>403</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 47.

<sup>404</sup> Este menino estava a ser criado por um tal Estêvão Peres (A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 47).

<sup>405</sup> Será o cónego bracarense identificado na biografia nº 120.

<sup>406</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nº 47.

<sup>407</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 48.

## 1341–1369

Não conhecemos a data do seu nascimento. Faleceu entre os dias 18 e 24 de Janeiro de 1369, pois é feita uma adenda ao testamento a 18, e a 24 já se procede à sua abertura<sup>428</sup>. Pretendeu ser sepultado na capela de S. Bartolomeu, na Sé de Braga.

Da sua família, conhecemos o seu tio Domingos Domingues, que foi deão bracarense<sup>429</sup>, e ainda um sobrinho, chamado Fernão Esteves e que exercia a profissão de alfaiate<sup>430</sup>. O deão, no seu testamento, recomenda-lhe que estude pelas suas Decretais durante 12 anos e depois as entregue a outros dois seus sobrinhos, para que também estudem por elas<sup>431</sup>.

Dos indivíduos com que privou de perto, temos referência a dois clérigos: Domingos Esteves<sup>432</sup> e Gonçalo Anes; este último poderá ter-lhe prestado os últimos sacramentos<sup>433</sup>. João Lavado era um dos seus homens<sup>434</sup>. Foram seus criados Gonçalo Peres e Domingos de Espinho<sup>435</sup> e sua servente, Maria Esteves<sup>436</sup>.

Quanto à sua formação cultural, seria de nível superior se atendermos aos desejos do seu tio, o deão Domingos Domingues, que o mandou estudar. Só assim também se poderá explicar o facto de Pedro Anes ter atingido uma dignidade.

<sup>408</sup> A.D.B., C.C., P. 8, n° 348.

<sup>409</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, n°s 70, 71, 73 e 94; Gav. das Propriedades Particulares, n° 653 e Gav. das Religiões e Mosteiros, n° 129.

<sup>410</sup> «*In eodem modo dilecto filio archidiacono de Barroso in ecclesia bracharense...*», *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. II, Introdução, nota 44, p. XXXII.

<sup>411</sup> Hermínia V. Vilar também aí o assinala para as datas 1321-1324 (*As Dimensões de um Poder*, p. 375).

<sup>412</sup> A.D.B., C.C., P. 8, n° 348.

<sup>413</sup> Recebera em 1308 a doação de um casal e de umas casas na Rua dos Burgueses. A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 812.

<sup>414</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 47.

<sup>415</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 47.

<sup>416</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, p. 194.

<sup>417</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 31.

<sup>418</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 8.

<sup>419</sup> Segundo Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, p. 192.

<sup>420</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, n° 25.

Parece ter gozado de grande proximidade com o arcebispo D. Gonçalo Pereira: em 1327 aparece referido como seu clérigo<sup>437</sup> e em 1333 e 1343 como seu chanceler<sup>438</sup>. Encontra-se presente aquando da instituição da capela do prelado e participa em vários actos a ela relativos<sup>439</sup>.

A sua carreira no cabido bracarense começou como porcionário, em 1318<sup>440</sup>. A primeira vez que é identificado como arcediago de Barroso é em Março de 1341, altura em que testemunha um protesto que a igreja de Braga faz contra o corregedor e a correlativa nomeação de procuradores<sup>441</sup>. No ano seguinte figura como presente no sínodo convocado pelo arcebispo D. Gonçalo Pereira<sup>442</sup>.

A nível económico sabemos que, em 1343, possuía umas casas na freguesia de S. Tiago da Cividade, em Braga, onde habitava<sup>443</sup>; estas haviam-lhe sido deixadas pelo seu tio deão<sup>444</sup>. Na altura da sua morte tinha herdades em Infias, Maximinos, Manhente e umas casas junto da Praça, no Açougue, próximo da Torre e nos Chãos<sup>445</sup>.

A prebenda de Braga apenas lhe foi confirmada pelo pontífice, em 1350, por morte de Gonçalo Peres<sup>446</sup>.

### *De Vermoim:*

Nº 39 – **Mestre Pedro Julião**, arcediago de Vermoim, 1250-1272

Pedro Julião ou Pedro Hispano, que veio a ser o único papa português sob o nome de João XXI e cujo pontificado teve uma duração assaz efémera (1276-1277), é uma individualidade histórica que foi, merecidamente, objecto de incontáveis estudos. Ao longo dos tempos, foram-lhe sendo atribuídas dezenas de obras de lógica, filosofia natural, zoologia, medicina, teologia, apologé-

---

<sup>421</sup> A.D.B., C.C., P. 11, n<sup>os</sup> 437 e 441. Para esse ano, ainda o encontramos em C.C., P. 11, n<sup>o</sup> 446.

<sup>422</sup> A.D.B., C.C., P. 11, n<sup>o</sup> 441.

<sup>423</sup> A.D.B., C.C., P. 11, n<sup>o</sup> 444.

<sup>424</sup> A.D.B., Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 223.

<sup>425</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, n<sup>o</sup> 40.

<sup>426</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, p. 258.

<sup>427</sup> Dito Lampereiro.

<sup>428</sup> O seu acto de última vontade data, no entanto, de 1363, «*jazendo esse dom Pero*

tica e até mesmo alquimia e astrologia. Hoje em dia, pensa-se, contudo, que a coberto do mesmo nome existiram diversos indivíduos com obra feita em distintas áreas do saber, podendo algum (ou alguns) deles coincidir – ou talvez não... – com o clérigo português que ascendeu à cátedra pontifícia<sup>447</sup>.

Se sobre a data da morte do papa não há dúvidas – faleceu a 20 de Maio de 1277, dos ferimentos causados pelo desabamento de uma parte do palácio onde habitava, em Viterbo, tendo sido sepultado na Sé local –, a do seu nascimento é desconhecida, tendo a crítica histórica estabelecido que se deu, provavelmente, em Lisboa, entre 1210 e 1220<sup>448</sup>.

Sobre as suas origens familiares, praticamente não há dados, mas apenas reconstruções hipotéticas. O seu patronímico fá-lo filho de um Júlio em quem autores houve que quiseram ver o chanceler régio Julião Pais<sup>449</sup> e outros um tal Julião Rebolo; mas poderia tratar-se apenas de uma referência ao seu eventual lugar de residência nos primeiros anos de vida, a freguesia

*Anes em cama doente*». A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 55.

<sup>429</sup> Ver biografia n° 8.

<sup>430</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 800.

<sup>431</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n°s 38 e 57 e C.C., P. 8, n° 328.

<sup>432</sup> A.D.B., C.C., P. 20, n° 761.

<sup>433</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, n° 125 e Livro I de Testamentos, n° 55.

<sup>434</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 55.

<sup>435</sup> Este último viria a ser cónego de Braga. Ver biografia n° 213.

<sup>436</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 55.

<sup>437</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, n° 84.

<sup>438</sup> A.D.B., C.C., P. 20, n° 761 e Gav. dos Legados, n° 22.

<sup>439</sup> A.D.B., C.C., P. 15, n°s 623 e 640, P. 19, n° 763, P. 21, n° 802 e Gav. dos Quindénios e Décimas, n° 17.

<sup>440</sup> A.D.B., C.C., P. 8, n° 328. Outras referências: Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n° 12 e Livro I dos Testamentos, n°s 38 e 57.

<sup>441</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, n° 15. Outras referências encontram-se em C.C., P. 19, n° 752, P. 20, n°s 763 e 769, P. 21, n° 802; Livro I de Testamentos, n°s 69, 70, 78 e 79; Gav. de Testamentos, n° 49; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n° 13; Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 39; Gav. dos Prazos do Cabido, n° 63; Gav. da Sé e Missas, n° 3 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 275.

<sup>442</sup> A.D.B., C.C., P. 19, n° 752.

<sup>443</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 903.

<sup>444</sup> Maria Assunção J. Vasconcelos, *A Casa Grande*, pp. 17-18.

<sup>445</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 55.

de S. Julião, em Lisboa <sup>450</sup>.

Da mesma forma, sobre os seus estudos, são diversas as opiniões. Quase todos os autores convergem em afirmar que estudou na Universidade de Paris, baseando-se numa carta em que o próprio papa assim o afirma <sup>451</sup>. Mas, na ausência de quaisquer registos a este respeito, a(s) disciplina(s) estudada(s) – Artes, Direito, Medicina e/ou Teologia – depende(m), obviamente, da natureza das obras que lhe foram sendo atribuídas e das facetas da carreira de Pedro Hispano que foram sendo descobertas e associadas ao papa: médico <sup>452</sup>, professor universitário <sup>453</sup>, clérigo do rei, etc... Na verdade, os contemporâneos creditavam o papa com uma vasta e multifacetada ciência <sup>454</sup> e essa opinião foi conservada e mesmo amplificada pela tradição, mesmo não havendo outro tipo de testemunhos coevos que a corroborem.

É a partir de 1250, em Portugal, que os passos do nosso clérigo se tornam mais bem conhecidos. Nesse ano, mestre Pedro Julião (também intitulado, no documento, de Pedro Hispano), deão de Lisboa e arcediogo de Braga, é designado como representante de D. Afonso III no pleito que este monarca tinha com o clero <sup>455</sup>. Paralelamente a uma carreira política ao serviço deste rei, ele irá, a partir de então, bater-se por benefícios eclesiásticos de importância e rendimentos crescentes, que acabarão por afastá-lo do monarca mas lhe abrirão novos horizontes na cúria papal.

Em 1257, é apresentado por D. Afonso III para prior da colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães; mas o arcebispo bracarense, que tinha direito

---

<sup>446</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n° 392, p. 194.

<sup>447</sup> Sobre esta questão, ver, por todos, José Francisco Preto Meirinhos, *Pedro Hispano (Século XIII)*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2 vols., Porto, 2002.

<sup>448</sup> José Francisco Meirinhos, «Giovanni XXI», in *Enciclopedia dei Papi*, vol. II, Roma, 2000, pp. 427 e 433.

<sup>449</sup> Que teve, efectivamente, um filho com esse nome, mas cónego de Coimbra e prior da colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, segundo Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 771.

<sup>450</sup> Frei António Brandão, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, introd. de A. de Magalhães Basto, ed. actualizada, Porto, Liv. Civilização, 1946, pp. 305-306.

<sup>451</sup> Datada de 28 de Abril de 1277, ela foi transcrita nos *Dictamina Berardi*, recolha de epístolas do notário papal Berardo de Nápoles, tendo sido publicada no nosso país (com tradução de M. P. Meneses) por Artur Moreira de Sá, «Pedro Hispano e a crise de 1277 da

às rendas dessa igreja por dez anos, não lhe dá posse imediata dela, abrindo uma frente de conflito que irá prolongar-se por muito tempo. Com efeito, logo no ano seguinte, Pedro Julião disputa a eleição como bispo de Lisboa com o mestre-escola dessa Sé, D. Mateus, que acaba por ser o escolhido. Mestre Pedro, acompanhado do chantre e representando outros cónegos lisboenses, dirige-se então à cúria papal para pedir a anulação do acto, alegando ele ter sido feito sob pressão do poder secular. Não o consegue, mas o papa permite-lhe acumular os seus já numerosos benefícios – deado de Lisboa, arcediagado de Braga, priorado de Guimarães – com o mestre-escolado de Lisboa, que lhe concede por 1263, quando confirma D. Mateus como bispo da cidade<sup>456</sup>. Entretanto, o rei, possivelmente agastado com a atitude de Pedro Julião, retira-lhe o seu favor, apresentando para o priorado de Guimarães outro seu clérigo, o nosso também conhecido Fernão Anes de Portocarreiro<sup>457</sup>; como vimos, só em 1273 a questão se resolveu, em detrimento deste e benefício daquele, que, aliás já havia partido para mais altos voos.

Em Braga, Pedro Julião terá tido à sua responsabilidade o arcediagado da Terra de Vermoim<sup>458</sup>. A tudo o que já foi dito, podemos acrescentar que foi vigário da igreja bracarense em 1262. Assim aparece referido na documentação nesse ano, em dois documentos sobre idêntico assunto.

No primeiro, que podemos identificar como uma sentença e cujo teor julgamos indispensável explicar para melhor provar a nossa ideia, diz-se que «*ad instanciam Capituli Bracarensis Gomecium martini comendatore de Rivo Frigido ego et domnus Petrus iuliani convigarius meus peremptorie citari fecimus*»<sup>459</sup>. Portanto, Paio Mendes (que se afirma no mesmo manuscrito como vigário do arcebispo) e Pedro Julião seu convigário, tinham convocado Gomes Martins, comendador de Rio Frio, para se defender da acusa-

---

Universidade de Paris», *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, nº 22, 1955, pp. 239-241. Contudo, José Meirinhos duvida que tal carta seja genuína, defendendo que se trata de uma reelaboração literária destinada a servir de exemplo e pondo assim em causa o seu valor auto-biográfico («*Petrus Hispanus Portugallensis? Elementos para uma diferenciação de autores*», *Revista Española de Filosofía Medieval*, nº 3, 1996, nota 11, p. 55).

ção de se ter apoderado indevidamente de dois casais, em Tebosa, que eram pertença da instituição capitular. O documento informa ainda que o comendador tinha sido ouvido e tinha pedido a prorrogação do prazo.

Como o réu não compareceu no termo do tempo que lhe havia sido dado, surgiu, em consequência desse acto, esta sentença, tendo Paio Mendes através dela concluído a favor do cabido, concedendo-lhe a posse dos ditos casais, pois lê-se: «*propter quod ego ob ipsius comendatoris contumaciam decerno idem Capitulum in corporalem possessione ipsorum casalium causa custodie inducendum*».

O segundo manuscrito é o mandado para que o cabido entre na posse definitiva dessas propriedades<sup>460</sup>. Ambos datam de 14 de Fevereiro de 1262 e, em ambos, Paio Mendes se refere à pessoa de Pedro Julião como seu «convigário».

Em função disto, colocaram-se nos duas questões. Em primeiro lugar, interrogámo-nos sobre a validade da presença de Pedro Julião em Braga, e mais ainda, no território nacional nesse momento, pois moviam-no então outros desígnios. De facto, nessa data, é difícil demonstrar que se encontrava em Portugal.

M. Alegria F. Marques afirma que o arcediago se ausentara para a cúria pontifícia por volta de 1259, devido à contestação da eleição de D. Mateus para bispo de Lisboa, não sendo, no entanto, categórica quanto ao seu regresso a Portugal, que apontou para 1261, afirmando o seu retorno a Itália quase de imediato, devido à questão sobre o priorado da igreja de Guimarães<sup>461</sup>.

Por seu lado, José Antunes coloca Pedro Julião em Anagni a partir de 21 de Janeiro de 1260, onde ainda o situa a 14 de Março do mesmo ano, continuando a afirmar a sua presença em Itália, possivelmente em Viterbo, em 31 de Dezembro de 1261 ou 1262. Segundo o mesmo autor, em 28 de Outubro de 1263 Pedro Julião estava de novo (ou ainda?) na cúria romana<sup>462</sup>.

---

<sup>452</sup> A. Paravicini Bagliani, que começou por admitir que João XXI tivesse sido médico de Gregório IX, acabou por reconhecer que não há quaisquer documentos que o comprovem (*Medicina e Scienze della Natura alla Corte dei Papi nel Duecento*, Spoleto, 1991, pp. 32, 106, 242-243). Mas existem, de facto, pelo menos dois médicos intitulados de Pedro Hispano a operar em Itália por esta altura: um é o que citamos na nota seguinte, outro o “Magister Petrus medicus Yspanus” referido num edital de Perugia de 1262, por suspeita de falsificação de moeda

Embora nos pareça pouco plausível, há uma possibilidade remota de que Pedro Julião, com assuntos tão do seu interesse a tratar na cúria, tivesse, num curto intervalo de alguns meses, atravessado os Alpes e os Pirinéus ou empreendido uma esforçada viagem marítima para Portugal, onde chegaria certamente exausto, para de seguida regressar novamente, enquanto se debatia o seu futuro em Itália. Se tal aconteceu, a par de outras qualidades que lhe conhecemos, Pedro Julião teria sido, também, um homem activo, rápido e eficiente. No entanto, é possível encontrar entre uma estadia e outra um intervalo de cerca de um ano e meio a dois anos, no máximo, em que poderia ter estado em Portugal. O intervalo máximo poderia ter ocorrido entre a 2ª metade do ano de 1260 e a 2ª metade do ano de 1262, isto se não se encontrasse em Viterbo em 1261.

Em segundo lugar, interrogámo-nos ainda sobre o significado do termo «convigário», que não conhecemos e parece não existir na hierarquia da Igreja Católica. As consultas que fizemos resultaram infrutíferas<sup>463</sup>. Analisámos, pois, a formação da palavra e constatámos o significado de colaboração que lhe é inerente devido ao prefixo «con»<sup>464</sup>.

Deste modo, concluímos que Pedro Julião estaria a desempenhar simultaneamente com Paio Mendes a função de vigário de Braga. Esta é uma hipótese perfeitamente plausível, que nos pareceu tanto mais viável quanto mais reflectiamos sobre a história e características do referido cargo.

Sendo Pedro Julião um homem sábio, de personalidade brilhante, não admira que o arcebispo D. Martinho Geraldês o quisesse agraciar com um alto posicionamento na sua catedral. Mas o cargo de vigário geral estava já atribuído a Paio Mendes e o cónego haveria de reagir se dele fosse demitido. Por isso, que alternativa tinha o prelado senão nomear outro vigário?

---

e alquimia (Ugolino Nicolini, «Documenti su Pietro Ispano (poi Giovanni XXI?) e Taddeo degli Alderotti, nei loro rapporti con Perugia», in *Filosofia e Cultura in Umbria tra Medioevo e Rinascimento*, Perugia, 1967, pp. 281-282, citado por José Meirinhos, *Pedro Hispano*, vol. II, nota 1, p. 37.

<sup>453</sup> Entre 1245 e 1250, está documentada, na cidade de Siena, a presença de um Pedro Hispano médico e professor no estudo local. Cf. Richard Stapper, «Pietro Hispano (Papa Giovanni XXI) ed il suo soggiorno in Siena», *Bolletino Senese di Storia Patria*, anno V, fasc. 3, 1898, pp. 424-431; M.-H. Laurent, «Il soggiorno di Pietro Ispano a Siena»,

Ora, antes de Clemente V, a provisão dos vigários *in pontificales* (auxiliares) era determinada pela vontade do arcebispo, após o que tinham de notificar a Santa Sé<sup>465</sup>. Por isso, D. Martinho Geraldês podia fazê-lo, pois a legalidade da nomeação era facilmente resolúvel, bastando alegar a extensão da diocese, acrescentando o facto de que disso haveria necessidade pois o prelado estava muito ocupado, organizando o concílio nacional para tratar da revalidação do casamento de Afonso III com D. Beatriz, além de assuntos de menor envergadura, como a atribuição do foral a S. Mamede de Riba Tua<sup>466</sup>. É esta a nossa interpretação do facto.

De qualquer modo, estas premissas não nos evitam a necessidade de concluir quanto à presença ou não de Pedro Julião em Braga, no ano de 1262. A este propósito podemos formular duas hipóteses:

- 1º – Pedro Julião estava em Braga em 1262, como o prova o cargo de vigário que aí desempenhava nessa época;
- 2º – Pedro Julião era vigário de Braga em 1262, embora não se encontrasse aí mas sim em Itália, pois quer o mandado quer a sentença em questão, apenas o referem no acto em que se convocou o rebelde comendador, ou seja, numa primeira audiência, que pode ter ocorrido antes de 14 de Fevereiro de 1262. Notemos que Paio Mendes decreta a sentença utilizando o singular «*ego*» e não, como seria de esperar se lá estivessem os dois vigários, «*nos*».

Inclinamo-nos mais para a segunda destas hipóteses. Se a própria acumulação de cargos, que era frequente, impedia os clérigos de estarem sempre presentes na respectiva igreja, o que era perfeitamente legal, também o era uma ausência, na cúria, para tratar de assuntos pessoais, facto que para Pedro Julião tinha já precedentes.

Mais outros três documentos do cartório capitular se lhe referem. Um deles é um escambo entre a canónica e o chantre mestre João, em que o futuro papa surge como testemunha ao lado de mestre Pedro Vicente e Paio Mendes, em 22 de Setembro de 1263, na qualidade de cónego, pelo que temos a certeza de que nesta data se encontrava em Braga. Aparece ainda no testamento de Estêvão Soares, datado de 1265, em que este legou os seus

---

*Bolletino Senese di Storia Patria*, nova série, 16, 1938, pp. 42-47; Paolo Nardi,

Decretos ao tabelião e porcionário Durão Pais, dizendo que tinham pertencido a Pedro Julião<sup>467</sup>. Ora, se atentarmos na cronologia destas fontes, concluiremos, claramente, que Pedro Julião, embora tivesse passado pouco tempo em Braga, efectivamente lá esteve. Encontrava-se na cidade em Setembro de 1263 e já de lá se tinha ido, provavelmente, algum tempo antes de 25 de Outubro de 1265, data do testamento em que se faz referência aos livros que tinham sido seus.

Por último, Pedro Julião é já bispo-cardeal de Túsculo, quando, em 1276, por ordem de Inocêncio V, incumbe o arcediogo D. Geraldo de proceder à recuperação dos bens de Fernão Anes de Portocarreiro<sup>468</sup>.

Em conclusão: da sua presença em Braga como arcediogo e depois como arcebispo eleito<sup>469</sup> não dispomos de quaisquer referências no A.D.B.. Ocupado em promover a sua carreira junto do rei e do papa, terá estado quase sempre ausente, encarando esses benefícios como fonte de rendimentos.

#### Nº 40 – **G.**, arcediogo de Vermoim, 1278

Este arcediogo, de que desconhecemos até o nome de baptismo completo, só nos surgiu, como testemunha, no testamento de Pedro Garcia, de 1278<sup>470</sup>. Pensamos que deve ter falecido nesse mesmo ano ou início do seguinte, pois uma fonte de 1279 já nos dá notícia de um outro arcediogo de Vermoim: mestre Domingos.

#### Nº 41 – **Mestre Domingos Esteves**, cónego, 1271-1279 e arcediogo de Vermoim, 1279-1299

---

«Comune, Imperio e Papato alle origine dell'insegnamento universitario di Siena (1240-1275)», *Bolletino Senese di Storia Patria*, n.s., 90, 1984, pp. 70-76 et Id., *L'insegnamento superiore a Siena nei secoli XI-XIV. Tentativi e realizzazioni dalle origini alla fondazione dello Studio generale*, Milano, 1996, pp. 56-63.

<sup>454</sup> Cf. P. Rossi, «Pietro Hispano nel giudizio dei cronisti contemporanei», *Estudos Italianos em Portugal*, 14-15, 1955-56, pp. 4-17 e José Antunes, «Testemunhos dos historiadores contemporâneos de Pedro Hispano, o Papa João XXI», *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 1, 2001, pp. 213-222.

Quase nada transparece da sua vida pessoal na documentação consultada. Apenas se conhece o nome de um seu irmão, Pascácio Esteves e de duas irmãs, Maior Esteves e Elvira Esteves<sup>471</sup>.

Quando, em 1255, no seu testamento, o arcebispo D. João Viegas menciona um mestre Domingos “*clientulo meo*” a quem deixa uma mula, é provável que esteja a referir-se-lhe; não o diz ainda clérigo<sup>472</sup>. E como este prelado cita ainda, no mesmo documento, um sobrinho de nome Fernão Esteves, feita a ligação, este poderá ser um irmão de mestre Domingos. Sendo assim, Pascácio, Domingos e Fernando pertenceriam à família Portocarreiro<sup>473</sup>.

O arcebispo D. Martinho Geraldês, em 1271, nomeia-o seu herdeiro, referindo-se-lhe já como cónego, mestre e reitor de S. Pedro de Maximinos<sup>474</sup>.

Em 1278 era ainda cónego, pois foi, nessa qualidade, uma das testemunhas do acto de última vontade de Pedro Garcia, arcediogo de Neiva<sup>475</sup>. Mesmo enquanto cónego já desempenha funções de vigário do arcebispo, visto que nesse mesmo ano e a esse título manda ler em público o testamento do referido arcediogo<sup>476</sup>. Pensamos que é o mesmo indivíduo que aparece no ano seguinte e na qualidade de arcediogo de Vermoim, na transcrição para pública forma do testamento do deão Fernão Anes<sup>477</sup>.

Como vigário de D. Telo foi portador, em 1290, de uma carta deste arcebispo, enviada de Aux de Vascónia, dirigida aos paroquianos de Santa Maria de Rio Tinto, em que lhe é concedida autoridade para confirmar o pároco dessa igreja<sup>478</sup>. Aliás, era costume substituir o arcebispo nestas funções

<sup>455</sup> José Meirinhos faz notar que esta função exigia dele conhecimentos jurídicos que as suas anteriores atribuições em Lógica e Medicina não faziam prever (*Pedro Hispano*, vol. II, pp. 37-38).

<sup>456</sup> Sobre estes episódios da carreira política e eclesiástica de Pedro Julião, cf. José Antunes, «O percurso e o pensamento político...», pp. 136-147.

<sup>457</sup> Veja-se a biografia nº 2.

<sup>458</sup> Isto segundo José A. Ferreira (*Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, p. 63, nota 1), porque o cartório capitular é omissivo a este respeito.

<sup>459</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 98.

<sup>460</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 99. Leontina Ventura aponta, em nota, este segundo documento, indicando também que Pedro Julião vem nele citado como «co-vigário do cónego de Braga Paio Mendes» (*A Nobreza de Corte de*

de confirmação de párocos, ao longo dos episcopados de D. Telo e D. Martinho<sup>479</sup>. A partir daquela data, foi sempre referido como vigário e como tal apareceu ouvindo a leitura de uma provisão ou de cartas régias, defendendo os interesses da canónica no caso de uns legados a entregar a esta, constantes num testamento de um cidadão de Braga; ou então, testemunhando a tomada de posse de propriedades por parte do cabido, ou assistindo à leitura do testamento de um deão, subscrevendo uma constituição do arcebispo, assistindo ainda a audiências públicas ou estando presente em actos de compra de propriedades por parte dos cónegos<sup>480</sup>.

Eleitor de D. João Martins de Soalhães, então cónego de Coimbra, para arcebispo de Braga, em 1292 (escolha que não chegou a ser confirmada, sendo depois eleito D. Martinho Pires de Oliveira), foi um dos procuradores nomeados pelo deão e pelo cabido para se dirigirem a Coimbra pedindo a D. João que aceitasse a citada eleição<sup>481</sup>.

Herdou, em 1281, um breviário de Domingos Peres Vinagre, mestre-escola, com o encargo de rezar por ele e por D. Martinho Geraldês, a quem esse livro pertencera<sup>482</sup>.

A última referência a este arcediogo encontrámo-la na sua presença a um acto de compra realizado pelo futuro cónego Egas Lourenço, em 1299<sup>483</sup>.

#### Nº 42 – Afonso Pais, cónego 1299-1300 e arcediogo de Vermoim, 1302-1305

Cónego e vigário de Braga em 1299, subscreve nesta data uma carta de compra realizada pelo mordomo do arcebispo, Álvaro Pires<sup>484</sup>. Está igualmente presente na leitura do testamento de D. Martinho Geraldês, feita em capítulo em 1300<sup>485</sup>. Depois aparece como arcediogo de Vermoim, suce-

*Afonso III*, vol. 2, Apêndices, nota 6, p. 1050).

<sup>461</sup> Maria Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 189.

<sup>462</sup> José Antunes, «O percurso e o pensamento político...», pp. 137 e 139.

<sup>463</sup> Nomeadamente às seguintes obras: J. A. M. Gigante, *Instituições de Direito Canónico – das Normas Gerais e das Pessoas*, I, 3ª edição, Braga, Editorial Sciencia & Ars, Braga, 1955 e Manuel T. Gregório de Tejada, *Vocabulário Básico de la Historia de la Iglesia*, Barcelona, Crítica, 1993 e Dicionários da Língua Portuguesa.

<sup>464</sup> Celso Cunha e Luís F. Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português*

dendo provavelmente a mestre Domingos Esteves, desempenhando também as funções de vigário do arcebispo<sup>486</sup>. Por esta altura, tem emprazadas umas casas em Nogueira, próximas de outras que pertenciam ao cabido<sup>487</sup>.

#### Nº 43 – **Pedro Agudo**, arcediogo de Vermoim, 1319-1341

Conhece-se-lhe uma referência anterior, em 1314, como clérigo do arcebispo D. João e juiz comissionário<sup>488</sup>. Em 1319, surge como coadjutor e auditor do mesmo prelado, além de arcediogo<sup>489</sup>. Também exerceu as funções de procurador do cabido<sup>490</sup>.

A sua presença é ocasionalmente referida pelos documentos até 1341<sup>491</sup>.

#### Nº 44 – **Nicolau Martins**, arcediogo de Vermoim, 1374<sup>492</sup>

É mencionado, uma única vez, como arcediogo de Vermoim em 1374<sup>493</sup>.

#### *De Neiva:*

#### Nº 45 – **Pedro Garcia**, tesoureiro, 1245<sup>494</sup> e arcediogo de Neiva, 1249-1278

No dia 21 de Agosto de 1278, Pedro Garcia estava já sepultado no claustro de Braga, junto à coluna que se erguia a meio da capela de Domingos Vermudes, outrora cidadão de Braga, tal como pediu no testamento<sup>495</sup>. Foi o cónego penitenciário Estêvão Gomes que entregou, oficialmente, ao tabelião João Fortes, o testamento do arcediogo, para ser lido publicamente perante

*Contemporâneo*, 7ª ed., Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1990, pp. 85-87.

<sup>465</sup> J. A. M. Gigante, *Instituições de Direito Canónico*, I, p. 333.

<sup>466</sup> Cf. José A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, pp. 52-54.

<sup>467</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 32 e Livro II dos Testamentos, nº 76.

<sup>468</sup> A.D.B., C.C., P. 3, nº 96.

<sup>469</sup> Ele teria sido escolhido, unanimemente, pelo cabido para tal cargo em 1272, sendo como tal designado na documentação a partir de Maio desse ano; não chegou, porém, a ser confirmado antes da sua subida ao cardinalato, em Junho de 1273. Cf. José Antunes, «O percurso e o pensamento político...», pp.150-152.

grande multidão de homens e mulheres, no local onde o cabido costumava reunir-se. Encontravam-se presentes dois arcebiagos, o tesoureiro, o chantre, o mestre-escola, sete cónegos, seis porcionários e ainda quatro tabeliães que, em conjunto, testemunharam a pública forma do documento, realizada na altura.

É provável que o seu lugar de nascimento tenha sido a cidade do Porto, pois tinha aí duas casas, uma delas na Ribeira, que recebera de herança de um avô e que deixou ao Mosteiro de Santo Tirso para que, com a sua renda, fizessem o seu aniversário e o de seu pai. Referiu também que construiu a igreja de Santa Maria do Amial, lugar que ainda hoje é uma das freguesias da cidade do Porto <sup>496</sup>. A juntar a estes dados foi também cónego do Porto <sup>497</sup>.

Foi tio do cónego de Braga João Pais e de Martinho Soares, a quem nomeou seus herdeiros <sup>498</sup>.

Era tesoureiro de Braga a 6 de Setembro de 1245, pois assim é intitulado no célebre juramento que D. Afonso III fez em Paris perante o arcebispo de Braga, D. Martinho Geraldês, e muitos outros indivíduos, para poder reger e defender Portugal após a deposição papal de seu irmão Sancho II <sup>499</sup>.

Em 1249 era já arcebiago, pois deste modo o cita o cónego Pedro Gonçalves de Barbudo <sup>500</sup>, mas é, apenas, no seu testamento, datado de 1278, que aparece referenciado como «*archidiaconi bracarensis in Neuia*». A bula de Inocêncio IV, *Dilectus filius Petrus*, dada em Assis e datada de 14 de Julho de 1253, concede-lhe licença para reter não só o arquidiaconato mas ainda a igreja de S. Miguel de Torres Vedras <sup>501</sup>.

Deve ter sido pessoa de confiança e próxima do arcebispo D. João

<sup>470</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41.

<sup>471</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos n.ºs 49 e 53.

<sup>472</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 75.

<sup>473</sup> Eles não figuram, contudo, na reconstrução da linhagem feita por J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, pp. 319-346.

<sup>474</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos n.ºs 53.

<sup>475</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41.

<sup>476</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 41.

<sup>477</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 24.

<sup>478</sup> A.D.B., Gav. 1.ª das Igrejas, n.º 177.

<sup>479</sup> A.D.B., Gav. 1.ª das Igrejas n.ºs 174, 211 e 213 e C.C., P. 3, n.º 102.

<sup>480</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n.º 35; Gav. dos Privilégios e Honras, n.º 9; Livro das Cadeias, n.º 95; Gav. dos Testamentos, n.º 36; Gav. das Notícias Várias, n.º 16; Gav. 1.ª

Viegas, pois foi o seu representante no contrato que este realizou com o mosteiro de Santo Anastácio, em Roma, pelo qual o prelado fazia à instituição a doação de cento e dez libras para que no mosteiro se celebrasse, anualmente, o seu aniversário e o do arcebispo D. Silvestre Godinho, que aí se encontrava sepultado<sup>502</sup>. A comprovar a possível amizade entre ambos, D. João Viegas legou-lhe um «*mulum meum cecum uel illud tosadum nigrum*» e encarregou-o, juntamente com o arcediogo D. Geraldo e o cónego João Paris, de executarem algumas das suas últimas vontades<sup>503</sup>.

Também nos parece ter sido um dos braços direitos do arcebispo seguinte, D. Martinho Geraldês. José Antunes refere que, em 1263, foi ele o enviado pelo citado prelado à cúria de Urbano IV levando a resposta daquele sobre a candidatura de Pedro Julião à igreja de Santa Maria de Guimarães<sup>504</sup>. Em 1271, esteve presente na elaboração do testamento do arcebispo D. Martinho Geraldês, em Viterbo<sup>505</sup>.

Foi, certamente, indivíduo de grande celebridade, pois é a ele que se refere Afonso X numa das suas cantigas quando escreve «*Pero que ey ora mengua de conpanha, / Nem Pero Garcia, nem Pero d' Espanha, / Nem Pero Galego non iram começo*»<sup>506</sup>. Talvez que a sua fama em Castela lhe adviesse de ser também arcediogo da circunscrição castelhana de Saragoça. De facto, apesar da vulgaridade do nome, não podemos descurar que uma das nossas fontes refere um tal Pedro Garcia, arcediogo de Saragoça, tendo testemunhado a elaboração do testamento de Pedro Moniz. Tratar-se-á da mesma pessoa ou não passará de um seu homónimo<sup>507</sup>?

---

das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 159; Livro I de Testamentos, n° 24; Livro II de Testamentos, n° 9 e C.C., P. 3, n° 108.

<sup>481</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 16.

<sup>482</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 49.

<sup>483</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 781.

<sup>484</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 785.

<sup>485</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 53.

<sup>486</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 25; Gav. dos Privilégios, n° 7 e C.C., P. 5, n° 205.

<sup>487</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 48.

<sup>488</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 196.

<sup>489</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, n° 80.

<sup>490</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n° 57.

Possuía uma vinha em Pitães, no lugar da Larva Grande, uma propriedade em S. Mamede de Gondoriz com casas e vinhedos, um casal em Coucieiro, uma herança não identificada em Figueiró, a casa em que morava na Rua do Souto, outra casa na cidade e uma outra, fora dela, duas casas na cidade do Porto (já mencionadas), uma outra em Rio de Moinhos com forno, umas casas nas Torres Velhas e ainda outras não devidamente especificadas. De notar o carácter empreendedor do arcediogo, que transparece na sua preocupação em restaurar e refazer os prédios que ia adquirindo e mesmo os da canónica, como, por exemplo, as casas ditas da Feira, que haviam pertencido a D. Afonso Odório. Pelo aumento do rendimento daí decorrente pediu à instituição que lhe celebrasse um aniversário especial.

Também, segundo o costume, legou um cifo de ouro, no valor de dois marcos, aos cónegos de Braga. Deixou com que se construísse uma albergaria na Rua Nova, com capacidade para seis camas. Também contemplou com quantias de cem libras cada, os cabidos de Lisboa e de Coimbra<sup>508</sup>.

Instituiu duas capelanias perpétuas em seu nome, com autorização para que o seu capelão, Martinho Anes, tomasse uma delas.

Tinha selo próprio, que foi descrito no seu testamento como tendo a imagem de Nossa Senhora segurando ao colo o divino filho e com o qual se selou também o testamento do cónego Pedro Pais<sup>509</sup>.

#### Nº 46 – **Geraldo Lourenço**, cónego, 1273-1274 e arcediogo de Neiva, 1278-1285

---

<sup>491</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 97; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 237 e 256; Gav. dos Quindénios e Décimas, nºs 17 e 19; Gav. Braga e sua Jurisdição, nº 15; Livro II de Testamentos, nº 45 e C.C., P. 11, nºs 444 e 446.

<sup>492</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>493</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 44.

<sup>494</sup> Maria Cristina Cunha já o refere como tesoureiro no ano anterior (*A Chancelaria Arquiepiscopal de Braga*, p. 128).

<sup>495</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>496</sup> Segundo a bula *Quamquam illegitime*, Pedro Garcia seria filho de um presbítero e de mãe solteira, pelo que Gregório IX o teria dispensado para receber as ordens sacras e outros benefícios eclesiásticos (ver M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 187).

O patronímico Lourenço poderia, à partida, fazer relacionar este arcediogo de Neiva com a família dos Cunha, descendentes de Egas Lourenço da Cunha, cavaleiro da corte de Afonso III e irmão da nobre senhora Dona Urraca Lourenço, em cujo testamento, existente no A.D.B., se menciona «*domnus Geraldus Archidiaconus Bracharensis*»<sup>510</sup>, mas parece-nos que não será correcto estabelecer tal parentesco<sup>511</sup>.

Surge pela primeira vez nas fontes estudadas em 1273 como cónego, figurando como comprador, em representação do corpo capitular, de uma parte dos moinhos dos Ladrões<sup>512</sup>. Esteve presente num acordo celebrado entre a citada instituição e o mosteiro de Bouro sobre as propriedades que este devia possuir em Braga<sup>513</sup>. Foi ainda testemunha de uma venda de rendas efectuada ao cabido por particulares<sup>514</sup>.

A partir de 1278 começa a aparecer referido como arcediogo de Neiva, tendo, sem dúvida, tomado o lugar de Pedro Garcia, que faleceu nesse mesmo ano<sup>515</sup>. Nessa qualidade, foi nomeado executor testamentário pelo cónego Gomes Domingues<sup>516</sup> e esteve presente à redacção da pública forma do testamento do deão Fernão Anes<sup>517</sup>.

Desempenhou com bastante frequência o cargo de vigário do arcebispo: como tal, deu a sua autoridade à doação da igreja de S. Miguel da Carreira<sup>518</sup>; representou o cabido numa audiência relativa a problemas levantados pela compra da Quinta de Lamações por esta instituição<sup>519</sup>; confirmou documentos vários<sup>520</sup> e esteve presente na leitura, feita no cabido, de uma provisão régia<sup>521</sup>.

Não nos foi possível avaliar a sua riqueza patrimonial: apenas descobri-

<sup>497</sup> José Marques, «A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média», *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 2ª série, 6, 1989, p. 39.

<sup>498</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41. Sobre o cónego, ver biografia nº 94.

<sup>499</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 105, fls. 46-47 v. e Gav. das Notícias Várias, nº 8.

<sup>500</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 20 e Livro II dos Testamentos, nº 65.

<sup>501</sup> Élie Berger, *Les Registres d'Innocent IV*, III, 1897, nº 6857, p. 288. Para além do arcediagado de Braga e da igreja de S. Miguel de Torres Vedras deteve ainda a de Amarante (M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 187).

<sup>502</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 15 e Livro II dos Testamentos, nº 60.

<sup>503</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 75.

<sup>504</sup> Sobre o assunto ver José Antunes, «Portugueses no processo histórico ...», p. 142.

mos que possuía umas herdades em Portas, as quais estavam emprazadas à canónica <sup>522</sup>.

Nº 47 – **Pedro Viegas**, arcediogo de Neiva, 1290-1305

Fez testamento em 1305, encontrando-se doente nesta altura. Pediu para ser sepultado na igreja catedral de Braga, entre o altar mor e o coro <sup>523</sup>.

Não se sabe donde era natural, embora apareçam referências às suas propriedades em Algães. Pertencia à família de Lanhoso e era filho de Mestre Egas Fafes, arcediogo bracarense que veio a ser bispo de Coimbra e depois arcebispo de Compostela <sup>524</sup>.

Dos seus parentes apenas se conhecem dois primos: Pedro Lourenço, seu herdeiro e Domingos Lourenço. Sabe-se também o nome de dois seus clérigos domésticos, Martinho Pedro, cujo filho, Pedro João Vairão, era tabelião bracarense e Pedro Mendes. Nomeou executores do seu testamento dois cónegos, Abril Vicente e Domingos Anes <sup>525</sup>, em quem diz confiar totalmente.

Este arcediogo foi juiz comissário, procurador do deão e do cabido, parecendo ter desempenhado papel de certa proeminência após a morte de D. Telo, durante o processo, que se arrastou, de eleição do novo arcebispo <sup>526</sup>. Também como vigário, sede vacante, teve parte activa no provimento de um reitor, função que já costumava desempenhar no tempo de D. Telo <sup>527</sup>. Foi ainda, em 1299, juiz deputado pelos «veneráveis barões vigários bracarenses», na causa que existia entre o cabido e João Esteves, reitor de Cossourado e de Gaifar <sup>528</sup>. Presente na redacção do testamento do

---

<sup>505</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53. José A. Ferreira dá-o com estando presente no funeral desse mesmo arcebispo, no cemitério de S. Domingos, em Viterbo, em 1271 (José A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, p. 62). S e g u n d o M. Alegria F. Marques (*O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, pp. 165 e 166), realizou várias missões na cúria papal. A primeira terá sido em 1245, no pontificado de Inocêncio IV, aquando do juramento de Afonso III em Paris, como procurador de D. Tibúrcio, bispo de Coimbra, encontrando-se também na cúria no pontificado imediato, entre os meses de Agosto e Outubro de 1263.

<sup>506</sup> Ver J. M. da Cruz Pontes, «Questões pendentes acerca de Pedro Hispano Português (Filósofo, Médico e Papa João XXI)», *Actas do Congresso Internacional IX*

cónego Estêvão Pais<sup>529</sup>, testemunhou ainda diversos actos capitulares<sup>530</sup>

Herdou do pai as citadas propriedades de Algães. Comprou a D. Teresa Martins, viúva, um censo de 5 maravedis por ano pelas herdades e pela ermida de S. Paio, no julgado de Vermoim<sup>531</sup>. Possuía um terreno na Várzea, um casal em Fornelos, outro em Vila Seca, várias leiras não localizadas, casas em S. Pedro de Cerzedelos. Deixou bens ao Convento de Fonte Arcada, à igreja de S. Pedro de Cerzedelo, ao Mosteiro de Adaúfe e ao Mosteiro de Vieira. Em dinheiro, contemplou os cónegos, os clérigos do coro, os leprosos de Braga e os de Guimarães, o Convento dos Frades Pregadores de Guimarães, confrarias que não especifica, o tabelião que fez o testamento e os executores do mesmo<sup>532</sup>.

#### Nº 48 – **Estêvão Anes**, arcediago de Neiva, 1306-1347

Desconhecemos quando nasceu; morreu antes de 4 de Agosto de 1350, data em que Gaufrido de Salagniac foi provido na sua dignidade pelo papa, *motu proprio*, devido ao seu falecimento<sup>533</sup>.

Os dados colhidos respeitantes ao percurso deste arcediago omitem a sua vida pessoal e social, conhecendo-se apenas o nome de algumas pessoas que o rodearam, como um seu servente, João de Palmeira e seis clérigos, chamados João Vicente, Afonso Carvalhal, Afonso Geraldês, João Soares, Martinho Domingues e Domingos Peres<sup>534</sup>.

Destaca-se no desempenho de ofícios e funções vários, ora ao serviço da canónica ora do arcebispo. Em 1309, como prepósito do cabido<sup>535</sup>, participa na eleição do deão Gonçalo Anes. Passados oito anos, e morto este Gonçalo Anes, talvez devido à sua experiência, é indigitado pelos cónegos para formar uma comissão que elegerá novo deão. Como o processo se revelou conflituoso, uma vez que não teve a aprovação do arcebispo, vêmo-lo a desempenhar papel activo, subscrevendo a apelação enviada ao rei. É interessante

---

*Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, vol. II/1, *cit.*, p. 108.

<sup>507</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 2.

<sup>508</sup> Segundo M. Alegria F. Marques, foi cónego em ambas as dioceses (*O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 187).

<sup>509</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 33 e Livro II dos Testamentos, nº 77.

<sup>510</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 28.

notar que todos os demais envolvidos neste processo são cónegos, sendo ele o único arcediago<sup>536</sup>.

Ainda nesse ano de 1317 o encontrámos a desempenhar funções de procurador dos cónegos na vila de Chaves, a propósito de uma questão existente entre os moradores da vila e o cabido bracarense, por causa do pagamento de votos. O arcediago conseguiu o acordo dos ditos moradores, decidindo-se a questão a favor da igreja de Braga<sup>537</sup>. É desempenhando as mesmas funções que testemunha uma carta de escambo e recebe, em nome do cabido, a doação de direitos de visitação das igrejas de Adaúfe, Palmeira, Cabreiros e Gaifar, feita pelo arcebispo<sup>538</sup>. E é precisamente por causa de um desses templos, o de Santa Maria de Palmeira, que este arcediago se vê envolvido nos conflitos, que se arrastaram durante muito tempo, entre D. João Afonso, filho de D. Dinis, e o cabido de Braga, na luta pela posse da dita igreja, dos seus frutos, pertenças e todos os outros direitos.

Durante o desenrolar do processo, sendo D. João Afonso citado pelo juiz eclesiástico a comparecer em audiência, este vem junto da igreja de Braga protestar que só obedece a juiz leigo. Vem acompanhado de numerosos cavaleiros, o que leva um grupo de cónegos, junto dos quais se encontrava este arcediago, a refugiarem-se na igreja. É sobre Estêvão Anes que recaem os impropérios e injúrias proferidas pelo rico-homem, que inclusivamente o ameaça de lhe cortar a cabeça, se o apanhar fora da sé ou na igreja de Palmeira<sup>539</sup>.

As referências de 1325 dão-no como arcediago de Neiva e vigário geral; seguem-se muitas outras, até 1347, pois a sua presença foi frequente nos

---

<sup>511</sup> Já explicámos, aquando da biografia do arcediago do Couto, Geraldo Peres, com o nº 29, as razões que nos parecem provar que Dona Urraca se refere, no seu testamento, ao arcediago de Braga e não a este. Acrescentamos agora o facto de o referido testamento ser datado de 1269 e este cónego só se ter tornado arcediago após a morte de Pedro Garcia, em 1278, ou seja, nove anos mais tarde. Por outro lado, no documento ela não o refere como seu irmão. Também não encontrámos quer em Leontina Ventura (*A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, pp. 643-648 e Anexos à Prosopografia) quer no *Livro Velho de Linhagens* (p. 182) qualquer indicação que fizesse de Geraldo Lourenço membro desta família.

<sup>512</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 120.

<sup>513</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 14.

<sup>514</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 130.

<sup>515</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

actos relacionados com o cabido <sup>540</sup>.

Encontrámo-lo muitas vezes no centro de conflitos: pedindo cópia de uma cédula de apelação ao papa, relativa às queixas provocadas pela atribuição de uma tercenaria que vagou e que já estava prometida a outro <sup>541</sup>; como procurador do cabido, fazendo audiência com os corregedores do rei, a propósito do pedido de ajuda de braço secular, para exercer justiça em Braga (mas por aquela vez somente...), devido à violência e forças que se faziam ao clero <sup>542</sup>.

Quanto a outras funções desempenhadas no seio da estrutura capitular, Estêvão Anes aparece, no início de 1341, mencionado como procurador e vedor dos lagares do cabido de Braga <sup>543</sup>.

No capítulo económico, sabemos que, em Novembro de 1329, a canónica emprazou-lhe uma vinha, devesa e lagar <sup>544</sup>. Habitou também umas casas do cabido, pois em 1336 os cónegos negociam-nas com outras, do arcebispo, situadas na rua do Cano <sup>545</sup>.

– **Vasco Domingues**, arceidiago de Neiva, 1350-1351

Já referenciado como chantre com o nº 26.

Nº 49 – **Rodrigo Álvares**, arceidiago de Neiva, 1370-1374 <sup>546</sup>

Rodrigo Álvares era filho de Álvaro Esteves e Clara Esteves, e neto do cónego Durão Esteves <sup>547</sup>. Sabemos que já era nascido em 1346, pois é referido no testamento do seu avô <sup>548</sup>.

Surge como arceidiago de Neiva em Janeiro de 1370, quando o ouvidor, Lopo Mendes de Lira, meirinho-mor de Entre-Douro-e-Minho, emite uma

<sup>516</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 23 e Livro II dos Testamentos, nº 68.

<sup>517</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 24.

<sup>518</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 71.

<sup>519</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 134.

<sup>520</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 24, 26, 42, 43, 49 e Gav. 1ª das Igrejas, nº 75.

<sup>521</sup> A.D.B., C.C., P 3, nº 108.

<sup>522</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 734.

<sup>523</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 49.

sentença favorável ao cabido de Braga contra os credores de Vicente Domingues, antigo chantre de Guimarães. Nessa altura, Rodrigo Álvares é o procurador do cabido <sup>549</sup>.

O seu nome aparece ainda referenciado em 1374, quando o cabido e o arcebispo fazem um acordo sobre as apresentações e colações das dignidades, canonicatos e mais benefícios da Sé de Braga, e quando o prelado emite uma sentença <sup>550</sup>.

## Tesoureiros

– **Pedro Garcia**, tesoureiro, 1245 e arcediogo de Neiva, 1249-1278

Já referenciado como arcediogo de Neiva com o nº 45.

Nº 50 – **Mestre Tomé [Gonçalves]** tesoureiro, 1250-1280

De acordo com o registo do *Livro das Kalendas*, faleceu no dia 27 de Novembro de 1280 <sup>551</sup>. Foi sepultado na igreja de Braga, diante do altar da sua capela <sup>552</sup>.

Segundo Maria Alegria F. Marques, mestre Tomé Gonçalves era parente e discípulo do arcebispo D. Silvestre Godinho <sup>553</sup>. Na nossa documentação encontrámo-lo, contudo, sempre sem indicação do patronímico.

O título de mestre, com o qual aparece, confere-lhe uma formação académica superior.

Obteve um grande número e variedade de benefícios, decerto pela proximidade que gozou em relação ao papa e ao monarca português. Ainda segundo o *Livro das Kalendas*, era subdiácono do pontífice e cónego de

---

<sup>524</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, p. 133. Ver biografia nº 27.

<sup>525</sup> Ver biografias, respectivamente nºs 124 e 132.

<sup>526</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 169 e Gav. dos Arcebispos, nº 16.

<sup>527</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 183.

<sup>528</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 169.

Coimbra<sup>554</sup>. Por 1252 encontrava-se na cúria papal, onde foi elevado a capelão do papa<sup>555</sup>. Inocêncio IV, pela bula *Procedit ex devotionis*, dada em Latrão em 5 de Abril de 1254, concedeu-lhe o priorado da igreja de Santa Maria do Vimieiro, no concelho de Braga, acto que viria a confirmar pela bula de 10 de Julho do mesmo ano, *Justis petentium*<sup>556</sup>.

Detinha igualmente a igreja de S. João de Rei, no concelho da Póvoa de Lanhoso, que restituiu ao arcebispo de Braga em 1254. Contudo, o papa, pela bula *Cum eorum dilecto* dirigida ao chantre de Lisboa e por uma outra, *Quoniam labentium temporum*, dirigida ao próprio mestre Tomé, ambas dadas em Latrão a 13 de Janeiro do mesmo ano, mandou que lhe fosse novamente entregue a dita igreja. Esta restituição foi confirmada, juntamente com a tesouraria de Braga, por uma nova bula *Apostolice Sedis benignitatis*, redigida em Anagni, a 27 de Junho, ainda nesse ano<sup>557</sup>. Pela mesma altura, pela bula *Apostolice Sedis benignitas* de 18 de Agosto, recebeu a igreja de S. João de Ourém, no concelho de Vila Nova de Ourém<sup>558</sup>.

Conseguiu ainda as igrejas de S. Pedro do Sul e S. Clemente de Loulé, prebendas nas igrejas de Tui, Coimbra e Porto e prestimónios em outras diversas igrejas, benefícios que o papa Clemente IV lhe deu autorização para reter através da bula *Tue devotiones*, dada em Viterbo a 27 de Abril de 1268<sup>559</sup>.

Tesoureiro de Braga, pelo menos, a partir de 1250<sup>560</sup>, esteve quase sempre ausente da cidade, ocupado com o serviço régio, como veremos. Todavia, testemunhou, em 1275, a redacção da pública forma do testamento

<sup>529</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 91.

<sup>530</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n°s 9 e 20; Gav. das Propriedades Particulares, n° 781; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n°s 153 e 159; Gav. das Notícias Várias, n° 78; Gav. 1ª das Igrejas, n°s 175 e 211 e Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, n° 45.

<sup>531</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 40 e Gav. das Propriedades Particulares, n° 804.

<sup>532</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 49.

<sup>533</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n° 405, p. 200.

<sup>534</sup> A.D.B., C.C., P. 13, n° 532; Gav. 1ª das Igrejas, n° 35 e Gav. 2ª das Igrejas, n° 49.

<sup>535</sup> Cargo que ainda mantém em 1318. A.D.B., Gav. dos Testamentos, n° 41.

<sup>536</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n°s 31 e 32.

<sup>537</sup> A.D.B., Gav. dos Votos, n° 3.

<sup>538</sup> A.D.B., Gav. dos Concílios e Visitas, n° 1.

de Fernão Anes de Portocarreiro<sup>561</sup>. Nesse mesmo ano de 1275, foi vigário da Igreja bracarense<sup>562</sup>. Em 1277, era ainda vigário, assistiu à leitura que Fr. Nicolau Hispano fez, em Braga, das ordenações do papa Gregório X sobre a questão entre o clero e o rei de Portugal<sup>563</sup>. Em 1278, esteve entre as testemunhas do testamento do arcediogo Pedro Garcia<sup>564</sup>.

A sua carreira política iniciou-se também em 1250, com a sua participação nas cortes de Guimarães<sup>565</sup>. A partir dessa data, a sua presença é assídua na corte de D. Afonso III<sup>566</sup>, tendo desempenhado diversas missões a mando do monarca: não só foi um dos seus procuradores junto da cúria papal no conflito que ele manteve com os bispos portugueses, mas esteve presente em Santarém, em 1273, aquando do assento que o rei mandou lavrar para corrigir os males que tinha feito à Igreja<sup>567</sup>.

A propósito de um escambo realizado entre o rei D. Dinis e o arcebispo D. Martinho Pires da Oliveira, em que este cedeu a posse da vila da Vidigueira em troca do padroado de várias igrejas no Entre-Douro e Minho e em Trás-os Montes, Frei Francisco Brandão diz-nos o seguinte:

*«Alcançou dela (da vila da Vidigueira) o senhorio o arcebispo D. Martinho por doação que lhe tinham feito Pero Fernandes, cónego de Braga e Pero Peres, raçoeiro da mesma igreja e Martinho Anes e Vasques Anes, seus sobrinhos, herdeiros todos de Mestre Thomé, Tesoureiro que tinha sido da sé de Braga e senhor da Vidigueira, que por morte deixou a estes parentes. Devia o Mestre Thomé alcançar esta vila por concessão del Rey D. Sancho II ou Afonso III, que povoaram grande parte do Alentejo e em particular a cidade de Beja e os seus contornos, aonde a Vidigueira está fundada. E como era necessário gente de outras comarcas, repartiam as terras com gente poderosa e de cabedal, que pudesse trazer moradores que as beneficiassem; e de como de Entre-Douro e Minho he facil tirar gente, aqui-nhoaram neste lugar o Tesoureiro de Braga, que facilmente podia, da sua diocese, conduzir povoadores e acomodá-los»*<sup>568</sup>.

Torna-se difícil, pela interpretação do texto, concluir a quem uniam

<sup>539</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 19.

<sup>540</sup> A.D.B., C.C., P. 10, nº 414; P. 11, nºs 444 e 446; P. 12, nº 496; P. 13, nº 532; P. 14, nº 547; P. 15, nºs 584 e 606; P. 17, nº 679; P. 18, nºs 721 e 728; P. 19, nºs 739 e 752; P.

laços de parentesco os herdeiros de mestre Tomé: eram sobrinhos deste ou do arcebispo? Qual então a relação entre todos? Fica a ideia, pelo menos, da ligação ao Alentejo do tesoureiro, donde D. Martinho era natural.

Sabemos que deixou ao cabido de Coimbra as suas casas da paróquia de S. Salvador e ainda outras duas, muito perto das anteriores <sup>569</sup>.

No ano de 1300, a instituição capitular bracarense declarou ter recebido dos seus herdeiros, Pedro Fernandes e Pedro Peres, porcionários <sup>570</sup>, 2000 morabitinos, de acordo com determinação testamentária do tesoureiro. Essa quantia era destinada a pagar três capelas que mestre Tomé instituía no altar de S. Tomé na sé catedral, diante do qual estava sepultado. Para satisfação deste encargo obrigara a sua granja e herdade de Nogueira <sup>571</sup>.

– **Domingos Peres**, tesoureiro, 1281-1282

Já referenciado como chantre com o n° 15.

N° 51 – **Martinho Peres**, tesoureiro, 1283

Encontra-se-lhe uma única referência, na altura em que arrenda um casal em Martim a Durão Domingues, leigo, com a condição de que lhe entregue a metade dos frutos <sup>572</sup>. Não foi possível comprovar relação com o cónego Martinho Peres, que fez testamento em 1282 <sup>573</sup>.

---

2 0 ,  
n<sup>os</sup> 763 e 769; P. 21, n° 802; Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>os</sup> 18, 30, 35, 32, 162, 166 e 223; Livro I de Testamentos, n<sup>os</sup> 47, 57, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 86, 87, 89, 90 e 92; Livro II dos Testamentos, n<sup>os</sup> 39 e 45; Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>os</sup> 48, 49 e 96; Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>os</sup> 185, 198, 209, 215, 219, 231, 237, 251, 256 e 269; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, n° 52; Gav. dos Quindénios e Décimas, n<sup>os</sup> 17 e 19; Gav. dos Legados, n° 18; Gav. de Braga e sua Jurisdição, n<sup>os</sup> 12, 15, 16 e Gav. dos Coutos, n° 54.

<sup>541</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 35.

<sup>542</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, n° 6; Livro das Cadeias, n<sup>os</sup> 69, 72 e Gav. dos Testamentos, n° 41.

Nº 52 – **Fernão Martins**, cónego, 1280-1292 e tesoureiro, 1296-1300

Como cónego, detectámos a sua actividade presenciando actos vários: de compra, de tomada de posse de uma propriedade e de uma igreja, realizados pelo cabido e pelo prelado<sup>574</sup>. Participou também na eleição de D. João de Soalhães para arcebispo, em 1292<sup>575</sup>. Como tesoureiro, a sua presença na documentação resume-se a 4 ocasiões: subscrevendo dois testamentos, confirmando uma constituição do arcebispo e ouvindo a leitura do testamento de D. Martinho Geraldês, em 1300<sup>576</sup>.

Possuía o casal de Ceide, na paróquia de Santa Maria de Gémeos, desde 1280, data em que lhe foi doado por Pedro Soares, cónego de Guimarães<sup>577</sup>.

– **Gonçalo Anes**, tesoureiro, 1302-1309

Já referenciado como deão com o nº 7.

Nº 53 – **Gil Martins**, cónego, 1303 e tesoureiro, 1317-1326

Relativamente à sua vida pessoal, a documentação é, praticamente, omissa. Hermínia Vilar aponta 1347 como data provável da sua morte porque a sua prebenda eborense é, então, declarada vaga<sup>578</sup> sem que nós saibamos, contudo, a que se deveu o seu desaparecimento da documentação bracarense a partir de 1326.

Sabemos que foi cónego de Braga, pelo menos, desde 1303, sendo nessa altura confirmado pelo arcebispo como reitor de Santa Maria Margarida de Castanheira<sup>579</sup>.

---

<sup>543</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 258.

<sup>544</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 60.

<sup>545</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 250.

<sup>546</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>547</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 39. Ver biografia nº 121.

<sup>548</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nº 58.

<sup>549</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 24.

<sup>550</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 44 e Gav. das Capelas, Sucessões e

Em 1317, faz parte de uma comissão nomeada pelo cabido para escolher o deão. É ele que, depois de a escolha ter recaído em Domingos Domingues, procede à sua investidura. Ainda nesse ano, é um dos que apelam para o rei, face à não aceitação da eleição pelo arcebispo<sup>580</sup>. É provável que ocupasse a dignidade de tesoureiro em data anterior a esta, facto que, no entanto, a documentação não nos permitiu comprovar<sup>581</sup>.

Em 1321, vêmo-lo a participar numa eleição conflituosa em Évora, aparecendo identificado como «tesoureiro de Braga e cónego de Évora»<sup>582</sup>. Foi cónego de Évora entre 1321 e 1347<sup>583</sup>.

Desempenhou ainda, em Braga, a função de vigário do arcebispo a partir de 1324. Em 1326 este tesoureiro requereu a D. Gonçalo Pereira que o deixasse exercer a dignidade para que tinha sido eleito e confirmado, possuindo ainda um canonicato em Lisboa. No mesmo ano aparece identificado numa sentença do arcebispo, referente a problemas na administração da igreja bracarense no episcopado anterior<sup>584</sup>.

#### Nº 54 – **Mestre Estêvão Miguel**, tesoureiro, 1341-1347

Originário de Lisboa<sup>585</sup>, era doutor em direito canónico pela universidade de Montpellier e foi lente ordinário da Universidade de Coimbra<sup>586</sup>. Antes de ascender a esta dignidade bracarense, foi vigário da igreja paroquial de Santa Maria de Loures<sup>587</sup>.

Surge, pela primeira vez, referenciado como tesoureiro em Março de 1341, altura em que é nomeado pelo arcebispo, cabido e igreja de Braga como seu procurador, com a missão de mostrar ao rei, ou aos seus sobrejuízes e ouvidores, o protesto da igreja bracarense contra o facto de o correge-

---

Vínculos, nº 25.

<sup>551</sup> *Livro das Kalendas*, vol. II, p. 273.

<sup>552</sup> Segundo outro registo, desta vez lançado no dia 21 de Dezembro, sem indicação do ano – *Livro das Kalendas*, vol. II, p. 319.

<sup>553</sup> Maria Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 159.

<sup>554</sup> *Livro das Kalendas*, vol. II, p. 273.

<sup>555</sup> Maria Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 159.

<sup>556</sup> Élie Berger, *Les Registres d'Innocent IV*, III, 1897, nº 7438, p. 399 e nº 7871, p. 482.

dor de Entre-e-Douro-e-Minho não respeitar a jurisdição do couto de Braga, que pertencia à referida igreja <sup>588</sup>. Seguem-se outras referências em anos subsequentes <sup>589</sup>.

Em 1343, solicita uma dignidade na igreja lisbonense, embora, além da tesouraria e canonicato sob expectativa de prebenda de Braga, já possuísse uma dignidade e canonicato igualmente sob expectativa de prebenda em Évora <sup>590</sup>.

Em Julho de 1345, vemos Mestre Estêvão a verificar a sucessão da capela do antigo arcebispo de Braga, D. Silvestre. O tesoureiro fazia isto «*per poder que auija pera esto segundo como era conteudo en huu liuro que see no celeyro do Cabidoo de Bragaa que chama testamentorum*» <sup>591</sup>.

Em Setembro de 1347, D. Constança, esposa do futuro rei D. Pedro, ainda estava a pedir para ele mais privilégios <sup>592</sup>.

#### Nº 55 – **Vasco Peres**, tesoureiro, 1349

Nada conseguimos apurar sobre as suas origens geográficas ou sociais. Entre as pessoas que o rodearam, sabemos apenas da existência de um homem de sua confiança chamado Pedro <sup>593</sup>.

Aparece referido como tesoureiro em Julho de 1349, quando o mestre-escola é acusado de ter retirado prata de uma arca do Tesouro da Sé <sup>594</sup>. Em Agosto do mesmo ano, o seu nome figura noutra documento <sup>595</sup>. Sabemos que foi, também, procurador do deão <sup>596</sup>.

### **Mestres-Escola**

---

<sup>557</sup> Id., *Ib.*, nºs 7250 e 7251, p. 367 e nº 7049, p. 327.

<sup>558</sup> Id., *Ib.*, nº 7966, p. 498.

<sup>559</sup> E. Jourdan, *Les Registres de Clément IV*, vol. I (fasc. 1-5), Thorin et Fils, Paris, 1894, nº 628, p. 219.

<sup>560</sup> Assim se intitula nos documentos régios que subscreve, segundo Nuno J. Pizarro Dias, *Cortes Portuguesas*, p. 327.

<sup>561</sup> A. D. B., Gav. dos Testamentos, nº 31.

<sup>562</sup> I. A. N./T.T., C.R., Santa Maria da Oliveira, m. 1, nº1.

Nº 56 – **Mestre Martinho Geraldês**, mestre-escola, 1245-1256

Ignoramos quando nasceu. Faleceu como arcebispo de Braga na cidade italiana de Viterbo, no ano de 1271, tendo sido sepultado no mosteiro de S. Domingos, na mesma cidade<sup>597</sup>.

Segundo José A. Ferreira, era natural de S. João de Semelhe<sup>598</sup>, facto que pode ser discutido com base no seu testamento, pois embora nele afirme que o seu pai se encontrava aí sepultado, também refere que a sua mãe e os seus avós descansavam na igreja de S. Miguel de Gualtar<sup>599</sup>. De qualquer modo, quer tivesse nascido na primeira quer na segunda destas freguesias, era, certamente, natural do concelho de Braga.

Ostentava o título de mestre, que podia vir-lhe do cargo que desempenhava na canónica bracarense ou de estudos que houvera feito e de que não restam registos. Em diversas bulas papais que adiante citamos, com efeito, é feita referência à sua grande ciência e bons costumes.

Mostrou deter notória influência na cúria papal, pois obteve benefícios e privilégios diversos para outros clérigos e leigos portugueses seus protegidos<sup>600</sup>. Para si, solicitou – e conseguiu – permissão para acumular diversos benefícios e receber os respectivos rendimentos, mesmo não sendo residente. Assim, já como mestre-escola de Braga, obteve licença para reter uma igreja para além do magistério bracarense pela bula *Etsi ad refrenandas*, dada em Lião por Inocêncio IV, em 13 de Junho de 1245<sup>601</sup>. E por outra bula desse papa, *Apostolice sedis benignitas*, dada na mesma cidade em 26 de Setembro de 1247 e dirigida ao deão bracarense, foi-lhe permitido continuar a receber os proventos dos benefícios obtidos na Hispânia, apesar de não ser residente<sup>602</sup>.

<sup>563</sup> M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, Apêndice, doc. III, p. 567.

<sup>564</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>565</sup> *Portugaliae Monumenta Historica. Leges...*, vol. I, p. 185.

<sup>566</sup> I.A.N./T.T., Ch. Afonso III, Livro I, fls. 40 v., 45, 58, 58 v., 61, 69, 77, 79 v., 93 v., 105, 106, 107, 118 v., 127 e 151 v.

<sup>567</sup> Frei António Brandão, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, p. 296.

<sup>568</sup> Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, Parte VI, cap. XVII, p. 70.

<sup>569</sup> *Livro das Kalendas*, vol. II, p. 273.

Com Alexandre IV consegue que, no caso de vir a tornar-se bispo ou arcebispo, o pontífice lhe consinta continuar a ser titular do priorado de Guimarães durante um período de dez anos<sup>603</sup>. E obtém ainda, em 1256, a faculdade de poder acumular dois benefícios eclesiásticos, no caso de renunciar aos que já possuía<sup>604</sup>.

Enquanto capelão papal, foi ouvidor pontifício por duas vezes, em 1254, e ainda auditor<sup>605</sup>. Não se lhe conhece, contudo, qualquer actuação em Braga enquanto titular da dignidade de mestre-escola.

Em 1256, foi eleito arcebispo da diocese bracarense.

#### Nº 57 – Mestre Pedro Moniz, mestre-escola, 1257-1262<sup>606</sup>

Pedro Moniz faleceu, sem dúvida, no ano de 1262. Não só o seu testamento apresenta essa data, como ainda, no mesmo ano, surge na documentação um outro mestre-escola. Desconhece-se o lugar onde foi sepultado, o qual não consta do testamento que foi feito em Bolonha, onde apenas menciona: «*et residuum dentur predicatoribus apud quos eligo sepulturam*», podendo muito bem estar a referir-se aos Frades Pregadores dessa cidade<sup>607</sup>.

---

<sup>570</sup> Ver biografia nº 136 dos cónegos e nº 16 dos porcionários, respectivamente.

<sup>571</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 73.

<sup>572</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 949.

<sup>573</sup> Sobre este, ver biografia nº 104.

<sup>574</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 721 e 746; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 159 e C.C., P. 3, nº 135.

<sup>575</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 16. Esta eleição, realizada pelo cabido após a morte de Frei Telo, acabou por não ser aceite pelo próprio D. João de Soalhães, então cónego de Coimbra, que alegou impedimentos vários.

<sup>576</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nºs 9 e 20 e Livro I dos Testamentos, nº 53. Este último testamento tem a data de 1271, tendo o arcebispo falecido em Viterbo nesse mesmo ano.

<sup>577</sup> A. D. B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 721.

<sup>578</sup> Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, p. 354.

<sup>579</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 93.

Quanto à sua naturalidade, entre algumas hipóteses que relacionam o mestre-escola com outras localidades, não só portuguesas mas estrangeiras<sup>608</sup>, considerámos mais plausível a de que fosse natural da região de Braga. Esta nossa afirmação tem como base a bula *Tue probitatis meritis*, dada em Latrão a 7 de Março de 1257 por Alexandre IV, em que se afirma a existência de laços de parentesco entre o arcebispo Martinho Geraldês e Pedro Moniz. Neste documento, o pontífice concedia a este último, por súplica sua e do prelado, «*cuius familiaris existis*», o mestre-escolado de Braga, cargo vago precisamente pela promoção do primeiro à mitra bracaraense<sup>609</sup>. Por essa data, Pedro Moniz era reitor da igreja de Sacavém, na diocese de Lisboa e cónego de Lamego<sup>610</sup>.

O que se pôde saber sobre a sua família mais directa, é que o pai tinha já falecido, mas a mãe e os irmãos estavam ainda vivos aquando da sua morte, pois foram contemplados no seu testamento.

Apesar de o seu nome nunca ter surgido, ao longo do testamento, antecedido do título de «mestre», o cargo de mestre-escola que desempenhou na sé de Braga, deixa antever que a sua formação cultural seria de nível superior. A sua presença em Bolonha, centro do Direito medieval, e os livros que possuía sobre o assunto fazem dele, seguramente, um jurista interessado.

<sup>580</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n<sup>os</sup> 31 e 32.

<sup>581</sup> A.D.B., Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>os</sup> 130, 166 e Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 93.

<sup>582</sup> Não há acordo entre os cónegos eborenses na escolha de D. Gonçalo Pereira para seu bispo (A.D.B., C.C., P. 8, n<sup>o</sup> 348).

<sup>583</sup> Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, pp. 354-355.

<sup>584</sup> A.D.B., C.C., P. 10, n<sup>os</sup> 433 e 434.

<sup>585</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 261, p. 133.

<sup>586</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 12, p. 10.

<sup>587</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 8, pp. 7-8.

<sup>588</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, n<sup>o</sup> 15.

<sup>589</sup> A.D.B., C.C., P. 20, n<sup>o</sup> 769, P. 21, n<sup>o</sup> 798.

<sup>590</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 22, pp. 16-17. Hermínia V. Vilar refere-o apenas como cónego eborense para os anos 1343-1350 (*As Dimensões de um Poder*, p. 349).

<sup>591</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n<sup>o</sup> 20.

<sup>592</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 261, p. 133.

<sup>593</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 823.

<sup>594</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>os</sup> 823 e 824.

Parece que a sua grande riqueza era mesmo os livros, como o prova o cuidado posto na respectiva distribuição, a saber:

- ao arcebispo D. Martinho deixou o Códice de Justiniano e um «*Inforciatum*»<sup>611</sup>;
- à igreja de Sacavém deixou o Digesto Velho, para que com o produto da sua venda se adquirissem propriedades;
- ao cabido de Braga deixou o Digesto Novo, para que dele se fizesse o mesmo;
- as Decretais, legou-as ao cabido de Lamego, nas mesmas condições;
- o seu «*volumen parvum*»<sup>612</sup> foi também deixado para que, com o produto da respectiva venda se pagasse o seu funeral.

É-nos vedado apontar quaisquer factos sobre a carreira deste cónego em Braga até ao mestre-escolado e mesmo durante o seu desempenho desta actividade, uma vez que os dois únicos documentos que o cartório capitular dele guardou o dão como ausente da cidade: são eles o testamento do cónego Pedro Gonçalves de Barbudo, que testemunhou em Lião, em 1249, quando era apenas cónego de Lamego<sup>613</sup>, e o seu testamento, feito em Bolonha, como acima foi dito.

Neste, não discriminou quaisquer bens imóveis que possuísse, limitando-se a indicar a existência de uma herança paterna, alguns bens que deixou aos Irmãos Ricardina<sup>614</sup> e outras coisas suas, não especificadas, em Bolonha. Determinou que a repartição destes bens de Bolonha fosse levada

<sup>595</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n° 824.

<sup>596</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n° 825 e Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 39.

<sup>597</sup> J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, vol. II, p. 61.

<sup>598</sup> Id., *Ib.*, p. 49.

<sup>599</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 53.

<sup>600</sup> M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 158.

<sup>601</sup> Élie Berger, *Les Registres d'Innocent IV*, vol. I, n° 1326, p. 202.

<sup>602</sup> Id., *Ib.*, n° 3260, p. 490.

<sup>603</sup> Ildefonso Rodriguez de Lama, *La Documentación Pontificia de Urbano IV (1261-1264)*, Roma, Instituto Español de Historia Eclesiastica, 1981, n° 28, pp. 54-55.

<sup>604</sup> Ildefonso Rodriguez de Lama, *La Documentación Pontificia de Alejandro IV (1261-1264)*, Roma, Instituto Español de Historia Eclesiastica, 1976, n° 160, p. 171.

<sup>605</sup> Id., *Ib.*, pp. 150-151.

a cabo por Domingos Peres, o futuro mestre-escola, então chantre de Guimarães e recentíssimo cónego de Braga, e o também cónego de Braga Estêvão Anes, julgando nós estar a referir-se ao de Vasconcelos<sup>615</sup>. Confiou-lhes ainda a venda de um volume para que houvesse com que pagar as suas exéquias. O documento em questão foi selado com dois selos: o seu, que tinha duas figuras esculpidas, sendo uma de anjo e outra de mulher, e o de Domingos Peres.

Nº 58 – **Mestre Domingos Peres Vinagre**, cónego, 1254 e mestre-escola, 1262-1281

A documentação existente nada nos diz acerca da sua naturalidade.

No seu testamento, pediu para ser sepultado junto a um pilar que se erguia perto da pia baptismal da sé de Braga, do lado oposto à sepultura do arcebispo de Neiva, Pedro Garcia. Por esse documento, sabemos que tinha sido criado pelo anterior mestre-escola, Pedro Moniz. Nele, refere ainda alguns dos seus familiares: as tias, Domingas e Elvira; os sobrinhos, o cónego Domingos Domingues e Clara Domingues, que eram irmãos; e os consanguíneos João Anes e Pedro Domingues<sup>616</sup>. Um tal Estêvão Peres Vinagre, vassalo do infante D. Afonso, irmão de D. Dinis, era, com toda a probabilidade, seu irmão, o que nos indicia uma situação social elevada<sup>617</sup>. Noutro diploma, surge referido como sobrinho do então prior de Guimarães, capelão do papa e futuro arcebispo de Braga, D. Martinho Geraldês<sup>618</sup>.

Tinha serviçais a quem mandou que dessem roupas de luto aquando da sua morte, salvo aos clérigos.

Diácono e possuidor do grau de mestre, mencionou no seu testamento possuir os seguintes livros: um Breviário, que pertencera ao arcebispo

---

<sup>606</sup> José Marques, num quadro que apresenta sobre os mestre-escolas de Braga, situa Mestre Martinho em 1245 e Pedro Moniz em 1262, colocando entre ambos um outro mestre-escola de nome Mateus, no ano de 1253 (*A Arquidiocese de Braga no séc. XV*, p. 448). No entanto, consultando a fonte indicada, verificámos que este Mateus poderia não ser mestre-escola de Braga, pois em tal manuscrito não se faz alusão à localidade em questão. Trata-se de uma petição ao papa Inocêncio IV para que Vicente Rodrigues seja aceite como cónego da Guarda. Encima a petição «*Matheus illustris regis portugalie et Comitibus Bolonie Capellanus Magisterscolarum*», seguindo-se o nome de várias entidades designa-

D. Martinho Geraldês e que legou ao arcediogo Domingos Esteves para que rezasse por ambos <sup>619</sup>; um *Aristátil* e um *Albertatum*, herdado pelo cónego Domingos Domingues <sup>620</sup>; uma Suma com o libelo de Raufredo, que mandou entregar a Martinho Rodrigues <sup>621</sup>; umas *Rationes* em um volume, que deixou a Soeiro Anes, porcionário, que refere valerem mais de 20 libras turonenses; uns Casos Decretais, que ficaram para o tabelião Miguel Domingues e que, na altura, se encontravam emprestados a mestre Domingos <sup>622</sup>; outro livro num volume; e ainda livros de Gramática e de Lógica.

Numa bula de Alexandre IV, *Eo tibi libentius*, dada em Anagni e datada de 28 de Julho de 1254, Domingos Peres é designado como cónego de Braga e de Lisboa, sendo-lhe concedida autorização para reter dois benefícios com cura de almas <sup>623</sup>.

Pensamos que em 1259 era chantre de Guimarães, pois é indicado, nessa qualidade, um certo Domingos Peres como testemunha de um emprazamento que o arcebispo D. Martinho Geraldês fez aos moradores de Gouvães <sup>624</sup>. Em Junho de 1262, a seu pedido e intitulando-o cónego de Braga e de Guimarães, o cabido bracarense concedeu-lhe habitar uma sua casa, mediante o pagamento dos encargos de um aniversário <sup>625</sup>. Deve, portanto, ter passado a residir em Braga devido às novas responsabilidades que assumiria, pois cerca de um mês após o falecimento de Pedro Moniz, que se verificou também em Junho, ascendeu ao cargo de mestre-escola. Assim no-lo mostra um documento datado de Julho desse ano, que, mencionando-o já como mestre-escola de Braga, refere também a sua elevação a cónego de Lisboa pelo bispo da cidade, D. Martinho, e por mandato do papa Urbano IV <sup>626</sup>.

Ainda em vida, na hora de lavrar o respectivo testamento, Pedro Moniz encarregou-o, juntamente com o cónego Estêvão Anes, de vender um livro

---

das como: o arcediogo da Guarda, o arcediogo da Covilhã e vários cónegos da Guarda. Inclino-nos, portanto, para a hipótese de este Mateus ser outro mestre-escola, possivelmente também da Guarda ou até da sé de Lisboa, pela forma como aparece relacionado com a figura do monarca (A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n.º 17).

<sup>607</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 2.

<sup>608</sup> Nomeadamente, a de José Antunes, que considerou que o mesmo pudesse ter sido leonês («Portugueses no processo histórico ...», p. 49).

<sup>609</sup> C. Bourel de la Roncière, J. de Loye, P. de Cenival e A. Coulon, *Les Registres d'Alexandre IV*, vol. II, n.º 1783, p. 549. Também José Antunes («Portugueses no pro-

para custear com o produto da venda as despesas do funeral, incumbindo-os ainda de disporem, como bem entendessem, dos bens que deixava em Bolonha<sup>627</sup>. Domingos Peres Vinagre foi também testemunha deste acto, que foi selado, para além do selo de Pedro Moniz, com o seu próprio, que tinha representada uma ave, duas figuras e ainda outras aves.

Na restante documentação surge-nos sempre como testemunha de diversos actos, de carácter quer económico quer social. Nessa qualidade, aparece numa compra feita pelo cabido ao presbítero da igreja de S. Martinho de Dume, João Pais<sup>628</sup>, numa venda de rendas feita a um casal de particulares<sup>629</sup>, num prazo feito pela canónica a João Anes<sup>630</sup>, numa venda de rendas celebrada entre o cónego mestre Domingos e particulares<sup>631</sup> e numa doação que o clérigo João Domingues fez à igreja de S. Miguel de Carreiras, de um quinhão que tinha na ermida de S. Salvador de Camboso<sup>632</sup>.

Foi um dos herdeiros do cónego D. Mateus<sup>633</sup>. Em 1271 estava em Viterbo na companhia do Arcebispo D. Martinho Geraldês, na casa em que este habitava, testemunhando o testamento do prelado que então aí faleceu<sup>634</sup>. Em 1279, já se encontrava novamente em Braga, pois esteve presente à pública forma do testamento do deão Fernão Anes<sup>635</sup>.

Possuía devesas em Cepedelos, nos Chãos, em Torneiros e em Infias, algumas casas na Rua dos Chãos, uma casa na Rua dos Burgueses, outra onde morava um alfaiate, uma herdade em Oliveira e um casal na paróquia de S. Pedro de Escudeiros. Referem-se em adenda ao seu testamento as propriedades que passaram ao cabido por morte de um dos seus herdeiros, sem deixar descendentes: um casal em Algeriz, três em Aleste, um em Penso, outro em Oliveira, outro em Santa Maria de Oleiros e mais quatro em regiões não identificadas, todos eles emprazados, e ainda uma oficina de

---

cesso histórico ...», p. 51) e Maria Alegria F. Marques (*O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, pp. 158 e 201) dão este cónego como parente do arcebispo, citando a mesma bula. Como vimos no ponto anterior, mestre Martinho Geraldês é dado como natural da freguesia de Semelhe, no concelho de Braga, a partir da leitura do seu testamento (A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53). Ora, neste documento, o arcebispo refere uma filha de Maria Pais de Soutelo que era sua sobrinha e irmã do cónego Estêvão Pais, chamada Maria Moniz, e coloca a possibilidade de um filho desta poder vir a ser seu herdeiro. Pedro Moniz poderia ser, assim, irmão da referida Maria Moniz, ou mesmo seu filho, e por isso sobrinho ou sobrinho-neto do prelado.

<sup>610</sup> Dado que a obra de Anísio Miguel de Sousa Saraiva se inicia em 1296, não foi pos-

sapataria e uma casa onde morava um mercador<sup>636</sup>. Os prazos das propriedades agrícolas revertiriam a favor da canónica para celebrar missa oficiada, com procissão à sepultura do mestre-escola, em datas fixas.

Nomeou seu herdeiro Domingos Domingues e seus executores testamentários o cónego João Rodrigues e o clérigo do coro Domingos Peres, dito «Cabanete»<sup>637</sup>.

Deixou alguns bens a certos eclesiásticos de Braga, a saber: ao arce-diago mestre Domingos Esteves, aos cónegos João Rodrigues, Estêvão Pais, Domingos Domingues, Pedro Esteves, mestre Lourenço, aos porcionários Soeiro Anes e Pedro Vicente, a João Martins do celeiro, a Domingos Peres, Prior de S. Martinho de Dume e a Domingos Peres Cabanete, clérigo do coro. Contemplou ainda alguns clérigos de igrejas, os cónegos de Guimarães, as confrarias de Braga, a albergaria do arcebispo D. Martinho Geraldes, os leprosos e os pobres da cidade.

Entre os bens móveis que enumera no testamento contam-se cinco cifos (legando um ao arcebispo, um aos cónegos de Braga, outro a Pedro Esteves, outro a Martinho Rodrigues e o último, de prata, ao porcionário Pedro Vicente), um vaso de prata com cinco bicos, um canivete de coral, duas esmoleiras de seda, um mulo com albarda e respectivo aparelho, várias mulas, panos de sarja e de «bruneta», almocelas, pulvinares, uma cama com a sua cobertura, tapetes, milho e dinheiro. Deixou duas marcas de prata para que se mandasse fazer um crucifixo com a imagem da Virgem para colocar no altar maior, em honra desta.

Determinou que alguns dos seus livros fossem vendidos em Paris ou em outro lugar onde rendessem melhor, para que com a receita obtida se comprassem propriedades.

Instituiu duas capelas: uma por ele e a outra por Maria Gonçalves, que lhe fez doações, e pelos pais desta.

– **Domingos Domingues**, mestre-escola, 1291-1317

Já referenciado como deão com o nº 8.

---

sível comprovar a carreira do mestre-escola nesta sé.

<sup>611</sup> Esforçado. Segunda parte do Digesto ou Pandectas, constituído pelos livros XXV a

Nº 59 – **Vasco Martins**, mestre-escola, 1318-1332

Segundo Monsenhor José Augusto Ferreira, este mestre-escola era sobrinho de D. João Martins de Soalhães, então arcebispo <sup>638</sup>.

Identificou-se também um seu clérigo, Vasco Gomes.

Desempenhou funções de coadjutor do arcebispo, juntamente com o chantre Bartolomeu Anes, sendo ambos acusados de negligência no exercício desse cargo na bula *Ad apostolatus nostri*, de João XXII <sup>639</sup>. Em 1322 é um dos subscritores de uma apelação ao papa, relativa a conflitos provocados pela atribuição de uma tercenaria que vagou <sup>640</sup>.

Nº 60 – **João Pais**, mestre-escola, 1333-1347

Nada nos chegou quanto à sua origem. Relativamente às pessoas que o rodearam, sabemos de dois serventes, chamados Martinho Lourenço e Geraldo Lourenço <sup>641</sup>, de um seu clérigo, Pedro Durães <sup>642</sup> e de dois criados,

---

XXXVIII. Esta obra constituía, na Idade Média, uma das colecções de Direito Civil sobre a legislação de Justiniano I e era composta arbitrariamente por três partes, das quais, uma era o Digesto Velho, que compreendia os livros I a XXIV e o Digesto Novo, que compreendia os livros XXXIX a L (Isaías da Rosa Pereira, «Livros de Direito da Idade Média», p. 11).

<sup>612</sup> Conjunto de três livros do Código de Justiniano: as *Instituta*, o *Authenticum* e os *Libri Feudorum* e ainda algumas leis de imperadores do Sacro Império Romano Germânico (Id., *Ib.*, p. 12). Também designado apenas por *Authenticum* (Mário Júlio de Almeida Costa, «Para a história da cultura jurídica medievá em Portugal», *Boletim da Faculdade de Direito*, XXXV, 1959, p. 256).

<sup>613</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 20 e Livro II dos Testamentos, nº 63.

<sup>614</sup> Não conseguimos identificar esta associação, pelo que pensamos que se trate talvez de uma das muitas instituições de carácter religioso que se formaram por esta época. Numa outra hipótese, poderá tratar-se de um erro ortográfico do redactor, trocando «*Ricardina*» por «*Ricardinae*». Sendo assim, estaria a referir-se aos irmãos de Ricardina, alguém por quem o cónego nutria afeição.

<sup>615</sup> Estêvão Anes de Vasconcelos era já cónego de Braga em 1262 e sê-lo-ia até ao desaparecimento do seu homónimo Estêvão Anes do Tojal, que era arcediogo, a quem substituiu após a sua morte em 1267. Pedro Moniz referia-se ao cónego e não ao arcediogo.

Gonçalo Anes<sup>643</sup> e Fernão Anes<sup>644</sup>.

A primeira referência que encontramos para ele como cónego e mestre-escola data de 22 de Fevereiro de 1333<sup>645</sup>. Foi ainda reitor de S. Cosme do Vale<sup>646</sup> e exerceu a função de vigário geral em 1340 e 1341<sup>647</sup>.

No início de 1341, está na terra de Vila Real e Panoias, como procurador do cabido de Braga<sup>648</sup>. Nesse ano, na sequência de um diferendo com o corregedor, o mestre-escola, em nome do cabido, protesta com o juiz de Braga contra o facto de este fazer jurar perante si o almotacé que repartia o pescado, quando quem o devia fazer era o cabido<sup>649</sup>.

A 9 de Setembro de 1345, o arcebispo e o cabido de Braga solicitam ao papa que lhe conceda, até tomar posse de uma prebenda, que tenha voz em capítulo e possa receber os aniversários, distribuições quotidianas e festivas, «*et omnia alia que sunt extra prebendam grossam*», tal como os cónegos residentes, apesar dos estatutos serem em contrário. Acontece que, provido de uma graça expectativa por João XXII, João Pais tomara posse da prebenda vaga por morte de Miguel Vivas e possuira-a pacificamente até à chegada do papa seguinte. Este, Clemente VI, reclamando a reserva pontifícia, concedera-a a João de Bós, sobrinho de D. Guilherme e clérigo da sua câmara, fazendo-a retirar ao mestre-escola. E multiplicara de tal forma as graças expectativas sobre prebendas bracarenses no início do seu pontificado que fizera este perder qualquer esperança de voltar a possuir alguma. Daí o pedido dos seus companheiros<sup>650</sup>.

No capítulo económico, sabemos apenas, por uma cláusula do seu testamento, publicada em pública forma, que João Pais deixou ao cabido de Braga a herdade de Carrapotosa, próxima de Guimarães<sup>651</sup>.

#### Nº 61 – **Martinho Domingues**, mestre-escola, 1349-1369

<sup>616</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 49.

<sup>617</sup> I.A.N./T.T., Ch. D. Dinis, Livro I, fl. 101 v.

<sup>618</sup> C. Bourel de la Roncière, J. de Loye e A. Coulon, *Les Registres d'Alexandre IV*, vol. I, nº 711, p. 214.

<sup>619</sup> Sobre Domingos Esteves, ver biografia nº 41.

<sup>620</sup> Sobre Domingos Domingues, ver biografia nº 8.

<sup>621</sup> Sobre Martinho Rodrigues, ver biografia nº 17.

<sup>622</sup> Trata-se do já referido mestre Domingos Esteves.

Não temos qualquer notícia sobre a sua proveniência ou seus familiares. Todavia, conhecemos um seu criado chamado Lourenço Martins. Sabemos também que possuía residência em Braga<sup>652</sup>.

É referido pela primeira vez como mestre-escola em Julho de 1349, altura em que é acusado de, na ausência do deão, ter arrombado uma arca do tesouro da sé e retirado de lá certa quantia de prata<sup>653</sup>. Em Agosto, citado também como vigário geral, está a responder a uma apelação que para ele fizeram o deão e o tesoureiro<sup>654</sup>. Sabemos que nesta altura era ainda contador do cabido de Braga, pois não contou Estêvão Peres como deão mas sim como cónego<sup>655</sup>.

Em Maio de 1353, aparece referido como procurador do deão e cabido de Braga<sup>656</sup>. Onze anos mais tarde, foi um dos taxadores de uma verba emprestada pelo clero de Braga ao rei<sup>657</sup>. Em Janeiro de 1369, ainda se encontrava no cabido<sup>658</sup>.

Foi também reitor das igrejas de S. Vicente de Sousa e S. Tiago de Ronfe<sup>659</sup>.

Seria ele, ainda, o Martinho Domingues clérigo e nuncio do arcebispo que, por diversas vezes, em 1346, suplicou ao papa um canonicato e prebenda de Braga<sup>660</sup>

---

<sup>623</sup> C. Bourel de la Roncière, J. de Loye e A. Coulon, *Les Registres d'Alexandre IV*, vol. I, n° 711, p. 214.

<sup>624</sup> A.D.B., Gav. dos Coutos, n° 4.

<sup>625</sup> A.D.B., Gav. dos Legados e Sufrágios, n° 8.

<sup>626</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 23. É possível que mestre Domingos Peres tivesse recebido de Alexandre IV, que o intitulava, em 1254, de cónego de Braga e Lisboa, uma simples graça em expectativa, que só em 1262 e já sob Urbano VI, tivesse obtido satisfação no cabido lisboeta.

<sup>627</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 2.

<sup>628</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 124.

<sup>629</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 130.

<sup>630</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n° 48.

Nº 62 – **Afonso Martins**, mestre-escola, 1374 <sup>661</sup>

É referido uma única vez como mestre-escola em 1374 <sup>662</sup>.

## II. CÓNEGOS

Nº 63 – **Domingos Martins**, cónego, 1245

Nada mais sabemos deste cónego, a não ser que adquiriu uma herdade em S. Miguel de Cabaços no ano de 1245 <sup>663</sup>.

Nº 64 – **Martinho Gonçalves**, cónego, 1245

O seu testamento, lavrado a 22 de Setembro de 1245, constitui a única fonte que encontramos sobre este cónego <sup>664</sup>. Nele, Martinho Gonçalves escolheu sepultura no claustro da Sé; é, pois, provável, que fosse natural da região de Braga, o que outros indícios vêm corroborar.

Foi sobrinho, pela parte da mãe, de um arcediogo referido no testamento como R., já falecido, que não foi possível identificar <sup>665</sup>. Entre outros sobrinhos não especificados, filhos do seu irmão Lourenço Gonçalves, refere João, que era diácono. É a este que deixa as suas Decretais.

Era detentor de uma herdade em Figueiredo, de um casal em Amares, de uma herdade em S. Salvador de Roças e de outra em Eiras.

Para além de legados em dinheiro, deixou alguns bens móveis, como

---

<sup>631</sup> I.A.N./T.T., C.R., M. B., m. 4, nº 128.

<sup>632</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 205.

<sup>633</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 16.

<sup>634</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53.

<sup>635</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 24.

<sup>636</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 16.

uma capa de pele aos leprosos de Braga, um pálio e uma toga nova aos cónegos da sé, um pulvinar e um par de manutégios ao filho de uma tal Urraquina e ainda uns poucos de moios de cereal. Entre os seus pertences figuram também uma loriga e dois escudos, que se encontravam penhorados, o que nos leva a crer que se trataria de um cónego guerreiro.

Pelo que ficou dito se conclui que este cónego devia, na época da sua morte, ter recursos económicos inferiores à média. Vêmo-lo infringir o costume de legar ao tesouro do cabido o usual cifo de prata, e confirmar como seu um número relativamente pequeno de propriedades, quando comparadas com as dos demais cónegos. Além disso, o facto de ter penhorado as suas armas defensivas mostra a sua precária situação financeira.

#### Nº 65 – **Soeiro**, cónego, 1245

Um escambo realizado em 22 de Setembro de 1263 entre o cabido e o chantre mestre João, apontam-no como não pertencendo já ao mundo dos vivos<sup>666</sup>. O assunto deste negócio é a celebração do próprio aniversário do cónego em questão, pelo qual mestre João devia aos capitulares o foro de 5 morabitinos, anualmente.

O único ano em que o podemos situar na canónica é o de 1245, porque em Janeiro fez, juntamente com um sobrinho, um emprazamento de uma propriedade constituída por um quinhão de terra, quatro casas e uma vinha com suas devesas, situada em Ponte de Lima<sup>667</sup>.

Foi um dos beneficiados no testamento de Martinho Gonçalves, o que demonstra que, por finais de Setembro de 1245, ainda era vivo para gozar o parco morabitino que este lhe deixou<sup>668</sup>.

---

<sup>637</sup> Ver biografias nºs 8 e 79 dos capitulares e nº 11 dos clérigos do coro.

<sup>638</sup> *Fastos Episcopais da Igreja Primocial de Braga*, vol. II, pág. 123. O mesmo grau de parentesco é aduzido na bula que adiante referimos.

<sup>639</sup>A.D.B., P. das Bulas, nº 2, n. 28. Sobre o chantre Bartolomeu Anes, ver biografia nº 18.

<sup>640</sup>A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 35 e 39. Outras referências: Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 209 e 214; Livro I dos Testamentos, nº 59; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 48 e C.C., P. 9, nº 368.

Nº 66 – **Pedro Pais Echegues**, cónego, 1245-1277

Deve ter falecido na segunda metade da década de 1270-1280, mais provavelmente entre 1277 e 1278, e foi sepultado no claustro da sé de Braga <sup>669</sup>.

Era, talvez, natural da própria cidade de Braga ou da sua periferia, a julgar pelo número de propriedades aí adquiridas.

Aparece identificado em dois manuscritos com o patronímico Eycheguez ou Eychegaz, pelo que se abre a possibilidade de poder entroncar na linhagem dos Sousa <sup>670</sup>. Tinha como irmãos Martinho Pais, João Pais e Maria Soares. Como sobrinhos, menciona os clérigos João Peres e Lourenço Martins, Sarre e Domingos, sendo estes três últimos filhos de Martinho Pais. Alude ainda a um certo Pedro como seu cliente. Conhecemos também um clérigo de sua casa, de nome Pedro Martins, que foi testemunha de uma compra do cónego mestre Domingos em 1270 <sup>671</sup>.

Devia ser pessoa de formação cultural superior, pois pertenciam-lhe um Decreto, umas Decretais velhas e outras novas e ainda outros opúsculos.

Foi cónego de Braga no período referenciado, benefício a que juntou a reitoria da igreja de S. Pedro de Este <sup>672</sup>. Pela bula de Inocência IV

<sup>641</sup> A.D.B., C.C., P. 18, nº 720.

<sup>642</sup> A.D.B., Gav. dos Privilégios e Honras, nº 15.

<sup>643</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, nº 85.

<sup>644</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 50.

<sup>645</sup> A.D.B., C.C., P. 14, nº 555, P. 15, nº 589, P. 18, nºs 728 e 729. Outras referências: Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 258; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 52; Gav. de Braga e sua Jurisdição, nºs 11, 15 e 16; Gav. dos Privilégios e Honras, nº 15; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 269; Livro I de Testamentos, nºs 60, 64, 68, 69, 70, 71, 75, 76, 78, 79, 80 e 90; C.C., P. 17, nºs 670, 677, P. 18, nº 721, P. 21, nº 802.

<sup>646</sup> A.D.B., C.C., P. 15, nº 623, P. 20, nº 758.

<sup>647</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 247, 257; Gav. dos Coutos, nº 54; C.C., P. 18, nºs 720 e 729, P. 20, nºs 766, 769, P. 21, nº 807; Livro I de Testamentos, nºs 85, 89.

<sup>648</sup> A.D.B., Gav. de Matérias de Prazos, nº 8. É mencionado ainda em: Gav. 1ª das

*Apostolice sedis benignitas*, dada em Lião em 21 de Janeiro de 1249, foi-lhe concedida a possibilidade de reter mais um benefício para além dos dois já citados, quer fosse pessoal quer de dignidade, o qual poderia ser curado<sup>673</sup>. Estava em Assis, aquando da sentença pronunciada pelo cardeal Octaviano Ubaldini sobre uma questão entre o abade de S. Pedro de Calvelo e o arcebispo D. João Viegas<sup>674</sup>.

O seu nível económico devia ser dos mais altos, pelo menos no que toca a bens patrimoniais. Temos notícia das 30 propriedades que adquiriu entre Julho de 1245 e Outubro de 1269: 9 casas em Braga (uma das quais na Rua do Souto, em que habitava), 7 propriedades rurais em S. Pedro de Este, duas em Lamações e 12 em locais não identificáveis<sup>675</sup>. O seu testamento permite confirmar algumas destas aquisições e acrescentar ainda outras: mais quatro casas, uma bouça, uma seara e cinco herdades

Em 1261, a viúva do cavaleiro Gil Gomes, Teresa Fernandes, hipotecara-lhe todos os seus bens, em virtude da dívida que recebera do marido no valor de 30 morabitinos<sup>676</sup>. Em 1268, recebeu por doação de particulares o casal de Travassós, na freguesia de Santo André<sup>677</sup>.

Legou ao arcebispo um rocim com o seu freio e sua sela, e ao cabido, para além de dinheiro, o costumado cifo, este no valor de 10 onças. Contemplou as igrejas de S. Pedro de Este, S. Miguel de Gualtar e Santa Maria da Sobreposta com propriedades. Deixou alguns bens móveis a familiares e amigos, e ainda distribuiu pequenas somas monetárias pelos seus servidores, aos leprosos e à albergaria de Santiago.

Instituiu uma capelania, com o presbítero Martinho Anes, dito de Espinho, como seu capelão.

Propriedades e Rendas do Cabido, n° 258; Gav. de Braga e sua Jurisdição, n° 15.

<sup>649</sup> A.D.B., Gav. dos Privilégios e Honras, n° 15. Outras referências: Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n°s 256 e 263; Gav. de Braga e sua Jurisdição, n° 11; Gav. dos Arcebispos, n°s 50, 52, 53; C.C., P. 19, n°s 724 e 735.

<sup>650</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n° 107, pp. 65-66.

<sup>651</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n° 50.

<sup>652</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n° 79.

<sup>653</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n° 823. Outras referências como mestre-escola: A.D.B., Gav. da Sé e Missas, n° 3; Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 39; Gav. dos Prazos do Cabido, n°s 65, 67; Gav. dos Quindénios e Décimas, n° 22; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n°s 275, 277; C.C., P. 22, n° 848.

<sup>654</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n° 824. Outras referências como vigário geral: A.D.B., Gav.

Nº 67 – **Laurenço Gonçalves**, cónego, 1246-1292

Este cónego era sobrinho do arcebispo D. João Viegas, pois como tal o refere este no seu testamento<sup>678</sup>. Assim sendo, devia ser filho do irmão do arcebispo, Gonçalo Viegas, e portanto irmão do arceidiago Gonçalo Gonçalves<sup>679</sup>.

Aparece-nos pela primeira vez na nossa documentação em 1246, como testemunha numa composição entre a igreja do Porto e o mosteiro de Celanova sobre a apresentação de um monge idóneo do citado mosteiro para a igreja de S. Salvador de Monte Córdoba<sup>680</sup>.

Estava em Assis em 1254, pois encontrava-se presente na sentença que o cardeal Octaviano Ubaldini pronunciou sobre o litígio entre o arcebispo D. João Viegas e o abade de S. Pedro de Calvelo<sup>681</sup>.

Em 1255 volta a surgir mencionado no testamento do arcebispo seu tio, quando este diz que é do conhecimento daquele que deixa dinheiro e um cálice de prata para que se fizessem altares com um púlpito para ser nele lido o Evangelho e as outras leituras necessárias, legando-lhe ainda a sua parte da quinta da Ribeira e metade do casal em que morou o seu criado Mendo Gonçalves<sup>682</sup>.

Em 1264 aparece como um dos representantes da canónica na entrega dos bens da igreja de S. Miguel de Cabreiros ao presbítero André Anes<sup>683</sup>.

No ano seguinte, o cónego Estêvão Soares legou-lhe parte dos rendimentos

---

da Sé e Missas, n<sup>os</sup> 2 e 4.

<sup>655</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 825.

<sup>656</sup> A.D.B., Gav. de Matérias de Prazos, n<sup>o</sup> 90.

<sup>657</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, n<sup>o</sup> 25.

<sup>658</sup> A.D.B., Livro I de Testamentos, n<sup>o</sup> 55.

<sup>659</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Urbano V, n<sup>o</sup> 127, pp. 455-456.

<sup>660</sup> *Ib.*, Clemente VI, n<sup>os</sup> 146 e 147, p. 88, n<sup>o</sup> 180, pp. 101-102 e n<sup>o</sup> 211, p. 113.

<sup>661</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>662</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n<sup>o</sup> 44.

<sup>663</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 522.

<sup>664</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 8, Livro II dos Testamentos, n<sup>o</sup> 53 e *Liber Fidei...*, III, n<sup>o</sup> 907, pp. 353-354.

<sup>665</sup> Maria João V. Branco constata a existência de um arceidiago R. em 1212-1213,

de um prestimónio que tinha em Viseu, a meias com a sé, para que com eles se comprasse uma propriedade, a qual este cónego deveria ter enquanto vivesse <sup>684</sup>.

Em 1267, o arcediogo Estêvão Anes deixou-lhe um Breviário, instituindo-o executor do seu testamento <sup>685</sup>.

Foi testemunha em alguns actos: na doação feita ao cabido da bouça do Mogo e outras propriedades <sup>686</sup>, numa compra de uma herdade realizada pelos cónegos <sup>687</sup>, numa outra compra feita pelo arcediogo D. Geraldo a particulares <sup>688</sup>, num prazo feito pela canónica ao clérigo de S. Martinho de Dume, João Anes <sup>689</sup>, numa pública forma de 1277, onde aparece como prepósito do cabido de Braga e testemunha uma composição entre este e o abade da igreja de Nespereira <sup>690</sup>, e, finalmente, no testamento do arcediogo de Neiva, Pedro Garcia <sup>691</sup>.

Foi procurador do cabido e juiz de Braga <sup>692</sup>.

Não sabemos se este Lourenço Gonçalves tem algo que ver com a pessoa que aparece, entre os anos de 1281-1303, intitulada de Mestre Lourenço <sup>693</sup>.

#### Nº 68 – **Roberto**, cónego, 1247

Como a maior parte dos cónegos bracarenses, D. Roberto não fugiu à regra de pedir para repousar eternamente na paz do claustro bracarense <sup>694</sup>. Tal facto permite-nos ajuizar, como o fizemos já para exemplos anteriores, que o eclesiástico seria, possivelmente, natural da diocese bracarense.

Conhecemos-lhe alguns parentes. Referiu o irmão Paio Domingues, a irmã D. Boa, o sobrinho João Pais, a sobrinha Domingas, a sobrinha-neta

---

questionando-se se se tratará ainda de Raimundo Fáfile, arcediogo documentado de 1202 a 1211 (*Poder Real e Eclesiásticos*, vol. II, p. 99).

<sup>686</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 101.

<sup>687</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos Particulares, nº 15.

<sup>688</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 8, Livro II dos Testamentos, nº 53 e *Liber Fidei...*, III, nº 907, pp. 353-354.

<sup>689</sup> As duas datas que encontrámos no seu testamento não são coincidentes entre si nem tão pouco com a datação da restante documentação que lhe diz respeito. Mas a circunstância de nele se referir que foi selado com o selo do arcediogo Pedro Garcia dá-nos a

Elvira, neta da irmã e ainda um consanguíneo denominado Martinho Pais que, tal como ele, era presbítero.

Possuía bastantes bens de raíz. Foi possível detectar um numeroso rol de propriedades constituídas por uma quinta em Infias, dois casais em Paços, uma herdade não identificada, duas outras em Torneiros, outra em Padim, metade de outra em S. Jerónimo de Real, ainda outra em Barros, uma vinha e uma devesa também em Torneiros, um casal em Penelas, algumas casas rurais, três casas na Rua Nova, mais cinco em diversas áreas da cidade e algumas devesas.

Em matéria de bens móveis, o cónego também não foi pobre. Deixou três cifos de prata: um ao arcebispo, outro aos cónegos de Braga e um terceiro à igreja de Santa Eulália.

Instituiu uma capelania, indicando para seu capelão o familiar Martinho Pais, acima mencionado.

#### Nº 69 – **Estêvão Peres**, dito Ferro, cónego, 1247-1250

Provavelmente natural da região de Braga, fez testamento em 1250 e foi sepultado no claustro da catedral dessa cidade, por indicação sua junto do chantre D. João Pais ou do arcediogo D. Martinho <sup>695</sup>.

Refere como parentes, o avô, mestre Mendo, um irmão, Martinho Mendes e a filha deste.

Tinha algumas casas na cidade, das quais identificou uma na Rua do Souto, várias herdades e dois casais. Uma das casas, dotada de uma apoteca, era aquela em que habitava. Uma outra tinha lagar e devesas.

Recebeu um legado monetário por morte do cónego D. Roberto, no montante de 10 morabitinos <sup>696</sup>.

Legou ao arcebispo D. João Viegas o seu cifo de prata maior e aos seus herdeiros, Vicente Egas e Fernão Nunes, um outro, no valor de um marco. Ordenou que se pagasse anualmente um morabitino à Congregação dos Cónegos de Braga e contemplou alguns conhecidos com outros bens de menor importância.

---

certeza de que foi feito no próprio ano de 1278, em que o referido arcediogo faleceu, ou pouco antes.

<sup>670</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 33, Livro II dos Testamentos, nº 77 e Gav.

### Nº 70 – **Paio Mendes**, cónego, 1247-1279

Era consanguíneo do cónego Paio Pais<sup>697</sup>, que o instituiu seu herdeiro juntamente com o presbítero João Pais. Aliás, possuíam propriedades em comum<sup>698</sup>. Conhece-se-lhe um servente, de nome Martinho Domingues<sup>699</sup>

A sua função de vigário da Igreja de Braga e a frequência com que o encontramos no exercício dessas funções, permitem-nos supôr ser ele um exímio conhecedor das leis e experimentado jurista, apesar de lhe faltar o título de mestre.

Foi vigário do arcebispo no caso do comendador de Rio Frio que deitou mão a dois casais do cabido<sup>700</sup> e juiz da contenda acerca da apresentação da igreja de Sabrosa<sup>701</sup>. Deu o seu consentimento a um escambo realizado entre o arcediogo D. Geraldo Peres e o abade do mosteiro de Tibães<sup>702</sup>.

Na demais documentação, vemo-lo aparecer como testemunha de alguns actos de carácter económico: um escambo realizado entre o cabido e mestre João, chantre<sup>703</sup>; a compra de uma herdade pelos cónegos em S. Martinho de Dume<sup>704</sup>; a doação da herdade da Quintã, da bouça do Mogo e da herdade de Mouquim feita à canónica<sup>705</sup>; e a procuração sobre a igreja de Mogadouro<sup>706</sup>.

---

Em 18 de Abril de 1256, Alexandre IV, pela bula *Clara probitatis tue*, das Propriedades Particulares, nº 563. Investigámos o raro *cognomen* que lhe era atribuído e encontrámos no LV referência a um certo Gomes Échegues de Sousa, fundador da linhagem dos Sousas, filho do conde D. Échega e da condessa Aragunte Soares. Este Gomes Échegues teve descendência, havendo um ramo que usou o patronímico Pais. É, pois, de colocar a hipótese de parentesco, embora já remoto, do cónego com esta família (cfr. *Portugaliae Monumenta Historica, Livro Velho de Linhagens*, I, edição crítica por J. Piel e J. Mattoso, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1980, pp. 24-25). Sobre o conde Échega Guiçoi de Sousa ver também José Mattoso, *Narrativas dos Livros de Linhagens*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983, pp. 79-80. Por outro lado, sendo Echegues o patronímico de Echega, é provável que descendesse de alguém com este nome, o qual, referido pela primeira vez em 1063, estaria já mais vulgarizado no século XIII (José Pedro Machado, «Echegues», *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Editorial Confluência, s./d., p. 544).

<sup>697</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 648.

<sup>698</sup> Em 1268 (A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 620).

<sup>699</sup> Élie Berger, *Les Registres d'Innocent IV*, vol. II, nº 4303, p. 36 e também M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 347.

dada na cidade de Latrão, atribuiu-lhe dois benefícios em acumulação<sup>707</sup>.

Fazia selar as suas sentenças e outras provisões com selo próprio<sup>708</sup>.

Foi um dos herdeiros nomeados pelo cónego D. Roberto<sup>709</sup>. Herdou também a soma de 10 morabitanos de um leigo chamado Domingos Pires<sup>710</sup>.

#### Nº 71 – **Gomes Alvites**, cónego, 1249

Apenas possuímos um breve apontamento sobre a vida deste cónego: foi uma das três testemunhas que estiveram presentes no acto de compra das propriedades de João Campesino e sua mulher por Domingos Mendes, em nome do arcebispo D. João Viegas<sup>711</sup>.

#### Nº 72 – **Pedro Gonçalves**, dito de Barbudo, cónego, 1249

Seguramente natural de Santa Maria de Barbudo, freguesia da diocese de Braga, como deixa antever o topónimo ligado ao seu nome, o cónego deixou disposição, feita em Lião, para que o seu corpo aí ficasse sepultado na igreja de Santo Ireneu<sup>712</sup>. A sua presença nessa cidade, coloca a hipótese de se encontrar na cúria de Inocêncio IV que, por essa época, se estabelecera na referida urbe francesa.

---

<sup>674</sup> A.D.B, Gav das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 30.

<sup>675</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 520, 524, 525, 539/606, 556/661, 558, 561, 570/618, 575, 578, 579, 582, 595, 605, 607, 608, 610, 612, 613, 614, 615, 616, 617, 719, 621, 633, 638 e 971.

<sup>676</sup> A.D.B., C.C., P. 2, nº 69.

<sup>677</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 620.

<sup>678</sup> As razões desta nossa afirmação residem no facto de o arcebispo legar, no seu testamento (A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 75), uma parte da quinta da Ribeira a um certo Lourenço Gonçalves, seu sobrinho. No momento em que se lhe refere como sobrinho, o arcebispo não lhe atribui qualquer cargo eclesiástico, o que não é de todo relevante, pois também não o faz quando menciona o seu outro sobrinho Gonçalo Gonçalves, que nomeou seu herdeiro e sabemos foi arcediogo de Braga. As nossas reservas residem no facto de não termos encontrado, quer nos esquemas genealógicos quer em quaisquer outras informações sobre o ramo dos Portocarreiro dadas por Leontina Ventura (*A Nobreza de Corte de Afonso*

A sua identificação como elemento dos de Barbudo, família de boa linhagem da época, fez-se a partir do *cognomen* que usava. Como familiares, conhecemos-lhe dois irmãos: Soeiro e Martinho Gonçalves, que refere no testamento <sup>713</sup>.

Tinha umas Decretais que legou aos cónegos de Braga. Legou ainda alguns bens móveis, como dinheiro, uns «panos de bruneta» e um burro.

Para além dos bens que possuía em Lião e que não discrimina, era proprietário de algumas terras: um casal em local não identificado, mais dois em Fontoiro, um outro e mais uma vinha em Santa Maria de Barbudo <sup>714</sup>.

Tinha algum dinheiro emprestado, mas desconhecemos se tal lhe valia alguma cobrança de juros. Entre as pessoas que eram suas devedoras, contava-se o nobre leigo Vicente Martins de Curutelo. Por outro lado, também tinha algumas dívidas, nomeadamente para com o arcediogo Pedro Garcia.

Em 1357 ainda se comemorava o seu aniversário, por doze morabitanos provenientes dos casais de Fontoiro em Riba de Minho <sup>715</sup>.

### Nº 73 – **Pedro Anes**, cónego, 1249-1265

Dois únicos manuscritos nos falam da sua existência.

O primeiro é uma petição ao papa Inocêncio IV, feita pela rainha Dona Mécia, então viúva de D. Sancho II, no ano de 1249, sobre uma propriedade que o rei doara «*inter vivos (...) pro remedio animae suae*», de uma igreja em S. Salvador de Bouças para que aí se construísse um convento de monjas cistercienses, a que esteve presente <sup>716</sup>.

O segundo é o testamento de Martinho Domingues, dito Barcel, que julgamos ser algum leigo da região de Braga. Pedro Anes foi testemunha deste

---

III) quer ainda nos *Livros de Linhagens* qualquer referência a este nome. No entanto, o arcebispo fala claramente nele, o que significa que existiu.

<sup>719</sup> Ver biografia nº 30.

<sup>780</sup> *Censual do Cabido da Sé do Porto*, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1924, pp. 347-350.

<sup>681</sup> M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 165.

acto, o qual foi selado com o seu selo<sup>717</sup>.

Nº 74 – **João Paris**, cónego, 1249-1271

Era, provavelmente, natural da diocese de Lamego, pois aí tinha parentes e bens. Deve ter falecido na segunda metade da década de 1270-80, embora o seu testamento seja de 1271<sup>718</sup>, pois o cónego Pedro Pais, que faleceu certamente após 1277, tinha-o nomeado seu executor testamentário<sup>719</sup>. Foi sepultado no claustro da sé de Braga.

Um número considerável de familiares seus chegou até ao nosso conhecimento. Eram eles: a irmã Durancina, que vivia em Lamego; os tios Afonso Mendes, Pedro Mendes e Domingos Peres; as primas Maria Afonso, Elvira Afonso, Maria Anes, Ermesende Simões e Ausendina; e os filhos destas, Frei Pedro da Ordem dos Pregadores, André, Pedro Domingues, presbítero e Vicente Anes. Tinha ainda outros familiares em Lamego, que não especifica, mas de quem diz serem pobres. Tinha também criadagem.

Apesar de todos os indícios apontarem para uma origem social fora da nobreza, o que não o deve ter favorecido em termos de evolução de carreira<sup>720</sup>, foi figura de destaque quer dentro do cabido quer junto do arcebispo. Chegaram até nós alguns actos jurídicos importantes em que representou a canónica e outros em que, simplesmente, esteve presente<sup>721</sup>.

D. João Viegas julgava-o digno de grande confiança pois o fez exercer,

---

<sup>682</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 75.

<sup>683</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 44.

<sup>684</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 32 e Livro II dos Testamentos, nº 76.

<sup>685</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 30.

<sup>686</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 105 e Livro II dos Testamentos, nº 15.

<sup>687</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 125.

<sup>688</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 688.

<sup>689</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 44.

<sup>690</sup> I.A.N./T.T., C.R., M.B., m. 4, nº 123 e A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 11.

<sup>691</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>692</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 137.

<sup>693</sup> Ver biografia nº 106.

<sup>694</sup> O seu acto de última vontade é o único documento que no-lo faz conhecer. A.D.B.,

em seu nome, funções de procuradoria, nomeadamente na compra de propriedades, tendo-lhe entregue, ao lado de Pedro Garcia e de D. Geraldo Peres, a execução do seu testamento<sup>722</sup>. Desconhecemos se o arcebispo o agraciou em vida pelos seus serviços, mas recompensou-o com uma mula nova, após a sua morte<sup>723</sup>. Por mais duas vezes foi nomeado executor testamentário: por Estêvão Soares e por Pedro Pais<sup>724</sup>.

Devia ter em grande estima os livros e em inegável utilidade o seu uso, embora só lhe conheçamos um breviário que legou a mestre João Martins, uma vez que deixou ao sobrinho André 50 morabitos, com a recomendação de que seriam bem gastos na escola.

Foi cónego de Braga no período acima delimitado. Foi também cónego de Lamego, tendo ordenado a este cabido, nas disposições finais do seu testamento, que vendesse a sua prebenda por um ano, como era costume na Igreja de Lamego. Segundo Manuel Gonçalves Costa, o cónego foi o primeiro por quem foi rezada missa quotidiana na igreja de Almacave<sup>725</sup>. Foi ainda prior da igreja de S. Martinho de Dume em 1249, aparecendo como seu comendador no ano imediato<sup>726</sup>, tendo adquirido algumas propriedades, nestas qualidades, em nome desta igreja<sup>727</sup>.

Detinha grande número de bens fundiários na diocese de Braga: uma propriedade em Guisande, uma herdade não localizada e outras em Remelhe, Espinho, Quintela, Santa Maria de Sobreposta, Britelo, Mouquim e Tenões, uma adegas e duas casas e ainda outra em S. Mamede de Este, uma seara em Dume e outra no Outeiro, uma vinha e um casal. Para além destes bens, citados no seu testamento, conservaram-se as cartas de compra das seguintes propriedades, também na diocese de Braga: um casal, uma quinta e a duodécima parte de outra, uma herdade<sup>728</sup> e mais duas bouças, a metade de cinco leiras e a metade de mais outras cinco, com os seus carvalhos e outras árvores<sup>729</sup>.

---

Livro I dos Testamentos, n.º 9 e Livro II dos Testamentos, n.º 54.

<sup>695</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 10 e Livro II dos Testamentos, n.º 55.

<sup>696</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 9 e Livro II dos Testamentos, n.º 54.

<sup>697</sup> Ver biografia n.º 103.

<sup>698</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 27.

<sup>699</sup> José Marques, *Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto na cidade de Braga (1180-1545)*, sep. de *Bracara Augusta*, Braga, 1982, n.º 9, p. 45.

<sup>700</sup> A.D.B., Gav. 1.ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nos 98 e 99.

Surge-nos este clérigo como homem de grande humanidade e espírito benemérito, talvez daí o ter recebido, em Maio de 1254, em demonstração de reconhecimento pelo bem que fizera a Pedro Anes, uma herdade em S. Victor<sup>730</sup>.

Proprietário de menor envergadura em Lamego, indicou como suas as casas do Castelo, assim como algumas vinhas, almuinhas e terrenos que afirmou ter em sociedade com Pedro Garino<sup>731</sup>.

Tinha também um cavalo com todos os seus preparos.

Deixou um cifo dourado e sem cobertura ao tesouro da sé de Braga. Ao arcebispo, D. Martinho Geraldês, deixou o seu melhor cifo a seguir ao anterior.

Entre os legados usuais em dinheiro aos cónegos e a outros clérigos, para sufrágio da sua alma, as suas últimas vontades mostram-no bastante pródigo em legados pios. Deixou uma das suas casas à albergaria de Santiago, para que o seu rendimento fosse distribuído pelos pobres em três festividades religiosas: na Páscoa, no Pentecostes e no Natal. Deixou um morabitino para os bragais das confrarias de Santiago, Santos do Paraíso, São João da Rua Nova, São Martinho de Dume, S. Pedro e São Mamede de Este. Contemplou com alguns morabitinos os mosteiro de Bouro e Adaúfe, os Frades Menores de Portugal, a igreja de Santa Maria de Sobreposta, a de Santa Eulália de Tenões, a Ponte de Cavez e os leprosos.

Instituiu uma capelania em Lamego, para a qual encarregou a irmã Durancina de procurar capelão e após ela, o chantre da mesma sé.

#### Nº 75 – **Durão Pais**, cónego, 1250-1263

Leontina Ventura dá-o como natural de Coimbra, pois era filho de Paio Godins e irmão do cidadão dessa cidade Godinho Pais<sup>732</sup>.

Segundo Moses B. Amzalak, frequentou a Sorbonne, onde chegou a

---

<sup>701</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 29.

<sup>702</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 15.

<sup>703</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 101.

<sup>704</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 124.

<sup>705</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 15 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 105.

<sup>706</sup> I.A.N./T.T., Ch. de Afonso III, Livro I, fl. 118 v.

ocupar uma cátedra, vindo a ser procurador da Universidade junto do papa. Terá ainda traduzido para o latim o tratado *Da Economia* de Aristóteles<sup>733</sup>.

Foi cónego de Braga de 1250 a 1263, mas a documentação local não guarda dele qualquer vestígio. Sabemos deste capitular bracarense, exclusivamente, pela documentação sobre ele existente na chancelaria régia, onde aparece sempre com funções de clérigo do rei<sup>734</sup>.

Ainda segundo Leontina Ventura, foi deão de Évora em 1258, acumulou benefícios nas igrejas de S. Julião de Santarém e Santa Maria de Óbidos em 1263 e, finalmente, ascendeu a bispo de Évora em 1267, onde se manteve até à sua morte, em 1283<sup>735</sup>. Contudo, Hermínia Vilar afirma que é impossível estabelecer qualquer relação entre D. Durão e a diocese eborense antes da sua nomeação episcopal<sup>736</sup>.

Foi clérigo, notário e conselheiro do rei no período entre 1250 e 1264 e chanceler da rainha em 1253-54<sup>737</sup>.

– **Estêvão Anes de Vasconcelos**, cónego, 1253-1262

Já referenciado como arcediago com o nº 35.

Nº 76 – **Martinho Peres de Portocarreiro**, cónego, 1253-1279

Deve ter nascido numa das freguesias do julgado de Portocarreiro ou em terras de Regalados, de onde era natural sua mãe. Descendia de duas famílias nobres. Pela parte do pai, Pero Anes, ligava-se aos de Portocarreiro, sendo sobrinho-neto do arcebispo D. João Viegas e sobrinho de Fernão Anes, deão de Braga. Pela parte da mãe, Mor Viegas de Regalados, entroncava na família dos de Lanhoso, pois era neto do arcediago Mestre Egas Fafes<sup>738</sup>. Era ainda irmão de Fernão Peres, Margarida Peres e João Peres<sup>739</sup>.

---

<sup>707</sup> C. Bourel de la Roncière, J. de Loye e A. Coulon, *Les Registres d'Alexandre IV*, I, nº 1359, p. 414. Também referido por M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 347.

<sup>708</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 176.

<sup>709</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 9 e Livro II dos Testamentos, nº 54.

<sup>710</sup> José Marques, *Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto...*, nº 9, p. 45.

<sup>711</sup> *Liber Fidei...*, vol. III, nº 942, p. 380.

Embora se desconheça o local da sua sepultura, pode ser que esta se encontre em terras castelhanas, pois Leontina Ventura afirma que o cónego terá deixado a vida eclesiástica em 1279 e ido para Castela, onde foi privado do rei Sancho IV <sup>740</sup>.

Nas fontes estudadas aparece como cónego de Braga desde 1253 a 1279. Em 1254, por provisão do papa Inocêncio IV e a seu pedido, é-lhe concedida autorização para acumular benefícios eclesiásticos em Portugal <sup>741</sup>, após o que lhe são oferecidas uma conezia em Idanha e as igrejas de S. Miguel de Tentúgal e S. Miguel de Sintra <sup>742</sup>. Em carta dirigida ao bispo de Idanha, o Sumo Pontífice referiu-se-lhe como «*Dilectus filius Martinus Petri canonicus Bracarensis familiaris carissimis in Christo filii nostri Regis Portucalensis illustris*» <sup>743</sup>. Não duvidamos que a relação de parentesco com o monarca o terá auxiliado na obtenção da graça. No mesmo ano, esteve presente na catedral de Lisboa como testemunha de uma carta de protesto do soberano, como padroeiro da igreja de Silves, contra a posse de umas propriedades que o rei castelhano queria doar ao bispo de Silves <sup>744</sup>.

Podendo tratar-se da mesma pessoa, surge na documentação que analisámos, em 29 de Junho de 1276, um Martinho Peres que arrenda, como «*miles de Portocarreiro*», umas casas na Rua dos Burgueses a Pedro Peres <sup>745</sup>. No entanto, uma vez que voltámos a encontrar o mesmo nome, como cónego, dois anos mais tarde, no testamento de Gomes Domingues, não podemos ter a certeza de que ambos os documentos se referem ao capitular <sup>746</sup>.

O seu nível cultural devia ser elevado, a julgar pelas funções de «*clericus domni regis*» que desempenhou junto de Afonso III, entre 1249 e 1279 <sup>747</sup>. Aio do infante D. Afonso, foram talvez as lutas em que este se

---

<sup>712</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 20 e Livro II dos Testamentos, n.º 65. Santo Ireneu, nascido na Ásia Menor em Esmirna, foi presbítero de Lião e sucedeu ao bispo-mártir Potino (cfr. A. Orbe, «Ireneu de Lyon», *Diccionario Patristico y de la Antigüedad Cristiana*, dirigido por Angelo Di Berardino, vol. I, Instituto Patristicum Augustinianum-Roma, Salamanca, Ed. Sigueme, 1991, pp. 1098-1104). Este santo foi sepultado na cripta da basílica de S. João em Lião, debaixo do altar, tendo esta dado lugar à Igreja de Santo Ireneu, que veio a dar nome a um bairro de Lião, pelo que se comprovam a existência e localização da referida igreja (cfr. *Santos de cada dia (Maio, Junho, Julho e Agosto)*, org. José Leite, vol. II, Braga, Editorial A. O., 1985, pp. 248-249).

<sup>713</sup> Acreditamos que o cónego pertencia a esta família pois o uso do cognome torna-o muito provável. No entanto, não lhe encontramos referências nas obras consultadas:

envolveu com o seu irmão, o rei D. Dinis, que o levaram a abandonar a carreira eclesiástica e a refugiar-se em Castela nessa última data <sup>748</sup>.

O grosso da documentação bracarense sobre este cónego é de carácter económico, deixando ver que foi um dos que mais praticou o penhor imobiliário e a venda de rendas. Conhecemos-lhe nove destas operações. Eis três exemplos: em 1274, sobre um empréstimo de 200 soldos portugueses, fica com todos os direitos sobre um conchouso em Lamações, e pelo empréstimo de 22 morabitanos, Maria Soares fica a pagar-lhe um morabitino anual e perpetuamente; em 1275, Domingos Pais recebe dele 10 morabitanos, pelo que deve pagar-lhe meio morabitino por ano <sup>749</sup>.

De 1253 a 1275, adquiriu 19 propriedades, a saber: 9 herdades em S. Jerónimo de Real; 5 propriedades rurais em Lamações; outra propriedade em Santa Maria de Nevogilde, concelho de Vila Verde; uma herdade em S. João de Coucieiro, também Vila Verde; dez quinhões e meio de uma quinta em S. Salvador de Lagoa e S. Cristóvão de Cabeçudos, concelho de Vila Nova de Famalicão; uma herdade em local não identificado e uma adegas em Santarém <sup>750</sup>.

Em 1259 escambou com Vicente Anes, vigário da igreja de Santa Maria de Marvila de Santarém, uma herdade em Santarém por outra em Lamações <sup>751</sup>.

Em 1270 emprazou umas casas na cidade a André Pais e Geralda Miguéis <sup>752</sup>. Possivelmente, nessa data, o cónego encontrava-se em Lisboa, pelo que quem tratou da transacção foi o clérigo do coro Domingos Peres, dito «Cabanete», como seu procurador. A relação entre o capitular e o «Cabanete» devia, por certo, ser bastante estreita pois, para além deste acto, encontrámos o clérigo como testemunha constante dos seus negócios.

*Portugaliae Monumenta Historica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, II/2, p. 102 e Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, Anexos à Prosopografia.

<sup>714</sup> Hoje unida a S. Salvador de Parada, freguesia do concelho de Vila Verde, chamada, por isso, na actualidade Parada de Barbudo ou simplesmente Barbudo (Avelino de Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro...*, vol. II, p. 191).

<sup>715</sup> A.D.B., Livro II dos Aniversários, fl. 14 v..

<sup>716</sup> *Censual do Cabido da Sé do Porto*, p. 337.

<sup>717</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 29 e Livro II dos Testamentos, n.º 73.

<sup>718</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n.º 30, Livro I dos Testamentos, n.º 35 e Livro II dos Testamentos, n.º 79. Também Manuel Gonçalves da Costa afirma que o testamento do cónego tem data de 1 de Junho de 1271 (*História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I,

Foram-lhe feitas duas doações. A primeira, em 1268, de uma herdade no Covelo, por Pedro Lourenço <sup>753</sup>. Pela segunda, em 1270, recebeu de João Sobrinho e Domingas Sobrinho a herdade da Portela, em Santa Cristina de Longos, pelo bem que lhes tinha feito <sup>754</sup>.

O cónego Gomes Domingues <sup>755</sup> deixou-lhe, no seu testamento, a quantia de 7 morabitanos, pois Martinho Peres tinha um dia dito que este lhos devia <sup>756</sup>.

Foi o grande herdeiro de todos os bens móveis e imóveis do seu tio, o deão Fernão Anes de Portocarreiro, que lhe deixou a Quinta e os Casais de Parada, as herdades de Louredo, Cepedelos e Briteiros, as casas da Rua dos Francos em Braga, os seus livros de Direito Canónico e Civil, com a proibição de os vender ou de outra qualquer outra forma os alienar, e ainda outros bens móveis <sup>757</sup>. Mas em 1276, o papa Inocêncio V ordenou a Pedro Julião, na qualidade de cardeal-bispo de Túsculo, que mandasse Geraldo Peres, como colector da câmara apostólica, reaver os bens do deão, pois pensando que este tinha morrido intestado, os ditos bens pertenceriam à Igreja <sup>758</sup>. No nosso entender, terá sido este o acontecimento que levou o cónego a mandar lavrar uma segunda pública forma do testamento do deão <sup>759</sup>.

Em 1279, o cabido e o sobrinho do falecido deão, celebraram entre si uma permuta que envolvia os bens com cujas rendas Martinho Peres devia pagar aos cónegos os serviços de aniversário do tio, e outros que o ex-cónego e então cavaleiro achou por bem trocar. A canónica recebeu a casa em que morava Pedro de Espinho, na Rua dos Burgueses, e uma outra na mesma rua, outra casa na Rua de Maximinos, mais duas casas na cidade e as almuinhas de Prados. Martinho Peres ficou com o usufruto das duas últimas casas e com todos os direitos da Quinta de Parada e da herdade de Louredo <sup>760</sup>.

Existe ainda a possibilidade de ter sido ele o destinatário de uma carta do monarca D. Dinis, datada de Agosto de 1280, em que este lhe ordenava que entregasse ao novo Prior de Guimarães ou a quem ele mandasse, todas os bens que tinha recebido dessa igreja, enquanto estivera vaga, após a morte de Fernão Anes de Portocarreiro, que anteriormente ocupara o cargo (Lange <sup>761</sup>, 1977, p. 560).

<sup>719</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n.º 33 e Livro II dos Testamentos, n.º 77.

<sup>720</sup> O facto de referir parentes pobres e de, apesar de tudo indicar ser um homem sábio e competente, não ter ido além do canonicato, talvez se deva a uma baixa origem social.

<sup>721</sup> A.D.B., R. M., vol. III, fls. 29 v., 30 e 30 v.; Livro I dos Testamentos, n.º 21;

– **Domingos Peres Vinagre**, cónego, 1254

Já referenciado como mestre-escola com o nº 58.

Nº 77 – **Mestre Martinho**, cónego, 1254-1270

Nestas datas, o documento que lhe atribui um papel mais proeminente é aquele em que lê uma citação emanada dos chantres de Lisboa, Zamora e Lamego, nomeados juízes apostólicos pelo papa Inocêncio IV, através da qual convocavam para a cidade de Amarante o arcebispo de Braga, D. João Viegas e o bispo do Porto, D. Julião Fernandes, para tratarem da questão sobre os limites das respectivas dioceses e sobre a igreja de Santa Cruz do Douro <sup>762</sup>.

Aparece ainda mais duas vezes, ambas no ano de 1270, e em ambas como testemunha: de uma compra feita pelo cabido e do foral de Valverde, dado por D. Martinho Geraldês <sup>763</sup>.

Não sabemos se se trata da mesma pessoa que adiante situámos entre 1301 e 1310.

Nº 78 – **Pedro Garino**, cónego, 1254-1271

A sua origem geográfica é discutível. Existem alguns factos que apontam para uma naturalidade lamecense e outros que tornam possível o ter nascido por terras nortenhas.

Em 1250, referenciado como clérigo do arcebispo e na qualidade de procurador do mesmo, esteve presente no processo sobre os limites da diocese do Porto e da igreja de Santa Cruz do Douro <sup>764</sup>.

Livro II dos Testamentos, nº 66; Gav. 1ª das Igrejas, nº 204 e Gav. de Matéria de Prazos, nºs 2 e 3.

<sup>722</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 33; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 27; Gav. dos Prazos do Cabido, nº 28 e *Liber Fidei...*, vol. III, nº 920, p. 364; nºs 921 e 922, pp. 365-366; nº 934, p. 374; nº 951, pp. 386-387; nº 952, pp. 387-388 e nº 953, p. 388.

<sup>723</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 75.

<sup>724</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 32 e 33 e Livro II dos Testamentos, nºs 76 e 77.

Em 1254, foi testemunha da composição que D. João Viegas celebrou com o mosteiro de Santo Anastácio, da Ordem Beneditina, na cidade de Roma, pelo qual o dito arcebispo doou ao mosteiro cento e dez libras com a condição de este fazer anualmente solenes comemorações pela sua alma e pela do seu antecessor D. Silvestre Godinho <sup>765</sup>.

Aparece-nos como cónego em 10 de Outubro de 1254, quando, por ordem do deão de Tui, Nuno Peres, fez citar Rodrigo Anes, apresentado pelo rei, para devolver ao cabido a igreja de S. Salvador de Canedo <sup>766</sup>.

Em 1265 fez parte do grupo dos presentes no traslado da doação de metade da moeda do couto de Ervededo feita por Afonso X ao arcebispo de Braga, ocorrida em 3 de Dezembro de 1255 <sup>767</sup>. Também no mesmo ano é o procurador da canónica numa sentença a favor deste e contra o abade de S. Martinho de Alvito <sup>768</sup>. Em 1266 foi portador perante o concelho de Guimarães, juntamente com o porcionário Estêvão Peres, de uma provisão do arcebispo D. Martinho Geraldês em que este proibia o tesoureiro de Guimarães, Afonso Anes, de julgar causas matrimoniais <sup>769</sup>. Foi testemunha numa das audiências sobre um litígio a que deu lugar a apresentação da igreja de Santa Maria de Sabrosa em 1267 <sup>770</sup>.

Foi também deão de Lamego. Em data que não pudemos apurar, pois o documento não a menciona, foi-lhe concedida e confirmada, por carta do cardeal Octaviano Ubaldini dirigida ao arcebispo, uma prebenda <sup>771</sup> que é bem possível fosse a concessão do deão de Lamego, pois é referido como deão desta sé num dos livros de aniversários do cabido de Braga <sup>772</sup> e também assim é citado em 1270, quando adquiriu o prazo de duas herdades a Maria Mendes, ambas em Lamego <sup>773</sup>. Segundo Manuel Gonçalves da Costa, Pedro Garino

---

<sup>725</sup> Manuel Gonçalves da Costa, *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, p. 560.

<sup>726</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.º 541 e Gav. 2.ª das Igrejas, n.º 143.

<sup>727</sup> A.D.B., Gav. 1.ª das Igrejas, n.º 201 e Gav. 2.ª das Igrejas, n.ºs 143, 144 e 145.

<sup>728</sup> De sociedade com o cónego João Anes (A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.º 577).

<sup>729</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.ºs 387, 549 e 974.

<sup>730</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.º 552.

era cónego de Lamego em 1 de Janeiro de 1255, data em que foi testemunha de uma querela entre a abadessa de Tarouquela, Dona Maior Mendes e o abade de Alpendurada. É pela primeira vez assinalado na documentação deste cabido em 9 de Agosto de 1270, numa carta patente. Era ainda deão desta sé em 1274, ano em que confirma a eleição do bispo D. Domingos Pais. Instituiu uma capelania nesta igreja, legando uma casa e uma vinha em Pinhel, cujas rendas foram escambadas mais tarde entre o prelado D. João e os capitulares<sup>774</sup>.

Sabemos ainda que possuía algumas propriedades em Lamego, a título de comproprietário com João Paris<sup>775</sup>.

#### Nº 79 – **Mestre João Rodrigues**, cónego, 1254-1296

Já falecido em 1303, morou numas casas que o arcebispo Pedro Odório em tempos legara ao cabido, em Braga, cuja sucessão detinha<sup>776</sup>.

Para além de cónego de Braga, foi reitor da igreja de Vilar de Nantes, no concelho de Chaves, e esteve na cúria no ano de 1255, tendo-lhe sido atribuído por Alexandre IV através da bula *Vite Laudabilis*, dada em Anagni a 28 de Julho, autorização para receber um benefício curado<sup>777</sup>.

Esteve presente em variados actos, tanto jurídicos como económicos. Assinalámos a sua presença aquando da citação feita por Pedro Garino a Rodrigo Anes<sup>778</sup>, na confirmação de Martinho Peres como abade de

<sup>771</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 30, Livro I dos Testamentos, nº 35 e Livro II dos Testamentos, nº 79.

<sup>772</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, pp. 768-769.

<sup>773</sup> Moses Amzalak, *D. Durão Pais e o seu comentário ao tratado "De Economia" atribuído a Aristóteles*, Lisboa, Academia das Ciências, 1955. No entanto, José Antunes pôs em causa a identificação entre o Durão Pais estudante em Paris e o bispo de Évora (*A cultura erudita portuguesa nos séculos XIII e XIV*, dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1995, pp. 463-468).

<sup>774</sup> I.A.N./T.T., Ch. D. Afonso III, Livro I, fls. 106 v. e 107 v.

<sup>775</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 768.

<sup>776</sup> Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, n. 117, p. 58.

<sup>777</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 768; Nuno J. Pizarro Dias, *Cortes Portuguesas*, p. 134.

<sup>778</sup> Ver biografia nº 27.

<sup>779</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 764.

<sup>780</sup> Id., *Ib.*, pp. 764-765.

S. Martinho de Rio Tinto<sup>779</sup>, na divisão e estabelecimento dos limites dos coutos de Ozo e Bustelo<sup>780</sup>, na procuração do cabido sobre a igreja de Mogadouro<sup>781</sup> ou na elaboração do testamento do arcediogo Pedro Garcia<sup>782</sup>. Foi também testemunha de um escambo feito entre o chantre mestre João e o cabido<sup>783</sup> e de uma compra feita por este último<sup>784</sup>.

Desempenhou, pelo menos uma vez, funções de procurador do arcebispo D. Ordonho Álvares, ao adquirir para a mesa arquiiepiscopal por intermédio de Estêvão Mendes, celeireiro do arcebispo, uma herdade localizada na paróquia de Santa Maria de Palmeira, concelho de Braga<sup>785</sup>.

Encontrámo-lo referido nas Inquirições de 1288, mandadas realizar por D. Dinis no julgado de Braga, prestando testemunho, juntamente com o chantre Domingos Peres e o cónego Estêvão Pais, quanto à existência de terras honradas na freguesia de S. João de Semelhe, tendo ainda prestado iguais serviços na freguesia de S. Tiago de Lamações<sup>786</sup>. Em 1292 participou também na eleição de D. João de Soalhães para arcebispo, à morte de D. Telo<sup>787</sup>.

Em Maio de 1289, um João Rodrigues, da diocese de Braga, encontrava-se em Roma e subscreveu, juntamente com dois italianos, um protesto apresentado ao papa por Egas Lourenço, clérigo bracarense<sup>788</sup>, a propósito do conflito provocado pela nomeação de reitor para a igreja de Lagoa, nesta diocese, então vaga. Sem termos a certeza de se tratar deste cónego, é provável a sua estadia no estrangeiro para realizar estudos, uma vez que, em 1296, foi intitulado de mestre. Não sabemos também se um cónego de Évora, com o mesmo nome, que testemunhou uma carta de escambo entre o mosteiro de Pombeiro e o arcebispo D. Martinho, em 1300, juntamente com outros clérigos de Braga, é este mesmo indivíduo<sup>789</sup>.

Em 1265 adquiriu uma leira de vinha em Infias<sup>790</sup>.

— Recebeu, por testamento, alguns bens móveis, talvez com valor estima-

<sup>741</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 20.

<sup>742</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 16.

<sup>743</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 16.

<sup>744</sup> Frei António Brandão, *Crónicas de S. Sancho II e D. Afonso III*, p. 187.

<sup>745</sup> A.D.B., C.C., P. 3, C. 97.

<sup>746</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 23 e Livro II dos Testamentos, n° 68.

<sup>747</sup> I.A.N./T.T., Ch. de Afonso III, Livro I, fls. 1v., 4, 5, 7, 12 v., 21, 21 v., 25, 36, 37 v., 39 v., 40 v., 41, 43, 44, 48, 55 v., 58, 58 v., 59 v., 61 v., 68, 71, 72 v., 77, 77 v., 80, 91, 93 v., 97 v., 106 v., 127, 151 v.. Cf. também Nuno J. Pizarro Dias, *Cortes Portuguesas*, p. 254 e Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 764.

tivo: do mestre-escola Domingos Peres Vinagre, que também o nomeou executor do seu testamento, pela confiança que nele depositou, uma tulha sem pão e uma ucha grande vazia <sup>791</sup>; de Estêvão Pais, cónego, um vaso de prata <sup>792</sup>.

Nº 80 – **Vicente Soares**, cónego, 1255

Nada mais sabemos sobre este cónego, a não ser que D. João Viegas, arcebispo de Braga, lhe entregou a chave de um cofre do convento dos Frades Pregadores em Palência, onde tinha depositado os morabitinos bastantes para fazer cumprir o seu testamento.

Além de ser cónego de Braga, era também cónego de Palência. Talvez seja essa a razão que explica a sua completa ausência dos documentos <sup>793</sup>.

– **Mestre Domingos Esteves**, cónego, 1255-1279

Já referenciado como arcediogo de Vermoim com o nº 41.

Nº 81 – **Durão Martins**, cónego, 1256-1271

Pouco nos foi dado conhecer acerca deste indivíduo pois o seu nome surge sempre em esparsas referências.

O cónego Estêvão Soares legou-lhe um livro <sup>794</sup>, pelo que devia ser interessado pelas coisas do saber.

---

<sup>748</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 2, p. 764.

<sup>749</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 691, 680 e 700. Outros exemplos: Gav. das Propriedades Particulares, nºs 635, 695, 705, 704 e 948 e Gav. dos Legados e Sufrágios, nº 12.

<sup>750</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 550, 567, 573, 590, 598, 639, 644, 651, 655, 658, 667, 669 e 697.

<sup>751</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 405.

<sup>752</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos Particulares, nº 23.

<sup>753</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 642.

<sup>754</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 652.

Foi confessor dos cónegos João Paris<sup>795</sup> e Pedro Pais<sup>796</sup>, e testemunha do testamento de Mendo Martins, leigo de Braga<sup>797</sup>.

Em 1256 emprazou uma herdade sua a um particular<sup>798</sup>. Tinha uma casa na Rua da Torre<sup>799</sup>.

#### Nº 82 – **João Domingues**, cónego, 1257-1260

Deve ter falecido entre 1260 e 1262, pois as herdades de Cepedelos que, em 1259, tomou do cabido em Cabaços<sup>800</sup> surgem, em 1262, a serem emprazadas ao cónego Vicente Rodrigues com o encargo de pagar um morabitino e meio pelo aniversário do foreiro anterior<sup>801</sup>.

É provável que tenha sido irmão do cónego Mateus [Domingues]<sup>802</sup>, pois no documento que celebra um contrato de emprazamento de uns par-dieiros, sitos na Rua dos Burgueses, refere-se que estes tinham sido legados ao cabido por D. Mateus, cónego de Braga e irmão de João Domingues, cónego de Guimarães. Nesse caso terá sido ainda cónego de Guimarães. Num outro manuscrito que declara ser um registo de todas as propriedades que D. Mateus legou ao cabido, cita-se este cónego, sem no entanto se aludir ao parentesco entre ambos. Aí se declara ainda que João Domingues, enquanto cónego de Guimarães, tinha um filho que tinha por prazo umas tendas e uns açougues velhos que tinham pertencido a D. Mateus, neste caso, seu tio<sup>803</sup>.

Segundo M. Alegria F. Marques, um indivíduo homónimo recebeu um benefício em acumulação em 16 de Maio de 1248, podendo muito bem corresponder a uma conezia em Braga<sup>804</sup>.

Nuno J. Pizarro Dias também se refere a um cónego de Braga com o

---

<sup>755</sup> Ver biografia nº 87.

<sup>756</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 23 e Livro II dos Testamentos, nº 68.

<sup>757</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 24.

<sup>758</sup> A.D.B., C.C., P. 3, nº 96.

<sup>759</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 24.

<sup>760</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 26.

<sup>761</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 33.

mesmo nome, que subscreveu em 2 de Maio de 1229, na Guarda, um diploma de Sancho II <sup>805</sup>.

Esteve presente na desistência dos direitos da igreja de Santiago de Antas, concelho de Vila Nova de Famalicão, os quais passaram das mãos de vários moradores da paróquia para as mãos do prelado <sup>806</sup>.

Em 1260 era capelão do arcebispo D. Martinho Geraldês <sup>807</sup>, tendo-lhe este deixado em testamento um macho ruivo e um dos seus cifos de prata <sup>808</sup>.

Em 1257, emprazou a particulares, com autorização da canónica, duas partes de uma herdade pertencente à igreja de Adaúfe <sup>809</sup>. Comprou em 1260 uma herdade em Santa Maria de Martinho, concelho de Barcelos <sup>810</sup>.

#### Nº 83 – **Estêvão Pais**, cónego, 1257-1291

Encontrando-se muito doente em Braga, no ano de 1291, mandou redigir o seu testamento, no qual pediu para ser sepultado no claustro da igreja catedral, em frente à imagem do crucifixo, no túmulo que já aí mandara fazer <sup>811</sup>. Terá morrido nesse mesmo ano, pois o testamento é mandado executar por um dos herdeiros, pouco depois.

Não possuímos dados objectivos sobre a sua origem geográfica, mas provavelmente seria da região de Braga, pois os seus pais encontravam-se sepultados na igreja de Santa Eulália de Tenões.

Era sobrinho do arcebispo D. Martinho Geraldês <sup>812</sup> e talvez tio do mestre-escola Pedro Moniz <sup>813</sup>. Irmão de Elvira Pais e Pedro Pais, conhecem-se-lhe muitos outros parentes, ao que se verifica, todos seus sobrinhos: Martinho Domingues, reitor de Viatodos e filho de Elvira; João Peres, Beatriz e Afonso, os dois últimos filhos da ama que criou uma tal Dona

---

<sup>762</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 27. Pensamos que o documento não se refere a mestre Martinho que era mestre-escola de Braga nesta época, prior de Guimarães e futuro arcebispo de Braga, pois em 1254 era capelão de Alexandre IV e encontrava-se em missão como ouvidor num conflito entre o cabido de Génova e os abades e prelados de alguns mosteiros dessa cidade, não se encontrando, portanto, em Portugal (M. Alegria Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 150).

<sup>763</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 113 e R. M., vol. III, fls. 29 v. a 30 v.

Branca; Miguel Domingues, tabelião; Fernão Peres, que trabalhava em casa do mestre-escola e também era tabelião; Domingos, Lourenço Domingues e Estêvão Domingues, este último um dos seus herdeiros; Martinho Nunes, clérigo de Gualtar; Clara Martins, que morava em Lisboa; e ainda o arcediogo, depois chantre, Martinho Rodrigues, que também era seu sobrinho<sup>814</sup>.

Detectaram-se ainda outro tipo de laços: Vasco, seu afilhado e o respectivo irmão Martinho, filhos de um seu serviçal, também chamado Martinho; outro serviçal, Domingos Anes. Identificaram-se como seus clérigos: Salvato Martins, João Domingues, Domingos de Infias e Fernão Peres (refere-se que este era tabelião: será o mesmo que trabalhava em casa do mestre-escola?). Um clérigo de Gualtar, Martinho Peres, fora mordomo dos seus casais. De nenhum destes o cónego se esquece no seu testamento, contemplando-os com somas em dinheiro.

Obteve autorização para a acumulação de um benefício em 27 de Setembro de 1255, pela bula *Tua nobis exhibita*, dada em Anagni por Alexandre IV<sup>815</sup>. Outros documentos avulso, referem-no como presente em alguns actos: em 1257, numa desistência de direitos da igreja de Santiago de Antas<sup>816</sup>, na procuração que a instituição capitular fez sobre a igreja de Mogadouro<sup>817</sup>, no foral de Valverde<sup>818</sup> e entre as testemunhas do testamento do arcediogo de Neiva, Pedro Garcia<sup>819</sup>.

É através do seu testamento que podemos avaliar os bens possuídos por Estêvão Pais. Livros, mencionam-se somente dois saltérios: o melhor, que deixa aos clérigos de Gualtar e outro, que lega aos clérigos de Tenões. Tinha várias casas na Rua Nova, numa das quais residia. Várias herdades empraçadas, em Gondizalves, em Real, na Mourisca e em Paços. Mais casas e almuinhas, vinhas e devesas não identificadas, outras casas em Braga, umas com saída para a Rua Nova, outras próximas de Santa Cruz. Mais uma her-

<sup>764</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 26.

<sup>765</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 15.

<sup>766</sup> A.D.B., C.C., P. 2, n° 58.

<sup>767</sup> A.D.B., C.C., P. 2, n° 59 e R. M., vol. III, fls. 1-2.

<sup>768</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 102.

<sup>769</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 13.

<sup>770</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, n° 29.

<sup>771</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 84.

dade em Gualtar, que legou aos clérigos desse lugar, outra em Nespereira. Mais uma devesa e herdade em Infias. Muitas destas propriedades não aparecem claramente identificadas, ficando, no entanto, a ideia de uma certa extensão patrimonial. Ressalta também a ligação a Gualtar, talvez denunciadora de raízes familiares, da parte do pai ou da mãe.

Algumas propriedades são claramente referidas como tendo sido por ele compradas: umas leiras em Portas, que já tinham pertencido ao cabido; umas casas em Braga, na rua do Souto, perto da albergaria; outra herdade em S. Pedro d'Este; herdades em Sistelo, que ele comprou a vários irmãos. Adquiriu mais bens no decurso de 1269 a 1274: uma vinha, uma leira e duas casas na Rua do Souto<sup>820</sup>. Entre 1283 e 1290 comprou várias outras casas na Rua Nova da Cruz. Três delas a Domingos Pais e outras três a Maria Pais, ambos filhos de Paio Anes. O primeiro vendedor fala em «*nomine patrimonij jure*», a segunda refere que vende todo o seu quinhão. Mais tarde compra ainda mais casas na mesma rua, desta vez a Martinho Pais, filho do mesmo Paio Anes. Tratar-se-á de compras feitas pelo cónego a três dos seus irmãos? Era numa destas casas que ele morava quando morreu. A ser assim, deveríamos acrescentar aos seus parentes conhecidos mais estes três, identificando também o nome do pai.

Ainda no seu testamento, as abundantes dádivas em dinheiro permitem-nos avaliar do pecúlio recolhido ao longo da sua vida: destacam-se as que contemplaram os cónegos, os clérigos do coro, o arcebispo, a obra de Santa Maria de Braga, os confrades de Maximinos, os confrades dos Santos do Paraíso, os de S. João do Souto, os de S. Tiago da Cividade, os pobres e indigentes de uma albergaria de Braga, os clérigos da igreja de Gualtar, os clérigos da igreja de Santa Eulália de Tenões, os frades do mosteiro de Bouro, os frades menores de Guimarães, as confrarias de Rocamador, de Roncesvales, de S. Francisco... Lega ainda dois vasos de prata: um aos cónegos, aquele que tem gravado o seu selo, e outro a João Rodrigues, cónego bracarense<sup>821</sup>. Ao cabido deixou cinco casas: três no Beco do Souto, numa das quais morava o cónego Francisco Simões e duas no Beco Novo. Havia anteriormente doado ao cabido a sua herdade de Borrarias e pediu então que,

---

<sup>772</sup> A.D.B., Livro 5 dos Aniversários, fl. 3 v., de 1384.

<sup>773</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.º 649.

do rendimento desta, que deveria ser tirado do celeiro, se fizesse aniversário ao arcebispo Martinho Geraldês.

Tal como outros cónegos, praticou o penhor imobiliário e a venda de rendas: emprestou a Domingos Soeiro e sua mulher 110 morabitinos, a D. Maria, 10 morabitinos e a Elvira Domingues, mais 50 morabitinos, respectivamente, sobre três casas na Rua do Souto<sup>822</sup>. Em 1270, Marta Domingues, viúva, obrigou-lhe a sua casa, também na Rua do Souto, pelo muito bem que o cónego lhe tinha feito<sup>823</sup>. Em 1273 tinha uma casa em Braga, emprazada do mosteiro de Santa Maria do Bouro<sup>824</sup>.

Institui duas capelas perpétuas: uma por si e outra pelo arcebispo seu tio e pelos seus pais. Os capelães seriam os seus sobrinhos e os seus descendentes. Pediu que esses capelães fossem recebidos no coro pelos cónegos.

#### Nº 84 – **João Anes**, dito Ratão, cónego, 1259-1279

Curiosamente dito «Ratão»<sup>825</sup>, João Anes aparece raras vezes nas nossas fontes. No ano de 1259, comprou, juntamente com João Paris, uma herdade em S. João de Nogueira<sup>826</sup>.

Aparece ainda como testemunha numa composição entre o cabido e o reitor da igreja de Soutelo, Martinho Gomes<sup>827</sup>, num escambo efectuado entre mestre João e a canónica<sup>828</sup> e numa das públicas formas do testamento de Fernão Anes de Portocarreiro<sup>829</sup>.

Em 1279 ainda era vivo, pois habitava uma casa na Rua dos

---

<sup>774</sup> Manuel Gonçalves da Costa, *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. I, pp. 135, 137, 141, 176, 246 e 269 e vol. II, p. 522.

<sup>775</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 30; Livro I dos Testamentos, nº 35; Livro II dos Testamentos, nº 79.

<sup>776</sup> Em 1303 esta sucessão dá origem a uma questão entre dois cónegos e o cabido. É provável que João Rodrigues tenha morrido por esta data. A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 40.

<sup>777</sup> C. Bourel de la Roncière, J. de Loye e A. Coulon, *Les Registres d'Alexandre IV*, I, nº 712, p. 214. Também referido por Maria Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, pp. 165 e 217.

Burgueses<sup>830</sup>.

Nº 85 – **Mestre Domingos**, cónego, 1260-1274

O cónego Estêvão Soares devia contar-se entre as suas amizades, pois, em 1265, legou-lhe um par de toalhas<sup>831</sup>.

Aparece sempre referido como mestre, às vezes como D. Mestre. Uma particularidade de interesse acerca da sua pessoa é que uma das fontes no-lo refere como músico<sup>832</sup>.

Adquiriu duas propriedades rurais, uma em 1264 e outra em 1270<sup>833</sup>. Para além da compra de bens imóveis, encontrámo-lo envolvido noutros negócios: empraza do cabido, em 1260, juntamente com o irmão, Martinho Pires, uma herdade, e vende uma renda a Paio Tomé e mulher em 1274<sup>834</sup>. Foi ainda testemunha numa compra da canónica<sup>835</sup>.

Nº 86 – **João Peres**, cónego, 1261-1268

Segundo Maria Alegria Marques, este cónego recebeu um benefício na Igreja de Braga em 7 de Dezembro de 1243 (talvez o próprio canonicato); detinha ainda a igreja de S. Clemente de Silvaes e recebeu em acumulação, em 30 de Abril de 1264, uma porção na Sé de Braga<sup>836</sup>.

Alguns actos de natureza jurídica em que aparece, mostram que devia ter formação em Direito. Assim, vemo-lo ser procurador do cabido no caso do comendador de Rio Frio<sup>837</sup> e decretar, em conjunto com o arcediogo D. Geraldo, a sentença sobre o pleito entre a instituição capitular e o abade

<sup>778</sup> A.D.B., C.C., P. 2, nº 58.

<sup>779</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 176.

<sup>780</sup> A.D.B., R.M., t. III. fl. 26.

<sup>781</sup> I.A.N./T.T., Ch. de Afonso III, Livro I, fl. 118 v.

<sup>782</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>783</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 101.

<sup>784</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 130.

<sup>785</sup> A.D.B., C.C., P. 3, nº 94.

<sup>786</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, «A nobreza no Julgado de Braga...», p. 229.

<sup>787</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 16.

<sup>788</sup> Que veio a ser chantre. Ver biografia nº 19.

de S. Martinho, a propósito da igreja do Alvito<sup>838</sup>. Foi executor testamentário de Martinho Domingues<sup>839</sup>. Foi ainda testemunha na doação da herdade de Quintã, da bouça de Mogo e do casal de Amorim à canónica<sup>840</sup>.

Fez parte do grupo de representantes do cabido que, em 1264, entregou ao reitor da igreja de S. Miguel de Cabreiros, André Anes, os vários pertences dessa igreja<sup>841</sup>.

Há notícia de que tenha comprado, em 1261 uma herdade situada nas Fontainhas, paróquia de S. João do Souto<sup>842</sup>.

#### Nº 87 – **Gomes Domingues**, cónego, 1262-1278

Possivelmente natural de Braga, onde residia na rua de S. Tiago, pediu, no seu testamento redigido em 1278, para ser sepultado junto ao túmulo do arcebispo D. Silvestre Godinho, a quem chama pai, acrescentando que lhe deve reverência porque ele o criou<sup>843</sup>. Ora, como não é usual o filho agradecer ao pai o tê-lo criado, parece-nos plausível concluir que este cónego fora criado pelo outrora deão «como filho». Além disso, no mesmo documento se refere a pensão a dar aos clérigos do coro para seu aniversário, do seu pai e da sua mãe, o que vem trazer mais certeza à afirmação anterior.

Refere um razoável número de parentes no testamento: o porcionário João Ponces, seu tio<sup>844</sup>; dois irmãos, Lourenço e Martinho Domingues, este último falecido; as irmãs Maior Pais e Domingas Pais; os sobrinhos, que eram certamente filhos do irmão, Maria Martins, Florêncio Martins (clérigo) e talvez João Martins (despenseiro do Cabido)<sup>845</sup>; outros sobrinhos, Fernão Egas e Rodrigo Anes; e o parente Domingos Martins. Tinha uma filha, Gontinha Gomes, criada em sua casa e que veio a casar com João Pais, dito

---

<sup>789</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 4. Um João Rodrigues, cónego de Évora entre 1301 e 1311, é assinalado por Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, p. 375.

<sup>790</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 634.

<sup>791</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 49.

<sup>792</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 41, 48, 49 e 91; Livro II dos Testamentos, nº 20. Outras referências sobre ele: A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 746; Livro das Cadeias, nº 4; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 114; Gav. 2ª das Igrejas, nº 36 e Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 3.

do Açogue. Um filho desta, Gonçalo Anes, veio a ser clérigo do coro <sup>846</sup>. D. João Domingues, deão de Viseu, contemplado no seu testamento, poderá ser seu parente.

Foi nomeado herdeiro e executor do testamento do seu tio João Ponces, o já referido porcionário de Braga <sup>847</sup>.

Nada podemos adiantar quanto à sua formação cultural.

Aparece como testemunha em vários actos: em três penhores imobiliários feitos pelos capitulares <sup>848</sup>, em duas compras também realizadas pelo cabido, sendo numa delas o seu representante <sup>849</sup>, num escambo entre a canónica e mestre João, chantre <sup>850</sup>, na venda de uma renda ao cónego mestre Domingos <sup>851</sup>, numa compra de um particular <sup>852</sup>, na pública forma de 1275 do testamento de Fernão Anes <sup>853</sup> e no traslado da doação de metade da moeda do couto de Ervededo feita por Afonso X ao arcebispo D. João Viegas <sup>854</sup>.

Tinha bastantes propriedades. Contámos-lhe 15 casas, a maior parte delas na cidade, cinco casais, duas herdades e duas vinhas.

Legou ao arcebispo D. Ordonho Álvares um cifo de onze onças e aos cónegos um outro.

Entre os legados pios que efectuou contam-se, sobretudo, os que fez ao mosteiro de Tibães e de Bouro, à catedral da Guarda, aos leprosos de Braga, Barcelos, Rates, Ponte de Lima e Guimarães, às pontes de Caves, aos pobres recatados de Braga, às albergarias de Braga e à bolsa dos defuntos.

Instituiu uma capela na sé de Braga, que mais tarde foi objecto de conflitos a propósito da nomeação do capelão, o seu neto, filho de Gontinha Gomes <sup>855</sup>.

---

<sup>793</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n° 75.

<sup>794</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 32 e Livro II dos Testamentos, n° 76.

<sup>795</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n° 30; Livro I dos Testamentos, n° 35; Livro II dos Testamentos, n° 79.

<sup>796</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 33 e Livro II dos Testamentos, n° 77.

<sup>797</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 31 e Livro II dos Testamentos, n° 75.

<sup>798</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos Particulares, n° 16.

<sup>799</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 16.

<sup>800</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n° 31.

<sup>801</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n° 37.

Nº 88 – **Mestre Pedro Vicente**, cónego, 1262-1282

Habitou uma casa no beco que ia das muralhas ao Beco dos Cegos, tendo já falecido à data em que o arcediogo Geraldo Peres redigiu testamento<sup>856</sup>. O arcediogo de Neiva Geraldo Lourenço também se lhe refere no seu acto de última vontade, dizendo que umas casas da Rua Verde se situavam junto à casa de Mestre Pedro Vicente, outrora cónego de Braga<sup>857</sup>.

Era homem entendido em leis<sup>858</sup>, pois foi o procurador de D. Afonso III no processo de apresentação da igreja de Santa Maria de Sabrosa, em que surge mencionado como clérigo do rei<sup>859</sup>.

Foi testemunha de alguns actos: uma hipoteca que Urraca Pais fez a sua sobrinha Maior Mendes<sup>860</sup>, um escambo entre o chantre mestre João e o cabido<sup>861</sup>, o traslado da doação de metade da moeda do couto de Ervededo feita por Afonso X de Castela ao arcebispo D. João Viegas<sup>862</sup>, uma pública forma de uma carta de venda entre particulares<sup>863</sup>, a confirmação de Martinho Peres em abade da igreja de S. Martinho de Rio Tinto<sup>864</sup>, uma composição feita entre a canónica e o mosteiro de Bouro<sup>865</sup>, uma venda de rendas e consequente hipoteca entre a instituição capitular e Urraca de Lamações e seu filho<sup>866</sup> e ainda a confirmação de um outro documento

---

<sup>802</sup> Ver biografia nº 89.

<sup>803</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 16.

<sup>804</sup> M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 347.

<sup>805</sup> Nuno J. Pizarro Dias, *Cortes Portuguesas*, p. 196.

<sup>806</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 203.

<sup>807</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 574.

<sup>808</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 75.

<sup>809</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 30.

<sup>810</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 574.

<sup>811</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 91.

<sup>812</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53.

<sup>813</sup> Ver biografia nº 57.

<sup>814</sup> Ver biografia nº 17.

<sup>815</sup> C. Bourel de la Roncière, J. de Loye e A. Coulon, *Les Registres d'Alexandre IV*, I,

datado de 1282<sup>867</sup>.

Em 1278 e em 1281, um porcionário com o mesmo nome subscreve dois testamentos: o do arcediogo Pedro Garcia e o do mestre-escola Domingos Peres Vinagre (de quem recebe um vaso de prata de uma marca)<sup>868</sup>. Desconhecemos se existe relação entre as duas personagens.

No ano de 1282 apareceu pela última vez na documentação a confirmar um documento como cónego<sup>869</sup>.

Em 1339 os capitulares bracarenses tomaram posse do censo anual de um morabitino pela herdade da Valada, na freguesia de Santa Marinha de Moreira, «que o Mestre D. Pedro Vicente deixou ao cabido»<sup>870</sup>.

#### Nº 89 – **Mateus [Domingues]**, cónego, [antes de 1264]

Pela documentação que nos fala deste cónego, havia já falecido no ano de 1264<sup>871</sup>. A sua morte terá ocorrido, mais precisamente, entre 1262 e 1264<sup>872</sup>. Era irmão do cónego de Guimarães, João Domingues<sup>873</sup>.

Se outro mérito não lhe encontrámos, seja-lhe ao menos reconhecida a grande importância que teve para o cabido de Braga, deixando-lhe uma tal quantidade de bens que nenhum outro cónego a pôde igualar.

Para pagamento da capela que aí instituiu, para distribuições nas Matinas no mês de Agosto, pelo seu aniversário e mais três comemorações, e ainda pelo aniversário de João de Júdice, personagem que desconhecemos,

---

nº 820, p. 247. Também referido por M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 347.

<sup>816</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 203.

<sup>817</sup> I.A.N./T.T., Ch. Afonso III, Livro I, fl. 110.

<sup>818</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 113 e R.M.. t. III, fls. 29 v. – 30 v.

<sup>819</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>820</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 645, 646 e 678.

<sup>821</sup> Sobre este cónego ver biografia nº 79.

<sup>822</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 690 e 890 e C.C., P. 2, nº 87.

<sup>823</sup> I.A.N./T.T., M.B., m. 4, nº 125.

a canónica recebeu duas casas na Rua da Torre, outras duas na Rua de D. Gualdim, outra na Rua de Arras, outra na Rua dos Burgueses, outra com o seu terreno e vinha em Maximinos, um terreno em Santos do Paraíso, um casal em Urjães, uma vinha em Agra de Fornos, um censo pelos casais de Nogueira, uma casa na Rua Selheira, em Guimarães, um morabitino por tendas e açougues em Guimarães, dois casais em Vermoim, umas devesas e duas tapadas.

Desconhecemos se a qualidade destes legados igualaria de algum modo a quantidade, mas sem dúvida que o seu elevado número constituiu uma rendosa herança para o corpo capitular.

#### Nº 90 – **Estêvão Soares**, cónego, 1265

A relação expressa por este cónego no seu testamento, que é o único documento que dele possuímos, com os clérigos de Santiago de Coimbra e com o cabido da sé de Viseu, coloca a hipótese de ser natural de uma destas duas regiões<sup>874</sup>. Foi, todavia, sepultado no claustro da igreja de Braga.

Indicou como seus parentes os presbíteros da igreja de Águas Santas, Pedro e João Peres.

A sua formação cultural devia ser de nível superior pois possuía bastantes livros: um Decreto, umas Decretais, outros Decretos (que tinham pertencido a Pedro Julião), um saltério, um livro de diálogos, um livro que não identificou, outro saltério pequeno e ainda mais livros e sumas. Tal era o apego deste cónego aos livros que, no seu testamento, considerou a possibilidade de o Livro do Tesouro poder ser encontrado em sua casa, devendo, na eventualidade, ser restituído ao cabido.

Não conhecemos quaisquer bens imóveis que tenham sido seus. Tinha, porém, um prestimónio em Viseu e, por outro lado, referiu no testamento uma razoável quantidade de bens móveis dos quais damos aqui uma ideia: capas, garnachas, um anel de ouro, algumas arcas, cubas, toalhas, leitos, roupas de cama, caldeiras e outros.

---

<sup>824</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 14.

<sup>825</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 657.

<sup>826</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 577.

Deixou ao arcebispo um cifo de prata trabalhado e aos cónegos um outro, no valor de um marco.

Distribuiu abundantes legados pios em dinheiro pelos mosteiros de Águas Santas, Rendufe, Bouro e Adaúfe, e ainda aos leprosos e à albergaria de Santiago. Contemplou mestre Domingos e Lourenço Gonçalves do cabido de Braga, além dos clérigos de Santiago de Coimbra.

#### Nº 91 – **Pedro Martins**, cónego, 1266-1300

Em 1266 subscreveu como testemunha uma carta do arcebispo de Braga proibindo o tesoureiro e vigário de Guimarães, Afonso Anes, de tomar conhecimento de causas matrimoniais, pois assim o tinham acordado as duas igrejas<sup>875</sup>. No mesmo ano testemunhou também a compra de uma casa por João Paris<sup>876</sup>.

Homónimo do chantre referenciado em 1292<sup>877</sup>, este cónego apareceu a confirmar a leitura de uma carta de D. Dinis, a conferir a sua autoridade a uma carta de prestimónio e a testemunhar a pública forma do testamento do arcebispo D. Martinho Geraldês, feita no cabido em 1300, desempenhando nesta altura a função de vigário<sup>878</sup>.

Cónego e vigário de D. Martinho Pires, confirmou, em 1297, um reitor em nome do arcebispo<sup>879</sup>.

Um Pedro Martins, chantre de Coimbra, que recebe em 1306 uma graça

<sup>875</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 39.

<sup>876</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 101.

<sup>877</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 33.

<sup>878</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 26.

<sup>879</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 32 e Livro II dos Testamentos, nº 76.

<sup>880</sup> I.A.N./T.T., C. R., M.B., m. 4, nº 128.

<sup>881</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 648 e 684.

<sup>882</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 35 e I.A.N./T.T., C.R., M.B., m. 4, nº 128.

<sup>883</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 111.

<sup>884</sup> M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 347.

<sup>885</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 98 e 99.

<sup>886</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 102.

<sup>887</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 29 e Livro II dos Testamentos, nº 73.

régia, terá algo a ver com este cónego? Na questão, o arcebispo de Braga desempenha papel de intermediário<sup>880</sup>.

#### Nº 92 – João Fernandes de Urgeses, cónego, 1267-1270

Faleceu entre Agosto de 1270, data do seu último testamento<sup>881</sup>, e Agosto de 1271, data da pública forma do testamento do arcebispo D. Martinho Geraldês, onde este refere já como suas as herdades de Nogueira e Palmeira, que lhe haviam sido legadas pelo cónego<sup>882</sup>.

Era provavelmente natural de Santo Estêvão de Urgeses, freguesia do concelho de Guimarães, porque o seu nome surge acompanhado deste topónimo no testamento do prelado. Embora se encontrasse em Salamanca no momento da sua morte e aí fosse sepultado na casa dos Irmãos Menores, deixou expressa a vontade de que os seus restos mortais fossem trasladados para a igreja de Braga<sup>883</sup>.

Não constando nos Livros de Linhagens, João Fernandes era, porém, sem dúvida, um dos membros da nobre família dos de Urgeses, referida por Leontina Ventura como tendo ligação com a linhagem de Riba de Vizela, sendo provavelmente filho de Fernão Peres<sup>884</sup>.

Conhecemos-lhe os irmãos Pedro Fernandes e João Fernandes, Paio Gomes, Mendo Gomes e Martinho Fernandes<sup>885</sup>, o irmão de leite João Gonçalves e os sobrinhos Paio Rodrigues e Martinho Martins<sup>886</sup>.

---

<sup>840</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 105 e Livro II dos Testamentos, nº 15.

<sup>841</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 44.

<sup>842</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 420.

<sup>843</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 23.

<sup>844</sup> Ver biografia nº 1 dos porcionários.

<sup>845</sup> O parentesco entre João Martins e o cónego não está identificado no testamento, mas porque o nomeia seu herdeiro e pelo nome, pensamos tratar-se de um outro filho do irmão Martinho Domingues.

<sup>846</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 8.

<sup>847</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 28.

<sup>848</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 121, 126 e C.C., P. 2, nº

Teve vários servidores: João Domingues, seu escudeiro, Domingos Gonçalves, seu homem, Martinho, Pedro Bom, João Sobrinho e João da Mouraria, seus serventes <sup>887</sup>.

Para além de ter sido cónego de Guimarães antes de 1271 <sup>888</sup>, quase nada sabemos em relação à sua carreira e ao seu nível de formação académica. Mas, o facto de se encontrar em Salamanca e de aí ter vivido algum tempo <sup>889</sup>, permitem-nos lançar a hipótese de ter estado ligado à Universidade. Para além disso, o facto de possuir umas Decretais também o relaciona com o campo do Direito.

Tinha selo próprio, com o qual foi selado o seu testamento de 1270. No documento instituiu como seu herdeiro e executor testamentário o abade do mosteiro de Pombeiro, Rodrigo Gomes.

Possuía alguns bens imóveis, nomeadamente, herdades em Nogueira, Palmeira, Urgeses, Gonderiz, Laundos, Riba de Vouga e Santa Eulália.

Entre os seus legados encontrámos algumas importantes dádivas às igrejas de Guimarães, de S. Cristóvão de Freitas, de Canedo, de Santo Estêvão de Urgeses e de Podentes, ao mosteiro de Vilar de Frades de Guimarães, aos Irmãos Menores e aos Irmãos Pregadores de Salamanca e aos leprosos de Braga, Guimarães e Salamanca <sup>890</sup>.

Instituiu uma capela na igreja de Braga.

#### Nº 93 – **Estêvão Peres**, dito de Rates, cónego, 1268-1278

Possuía bens honrados no julgado de Faria e foi criado numa quintã chamada de João de Ruga, localizada na freguesia de S. Salvador de Fornelos,

<sup>849</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 120 e 125.

<sup>850</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 101.

<sup>851</sup> I.A.N./T.T., M.B., m. 4, nº 128.

<sup>852</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 637.

<sup>853</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 33.

<sup>854</sup> A.D.B., C.C., P. 2, nº 59.

<sup>855</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 8.

<sup>856</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 42. O documento não se encontra datado, mas o arcediago faleceu após 1279. Ver biografia nº 29.

também nesse julgado<sup>891</sup>. Com base nesta última informação poderá ser formulada a hipótese de ser daí natural.

Apenas encontramos uma referência a este cónego no cartório capitular, dando-o como testemunha na confirmação de Martinho Peres como abade de Rio Tinto, em 1272<sup>892</sup>. Sabemos da sua existência, essencialmente, através da documentação existente no I.A.N./T.T., onde surge como testemunha de vários diplomas de D. Afonso III e D. Dinis<sup>893</sup>, e ainda das referências que outros estudiosos lhe fizeram.

Frei António Brandão afirma-o presente na reunião das cortes de Santarém em 1273<sup>894</sup>.

Segundo Nuno J. Pizarro Dias, além de cónego de Braga, foi clérigo do rei entre 1277-95, sobrejuíz de 1283 a 1292 e ouvidor entre 1285-98<sup>895</sup>. M. Alegria F. Marques dá-o como tendo estado na cúria de Gregório X, como clérigo de D. Afonso III e ao seu serviço<sup>896</sup>.

#### Nº 94 – **João Pais**, cónego, 1268-1291

Recebeu duas heranças entre 1278 e 1279: do arcediogo Pedro Garcia, que se lhe refere como seu sobrinho e herdeiro, e do cónego Paio Pais, seu consanguíneo<sup>897</sup>. A herança recebida do arcediogo, que partilhará com Paio Mendes, também cónego, deverá passar, à morte deles, para outros clérigos na linha de descendência familiar.

Apareceu identificado como cónego e presbítero. Em 1278, encontrámo-lo como testemunha no testamento do chantre mestre João<sup>898</sup>. Desempenhou funções ao serviço do cabido, como seu procurador. Em 1281, nessas funções, dirige-se à corte, reivindicando a posse de terras e direitos em Borvelinho, Vila Seca e Covedo, então nas mãos do rei. Este, através de carta enviada de Trancoso, onde se encontrava a corte em Novembro desse

---

<sup>857</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 42.

<sup>858</sup> Esteve na cúria papal em missão de procuradoria do bispo de Viseu em 1255 (M. Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 165).

<sup>859</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 29.

<sup>860</sup> A.D.B., C.C., P. 2, nº 72.

<sup>861</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 101.

ano, ordenou ao abade de Tenões, ao juiz «nos feitos do meirinhado» e ao juiz de Panoias, que realizassem a devida inquirição e definissem os direitos de cada uma das partes. Pela sentença pronunciada pelos juízes em Constantim a 3 de Julho do ano seguinte, e na presença deste João Pais e dos procuradores do rei, este tomou posse de metade dos direitos em causa e o cabido da outra metade<sup>899</sup>.

Oito anos mais tarde encontrámo-lo, novamente, como procurador da canónica numa contenda entre esta instituição e uma moradora de Vila do Conde, Domingas Pais, que se queixava de o cabido bracarense lhe ter indevidamente ocupado uma propriedade, herdada da sua mãe. A audiência foi realizada a 8 de Fevereiro de 1290, no «alpendre velho da adega do arcebispo»<sup>900</sup>. Ouvidas as testemunhas, os juizes decidiram a favor dos cónegos. A queixosa pediu segunda audiência, que lhe foi concedida, prometendo, caso não lhe fosse feita justiça, apelar para o rei ou para a cúria romana.

Dos bens pessoais deste cónego quase nada transparece da documentação consultada: apenas uma casa em Infias, que herdou do seu tio arceidiago, com a condição de que lá deixasse continuar a morar uma mulher pobre que aí residia, por sua alma<sup>901</sup>.

#### Nº 95 – **Estêvão Gomes**, cónego, 1268-1305

Este é outro eclesiástico sobre quem coligimos um número assaz reduzido de dados, embora o último que mencionamos deixe transparecer que teve na instituição considerável importância.

Aparece testemunhando os testamentos de mestre João, chantre de Braga<sup>902</sup> e do cónego Gomes Domingues, tendo-lhe este último legado uma libra<sup>903</sup>.

---

<sup>862</sup> A.D.B., C.C., P. 2, nº 59.

<sup>863</sup> A.D.B., Gav das Propriedades Particulares, nº 637.

<sup>864</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 176.

<sup>865</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 14.

<sup>866</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 121 e 126.

<sup>867</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 134.

<sup>868</sup> Ver biografia nº 11 dos porcionários.

Foi ele o membro da canónica que, no dia 21 de Agosto de 1278, perante o cabido reunido e na presença de elevado número de homens e mulheres, entregou ao tabelião João Fortes, na qualidade de cónego e penitenciário da Igreja de Braga, o testamento do arcediogo Pedro Garcia, para que o notário o lesse e dele fizesse pública forma<sup>904</sup>.

Recebeu em 1281 uma certa quantia legada pelo mestre-escola Domingos Peres Vinagre, para que decidisse da construção de um altar na igreja de S. Tiago da Cidade<sup>905</sup>.

Em 1305 confirmou uma certidão de uma carta régia, não voltando a aparecer na documentação<sup>906</sup>.

#### Nº 96 – **Gonçalo Gonçalves**, cónego, 1270-1275

Poderá tratar-se do futuro chantre (1278-1282) ou do futuro arcediogo do Couto (1288-1289), seus homónimos<sup>907</sup>.

Em 1270 estava em Salamanca, pois foi um dos subscritores do testamento do cónego João Fernandes de Urgeses, que aí foi feito<sup>908</sup>.

Por bula *Exposuit nobis*, de 30 de Outubro de 1274, Gregório X nomeou-o comissário apostólico para julgar uma contenda entre o reitor do hospital de S. João do Souto e Pedro Mendes Carudo. A 22 de Março do seguinte ano, foi redigida em Salamanca a intimação para que o citado reitor comparecesse perante o cónego<sup>909</sup>. A sua presença, por duas vezes, nesta cidade universitária castelhana leva-nos a pensar ter nela estado ausente para estudos, embora não saibamos com que resultados.

#### – **Domingos Peres**, cónego, 1271-1279

Já referenciado como chantre com o nº 15.

#### – **Geraldo Lourenço**, cónego, 1273-1274

---

<sup>869</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 134.

<sup>870</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 252.

<sup>871</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 16.

<sup>872</sup> O principal documento que nos dá a conhecer este cónego não se encontra datado e declara ser um apontamento das propriedades que este legou ao cabido de Braga. Nele, à

Já referenciado como arcediogo de Neiva com o nº 46.

Nº 97 – **Laurenço Anes**, cónego, 1274-1275

Em relação a este eclesiástico, apurámos que fez parte dos capitulares que, em nome da instituição e estando também presente o arcediogo do couto de Braga, entregaram ao presbítero de S. Martinho de Dume, André Anes, os bens da igreja de S. Miguel de Cabreiros <sup>910</sup>.

Testemunhou ainda um emprazamento feito pelo cabido ao clérigo de S. Martinho de Dume, João Anes <sup>911</sup>.

Adquiriu duas propriedades no ano de 1274. Estas eram constituídas, respectivamente, por uma leira e um quinhão de terra com as suas árvores, ambos em Santiago de Esporões <sup>912</sup>.

Nº 98 – **Vicente Anes**, cónego, 1274-1317

Apesar de surgido em 1274, a actividade deste cónego é notável sobretudo no período que medeia entre 1290 e 1309. Depois, desaparece praticamente da documentação, para surgir novamente em 1317, fazendo parte de uma comissão nomeada pelos cónegos para eleger o deão e apelando para o rei, por esta eleição não ter sido aceite pelo arcebispo <sup>913</sup>.

Em 1291, D. Telo confirmou-o reitor da igreja de Louredo <sup>914</sup>. Foi ainda capelão da capela instituída por D. Maior Miguéis, bem como seu testamen-

---

medida que se indicam os bens em questão, vão sendo feitas referências a pessoas suas contemporâneas. Uma delas é João Paris, que ainda estava vivo e faleceu por volta da segunda metade da década de 1270/80. Uma outra é o mestre-escola Domingos Peres, o que só pode ser após 1262, data em que este cónego assumiu o cargo referido. Um prazo do cabido, datado de 1264, refere D. Mateus e seu irmão João Domingues, cónego de Guimarães, como já falecidos. Julgamos tratar-se das mesmas pessoas, pelo que só podemos situar a morte do cónego Mateus no período entre 1262 e 1264.

<sup>873</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 44. Este cónego João Domingues seria talvez também cónego de Braga. Ver biografia nº 82.

teiro<sup>915</sup>.

No seu período mais activo, foi prepósito, procurador e juiz comissário pelo cabido, vigário do arcebispo e procurador do guardião dos franciscanos de Guimarães. Encontrámo-lo, assim, nomeando capelães ou reitores<sup>916</sup>, subscrevendo escambos<sup>917</sup>, dando a sua autoridade à doação do padroado de uma igreja à canónica<sup>918</sup>, testemunhando a tomada de posse de propriedades por parte do cabido<sup>919</sup>, decidindo uma contenda a favor deste ou representando-o numa outra questão, que o opôs ao cavaleiro João de Froião, por causa de umas rendas<sup>920</sup>. Testemunhou ainda uma hipoteca a favor do cabido e a leitura de uma constituição do arcebispo<sup>921</sup>.

Em Outubro de 1309 encontrava-se doente em sua casa, o que o impediu de participar na eleição do deão, tendo por isso delegado o seu voto noutro cónego, Pedro Lourenço Ferraz<sup>922</sup>.

Terá adquirido duas metades de dois casais em freguesias da diocese de Braga<sup>923</sup> e comprado uma herdade a um cavaleiro de Louredo, situada em S. Tiago de Caldelas<sup>924</sup>.

#### Nº 99 – **Mestre Vicente**, cónego, 1275

Para este elemento do cabido encontrámos apenas uma referência, que já citámos acima: o prazo feito pela comunidade capitular ao clérigo João Anes, que também ele testemunhou<sup>925</sup>.

Sendo nele intitulado de mestre, devia ter uma formação de nível superior.

#### Nº 100 – **Abril Esteves [de Molnes]**, cónego, 1276-1280

---

<sup>874</sup> Segundo José Augusto Pizarro, eram seus progenitores Estêvão Pires de

<sup>875</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 13.

<sup>876</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 636.

<sup>877</sup> Ver biografia nº 16.

<sup>878</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53; Gav. 1ª das Igrejas, nº 214 e Gav. dos Privilégios e Honras, nº 9.

<sup>879</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 213.

<sup>880</sup> I.A.N./T.T., Ch. D. Dinis, Livro III, fl. 48.

<sup>881</sup> Existem dois testamentos deste cónego, um de 1264 e outro de 1270 (A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 27, Livro I dos Testamentos, nº 34 e Livro II dos Testamentos,

Molnes e Urraca Pires Correia. É também importante referir a existência de uma certa rede familiar ligada ao clérigo, traduzida por um razoável número de irmãs monjas e uma abadessa em diferentes mosteiros <sup>926</sup>.

Encontrámo-lo presente unicamente na elaboração do testamento do arcediogo Pedro Garcia, em 1278 <sup>927</sup>, embora o mesmo autor afirme que foi cónego de Braga entre 1276-80.

Nº 101 – **Domingos**, cónego, 1278

Encontrámo-lo uma única vez, fazendo parte dos presentes à elaboração do testamento do arcediogo Pedro Garcia <sup>928</sup>.

Nº 102 – **Gonçalo Nunes**, cónego, 1278

Consta também entre as testemunhas do testamento do arcediogo de Neiva, Pedro Garcia <sup>929</sup>.

Nº 103 – **Paio Pais**, cónego, 1279

A única fonte de informação relativa a este cónego é o seu testamento, realizado em 1279 <sup>930</sup>. Seria natural da região de Braga, pois aqui se detectam laços familiares e ligação estreita a duas paróquias, Infias e Dadim. No claustro da igreja de Braga, onde pede para ser sepultado, jazem Pedro Infias, seu tio-avô, e outros tios não identificados. Os seus herdeiros, ambos seus consanguíneos, são Paio Mendes, cónego e João Pais, cónego e presbítero <sup>931</sup>. Morava em Braga, embora não se pormenorize a rua.

É no mesmo documento que colhemos alguns dados sobre o seu nível económico, que era razoável, a avaliar pelos bens patrimoniais possuídos: duas casas em Infias; uma herdade em Dadim, um casal em Argadeiras, uma

---

nº 78). Entre as diferenças encontradas, verificámos que no primeiro são abundantes as referências a parentes do cónego. No segundo, a família foi totalmente eclipsada à excepção de um sobrinho. Servimo-nos, pois, dos dois documentos para recolher dados relativos a familiares,

vinha e devesa em Torneiros, tudo comprado a meias com Paio Mendes, o cónego nomeado seu herdeiro; outra casa em Infias, onde morava uma mulher pobre que fora sua ama, casa essa que comprara a meias com o outro seu herdeiro, o presbítero João Pais. Casas em Braga, nas quais morava; vinhas e devesas em Chãos e em Torneiros (estas duas propriedades eram honradas).

Bens móveis não se referem e dinheiro, somente a dádiva aos cónegos de 30 maravedis da sua prebenda, para o seu trintário.

Das suas propriedades reserva parte das rendas para aniversários, para os clérigos da igreja de S. Victor que forem à igreja de Infias pela festa de S. Vicente celebrar as horas. À igreja de Dadim lega também a metade que lhe pertence da herdade situada na mesma localidade e que já foi referida acima.

#### Nº 104– **Martinho Peres**, cónego, 1279-1282

Homónimo de Martinho Peres de Portocarreiro e de Martinho Peres, futuro arcebispo de Braga<sup>932</sup>, nem sempre é fácil distinguir os actos de um e outros. Encontrámo-lo a primeira vez quando, em 1279, compra a Constança Domingues (que é irmã do clérigo do coro Geraldo Domingues) e a seu filho, o foro de três maravedis por uma herdade em Santa Maria de Lamações<sup>933</sup>. Em 1281 paga ao arcebispo uma dívida de 80 libras portuguesas, do qual pagamento pede quitação ao tesoureiro da mesa arquiépiscopal<sup>934</sup>.

Fez testamento ao cabido em 1282 de todos os seus bens móveis e imóveis<sup>935</sup>. Não temos a certeza de se tratar do mesmo Martinho Peres que, no ano seguinte aparece, uma única vez, identificado como tesoureiro<sup>936</sup>.

#### – **Fernão Martins**, cónego, 1280-1292

---

clientelas e criadagem, na medida em que pensamos que um poderá completar o outro.

<sup>882</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53.

<sup>883</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 34 e Livro II dos Testamentos, nº 78.

<sup>884</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 1, p. 362.

<sup>885</sup> Alcaide de Leiria que casou com Chamoá Gomes da Ribeira, filha de Gomes Peres

Já referenciado como tesoureiro com o nº 52.

Nº 105 – **Pedro Esteves**, cónego, 1281-1285

A este cónego manda o mestre-escola Domingos Peres Vinagre, no seu testamento, objectos pessoais denunciadores de uma convivência bastante próxima<sup>937</sup>. Vêmo-lo ainda a intervir na execução de uma sentença a favor do cabido, relativa a umas rendas<sup>938</sup>.

Nº 106 – **Mestre Lourenço**, cónego, 1281-1303.

Sabe-se pouco sobre esta personagem, apesar de o seu nome aparecer com certa frequência na documentação.

Recebeu, por determinação testamentária de Domingos Peres Vinagre, mestre escola, «um leito com a sua cobertura», surgindo igualmente como um dos confirmantes do testamento<sup>939</sup>. Testemunhou uma carta de venda em 1289<sup>940</sup> e foi procurador do cabido em 1291 tendo, nessa qualidade, tomado posse de três casais deixados em herança à canónica pelo cónego Estêvão Pais<sup>941</sup>. Em 1303 envolveu-se, juntamente com outro cónego, João Lourenço, num pleito com a comunidade capitular, a propósito da posse de umas casas que deixara o arcediogo Pedro Odório, nas quais morava outro cónego, João Rodrigues. Os dois acabaram por desistir da demanda, sendo as casas entregues ao cabido<sup>942</sup>.

---

da Ribeira (Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. 1, p. 362).

<sup>886</sup> Os sete primeiros familiares estão mencionados no testamento de 1264 (A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 27). O último aparece no segundo testamento, datado de 1270 (A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 34 e Livro II dos Testamentos, nº 78).

<sup>887</sup> Os primeiros quatro aparecem no testamento de 1264 e os dois últimos no de 1270 (ver nota anterior).

<sup>888</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, p. 421.

<sup>889</sup> O que afirmamos pelos legados que faz a instituições dessa cidade e aos seus

Mais tarde, em 1318, a pedido dos seus herdeiros Soeiro Anes e Domingos Durães, porcionários, foi passada uma verba do seu testamento, não se sabendo, no entanto, em que data ocorreu a sua morte. Nessa verba se refere a instituição de duas capelas de 20 maravedis, asseguradas pelas rendas das suas propriedades de Infias<sup>943</sup>.

Nº 107 – **Mestre Pedro**, cónego, 1282-1285

Foi vigário de D. Telo e como tal confirmou o prior da igreja de S. Vicente de Penso e testemunhou a doação de uma aldeia, feita pelo abade de Castro de Avelãs ao dito prelado<sup>944</sup>. Não sabemos se tem algo que ver com o cónego Pedro Garcia, pois o exercício do cargo de vigário do arcebispo e o título de mestre tal nos pode indiciar.

Um mestre Pedro, cónego de Braga e de Lisboa e físico do rei em 1282, poderá identificar-se com esta personagem<sup>945</sup>.

Nº 108 – **João Lourenço**, cónego, 1283-1303

Reitor de S. Salvador de Roças, foi procurador do arcebispo e também do cabido numa sentença favorável a este, pronunciada pelo juiz do rei em 1283<sup>946</sup>. Surge mais tarde (1303), juntamente com mestre Lourenço, a opor-se ao mesmo cabido a propósito de uma sucessão<sup>947</sup>. Em 1299, entretanto, subscreve uma carta de compra realizada por Egas Lourenço, que veio a ser cónego e chantre<sup>948</sup>. Está por esclarecer o possível parentesco entre os três: mestre Lourenço, Egas Lourenço e João Lourenço.

— Nº 109 – **Mestre Pedro Garcia**, cónego, 1284

pobres, demonstrativo de ter criado aí alguns laços afectivos.

<sup>940</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 34 e Livro II dos Testamentos, nº 78.

<sup>941</sup> I.A.N./T.T., Inq. de D. Dinis, L. 1, fls. 49-51v.; L. 6, fls. 55v.-56 e Leitura Nova, Inq. de Além Douro, fls. 76 v.-77. Informações que nos foram fornecidas por José Augusto Sotto Mayor Pizarro, a quem, penhoradamente, agradecemos.

<sup>942</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 176.

<sup>943</sup> I.A.N./T.T., Ch. Afonso III, Livro I, fls. 89 v., 91, 93 v., 96 v., 97 v., 100 v., 106, 109, 127, 142 e 160 e Livro III, fl. 28; Ch. D. Dinis, Livro I, fls. 28-29 v., 77 v.-79, 108 v., 147, 162, 167, 189, 205, 207, 239, 248, 257, 269, Livro II, fls. 53 v.-55,

Este cónego, a não confundir com o arcediago homónimo<sup>949</sup>, já morto nesta data, foi vigário geral de D. Telo e, em 1284, dirige-se a Roma como procurador de Garcia Nunes, capelão do mesmo arcebispo, numa causa movida contra João Martins, cónego de Coimbra<sup>950</sup>, a propósito do provimento da igreja de Avô, nessa diocese. É intitulado de Dom Mestre<sup>951</sup>.

#### Nº 110 – **Rodrigo Fernandes**<sup>952</sup>, cónego, 1284-1299

Morreu em 1299, pois nesse ano são executados os seus bens<sup>953</sup>.

Era provavelmente natural de S. Pedro de Maximinos, pois foi na quintã da Bouça, aí situada, que em 1288, se reuniu com os seus irmãos Pedro Fernandes e Fernão Fernandes, ambos cavaleiros, e Maria Fernandes, casada com Pedro Lourenço, cavaleiro do Rego, para realizar uma hipoteca<sup>954</sup>. Era filho de D. Fernão Fernandes e de D. Teresa.

Foi juiz delegado pelo arcediago de Neiva D. Geraldo Lourenço e procurador dos bens de D. Martinho, arcebispo, «do Marão até ao mar»<sup>955</sup>. A última referência à sua actividade data de 1296, quando o encontrámos a testemunhar uma constituição do mesmo prelado<sup>956</sup>.

Comprou umas propriedades a sua irmã – casas, vinhas, soutos, devesas, árvores, fontes – em S. Pedro de Maximinos e dela também recebeu por doação a metade de umas casas em S. Salvador de Dornelas, tendo obtido por compra a outra metade<sup>957</sup>. Em 1288, um dos seus irmãos, Pedro Fernandes, cavaleiro de Dornelas, hipotecou-lhe uma seara e uma vinha, para que o cónego lhe saldasse uma dívida de 105 libras portuguesas. Caso não lhe restituísse o dinheiro até ao S. João, o cónego faria o preço de compra das ditas seara e vinha, que haviam pertencido aos pais de ambos<sup>958</sup>. Possuía também 55 v.-57, 95 v., 104, 116-117, 133 v., 134 v., 135, 136 v., 137 v., Livro III, fls. 2, 3 e 5.

<sup>949</sup> Frei António Brandão, *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*, p. 296.

<sup>950</sup> Nuno J. Pizarro Dias, *Cortes Portuguesas*, p. 148.

<sup>951</sup> Maria Alegria F. Marques, *O Papado e Portugal no Tempo de Afonso III*, p. 167.

<sup>952</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 27 e 41. Sobre eles, ver as biografias nºs 45 e 103.

<sup>953</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 33.

<sup>954</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 140.

<sup>955</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 155.

a quintã de S. Miguel de Vila Cova, honrada desde D. Afonso Henriques; trazia ainda emprazados dois casais, que pertenciam ao mosteiro de Refoios, mais uma quintã em Palmeira, e dois casais no lugar de Quintela <sup>959</sup>.

Em 1299, após a sua morte, são postas à venda propriedades suas para pagar dívidas ao arcebispo, que o cónego não saldara em vida <sup>960</sup>.

#### Nº 111 – **Estêvão Miguéis**, cónego, 1286-1308

As referências a este cónego, que antes de o ser foi tabelião de Braga <sup>961</sup>, relacionam-se com a sua actividade ora ao serviço do cabido ora como vigário do arcebispo: lê no cabido uma carta régia, relativa às queixas feitas pelos bispos dos agravamentos feitos às pessoas eclesiásticas; leva ao cabido carta do arcebispo; está presente na leitura de uma sentença; testemunha uma tomada de posse por parte do cabido ou ainda pede certidão de carta régia como vigário do prelado, situações em que ressalta a sua formação inicial de tabelião <sup>962</sup>. No entanto, nada nos foi dado saber acerca da sua vida pessoal.

#### Nº 112 – **Francisco Simões**, cónego, 1289-1326

Morava no Beco do Souto, numas casas pertencentes ao cónego Estêvão Pais <sup>963</sup> e conhece-se o nome de um seu clérigo, Domingos Peres <sup>964</sup>. Foi nomeado executor do testamento do porcionário Domingos Geraldês e nessa qualidade procede à venda de uma herdade em Frossos e S. Paio de Parada, em 1289, ao chantre Domingos Peres, para solver uma dívida de 300 libras,

---

<sup>901</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>os</sup> 27 e 41. Outras referências: Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 211; Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>os</sup> 114, 140 e 156 e C.C., P. 3, n<sup>o</sup> 109.

<sup>902</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, n<sup>o</sup> 33.

<sup>903</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 32 e Livro II dos Testamentos, n<sup>o</sup> 68.

<sup>904</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 41.

<sup>905</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 49.

<sup>906</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n<sup>os</sup> 8 e 34 e Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 9.

<sup>907</sup> Ver as biografias n<sup>os</sup> 14 e 30.

<sup>908</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 34 e Livro II dos Testamentos, n<sup>o</sup> 78.

crê-se que ao cabido<sup>965</sup>. O seu nome aparece com alguma frequência testemunhando documentos e desempenhando funções de procurador da canónica<sup>966</sup>. Também como procurador, mas do guardião dos franciscanos de Guimarães, D. Sancho, vêmo-lo a nomear, juntamente com outro cónego de Braga, Vicente Anes, e um de Guimarães, Estêvão Pais, o capelão da capela instituída por D. Maria Miguéis, cidadã de Braga<sup>967</sup>. Encontrámo-lo ainda entre os eleitores de D. João Martins de Soalhães em 1292<sup>968</sup> e a testemunhar a leitura de uma carta régia, em pleno capítulo<sup>969</sup>.

Aparece pela última vez na documentação no ano de 1326 como testemunha do testamento de Domingos Domingues<sup>970</sup>.

Desconhece-se o seu nível económico, apenas se sabendo que vendeu umas casas que possuía em Braga ao futuro deão Domingos Domingues<sup>971</sup>.

#### Nº 113 – **Silvestre Peres**, cónego, 1290-1309

Este cónego, também prior de Freixo de Espada à Cinta<sup>972</sup>, aparece esporadicamente na documentação: subscrevendo uma carta de compra, participando na eleição do arcebispo em 1292, desempenhando funções de procurador do cabido ou ainda comprando, a título particular, um casal em Torteselhos (Prado?), a um cavaleiro de nome Fernão Airas<sup>973</sup>. Em 1309, intitulado de reitor da igreja de Santa Irene da diocese de Lisboa, é mencionado entre os cónegos de Braga que se reúnem em cabido para ouvirem a leitura de uma carta do arcebispo, na presença do tabelião<sup>974</sup>. A acumulação de benefícios poderá ser justificação para a sua ausência de Braga e a sua aparição irregular na documentação.

<sup>909</sup> José Marques, *Os Pergaminhos da confraria de S. João do Souto*, nº 11, p. 48.

<sup>910</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 44.

<sup>911</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 48.

<sup>912</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 673 e 687.

<sup>913</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 31 e 32.

<sup>914</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 211.

<sup>915</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 1 e Gav. dos Testamentos, nº 38.

<sup>916</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 15.

<sup>917</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 184.

<sup>918</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 175.

Nº 114 – **Martinho Pires [da Oliveira]**, cónego, 1292

Originário de Évora, de uma família da nobreza média regional, era filho de Pedro de Oliveira e de Elvira Anes Pestana, irmão de Mem Pires da Oliveira, Ousenda Pires, Teresa Pires e João Pires, e sobrinho do bispo de Évora seu homónimo (1237/1246-1266)<sup>975</sup>.

Cónego e chantre em Évora entre 1289 e 1293<sup>976</sup>, prior de Santa Maria de Alcáçova<sup>977</sup> e futuro arcebispo de Braga, era também homónimo de outros cónegos bracarenses<sup>978</sup>. Presente na reunião capitular em que, à morte de Frei Telo, é eleito arcebispo D. João de Soalhães, então cónego de Coimbra, o seu direito à participação na referida assembleia é posto em causa, devido a não ser reconhecido como cónego por uma parte dos presentes. Face a impedimentos verificados na confirmação do eleito, é o próprio Martinho Pires que acaba por ser escolhido para arcebispo<sup>979</sup>.

Nº 115 – **Sancho Peres**, cónego, 1292-1296

Também deão do Porto, esteve presente em Braga, na eleição do arcebispo à morte de D. Telo, tendo ocupado na altura um lugar de destaque na reunião<sup>980</sup>. Anteriormente a esta referência, em 1285, e intitulado unicamente de deão portugalense, passou uma procuração a João Pires, reitor, para o representar numa questão com um cavaleiro de Cunha, relativa a uma

---

<sup>919</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 159.

<sup>920</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos nº 34 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 168, 171, 173 e 176.

<sup>921</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 189 e Livro II de Testamentos, nº 9.

<sup>922</sup> Ver biografia nº 139.

<sup>923</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 693.

<sup>924</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 762.

<sup>925</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 48.

<sup>926</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, p. 408.

<sup>927</sup> A. D. B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>928</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>929</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

dívida que este deveria saldar a Gonçalo Gonçalves, que fora chantre do Porto e de quem Sancho Peres é herdeiro e testamenteiro <sup>981</sup>.

Foi agraciado pelo arcebispo D. Martinho de Oliveira, como seu clérigo. O arcebispo dirige-se-lhe como «venerável e amigo caríssimo, deão portucale e nosso cónego» e dá-lhe autoridade para prover dois dos seis benefícios que o papa o autorizara a conceder, em clérigos da sua diocese, em carta emitida em Lisboa a 5 de Maio de 1296. A 27 do mesmo mês, é a vez de o próprio Sancho Peres ser também beneficiado pelo arcebispo <sup>982</sup>. Ora, no Abril anterior, o mesmo deão havia escrito uma carta, enviada de Cornagaña, a agradecer a D. Martinho o facto de o ter aceiteado para seu clérigo doméstico <sup>983</sup>. Foi eleito bispo do Porto neste mesmo ano, tendo deixado vagos o deão portuense, um canonicato em Braga e ainda outro no cabido de Tui <sup>984</sup>.

#### Nº 116 – **Martinho Durães**, cónego, 1292-1298

São poucas as referências a este cónego: esteve presente na eleição do arcebispo em 1292 <sup>985</sup> e numa composição realizada entre o cabido e uma proprietária de Braga em 1298 <sup>986</sup>. Desempenhou ainda o cargo de procurador da canónica numa composição relativa à quinta de Atães <sup>987</sup>.

#### Nº 117 – **Francisco Anes do Rio**, cónego, 1294-1313

Pouco se sabe da sua origem ou laços familiares. Refere no seu testamento, realizado em 1313, que foi D. Martinho de Oliveira que o criou e

---

<sup>930</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 27.

<sup>931</sup> Ver biografias nºs 70 e 94.

<sup>932</sup> Ver biografias nºs 76 e 114.

<sup>933</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 720.

<sup>934</sup> A.D.B., C.C., P. 3, nº 106.

<sup>935</sup> A.D.B., C.C., P. 3, nº 110.

<sup>936</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 749. Ver biografia nº 51.

<sup>937</sup> «*Ciphum meum bonum de bicos d'argentum et canivete meum de coral et meam*

beneficiou<sup>988</sup>. Provavelmente veio com ele para Braga, podendo aventar-se a hipótese de ser natural de Évora, terra natal desse arcebispo. Após 1313 não encontramos mais notícias deste cónego, não se sabendo no entanto a data exacta da sua morte.

Pediou, no seu testamento, para ser sepultado no lugar onde se faz o cabido, a par do chantre Domingos Peres ou do outro lado, onde está Estêvão Pais, ou então onde o cabido achar por bem. Assim foi, porque no próprio texto do testamento se refere que o soterraram no coro de Braga.

Conhece-se-lhe uma irmã, Constança Anes, que lhe deixou sobrinhos, não identificados pelo testamento, e ainda duas criadas – jovens, porque se põe a hipótese de virem a ter filhos – Dinisa e Maria, que herdaram os seus bens patrimoniais.

Foi abade de Santa Leocádia de Montenegro, pároco de Argivai e exerceu o cargo de vigário de D. Martinho<sup>989</sup>. O seu nome aparece com alguma frequência confirmando documentos, nas reuniões capitulares<sup>990</sup>.

Foi enfiteuta de prazos do cabido e comprou uma propriedade em S. Simão d'Este, a Domingos Domingues, celeireiro, a qual lega ao cabido para aniversários<sup>991</sup>. Instituiu duas capelas, uma da responsabilidade das herdeiras e outra do cabido, para as quais define as rendas. Deixou um vaso de prata ao cabido «segundo o costume dos outros cónegos». E dinheiro, para distribuir aos que fossem à sua sepultura<sup>992</sup>.

#### Nº 118 – **Gonçalo Gonçalves**, cónego, 1296

José Mattoso afirma que este Gonçalo Gonçalves, abade de Vila Cova, era da família dos Peixotos e neto de Urraca Manteiga, oriunda de família vilã abastada, que se nobilitara pelo seu casamento com um nobre. O pró-

---

*helemosnaria de seta*», A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 49.

<sup>938</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 145.

<sup>939</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 49.

<sup>940</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 746.

<sup>941</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 158.

<sup>942</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 3.

<sup>943</sup> A.D.B., C.C., P. 8, nº 328.

<sup>944</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 208 e Gav. 2ª das Igrejas, nº 7.

prio abade é considerado fidalgo <sup>993</sup>.

Tinha dois filhos, chamados Gomes Gonçalves e Vasco Gonçalves, de mães diferentes, legitimados em 1292 pelo rei D. Dinis, por intercessão de D. João de Soalhães <sup>994</sup>.

Como capitular, confirma uma constituição de D. Martinho (1296) <sup>995</sup> e é um dos fiadores de D. Telo, numa dívida de seiscentas libras contraída em Roma, em data desconhecida <sup>996</sup>. É o facto de aparecer em ambos os momentos identificado como cónego e abade de Vila Cova que nos permite distingui-lo com segurança do chantre e do arcediago, seus homónimos <sup>997</sup>. Foi igualmente vigário de D. Telo.

#### Nº 119 – **Nicolau Domingues**, cónego, 1296-1297

Conhece-se o nome de um seu consobrinho, João Domingues, que era clérigo do arcebispo <sup>998</sup>.

Este indivíduo era também cónego de Évora em 1296 <sup>999</sup> e foi agraciado nesse ano com um benefício, conferido pelo arcebispo D. Martinho Pires, que por graça apostólica obtivera autorização para prover seis, quando vagassem, em clérigos seus familiares. Daí se deduz a sua proximidade a este arcebispo. Já nesta altura se intitula cónego de Braga <sup>1000</sup>. No ano seguinte serviu de intermediário na entrega de 91 libras portuguesas pelo reitor de S. João do Souto, Martinho Domingues, a Pascácio Simeonis, da Sociedade Amanorum, de Pistoia, correspondentes à prebenda canonial devida a Afonso Fernandes, cónego bracarense. Nicolau Domingues recebeu de Pascácio Simeonis uma carta, entregue em Lisboa, que o avalizava como intermediário nessa entrega <sup>1001</sup>.

Enquanto cónego de Évora, em Maio de 1295, foi nomeado procurador,

---

<sup>945</sup> I.A.N./T.T., Ch. de D. Dinis, Livro I, fl. 101 v. e Frei Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, p. 71.

<sup>946</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 141 e Gav. dos Arcebispos, nº 33.

<sup>947</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 3.

<sup>948</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 781. Ver biografia nº 19.

<sup>949</sup> Ver biografia nº 45.

no plano temporal, pelo arcebispo D. Martinho para, juntamente com João Domingues, familiar e da criação do rei, e João Martins Gago, mercador de Lisboa, tomar posse do arcebispado, para o qual D. Martinho fora nomeado pelo papa. A procuração foi dada em França, na presença do notário público do rei de França, Miguel Tancredo de Pistoia <sup>1002</sup>.

Nº 120 – **Afonso Fernandes**, cónego, 1297-1317

Há dele poucas notícias, o que se entende quando é referido o envio para Itália, por intermédio de mercadores, da sua prebenda de 91 libras, correspondente ao canonicato que ocupava em Braga <sup>1003</sup>. O arcediogo de Barroso João Vicente, fala de umas «Decretais grossas», pelas quais estudou Afonso Fernandes; referir-se-ia, provavelmente, a este cónego <sup>1004</sup>.

Em 1317, um Afonso Fernandes, identificado como deão de Lamego, participa em Braga, juntamente com os cónegos, na eleição do deão bracarense <sup>1005</sup>. Trata-se da mesma pessoa, cuja carreira em Lamego é atestada até 1332 <sup>1006</sup>.

Nº 121 – **Durão Esteves** <sup>1007</sup>, cónego, 1297-1346

Faleceu em 1346 e pretendeu ser sepultado na capela de Santa Luzia, que ele próprio instituíra na catedral de Braga e a quem prestou forte culto <sup>1008</sup>.

---

<sup>950</sup> Tratava-se de João Martins de Soalhães, futuro arcebispo de Braga, 1313-1325.

<sup>951</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 34.

<sup>952</sup> Também identificado como Rodrigo Fernandes de Castro Roupal. A.D.B., C.C., P. 4, nº 143, de 1292.

<sup>953</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 785.

<sup>954</sup> A.D.B., C.C., P. 3, nº 126 e Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 87.

<sup>955</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 75 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 161.

<sup>956</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 9.

<sup>957</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 743 e 747.

<sup>958</sup> A.D.B., C.C., P. 3, nº 126.

<sup>959</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, “A nobreza no julgado de Braga...”, pp. 214 e 223.

Para este cónego de Braga, é possível fazer a reconstituição de praticamente toda a sua família em cinco gerações<sup>1009</sup>. Filho de Estêvão Martins e de Maria Anes, é com toda a probabilidade natural da região de Prado (Vila Verde), concretamente de Gomariz. Teve como irmãos Domingos Esteves e Maria Esteves, conhecendo-se-lhe também alguns sobrinhos: Maria Domingues, que casou com Francisco Pais; Estêvão Domingues; Senhorinha Domingues, que casou com Martinho Silvestre, todos estes filhos de Domingos Esteves. Da linha da sua irmã Maria Esteves, conhecemos os sobrinhos Gonçalo Peres e Afonso Peres. Sabemos da existência de sobrinhos-netos: António (Martins) filho de Senhorinha Domingues e Martinho Silvestre, e Marinha Afonso filha de Afonso Peres.

Ainda como seu parente surge o seu testamenteiro, o mercador de Braga Vasco Esteves, que era filho do chantre Estêvão Pais, pelo que é provável alguma ligação familiar entre o cónego e o chantre<sup>1010</sup>.

Como seus criados aparecem: Domingos Pais, que era também abade de Sandiães<sup>1011</sup>, o escolar Rui Pais<sup>1012</sup> e Martinho Peres que era carpinteiro<sup>1013</sup>. Ainda como criados, Durão Esteves fala-nos, no seu testamento, de Gonçalo e Álvaro Esteves. Fixemo-nos neste último. Álvaro Esteves surge-nos várias

<sup>960</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 785.

<sup>961</sup> A.D.B., Gav. das Notícias Várias, n° 16.

<sup>962</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nos 70 e 95; Gav. 2ª das Igrejas, n° 9; Gav. dos Privilégios e Honras, n° 9; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 159; Livro I dos Testamentos, n° 25; C.C., P. 3, n° 135, P. 5, n° 214 e P. 6, n° 245.

<sup>963</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 158.

<sup>964</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 1.

<sup>965</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 746.

<sup>966</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 180 e C.C., P. 6, n° 236, por exemplo.

<sup>967</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 1.

<sup>968</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 16.

<sup>969</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, n° 95.

<sup>970</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 45.

<sup>971</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 57.

<sup>972</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 713.

<sup>973</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 713 e 781; Gav. dos Testamentos, n° 34 e Gav. dos Arcebispos, n° 16.

<sup>974</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 29.

vezes em contenda com o próprio Durão Esteves sobre a posse de terras e da casa grande de Gomariz. Se fosse um simples servente, por certo que não entraria em divergências com o seu senhor, mas se tivesse sido criado pelo próprio cónego, já sentiria mais à vontade para fazer-lhe frente. Esse à vontade seria ainda mais forte se fosse seu filho, o que nos parece ser o mais provável, na medida em que o cónego nomeou o filho de Álvaro Esteves, de nome Rodrigo (Álvares), para cantar ou fazer cantar no altar de Santa Luzia. Mais tarde este nome apareceria como neto de Durão Esteves <sup>1014</sup>.

Do grupo de indivíduos que o rodearam ao longo da sua vida, conhecemos ainda como seus homens de confiança, Domingos Fernandes <sup>1015</sup>, Salvado Esteves <sup>1016</sup>, Afonso Beyto <sup>1017</sup>, Rui Signal <sup>1018</sup>, Gonçalo Anes, o Barrel <sup>1019</sup>, João de Burgos <sup>1020</sup>, Pedro Domingues, Pedro Lourenço <sup>1021</sup> João da Ponte e Frutuoso Martins <sup>1022</sup>.

Como seu companheiro, surge, em 1333, Domingos de Gomariz <sup>1023</sup> que, de resto, também era clérigo em Cervães <sup>1024</sup>. Todavia, este nome já nos aparece referenciado no ano de 1328 <sup>1025</sup>. Acrescente-se como seu clérigo e criado um Fruto Anes <sup>1026</sup>, que foi também seu procurador em 1328, repre-

---

<sup>975</sup> Sobre este último e respectiva família, cf. Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, pp. 44-56.

<sup>976</sup> Id., *ib.*, pp. 329-330.

<sup>977</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n° 984.

<sup>978</sup> Ver biografias n°s 76 e 104. J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo II, pp. 94-95, refere que este Martinho Pires era cónego de Braga pelo menos desde 1270, aparecendo referido em vários documentos da Gaveta das Propriedades Particulares a partir daí. A certeza que nos leva a distingui-lo do outro prende-se com o conteúdo de um documento (A.D.B., C.C., P. 4, n° 143) que o refere como sendo um dos dois cónegos nomeados para uma única conesia e prebenda vagas, um pelo arcebispo D. Telo e uma parte do cabido, outro pelo deão e restantes capitulares, o que, como se deduz, causou conflitos entre as duas entidades.

<sup>979</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 16 e C.C., P. 4, n° 143.

<sup>980</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 16.

<sup>981</sup> A.D.B., C.C., P. 3, n° 114.

<sup>982</sup> A.D.B., C.C., P. 4, n° 157.

<sup>983</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 38.

<sup>984</sup> A.D.B., C.C., P. 4, n° 159.

<sup>985</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 16.

sentando o cónego para tomar posse de uma propriedade<sup>1027</sup>. Em 1339, encontramos Geraldo Anes Costaro, abade de Santa Maria de Panoias, igualmente como seu procurador<sup>1028</sup>. No mesmo ano, o cónego está presente quando o arcebispo entrega a João de Rei, reitor da igreja de Santiago de Vila Nova, uma soma pecuniária para despesas<sup>1029</sup>.

Temos conhecimento ainda de mais quatro clérigos seus: Miguel Esteves, Durão Esteves<sup>1030</sup>, Pero Lourenço, que também foi seu procurador<sup>1031</sup> e Domingos Peres, natural de Neiva<sup>1032</sup>.

Durão Esteves foi cónego de Braga de 1297 a 1346, ano da sua morte. Foi igualmente abade de S. Salvador de Cervães e Santa Maria de Penouços<sup>1033</sup>.

Sabemos ainda que foi contador e clérigo do rei D. Dinis<sup>1034</sup>.

Foram poucas as vezes que o vimos referenciado em cabido. Isso aconteceu, por exemplo, em Junho de 1335 quando os capitulares decidem mostrar-se contrários à dizima eclesiástica<sup>1035</sup>. Em Março de 1341 encontrava-se doente, pois, devido à importância de uma decisão da igreja de Braga na nomeação de procuradores para tratarem de protestar contra a acção do corregedor, o resultado da reunião do cabido com o arcebispo de Braga foi levado à casa deste cónego pelos tabeliães e testemunhas para que ele também desse o seu aval<sup>1036</sup>.

Em termos económicos, foram vários os negócios que efectuou. Desde

<sup>986</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 30.

<sup>987</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 37.

<sup>988</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 56.

<sup>989</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n° 187.

<sup>990</sup> A.D.B., Gav. dos Privilégios e Honras, n° 9; Livro das Cadeias, n° 4 e Gav. das Propriedades Particulares, n° 827.

<sup>991</sup> A.D.B., Gav. de Matéria de Prazos, n° 6 e Livro I dos Testamentos, n° 56.

<sup>992</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 56.

<sup>993</sup> José Mattoso, *A Nobreza Medieval Portuguesa, A Família e o Poder*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994, p. 347.

<sup>994</sup> I.A.N./T.T., Ch. D. Dinis, Livro II, fl. 35 v°.

<sup>995</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 9.

<sup>996</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, n° 36.

<sup>997</sup> Ver biografias n° 14 e 30.

<sup>998</sup> A.D.B., C.C., P. 4, n° 158.

compras a permutas passando pelo recebimento de doações e desistências<sup>1037</sup>, o certo é que este cónego constituiu um leque alargado de propriedades que evidenciam bem o seu apego aos bens terrenos. Para além do já referido, Durão Esteves efectuou prazos<sup>1038</sup> e desfez escambos<sup>1039</sup>.

Recebeu ainda o padroado da igreja de Santa Maria de Penouços em resultado da contenda que teve com Pedro Martins, tabelião de Braga, e sua mulher. O notário apelou para a corte de Roma, mas os vigários acabaram por dar razão ao cónego<sup>1040</sup>.

Por ser poderoso, um grupo de cidadãos doou-lhe igualmente o padroado da igreja de S. Salvador de Cervães<sup>1041</sup>.

Em Agosto de 1334, vemos Durão Esteves receber uma sentença dos alcaides de Prado, favorável às suas pretensões, em que se julgou que um casal na Igreja Nova era foreira ao capitular e não ao mordomo de Prado<sup>1042</sup>.

– **Gonçalo Anes**, cónego, 1299-1300

Já referenciado como deão com o n° 7.

– **Afonso Pais**, cónego, 1299-1300

Já referenciado como arcediago de Vermoim com o n° 42.

N° 122 – **Gonçalo Gomes [da Cunha]**, cónego, 1299-1306

Faleceu a 14 de Julho de 1306; era filho de Gomes Lourenço da Cunha e de Teresa Gil de Arões<sup>1043</sup>, e sobrinho de D. Urraca Lourenço<sup>1044</sup>.

Cónego de Braga e de Coimbra, a sua presença em Braga deixou poucos

---

<sup>999</sup> Cf. Hermínia V Vilar, *As Dimensões de um Poder*, p. 388.

<sup>1000</sup> A.D.B., C.C., P. 4, n° 158.

<sup>1001</sup> A.D.B., C.C., P. 4, n° 166.

<sup>1002</sup> A.D.B., C.C., P. 4, n° 151.

<sup>1003</sup> A.D.B., C.C., P. 4, n° 166.

<sup>1004</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 47.

<sup>1005</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n° 31.

traços na documentação: vendeu em 1299 um casal, em Chavão (diocese de Braga), a Egas Lourenço, futuro cónego e chantre de Braga<sup>1045</sup>. Viu-se entretanto envolvido numa causa que opunha um cidadão do Porto, D. Guilherme, a D. Gonçalo Pereira, então deão do Porto e futuro arcebispo de Braga<sup>1046</sup>. Em 1302 confirma uma carta do arcebispo, enviada de Montpellier, intitulado de cónego<sup>1047</sup>.

Nº 123 – **Durão Domingues**, porcionário, 1266-1291 e cónego, 1300

Activo como porcionário, surge em 1266 como testemunha num instrumento de posse do cabido relativo às herdades que Dona Urraca Lourenço deixou à instituição<sup>1048</sup>.

No mesmo ano, redige a pública forma de uma constituição feita pelo arcebispo D. Martinho Geraldês, intitulando-se, também, de tabelião de Braga<sup>1049</sup>, pelo que ficámos a saber que exercia ainda esta última função. Com uma presença bastante assídua na documentação como procurador do cabido<sup>1050</sup>, é uma única vez identificado como cónego, quando testemunha a leitura, em cabido, do testamento do arcebispo D. Martinho Geraldês<sup>1051</sup>. Julgamos ser o mesmo Durão Domingues que, na restante documentação, surge mencionado apenas na qualidade de tabelião, como redactor de vários documentos, dos quais salientamos os testamentos do cónego João Paris e do porcionário João Ponces. Nesse caso, poderíamos situá-lo entre 1261 e 1277<sup>1052</sup>.

---

<sup>1006</sup> Anísio Miguel de Sousa Saraiva, *A Sé de Lamego*, pp. 210-212.

<sup>1007</sup> Sobre este cónego, cf. João Carlos Taveira Ribeiro, «A vida de um cónego do século XIV», in *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 6, Guimarães, Câmara Municipal de Guimarães / Universidade do Minho, 1996, pp. 71-91.

<sup>1008</sup> O culto a Santa Luzia poderia, eventualmente, ser motivado por alguma deficiência de visão. É sabido como a alimentação na Idade Média era bastante deficiente em vitamina A, o que resultava, muitas vezes, em cegueira e xerofthalmia. A. H. de Oliveira Marques, *A Sociedade Medieval Portuguesa*, 3ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1974, p. 7.

<sup>1009</sup> Abrangendo quase todo o século XIV e parte dos séculos XIII e XV.

<sup>1010</sup> No seu testamento, A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 58, Durão Esteves faz-nos referência a outros parentes, nomeadamente a Afonso Martins Tromba (provavelmente seu tio) e respectivas filhas Clara Afonso e Joana Afonso, esta última casada com

Nº 124 – **Abril Vicente**, cónego, 1300-1309

É um dos cónegos de Évora que vem para Braga juntamente com D. Martinho Pires de Oliveira<sup>1053</sup>. É provido num benefício (o documento não especifica de que tipo) por esse arcebispo em 1296, o qual obtivera autorização papal nesse sentido<sup>1054</sup>. Foi juiz pelo cabido entre 1301 e 1304<sup>1055</sup> e testamenteiro de Pedro Egas, arceediago, com o poder de dispor dos bens legados por alma do defunto, caso os herdeiros não cumprissem o estipulado<sup>1056</sup>. Foi um dos confirmantes da leitura do testamento do arcebispo D. Martinho Geraldês, realizada numa reunião capitular em 1300<sup>1057</sup> e esteve presente, também no cabido, quando foi lida uma carta do arcebispo<sup>1058</sup>.

Nº 125 – **Afonso Lopes**, cónego, 1300-1309

Não há referências seguras quanto à sua origem geográfica, mas talvez tenha vindo para Braga acompanhando o arcebispo. Com efeito, intitulado de clérigo de D. Telo em 1291, é confirmado por este como reitor da igreja de Santiago de Cambeses, deixada vaga por um clérigo, que, a devido tempo, não ascendeu ao presbiterado e por isso teve de renunciar<sup>1059</sup>.

É um dos confirmantes da leitura do testamento de D. Martinho Geraldês, realizada em Braga em 1300, sendo esta a primeira vez que aparece como cónego<sup>1060</sup>. Em 1307 testemunhou uma hipoteca feita ao cabido por uma dona<sup>1061</sup>. Aparece pela última vez na documentação, quando participa na eleição do deão, realizada em 1309<sup>1062</sup>.

Nº 126 – **Mestre Martinho**, cónego, 1301-1310

---

Domingos Sequeira. Menciona ainda Maior Martins, sua tia, Afonso Pais (cuja filha é Marinha Afonso) e Pero Martins de Merelim (cujo filho foi Gonçalo Peres) seus sobrinhos. Outros nomes há em que, ainda que não apareça qualquer referência a algum laço de parentesco com o cónego, é de crer que ele existisse. Trata-se de Constança Esteves que casa com Gonçalo Esteves de Gaia; Teresa Esteves que casa com Lourenço Martins de Vila Pouca, havendo um filho: João Lourenço; Margarida Esteves que casa com Domingos Pascoal de Moure, havendo também uma filha de nome Joana; Gonçalo Esteves; Mécia Esteves que casa com Álvaro Anes. De referir também que entre os contemplados surgem

Conhecemos dois sobrinhos deste cónego, Rodrigo e Pedro.

Identificado como Mestre Martinho, cónego de Braga e de Lisboa e físico do rei, recebe doação feita por D. Dinis, do padroado da igreja de Abade de Neiva (Barcelos) e da ermida de S. Vicente de Fragoso, ambas da diocese de Braga. A carta de doação foi passada em Santarém, em 1301 <sup>1063</sup>. Mais tarde, em 1310, a instâncias deste Mestre Martinho, o arcebispo instituiu um reitor em Abade de Neiva, o qual terá consigo três capelães que todos os dias digam missa e as horas canónicas nessa igreja, por alma do rei, da rainha e dos filhos e dos seus sucessores <sup>1064</sup>.

Será este mestre Martinho que veio a ser bispo de Guarda (1319-1322), o qual aparece identificado como D. Martinho, médico do rei D. Dinis? <sup>1065</sup>

#### Nº 127 – **Martinho Anes Barrosas**, cónego, 1301-1325

Muito relacionado com Guimarães, onde possui bens e parentes, foi sepultado na igreja de Braga, a seu pedido, junto ao túmulo do arcebispo D. Martinho Pires.

Fez testamento em 1324 <sup>1066</sup>, o qual foi executado no ano seguinte <sup>1067</sup>, deprendendo-se a sua morte. Conhece-se, através deste documento, o nome de um seu sobrinho, André Pais, advogado bracarense, que foi executor do mesmo, juntamente com Estêvão Vasques, de Guimarães. Também nele refere o nome de vários serviçais: Fernão Gonçalves, Gonçalo Garcia, João Julianes, João Domingues e Maria Sesta.

Nada se sabe acerca do seu nível cultural, mas possuía um Livro de

---

peças que a si estavam ligadas, como por exemplo os criados. Neste caso, temos de ter em conta se os criados são simples serventes ou então indivíduos que foram criados pelo cónego.

<sup>1011</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>os</sup> 58 e 88.

<sup>1012</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 88 e Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 854. Através deste último documento ficámos a saber que Rui Pais era filho de Paio Martins, morador na Rua Verde, em Braga.

<sup>1013</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 88.

<sup>1014</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n<sup>o</sup> 39.

<sup>1015</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 854.

Inocência, que deixou ao seu sobrinho advogado.

Foi cónego de Guimarães e abade de Barrosas, referenciado a partir de 1296, mas só em 1301 podemos confirmar a ocupação do canonicato de Braga, altura em que também exerce o cargo de juiz pelo cabido <sup>1068</sup>. Foi também reitor de S. Pedro d'Este, mas não é possível especificar a partir de que data <sup>1069</sup>.

Exerceu, a favor do cabido, as funções de comissário (para eleger deão, em 1317 <sup>1070</sup>), juiz (numa causa entre o cabido e um cavaleiro <sup>1071</sup>), procurador <sup>1072</sup>. Foi vigário do arcebispo, e como tal confirmou o reitor de S. Paio d'Arcos <sup>1073</sup> e foi destinatário de uma carta do prelado, a propósito do provimento de uma tercenaria que viesse a vagar <sup>1074</sup>.

Deveria ser pessoa influente e conhecida no meio, pois, por vezes, é solicitado por particulares para exercer funções ao seu serviço, como quando é procurador de um testamenteiro, com autoridade para mandar apregoar bens e vendê-los <sup>1075</sup>. Em 1321 moveu uma acção contra dois cavaleiros que lhe queriam tirar palha de um seu casal em Avação dos Carvalhos, sendo a sentença, proferida pelo meirinho, a seu favor <sup>1076</sup>.

Em 1310 obteve licença, através de alvará régio, para comprar herdades em Matamá, Cerzedo, Vila Nova dos Infantes, S. Lourenço de Calvos e S. Tomé de Avação. O rei declara que as poderá testar, mas a leigos <sup>1077</sup>.

Possuía uma propriedade honrada em S. Pedro d'Este, que ficou devassa por sentença real em 1307/1311 <sup>1078</sup> e outra em Matamá. Nada sabemos dos seus bens patrimoniais, mas ao longo da sua vida procedeu a várias aquisições de propriedades, das quais ressalta o empenho em aproximar e juntar parcelas dispersas umas das outras: comprou meio casal em S. Bartolomeu de Vila Cova; 3/4 de um casal em Ferreiros, também em Vila Cova de Freitas, a

<sup>1016</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>os</sup> 882, 886 e 887.

<sup>1017</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 886.

<sup>1018</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 886.

<sup>1019</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 85.

<sup>1020</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, n<sup>o</sup> 132 e Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 85.

Refira-se que este nome vai surgir, em 1364, como procurador de um outro cónego de Braga.

<sup>1021</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos Particulares, n<sup>o</sup> 43.

<sup>1022</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 912.

<sup>1023</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 877.

<sup>1024</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 882.

uma proprietária (estava em jogo o pagamento de dívidas do pai da vendadora...); 2 casas em Guimarães; 4 leiras em Vila Cova; recebeu por doação uma herdade em Matamá, mais uma quinta e uns bacelos na mesma freguesia e uns casais em S. Paio <sup>1079</sup>; escambou, com Pedro Esteves, meirinho do rei, umas herdades que tinha em Santarém, recebendo em troca propriedades em Matamá, onde se refere a existência de casais, casas, vinhas, soutos, devesas e campos, terras rotas e por romper <sup>1080</sup>. Com o mosteiro de Arnoia, fez também um escambo, recebendo herdades em Vila Cova de Freitas em troca da que possuía em Britelo <sup>1081</sup>. Pertenciam-lhe ainda herdamentos em Mouquim e recebia certas rendas da porção que detinha no forno da Rua Verde, em Braga (essa porção foi legada por ele aos clérigos do coro) <sup>1082</sup>.

Dos bens móveis e dádivas em dinheiro a distribuir após a sua morte, referidos no mesmo testamento, se pode um pouco avaliar o seu nível de vida e da sua riqueza: um anel de safira e um anel de rubi; uma cocedra, uma almocela, um chumaço e uma colcha de Cardinis (?); marcas de prata em abundância. E ainda dinheiro, que manda entregar às albergarias de Maximinos e do Souto; à ponte de Barcelos; ao prior do mosteiro da Costa; à igreja de Santa Eulália de Barrosas; aos cónegos de Guimarães; ao mosteiro de Pombeiro, ao de Roriz e ao do Souto; aos clérigos de S. Pedro d'Este; à igreja de Carrazedo de Montenegro, ao Mosteiro de Nandim, à igreja de Santa Comba dos Vales...

Instituiu uma capela, cujo capelão deveria ser sempre clérigo da sua família.

#### Nº 128 – **João Martins**, cónego, 1302

Referido também como chantre de Évora <sup>1083</sup>, foi destinatário de uma carta do arcebispo D. Martinho, juntamente com Gonçalo Anes, sendo ambos identificados nos seguintes termos: «*Johannj martinj cantorj ebbo-  
rense et Gunsaluo iohannis thesaurario canonicis et vicarijs nostris in*

<sup>1025</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 863.

<sup>1026</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 854.

<sup>1027</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 867.

<sup>1028</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 868.

<sup>1029</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nº 503.

*eadem Ecclesie bracarensis...»*<sup>1084</sup>.

Nº 129 – **João Afonso**, cónego, 1302-1308

Cónego de Braga e abade de Trasmires, é testemunha em 1302 da doação da Quinta de Pena d'Amigo, feita por um cavaleiro ao arcebispo D. Martinho Pires de Oliveira<sup>1085</sup>. Confirma um escambo entre este e o mosteiro de Oliveira, também como cónego de Braga e abade de Trasmires, em 1308. Curiosamente, em conjunto com Rodrigo Pires, prior de Guimarães e filho do mesmo prelado e João Vicente, arcediogo de Barroso e protegido deste<sup>1086</sup>.

Nº 130 – **Martinho Anes Carta**, cónego, 1302-1348

Um dos mais ilustres membros do cabido de Braga no século XIV. Terá falecido em 1348, pois o seu canonicato foi atribuído a Gabriel Anes a 16 de Abril de 1349<sup>1087</sup>.

Da sua família temos apenas conhecimento de um seu sobrinho, Afonso Domingues, que foi também cónego de Braga<sup>1088</sup>.

Das pessoas que o rodearam sabemos da existência de Pero Malho, homem de sua confiança que morava em Figueiredo<sup>1089</sup>, e de dois seus clérigos: Fernão Vasques que se deslocou com ele a Trás-os-Montes<sup>1090</sup> e

---

<sup>1030</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos Particulares, nº 47.

<sup>1031</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 224.

<sup>1032</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 912.

<sup>1033</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 852, 854, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 867, 868, 869, 874, 876, 881, 882, 883, 884, 886, 887, 912 e 950; C.C., P. 11, nº 444, P. 13, nº 503, P. 15, nºs 590 e 615; Gav. 1ª das Igrejas, nº 224; Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 41; Gav. dos Privilégios e Honras, nº 15.

<sup>1034</sup> Exercia este cargo, pelo menos em 1320, pois esta data é referida num documento de 1328. A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 865.

<sup>1035</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 17.

<sup>1036</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 15.

<sup>1037</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 852, 854, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864, 865, 867, 869, 874, 876, 877, 881, 882, 883, 886; C.C., P.

Fernão Durães, que recebe, em nome de Martinho Carta, do recebedor do arcebispo, mil libras. Este acto ocorrido na rua do Cano, foi testemunhado por outro dos homens de confiança do cónego, chamado Rui Fernandes <sup>1091</sup>.

Em 1285 é referido como escolar bracarense <sup>1092</sup> e só em 1302 o encontramos intitulado de cónego, desempenhando funções de vigário do arcebispo (cargo que ainda ocupa em 1310), enviando carta para que se proceda à cobrança das rendas que este possuía em terras de Miranda <sup>1093</sup>. Aparece mencionado confirmando documentos, participando na eleição do deão (1317) ou, como procurador do cabido junto do rei, pedindo ajuda de braço secular para pôr termo às violências que em Braga se faziam aos clérigos (1323) <sup>1094</sup>.

Em 1326 ocupa o cargo de juiz ordinário <sup>1095</sup>. Em 1331 irá ser procurador do deão e cabido no caso entre os capitulares bracarenses e um sobrinho do chantre, já falecido, Egas Lourenço <sup>1096</sup>.

Esteve envolvido directamente na batalha sobre a jurisdição de Braga que o arcebispo e o cabido travaram com o corregedor Afonso Domingues. Presente na reunião em que o cabido, juntamente com o prelado, nomeia os seus procuradores para protestarem junto do rei <sup>1097</sup>, foi mais tarde encarcerado durante quatro ou cinco dias com outros clérigos, no fervor da luta, pelo alcaide de Guimarães, pois havia libertado, juntamente com os seus homens, um prisioneiro quando este era encaminhado para Braga <sup>1098</sup>. Martinho Carta acabaria por citar o alcaide de Guimarães a comparecer perante os vigários de Braga para ser julgado, mas este não atenderia as pre-

---

15, n.º 613,

P. 17, n.º 887; Livro I dos Testamentos, n.º 88 e Gav. dos Prazos Particulares, n.º 44.

<sup>1038</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos Particulares, n.ºs 45, 46, 47 e 48.

<sup>1039</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, n.ºs 41, 132 e Gav. Propriedades Particulares, n.º 868.

<sup>1040</sup> A.D.B., C.C., P. 14, n.º 547.

<sup>1041</sup> A.D.B., Gav. 1.ª das Igrejas, n.º 224.

<sup>1042</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.º 950.

<sup>1043</sup> Cf. J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, pp. 354-355.

<sup>1044</sup> A.D.B., Gaveta dos Legados, n.º 14.

<sup>1045</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n.º 781.

tensões do cónego, argumentando que a jurisdição pertencia ao rei e não à Igreja <sup>1099</sup>.

Em Junho, de 1342, é nomeado procurador pelo cabido para receber a posse da Igreja de Alhariz e para chamar, perante si, o concelho do couto de Faiões para receber frutos e rendas que o cabido tinha em Trás-os-Montes <sup>1100</sup>.

Em Setembro vamos encontrá-lo referenciado como reitor de Santa Eulália de Rio Covo na convocatória para o Sínodo <sup>1101</sup>.

Aparece novamente em Janeiro de 1344 no cabido de Braga <sup>1102</sup>. Em Julho de 1346, é inquiridor pelo cabido nas causas que este mantinha com o cavaleiro Gil do Vale, por umas herdades em S. Cosme do Vale <sup>1103</sup>.

Em 1347, no mês de Abril, Martinho Carta surge, pela última vez, como recebedor pelo rei das dízimas que o Papa outorgou ao monarca <sup>1104</sup>.

A crer na possibilidade de um erro por parte do copista que registou a súplica, poderia ter ascendido ao chantrado, pois, em Janeiro de 1349, intitulado-o de Martinho Esteves Carta e por motivo da sua morte, o papa confirma o porcionário João de Santarém como seu sucessor nessa dignidade <sup>1105</sup>.

Dos seus bens apenas conhecemos umas casas nas Arras que deixou a já referido Afonso Domingues, futuro cónego de Braga, seu sobrinho e protegido.

– **Gil Martins**, cónego, 1303

Já referenciado como tesoureiro com o n° 53.

---

<sup>1046</sup> A.D.B., C.C., P. 4, n° 192.

<sup>1047</sup> A.D.B., Gav. dos Privilégios e Honras, n° 7.

<sup>1048</sup> A.D.B., Gav. dos Legados e Sufrágios, n° 11.

<sup>1049</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n° 14.

<sup>1050</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, n°s 14 e 20; Gav. das Notícias Várias, n° 16; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n°s 140, 145, 153, 154 e 165 171 e 172; Gav. das Dignidades e Cónegos, n°s 25 e 26 e Gav. dos Testamentos, n° 36.

<sup>1051</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n° 53.

Nº 131 – **Mestre João**, cónego, 1303

Juiz árbitro em 1303 <sup>1106</sup>.

Nº 132 – **Domingos Anes**, cónego, 1303-1317

A não confundir com Domingos Anes, dito Frade, clérigo bracarense, presente na documentação entre 1300 e 1312, nem com outro homónimo, porcionário, activo entre 1274 e 1312 <sup>1107</sup>. O cónego é referenciado a partir de 1303, como procurador do cabido numa causa sucessória relativa a umas casas que haviam pertencido a Pedro Odório, outrora arcediogo bracarense, e que este legara ao cabido <sup>1108</sup> e depois como herdeiro/testamenteiro de Pedro Egas, em 1305 <sup>1109</sup>. Em 1313 é identificado como cónego e clérigo de D. A. (Afonso?), arcebispo eleito, e como tal, envia para Orense uma carta em nome do arcebispo, relativa à eleição episcopal que o cabido dessa diocese realizara <sup>1110</sup>. Posteriormente, em 1314, é prepósito do cabido <sup>1111</sup> e em 1317 é um dos que faz parte da comissão escolhida para eleger o deão, e que depois apela para o rei, no sentido de fazer aceitar a escolha feita <sup>1112</sup>.

Nº 133 – **Nicolau Afonso**, cónego, 1307

Dele temos uma só referência, quando testemunha uma hipoteca feita ao cabido por uma dona <sup>1113</sup>.

---

<sup>1052</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 29; Gav. das Propriedades Particulares, nº 973; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 97, 102 e 105; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 39; Livro I dos Testamentos, nºs 28, 35 e Livro II dos Testamentos, nºs 11, 13 e 15.

<sup>1053</sup> Cf. Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, p. 338.

<sup>1054</sup> A.D.B., C.C., P. 4, nº 158.

<sup>1055</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 140, 153, 154, 165, 171, 172 e Gav. das Notícias Várias, nº 16, entre outros.

<sup>1056</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 39.

Nº 134 – **Rodrigo Esteves**, cónego, 1307-1330

Era sobrinho do chantre Martinho Rodrigues<sup>1114</sup> pelo lado da mãe, Domingas Rodrigues. Esta Domingas, casada em segundas núpcias com Estêvão Anes de Platea, fora anteriormente mulher de Estêvão Miguéis, provavelmente o pai deste cónego<sup>1115</sup>. Também era tio de outro membro da canónica bracarense, João Martins<sup>1116</sup>.

Cónego de Braga e reitor de S. João de Nogueira, na diocese de Braga, fez dois testamentos, um em Avinhão, na Cúria Romana, e outro em Braga, anos mais tarde<sup>1117</sup>.

Tendo-se achado doente quando se encontrava em Avinhão, em 1317, hospedado em casa de João Vannel, mandou lavrar o seu primeiro testamento. Com ele encontravam-se na ocasião Vasco Peres, cónego de Braga, Lourenço Egas, reitor de Soalhães (diocese do Porto), João Martins, reitor de S. Pedro do Monte (diocese de Braga), Mestre Martinho, clérigo de Viseu, João Peres, clérigo bracarense e ainda leigos de Braga e do Porto, Tomás Vicente, João da Costa e Lourenço Martins. Mais tarde (em Novembro de 1315), o cónego, já a residir em Braga, fez novo testamento, o último e o que considera válido, revogando o anterior. Não obstante, a situação provocou conflitos entre os herdeiros. Estes, também nomeados executores do primeiro testamento do cónego, eram Fernão Esteves, seu cunhado, mercador de Braga e Martinho Geraldês, seu consanguíneo. Parece que, à morte de Rodrigo Esteves, ambos tomaram posse da herança. No entanto, a segunda versão do testamento exclui o segundo herdeiro, pelo que ambos comparecem a juízo para clarificar a situação. O conflito arrastou-se por anos e aparece associado a uma questão de atribuição de capelanias na sé<sup>1118</sup>.

Em Abril de 1326 é nomeado procurador junto do papa pelo arcebispo

---

<sup>1057</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53.

<sup>1058</sup> A.D.B., Gav. dos Privilégios e Honras, nº 7.

<sup>1059</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 211.

<sup>1060</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53.

<sup>1061</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 189.

<sup>1062</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 29.

<sup>1063</sup> I.A.N./T.T., Ch. de D. Dinis, Livro III, fl. 16.

<sup>1064</sup> A.D.B., C.C., P. 6, nº 260.

D. Gonçalo Pereira <sup>1119</sup>. Um ano depois, recebe a sentença executorial da Bula *Olim Videlicet* contra o deão de Astorga, que inadvertidamente usurpara aquele bispado <sup>1120</sup>. Em 1329 está presente quando o arcebispo entrega a João de Rei, reitor da igreja de Santiago de Vila Nova, uma soma pecuniária para despesas <sup>1121</sup>.

Volta a ser referenciado em Fevereiro de 1330, como cónego de Braga, quando o cabido diz competir ao cónego Estêvão Anes apresentar vigário para a igreja de Vilarinho <sup>1122</sup>.

Possuía uma vinha em Lamações, a qual aparece mencionada numa certidão retirada do seu testamento em 1340. Aí se refere que foi legada ao cabido de Braga, nessa altura <sup>1123</sup>.

No seu testamento, a irmã do chantre Martinho Rodrigues institui uma capela na sé, juntamente com o seu segundo marido, à qual associa a herdade da Lamela. Esta capela vai gerar conflitos por volta de 1334 entre os herdeiros de Rodrigo Esteves e o cabido. A questão arrastar-se-á durante algum tempo <sup>1124</sup>.

Nº 135 – **Gonçalo Rodrigues**, cónego, 1308

Abade de S. Vicente de Penso e cónego de Braga <sup>1125</sup>.

– **Estêvão Pais**, cónego, 1308-1335

Já referenciado com chantre com o nº 21.

Nº 136 – **Pedro Fernandes**, porcionário, 1278-1303 e cónego, 1309

Sobrinho de Mestre Tomé, tesoureiro, foi por este nomeado um dos seus

<sup>1065</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. I, p. 273.

<sup>1066</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 52.

<sup>1067</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 850.

<sup>1068</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 171 e 172.

<sup>1069</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 52.

<sup>1070</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 31 e 32.

<sup>1071</sup> Esta causa, que opôs o cabido a um cavaleiro de Froião, arrastou-se ao longo de

herdeiros <sup>1126</sup>.

Encontrámos, com o mesmo nome, um notário que fez redigir, em 1277, um traslado da pública forma de 1275 do testamento do deão Fernão Anes. Uma vez que constatámos que alguns porcionários eram também notários ou tabeliães, poderá tratar-se do mesmo indivíduo <sup>1127</sup>.

Referenciado como porcionário da Sé entre 1278 e 1303, era-o também da igreja de Santiago de Bragança, em 1276, tendo então vendido uma parte de uma vinha ao cónego Domingos Peres <sup>1128</sup>.

Aparece uma única vez na documentação identificado como cónego: encontrava-se doente em sua casa no Outono de 1309, quando foi realizada a eleição do deão Gonçalo Anes <sup>1129</sup>. Delegou o seu voto noutra cónego, Pedro Lourenço Ferraz.

#### Nº 137 – **Afonso Anes**, cónego, 1309-1311

Como cónego de Braga e abade de Vila Cova, confirma a 3ª Concordata entre D. Dinis e o clero, em 1309 <sup>1130</sup>. Em 1311, subscreve em Lisboa, juntamente com dois clérigos do rei, dois frades da Ordem do Hospital e outros, uma composição realizada entre Egas Lourenço, então cónego do Porto <sup>1131</sup>, e frei Estêvão Vasques, lugar tenente do Grão Mestre do Hospital, relativa a um anterior escambo feito entre ambos <sup>1132</sup>.

#### Nº 138 – **Vasco Peres [Homem]**, cónego, 1309-1318

Filho de Pero Martins Homem, cavaleiro, e de Mor Martins de Brufe, é

---

quase uma década, tendo este cónego desempenhado papel conciliatório, ao serviço de ambas as partes.

<sup>1072</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 850; Gav. 1ª das Igrejas, nºs 95, 219 e 221; Gav. de Matéria de Prazos, nº 6; Gav. de Coutos, nº 86 e Gav. dos Testamentos, nº 39, entre outros.

<sup>1073</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 219.

<sup>1074</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 34.

<sup>1075</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 718.

irmão de Estêvão Peres Homem, que veio a ser deão de Braga <sup>1133</sup>.

Nada se sabe da vida pessoal deste cónego. Aparece, no entanto, ao serviço da canónica em várias ocasiões: quando pede pública forma de uma carta do deão e do cabido (1316), quando faz parte de uma comissão para escolher o deão (1317) ou ainda quando é portador de uma missiva de Afonso Sanches, filho do rei D. Dinis, e dela pede certidão ao tabelião, pois a carta interessa ao cabido <sup>1134</sup>.

Deve ser o mesmo Vasco Peres que estava em Avinhão em 1307 <sup>1135</sup>. Depois, em 1310, encontramos-lo como procurador de D. Teresa Álvares, abadessa do convento de Semide, na doação de umas propriedades situadas no julgado de Faria, realizada por Martinho Peres de S. Paio a favor da referida dona <sup>1136</sup>. Não temos, no entanto, indícios que nos permitam associar este cónego a outro Vasco Peres, abade de Adaúfe <sup>1137</sup>.

#### Nº 139 – **Pedro Lourenço Ferraz**, cónego, 1309-1322

Este cónego destaca-se em dois momentos em que o cabido elege o deão: da primeira vez, em 1309, ele é nomeado pelos cónegos para escolher, em nome de todos, o novo dignitário <sup>1138</sup>. Nessa data, dois outros cónegos <sup>1139</sup>, que se encontravam doentes, indicam-no como seu procurador na respectiva eleição. Mais tarde, em 1317, é um dos que escolhe os procuradores do cabido que irão apresentar apelação ao rei, face à recusa do arcebispo em aceitar a escolha capitular <sup>1140</sup>. Ainda nesse ano, é ele o destinatário de uma carta do prelado, enviada de Avinhão, em que este confirma finalmente o deão eleito <sup>1141</sup>.

À parte estes dois momentos da vida capitular, a presença de Pedro

<sup>1076</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 825.

<sup>1077</sup> A.D.B., Gav. das Notícias Várias, nº 32.

<sup>1078</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, «A Nobreza no Julgado de Braga...», pp. 213 e 247.

<sup>1079</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 765, 778, 798, 815, 818, 826 e 829.

<sup>1080</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 717.

<sup>1081</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 129.

<sup>1082</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 52.

<sup>1083</sup> Dignidade que ocupou entre 1297 e 1309. Cf. Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, pp. 325-326.

<sup>1084</sup> A.D.B., C.C., P. 5, nº 206.

Lourenço Ferraz é esporádica: testemunha em 1309 uma carta de venda realizada entre um cavaleiro e o cabido, e aparece a desempenhar funções de vigário em 1313. A última referência data de 1322, quando o deão e o capítulo o nomeiam seu procurador, para em seu nome dar consenso e assentimento à eleição de D. Martinho Domingues, prior do mosteiro de Landim <sup>1142</sup>.

Um Rui Lourenço Ferraz, cavaleiro, que testemunha um acordo entre o cabido e outro cavaleiro, poderá ser seu irmão. A ser assim, é provável a sua origem social elevada <sup>1143</sup>.

#### Nº 140 – **Diogo Gomes [de Azevedo]**, cónego, 1309-1327

Filho de Gomes Pais de Azevedo e de Constança Rodrigues de Vasconcelos, era, pelo lado paterno, sobrinho do reitor de Argivai e cónego de Braga Aires Pais de Azevedo <sup>1144</sup> e pelo lado materno, segundo sobrinho do arcediago de Barroso e futuro bispo de Lisboa, Estêvão Anes de Vasconcelos <sup>1145</sup>.

Surge em duas actas de eleição do deão, realizadas pelo cabido <sup>1146</sup> e a testemunhar a doação do padroado de várias igrejas que um cavaleiro do Mondego fez ao arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>1147</sup>.

#### Nº 141 – **Martinho Anes**, cónego, 1313-1333

Homónimo e contemporâneo de Martinho Anes Barrosas, que às vezes aparece referido somente com os dois primeiros nomes, e de Martinho Anes

<sup>1085</sup> A.D.B., C.C., P. 5, nº 207.

<sup>1086</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 19. Segundo Monsenhor J. A. Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, t. II, p. 113, o arcebispo eleito por morte de D. Martinho, mas que não chegou a ser confirmado pelo papa, sendo nomeado em seu lugar D. João Martins de Soalhães, chamava-se João Afonso, era cónego de Braga e sobrinho do arcebispo falecido. Poderá tratar-se da mesma pessoa. Este João Afonso foi mais tarde deão de Évora e bispo de Lisboa. Cf. Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, p. 324.

<sup>1087</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 296, pp. 156-157.

<sup>1088</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 79. Ver biografia nº 226.

Carta, a identificação dos seus actos nem sempre é fácil.

Este Martinho Anes foi reitor de S. Paio de Pousada e clérigo de D. A. (Afonso?), arcebispo eleito de Braga <sup>1148</sup>. Exerceu os cargos de juiz ordinário em 1326 <sup>1149</sup> e de procurador do cabido em 1333 <sup>1150</sup>. Ao longo destes anos surge com alguma frequência na documentação <sup>1151</sup>.

– **Bartolomeu Esteves**, 1316-1342

Já referenciado como chantre com o nº 22.

Nº 142 – **João Silvestre**, cónego, 1316-1344

Foi procurador do cabido, juiz, ouvidor, comissário, vigário geral do arcebispo e ainda procurador do rei na igreja de Braga, o que explica a frequência com que o seu nome é encontrado na documentação consultada <sup>1152</sup>.

Em 1318 é nomeado pelo cabido seu procurador, sendo também ouvidor geral do arcebispo, representando-os no pleito existente com D. João Afonso, filho de D. Dinis, a propósito da posse dos direitos sobre a igreja de Palmeira <sup>1153</sup>.

Um ano mais tarde, recebe a doação de um casal em Cimo de Vila, em S. Martinho de Monsul, feita pelo reitor dessa localidade, Fernão Estevães, e sua tia Teresa Domingues. Fazem-na os doadores «pelo muito bem e pela muita ajuda que lhes sempre fez e faz» <sup>1154</sup>. Em 1322, o rei confere-lhe o padroado da igreja de S. Martinho de Monsul «pelos serviços prestados como seu procurador na igreja de Braga». Esses serviços referiam-se à acção deste cónego em trazer de volta ao padroado real a dita igreja, que lhe «traziam sonogada». A doação tem por objectivo a criação de três capelarias no altar de Santa Bárbara,

<sup>1089</sup> A.D.B., Gav. dos Privilégios e Honras, nº 12.

<sup>1090</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 48.

<sup>1091</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 803.

<sup>1092</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 145.

<sup>1093</sup> A.D.B., C.C., P. 5, nº 205.

<sup>1094</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 6; Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 31 e 32; Gav. 1ª das Igrejas, nºs 30, 99 e 223; Livro I dos Testamentos, nº 6. e C.C., P.

no claustro da igreja de Braga, que o cónego mandara fazer, com três capelães, para que dois cantassem por alma do rei e um pela alma deste cónego <sup>1155</sup>.

Em 1323, participa numa audiência com os corregedores do rei, relativamente ao pedido de ajuda de braço secular para pôr cobro às violências que por essa altura se faziam ao clero. Refere que ele próprio fora, anteriormente, à corte apresentar essas queixas, como procurador do cabido <sup>1156</sup>.

Volta a ser referenciado como cónego de Braga em Março de 1325 e em Outubro e Novembro de 1326 <sup>1157</sup>.

Em 1334, João Silvestre aparece-nos como cónego e juiz <sup>1158</sup>. Em 1341 aparece como testemunha de três actos relacionados com o problema da visitação da igreja de Guimarães, tendo exercido ainda o cargo de procurador do cabido no mesmo ano <sup>1159</sup>. Em 1343 esteve presente na instituição da capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>1160</sup>.

#### – **Martinho Vasques [Pimentel]**, 1317-1325

Já referenciado como arcediogo de Barroso com o nº 37.

#### Nº 143 – **Mendo Anes**, cónego, 1317-1327

Em 1317, participa em todas as acções desenvolvidas pelo cabido para eger e conseguir a confirmação do novo deão e é ainda testemunha num escambo realizado entre o cabido e um clérigo <sup>1161</sup>. Dez anos depois encontrámo-lo novamente referenciado como cónego de Braga <sup>1162</sup>.

---

12, nº 480.

<sup>1095</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 999; C.C., P. 11, nºs 441, 444, 461 e P. 12, nºs 480 e 491.

<sup>1096</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 229, 237 e 258; Gav. dos Legados, nº 19; Gav. Matéria de Prazos, nºs 7 e 8; C.C., P. 15, nº 590; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 52 e Gav. dos Privilégios e Honras, nº 12.

<sup>1097</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 15 e C.C., P. 18, nº 728.

<sup>1098</sup> A.D.B., Gav. Braga e sua Jurisdição, nº 14.

<sup>1099</sup> A.D.B., C.C., P. 18, nº 729; Gav. Braga e sua Jurisdição, doc, 17.

### Nº 144 – **Fernão Anes**, cónego, 1318

Faz testamento em 1318 e não volta a aparecer na documentação, mas não sabemos a data exacta da sua morte.

Era neto de Martinho Sesnandes e irmão do chantre Mestre João <sup>1163</sup> e do porcionário Domingos Anes <sup>1164</sup>. Estes seus três parentes estavam sepultados no mesmo túmulo, diante do altar de S. Brás, na Sé, onde ele também pretende ser sepultado. Tinha um filho, à data do testamento ainda menor de 14 anos. Nomeia seus herdeiros e testamenteiros um cónego de Lisboa, Martinho Mareces, um seu consobrinho, Pedro Pertes e Estêvão Pais, cónego de Braga <sup>1165</sup>. Conhece-se o nome de um seu clérigo, Afonso Anes, a quem lega a sua capa e a sua sobrepeliz de coro, e de três serventes, Francisco Peres, Vicente Peres e Vasco Peres <sup>1166</sup>.

Em documento sem data, emitido em Zamora, o mestre dos Templários Martinho Martins, apresenta para capelão da igreja de Santa Maria do Pinheiro o cónego de Braga Fernão Anes <sup>1167</sup>. Será este a que agora nos referimos?

### Nº 145 – **João Anes**, cónego, 1319-1327

Homónimo de um outro cónego <sup>1168</sup>, este João Anes surge em 1319 como procurador do deão e do cabido apresentando ao arcebispo uma carta de apelação, relativamente a agravamentos feitos por cavaleiros em propriedades da canónica <sup>1169</sup>. Ainda desempenha o mesmo cargo em 1327 <sup>1170</sup>.

<sup>1100</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 48.

<sup>1101</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 752, P. 20, nº 763; Gav. 2ª das Igrejas, nº 49.

<sup>1102</sup> A.D.B., C.C., P. 20, nº 769, P. 21, nºs 790 e 791; Gav. dos Coutos, nº 41.

<sup>1103</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 59, 64, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 78, 79, 80, 83 e 89; C.C., P. 21, nº 802.

<sup>1104</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 802 e Gav. dos Coutos, nº 54.

<sup>1105</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 290, p. 153. Sobre João de Santarém, ver biografia nº 34 dos porcionários.

<sup>1106</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 9.

<sup>1107</sup> Ver biografia nº 15 dos porcionários.

<sup>1108</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 3.

<sup>1109</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 39.

Nº 146 – **Vicente Filipe**, cónego, 1323

Ouvidor do arcebispo nesta data <sup>1171</sup>.

– **Egas Lourenço**, cónego, 1323-1326

Já referenciado como chantre com o nº 19.

– **Pierre Després**, cónego, 1324.

Já referenciado como arcediago do Couto com o nº 33.

Nº 147 – **Aires Pais de Azevedo**, cónego, 1325-1333

Aparece-nos, pela primeira vez, como cónego de Braga quando serve de testemunha a uma comissão dada a Egas Lourenço em Março de 1325 <sup>1172</sup>.

Pretendeu ser sepultado na Sé de Braga onde os «*meus senhores dayam e cabijdo teuerem por bem*», pedindo, porém, «*que eles por ssa merçee mjm quejram deijtar antre o arcediagoo dom Gonçalo gonçaluiz de portocareijro e dom Gomez nunez meus tijos*».

Relativamente à sua família, o testamento dá-nos conta de três irmãos e um sobrinho: Vasco Pais, Estêvão Pais, Gomes Pais e o filho deste, Rui Gomes. Sabemos também que deixou descendência pois, em 1323, D. Dinis legitimou um seu filho bastardo de nome Lourenço Pais de Azevedo, tido com uma tal Maria Pires, mulher solteira <sup>1173</sup>, e, em 1357, D. Pedro fez o mesmo

---

<sup>1110</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 85. Este arcebispo não obteve a confirmação papal, tendo sido nomeado, em seu lugar, D. João Martins de Soalhães, como já dissemos.

<sup>1111</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas. nº 45.

<sup>1112</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 31 e 32.

<sup>1113</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 189.

<sup>1114</sup> Ver biografia nº 17.

para outro filho do cónego, Gomes Pais de Azevedo, então escudeiro e vassalo do monarca <sup>1174</sup>. Era ainda tio de Diogo Gomes, cónego de Braga <sup>1175</sup>.

Quanto às pessoas que a si estiveram directamente ligadas, temos conhecimento de três criados: Aldonça Pais, Lourenço Pais e Maria, que era filha de Maria Martins do Outeiro (tratar-se-á da manceba solteira mãe de Gomes Pais) <sup>1176</sup>. Sabemos de um homem da sua confiança denominado Martinho Peres <sup>1177</sup> e, ainda, do seu clérigo Afonso Peres <sup>1178</sup>. Finalmente, nomeia como seu herdeiro o cavaleiro Rui Gomes de Azevedo <sup>1179</sup>.

Além de cónego de Braga, foi abade de S. Pedro de Calvelo. Era clérigo de ordens sacras <sup>1180</sup>.

Foi senhor do couto de Areias, pois através de um documento de 1335, sabemos que o arcebispo encomenda os homens desse couto a um cavaleiro, Rui Vasques de Azevedo, com a obrigação daqueles fazerem serviços ao cavaleiro tal como antes fizeram a Aires Pais <sup>1181</sup>.

#### Nº 148 – **Estêvão Anes**, cónego, 1325-1340

Como cónego e abade de S. Tiago de Marim, encontramos referência a este nome, pela primeira vez, em 1325 <sup>1182</sup>.

No ano de 1340, Estêvão Anes aparece a dizer ao arcebispo que subsistiam dúvidas no testamento de um antigo cónego bracarense <sup>1183</sup>.

<sup>1115</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 2.

<sup>1116</sup> A.D.B., Gav. dos Legados e Sufrágios, nº 23. Ver biografia nº 162.

<sup>1117</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nºs 3 e 5.

<sup>1118</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos nºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6.

<sup>1119</sup> A.D.B., C.C., P. 10, nº 427. Outras referências: C.C., P. 11, nºs 437, 441, 456 e 460; Livro das Cadeias, nºs 84 e 85.

<sup>1120</sup> A.D.B., C.C., P. 12, nº 479 e P. 13, nº 503.

<sup>1121</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nº 503.

<sup>1122</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 97.

<sup>1123</sup> A.D.B., Gav. dos Legados, nº 23.

<sup>1124</sup> Acrescentem-se, às fontes indicadas, A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 116.

Nº 149 – **Bernardo Martins**, cónego, 1325-1348

Não sabemos quando e onde nasceu. No mês de Outubro de 1348 já havia falecido <sup>1184</sup>.

Da sua família conhecemos duas irmãs chamadas Constança Martins e Teresa Martins, um irmão, Vasco Martins <sup>1185</sup>, e quatro sobrinhos: Constança Martins e Clara Martins, filhas de Teresa, Vasco Martins e Domingos Martins.

Foram seus testamenteiros, o porcionário Estêvão Peres e o abade de S. João de Souto, Martinho Anes <sup>1186</sup>.

Possuía muitos livros, como atestaram os inventariadores dos objectos que este cónego tinha em casa após a sua morte. Assim, tinha um livro de letra miúda, cadernos desfeitos e uma arca cheia de opúsculos onde se podia ver um livro de capa vermelha «*Incipie Liber*», dois «*Glossarum Universitas*», um «*Ciui omer properces*», e ainda «*Superactiones*», «*Onnipera Vegetacem*», «*Rex pacificus*», «*Sine gram faciente*», «*Cum multa Super concordantiam*».

Foi cónego de Braga já antes de 1325 <sup>1187</sup> e capelão da capela do cavaleiro Aires Gonçalves, no claustro da Sé <sup>1188</sup>. Em Abril de 1326, o novo arcebispo, D. Gonçalo Pereira, nomeia-o seu procurador para ir junto do papa fazer profissão de fé e jurar os Evangelhos <sup>1189</sup>. Em 1329, foi testamenteiro de Pedro Tomé, abade de Águas Santas <sup>1190</sup>.

Foi também procurador do deão e cabido de Braga, em 1331, na contenda entre estes e Rui Vasques, sobrinho de Egas Lourenço <sup>1191</sup>.

No mês de Março de 1341, encontrava-se doente, pois os tabeliães e as

<sup>1125</sup> A.D.B., C.C., P. 6, nº 244.

<sup>1126</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, sucessões e Vínculos, nº 73. Ver biografia nº 50.

<sup>1127</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 31.

<sup>1128</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41 e Gav. das Propriedades Particulares, nº 703.

<sup>1129</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 29.

<sup>1130</sup> Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, Apêndice XII, p. 76.

<sup>1131</sup> Trata-se do futuro chantre de Braga, referenciado como cónego bracarense somente a partir de 1323. Ver biografia nº 19.

testemunhas de uma decisão capitular foram a sua casa para que desse o seu consentimento à decisão tomada <sup>1192</sup>. Em 1346, o seu nome surge no estatuto da capela de D. Gonçalo Pereira <sup>1193</sup>.

Sabemos que possuía uma casa na rua dos Burgueses, um forno na rua Verde, uma casa no beco do Souto e três lugares em S. Martinho de Dume <sup>1194</sup>.

Através dos bens das capelas que instituiu, podemos ter uma ideia mais aprofundada das propriedades de que dispunha antes de morrer: um casal e uma vinha em Santa Maria de Aveleda, um casal em Montélios, duas partes de um casal em S. Martinho de Dume, o lugar do Outeiro, uma propriedade em Maximinos e umas casas no Eirado <sup>1195</sup>.

#### Nº 150 – **Rodrigo Anes**, cónego, 1326-1327

Aparece referenciado pela primeira vez quando, em Junho de 1326, no paço velho do arcebispo, é um dos três procuradores arcebispos que, exibindo a bula de João XXI, proclamam D. Gonçalo Pereira arcebispo de Braga <sup>1196</sup>.

Em Janeiro de 1327 surge a testemunhar a doação do padroado de várias igrejas que um cavaleiro do Mondego fez ao arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>1197</sup>.

#### Nº 151 – **Miguel Vivas**, cónego, 1326-1328

De origem aragonesa, foi cónego de Braga e de Lisboa entre as duas datas supracitadas. Foi chanceler e vedor da chancelaria de D. Afonso IV entre 1325 e 1338 <sup>1198</sup>, sendo certamente por isso que nunca nos surge na

---

<sup>1132</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 131 e C.C., P. 6, nº 267.

<sup>1133</sup> J.A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, p. 317. Ver biografia nº 12.

<sup>1134</sup> A.D.B., Gav. dos Privilégios e Honras, nº 97; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 31 e Gav. 1ª das Propriedades e Honras do Cabido, nº 206.

<sup>1135</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 3.

<sup>1136</sup> A.D.B., C.C., P. 6, nºs 262 e 264.

<sup>1137</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 18.

<sup>1138</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 29.

documentação local. Em termos eclesiásticos, foi promovido a bispo de Viseu por João XXII a 27 de Março de 1329 <sup>1199</sup>.

Nº 150 – **João Vicente**, cónego, 1326-1342

Sabemos tratar-se de um familiar do arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>1200</sup>.

A primeira referência que encontramos é quando D. Gonçalo Pereira o nomeia, em 1326, seu procurador para tratar de assuntos junto do papa <sup>1201</sup>. Em 1327 aparece a entregar, em Avinhão, ao bispo de Penestrina, D. Pedro – o nosso conhecido arcediogo do Couto Pierre Després –, 2000 dobras de ouro referentes ao dito arcediagado <sup>1202</sup>. No mesmo ano é procurador de Aldonça Anes, abadessa de Arouca, na cúria romana <sup>1203</sup>. Em 1328 aparece referenciado como procurador do arcebispo e dos clérigos João Domingues Rei e Gregório Anes <sup>1204</sup>.

No ano de 1341 aparece envolvido nas questões sobre a jurisdição de Braga <sup>1205</sup>, facto que se mantém em 1342, pois em Fevereiro desse ano está no cabido para protestar contra o corregedor <sup>1206</sup>.

Nº 153 – **Mestre Pedro de Labrunia** <sup>1207</sup>, cónego, 1327-1328

É de 1327 a bula *Dudum ad nostri* dirigida pelo papa João XXII a este cónego de Braga, então Núncio Apostólico, para receber do arcebispo o excedente dos rendimentos da Mesa Arquiepiscopal <sup>1208</sup>. Aparece, depois, mencionado como cónego de Braga numa Letra Apostólica de Dezembro de

---

<sup>1139</sup> Pedro Fernandes e Vicente Anes.

<sup>1140</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 31 e 32.

<sup>1141</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 32.

<sup>1142</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 39; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 191 e C.C., P. 8, nº 355.

<sup>1143</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 174.

<sup>1144</sup> Ver biografia nº 147.

<sup>1145</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 1, p. 318 e vol. 2, pp. 237-242. Ver biografia nº 35.

<sup>1146</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 29 e 31.

<sup>1147</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 84 e C.C., P. 11, nº 456.

1328 <sup>1209</sup>.

Em 1323 é identificado como Mestre Pedro de Labrunia, reitor de Colónias que, juntamente com Raimundo de la Serra, foi colector deputado pela Santa Sé, para receber os proventos da mesa episcopal de Lisboa, ao tempo do bispo D. Frei Estêvão <sup>1210</sup>. No mesmo ano, estes dois indivíduos são mencionados numa carta de D. Dinis como «mensageiros do papa» <sup>1211</sup>.

#### Nº 154 – **Pedro Lourenço**, cónego, 1327-1335

Aparece como cónego em 1327, e só volta de novo a surgir na documentação quatro anos mais tarde <sup>1212</sup>.

Em 1335 faz doação dos seus bens ao cabido de Braga <sup>1213</sup>.

#### Nº 155 – **Afonso Anes de Veiras**, cónego, 1329-1341

Não sabemos de onde era originário, nem lhe conhecemos os parentes.

Em 1326, era prior da Golegã <sup>1214</sup>. No ano seguinte, aparece-nos como mordomo do arcebispo D. Gonçalo Pereira, a testemunhar a doação feita ao prelado dos padroados de várias igrejas <sup>1215</sup>. A sua primeira referência como cónego bracarense data de Julho de 1329. Na altura fazia-se uma inquirição sobre os incidentes que se haviam verificado em Vila Flor entre o concelho e o arcebispo, quando este procedeu à visitação daquela vila transmontana. Afonso Anes de Veiras esteve com o prelado nesses sucessos e, provavelmente, terá sofrido alguns ferimentos leves, pois D. Gonçalo Pereira fala em

<sup>1148</sup> A.D.B., Gav. dos Arcebispos, nº 85 e Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 32.

<sup>1149</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 999.

<sup>1150</sup> A.D.B., Gav. de Matéria de Prazos, nº 7.

<sup>1151</sup> A.D.B., C.C., P. 11, nº 461; P. 12, nº 491 e Gav. dos Legados e Sufrágios, nº 19.

<sup>1152</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 6; Livro das Cadeias, nºs 37 e 80; Livro II dos Testamentos, nº 8; Gav. 1ª das Igrejas, nºs 78 e 117; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 32 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas, nºs 208, 209 e 218, entre outros.

feridas, chagas e desonras que foram feitas em Vila Flor contra ele e os seus cónegos. Neste contexto, o corregedor do rei encarregado de fazer a inquirição solicitou a comparência perante o monarca dos cónegos, mas estes negaram-se, uma vez que o rei não era o seu juiz <sup>1216</sup>. Ainda no mesmo ano está presente quando o arcebispo entrega a João de Rei, reitor da igreja de Santiago de Vila Nova, uma soma pecuniária para despesas <sup>1217</sup>.

Em 1341, no mês de Março, reúne-se com os restantes capitulares para protestarem, juntamente com o arcebispo, contra a ação do corregedor do rei e nomearem os procuradores para apresentarem esse protesto junto do monarca <sup>1218</sup>.

Nº 156 – **Estêvão Anes de Sintra**, clérigo do coro, 1327 e cónego, 1329-1347

Nada sabemos sobre a sua origem. Das pessoas que o rodearam, conhecemos a existência de Vasco Fernandes, em 1333, como homem de confiança <sup>1219</sup>.

A primeira referência a este nome data de 1327, quando é intitulado de honrado barão e clérigo do coro <sup>1220</sup>. Depois, em Dezembro de 1329, surge como cónego e procurador do cabido <sup>1221</sup>. Em Junho de 1335, este capitular bracarense foi nomeado, juntamente com Gomes Lourenço, cónego de Guimarães, procurador do estado eclesiástico de Braga para responder ao papa sobre a dízima de seis anos para a expedição à Terra Santa <sup>1222</sup>. Depois

---

<sup>1153</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 18.

<sup>1154</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 7.

<sup>1155</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 84.

<sup>1156</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 6.

<sup>1157</sup> A.D.B., C.C., P. 10, nºs 445, 446 e 452.

<sup>1158</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 8. Em 1335, surge também como juiz comissário em Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 38.

<sup>1159</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nºs 735, 740 e 741; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 256.

<sup>1160</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 763.

<sup>1161</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 31 e 32 e Gav. 1ª das Propriedades e

dos acontecimentos de 1341, que também presenciou, os protestos cresceram de tom em Fevereiro de 1342. Estêvão Anes de Sintra é então procurador do cabido de Braga <sup>1223</sup>. Em 1343 esteve presente na instituição da capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>1224</sup>.

A última referência que encontrámos para este cónego é de Fevereiro de 1347 <sup>1225</sup>.

#### Nº 157 – **Fernão Peres**, cónego, 1329-1349

Terá falecido antes de 5 de Dezembro de 1349, pois o seu canonicato é confirmado pelo papa a Estêvão Anes devido à sua morte <sup>1226</sup>. Das pessoas que o rodearam temos conhecimento de um seu criado, chamado Martinho Fernandes <sup>1227</sup>.

Surge como cónego a partir de Dezembro de 1329, quando, como procurador da Sé de Braga, empraça uma quinta a um clérigo <sup>1228</sup>. Nesse ano é também, procurador do cabido <sup>1229</sup>. De 1347 são as últimas alusões a este cónego <sup>1230</sup>.

No capítulo económico, sabemos que em 1331 fez doação ao cabido de Braga do emprazamento de Fraião <sup>1231</sup>.

---

Rendas do Cabido, nº 202.

<sup>1162</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 223.

<sup>1163</sup> Ver biografia nº 13.

<sup>1164</sup> Ver biografia nº 15 dos porcionários.

<sup>1165</sup> Ver biografia nº 83.

<sup>1166</sup> A.D.B., Gav. de Testamentos, nº 42.

<sup>1167</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 191. O mestre dos Templários, ao tempo dos problemas motivados pela extinção da ordem, era Vasco Fernandes. Este Martinho Martins é, necessariamente, anterior.

<sup>1168</sup> Ver biografia nº 84.

<sup>1169</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 214.

<sup>1170</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 223 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do

Nº 158 – **André Pais**, cónego, 1333-1352

Não sabemos nada do seu nascimento. Faleceu antes de 22 de Junho de 1352, pois o seu canonicato é então confirmado a João de Pedroso devido ao seu falecimento <sup>1232</sup>.

Da sua família, conhecemos um sobrinho chamado Vicente Martins <sup>1233</sup>.

Identificámos também algumas das pessoas que o rodearam: João Pais, Domingos Semelhe, Martinho Peres e Fernão Aires, homens da sua confiança; um seu capelão denominado Lourenço Domingues; e, finalmente, um seu clérigo chamado Estêvão Martins <sup>1234</sup>.

Surge, a partir de 1325, como advogado da audiência de Braga e, em 1332, é também abade de S. Salvador de Cristelo <sup>1235</sup>. Por essa altura, é escolhido para testamenteiro pelo cónego Martinho Anes Barrosas <sup>1236</sup>

A partir de 1333, aparece-nos como cónego bracarense, quer a esse título apenas quer desempenhando diversos cargos e funções ao serviço da canónica e do prelado: como procurador do deão e do cabido ou do arcebispo, como juiz ordinário e até como vigário geral, em 1349, durante a vacância

---

Cabido, nº 247.

<sup>1171</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 37.

<sup>1172</sup> A.D.B., C.C., P. 10, nº 414. Outras referências mais tardias: A.D.B., C.C., P. 11, nº 444 e Livro II dos Testamentos, nº 45.

<sup>1173</sup> IAN/TT, Ch. D. Dinis, L. III, fl. 155.

<sup>1174</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, edição preparada por A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1984, nº 76, pp. 38-39.

<sup>1175</sup> Ver biografia nº 140.

<sup>1176</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 43.

<sup>1177</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 85.

<sup>1178</sup> A.D.B., Gaveta dos Testamentos, nº 43.

<sup>1179</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 89.

<sup>1180</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, nº 76, pp. 38-39.

<sup>1181</sup> A.D.B., C.C., P. 17, nº 677.

<sup>1182</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 224. Outras referências mais tardias: Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 225; Gav. 2ª das Igrejas, nº 97; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 52; Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 17; C.C., P. 17, nº 670 e P. 18, nº 705.

da Sé <sup>1237</sup>. Em 1351 ainda era vivo, pois o seu nome é referenciado no cabido quando este recebe um Breve do papa <sup>1238</sup>.

No capítulo económico, em 1325, pelo facto de ser um dos testamenteiros do cónego Martinho Anes de Barrosas, recebe a doação de algumas propriedades nas freguesias de Mesão Frio e Matamá, situadas perto de Guimarães <sup>1239</sup>. Em 1333 são-lhe doadas umas herdades em Fafe, Riba de Selho e Matamá <sup>1240</sup>.

#### Nº 159 – **Gil Peres**, cónego, 1334

Temos uma única referência a este cónego, como testemunha de um prazo feito pelo deão em 1334 <sup>1241</sup>.

#### Nº 160 – **João Domingues Rei** <sup>1242</sup>, cónego, 1334-1342

É, algumas vezes, referido na documentação, mesmo antes de ser cónego bracarense, a título de procurador de D. Gonçalo Pereira e desempenhando diversas funções ao seu serviço. Afirmava-se, então, clérigo de Braga <sup>1243</sup>, reitor de Santiago de Vila Nova <sup>1244</sup> e cónego de Viseu <sup>1245</sup>.

Foi cónego da Sé, pelo menos, a partir de 1334, data em que presenciar o pagamento de uma dívida de 400 florins de ouro do bispo de Astorga à capela de D. Gonçalo Pereira <sup>1246</sup>. Mais tarde, testemunha outros documentos <sup>1247</sup>.

Em Março de 1341, é nomeado procurador da igreja, arcebispo e cabido

<sup>1183</sup> A.D.B., Gav. dos Legados, nº 23.

<sup>1184</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 49.

<sup>1185</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 49.

<sup>1186</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 48. Ver biografia nº 37 dos porcionários.

<sup>1187</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 44.

<sup>1188</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 6.

<sup>1189</sup> A.D.B., C.C., P. 10, nº 427. Para 1327, Gav. 1ª das Igrejas, nºs 30 e 223.

<sup>1190</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 45.

<sup>1191</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 229, 237 e Livro I dos Testamentos, nº 94.

<sup>1192</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 15.

<sup>1193</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 802.

de Braga <sup>1248</sup>. No ano seguinte, surge também como reitor de Vila Nova, quando é convocado por D. Gonçalo Pereira para o Sínodo <sup>1249</sup>.

Nº 161 – **Gonçalo Anes Pimentel**, cónego, 1334-1344

Era filho do cavaleiro João Rodrigues Pimentel <sup>1250</sup>, mestre da ordem de Avis, e de Estevaínha Gonçalves Pereira, meia-irmã do arcebispo D. Gonçalo Pereira. Teve como irmãs Leonor Rodrigues Pimentel e Maria (ou Mécia) Rodrigues Pimentel <sup>1251</sup>.

Ainda era escolar quando foi feito cónego, em 1334, pelo seu tio arcebispo, que se valeu de uma autorização que lhe havia sido dada pela bula *Devotioni tuae* <sup>1252</sup>. Também era cónego prebendado em Astorga <sup>1253</sup>.

Contudo, em Março de 1344, D. Gonçalo Pereira solicita ao papa permissão para poder dar as suas prebendas a pessoa idónea. Gonçalo Anes perspectivava, então, abandonar a carreira eclesiástica, o que veio a fazer pouco depois, acabando por casar com Constança Afonso de Aragão <sup>1254</sup>.

– **Gonçalo Esteves de Moles**, cónego, 1334-1348

Já referenciado como deão com o nº 11.

Nº 162 – **João Martins**, cónego, 1334-1348

---

<sup>1194</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 48.

<sup>1195</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 79.

<sup>1196</sup> A.D.B., C.C., P. 11, nº 441.

<sup>1197</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 84 e C.C., P. 11, nº 456.

<sup>1198</sup> Sobre ele, ver Armando Luís Carvalho Homem, *O Desembargo Régio (1300 – 1433)*, Porto, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 369-370.

<sup>1199</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº105, nota 1, p. 64.

<sup>1200</sup> *Bulário Bracarense*, ed. Maria Assunção J. Vasconcelos e António de Sousa

Faleceu por 1348, pois o seu canonicato é conferido pelo papa a pedido do arcebispo, em Janeiro de 1349, a Nicolau Vicente <sup>1255</sup>.

Em 1342, aparece-nos como testamenteiro, criado e sobrinho do cónego Rodrigo Esteves <sup>1256</sup>. Das pessoas que o rodeavam, temos conhecimento de um seu clérigo chamado Martinho Anes <sup>1257</sup>.

Surge como cónego de Braga em 1334, ano em que desempenha o cargo de juiz <sup>1258</sup>. Foi também vigário geral <sup>1259</sup>. Esteve presente na instituição da capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira, na apresentação de Pedro Peres para reitor de Santiago de Figueiredo e em inúmeras outras ocasiões da vida capitular <sup>1260</sup>. Em 1347, organizou um processo sobre o provimento da igreja de Arões <sup>1261</sup>.

Possuía três canonicatos, em Braga, Guarda e Lamego <sup>1262</sup>, e era reitor de Penalva, em Viseu. Penitenciário do arcebispo, este pede ao papa, em 1346, mais privilégios para este cónego <sup>1263</sup>.

As suas últimas referências são do ano 1348, quando o encontramos mencionado como testemunha de uma doação feita por D. Gonçalo Pereira à irmã Guiomar Gonçalves <sup>1264</sup>.

### Nº 163 – **Gonçalo Peres**, cónego, 1334-1366

---

Araújo, Braga, Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho, 1986, p. 92.

<sup>1201</sup> A.D.B., C.C., P. 11, nº 452.

<sup>1202</sup> A.D.B., C.C., P. 11, nº 462.

<sup>1203</sup> A.D.B., C.C., P. 11, nº 466.

<sup>1204</sup> A.D.B., C.C., P. 12, n<sup>os</sup> 485 e 487.

<sup>1205</sup> A.D.B., Gav. Braga e sua Jurisdição, n<sup>os</sup> 16 e 19.

<sup>1206</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 17.

<sup>1207</sup> Ou Pedro de Labruja.

<sup>1208</sup> Maria Assunção J. Vasconcelos e António de Sousa Araújo, *Bulário Bracarense*, p.

94.

<sup>1209</sup> A.D.B., C.C., P. 12, nº 489.

<sup>1210</sup> A.D.B., C.C., P. 9, nº 379.

<sup>1211</sup> A.D.B., C.C., P. 9, nº 377.

<sup>1212</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 30; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 229.

O seu óbito será anterior a 4 de Outubro de 1366, pois é nessa data que o seu canonicato e prebenda, por sua morte, estão a ser solicitados por Domingos Fernandes; por essa súplica sabemos que foi subcolector apostólico <sup>1265</sup>.

Sabemos da existência de um seu sobrinho chamado Lourenço e de três homens de confiança: Gomes Lourenço, João Lourenço e Estêvão Lourenço <sup>1266</sup>. Teve também um clérigo, de nome Lourenço Domingues <sup>1267</sup>.

Aparece pela primeira vez como cónego de Braga a testemunhar um documento de 1334 sobre a adjudicação dos bens da igreja de S. Julião de Calendário à capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>1268</sup>. Esteve presente na redacção de diversos documentos de interesse para a canónica e, em Dezembro de 1355, representa o arcebispo, lendo uma carta deste para retirar as censuras de que os cónegos tinham sido alvo <sup>1269</sup>. Em Fevereiro de 1365 ainda se encontrava no cabido de Braga, quando é confirmada a conezia de Gonçalo Martins <sup>1270</sup>.

No plano económico, em Setembro de 1348, faz ler o testamento de uma mulher natural de Barcelos e prima do cónego Gonçalo Vasques, que lhe deixa uma taça e 20 varas de pano <sup>1271</sup>.

#### Nº 164 – **Martinho Afonso [de Brito]**, cónego, 1335-1341

Filho de Afonso Eanes de Brito e de Ausenda Pires da Oliveira, irmã do arcebispo D. Martinho Pires da Oliveira, era irmão de João Afonso de Brito, bispo de Lisboa, e primo de D. Rodrigo Pires da Oliveira, bispo de Lamego.

---

<sup>1213</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 227.

<sup>1214</sup> A.D.B., C.C., P. 10, nº 427.

<sup>1215</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nºs 83, 84 e Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 50.

<sup>1216</sup> A.D.B., C.C., P. 12, nº 498; P. 13, nº 503.

<sup>1217</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nº 503. Outras referências: A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nºs 48 e 97; Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 17; Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 17; C.C., P. 17, nº 669, P. 18, nº 721.

<sup>1218</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 15; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 256 e C.C., P. 19, C. 739.

<sup>1219</sup> A.D.B., C.C., P. 15, C. 582.

É referenciado como cónego em Junho de 1335, sendo então um dos procuradores que o cabido fez para apelar contra a dízima para socorro da Terra Santa <sup>1272</sup>.

Foi também cónego de Lisboa e chegou a ser eleito bispo de Lamego, em concorrência com João Martins, em 1330, mas não obteve confirmação papal <sup>1273</sup>. Em Janeiro de 1341, foi nomeado bispo de Évora pelo papa Bento XII, mantendo-se nesse lugar até 1347 <sup>1274</sup>.

### Nº 165 – **Francisco Domingues**, cónego, 1335-1346

Faleceu antes de 1 de Dezembro de 1346 <sup>1275</sup>.

Das pessoas que o rodearam temos conhecimento de três clérigos: Gomes Lourenço, Afonso Domingues e João Afonso <sup>1276</sup>.

Foi vigário geral do arcebispo e reitor de Santa Maria de Castro Roupal <sup>1277</sup>.

Encontramo-lo pela primeira vez como cónego, em 1335, testemunhando um documento <sup>1278</sup>. A 6 de Maio do ano seguinte, D. Gonçalo Pereira concede-lhe uma procuração para tratar dos negócios relativos a Roma; nessa altura, Francisco Domingues é referido como «*nostro*

<sup>1220</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 88.

<sup>1221</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 97. Outras referências: Gav. 1ª das Igrejas, nº 124; Livro I dos Testamentos, nº 78, 79 e 88; Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 15; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 256 e C.C., P. 20, nºs 763 e 769.

<sup>1222</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 19.

<sup>1223</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 17.

<sup>1224</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 763.

<sup>1225</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 80, 81 e 88.

<sup>1226</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 332, p. 173.

<sup>1227</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 86.

<sup>1228</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 59.

<sup>1229</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 220. Outras referências: Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 229, 256 e 269; Gav. das Propriedades Particulares, nº 900; Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 17; Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 15; Gav. 2ª das Igrejas, nº 49; C.C., P. 20, nº 769, P. 21, nº 802; Livro I de

*clericum*»<sup>1279</sup>. Foi ainda a ele que, em 1340, o prelado mandou proceder à leitura de uma carta onde constava a instituição da sua capela<sup>1280</sup>. Em 1342, esteve presente no sínodo convocado por D. Gonçalo Pereira<sup>1281</sup>.

Em Junho de 1344, em nome do almoxarife de Guimarães, solicita um documento e testemunha uma procuração passada pelo arcebispo a Afonso Anes Teixeira<sup>1282</sup>. Em 1345, o seu nome é mencionado como testemunha em três actos<sup>1283</sup>. Ainda no mesmo ano recebe do respectivo patrono a apresentação de Pedro Anes como vigário da igreja de Santiago de Figueiredo<sup>1284</sup>.

A 26 de Agosto de 1346, D. Gonçalo está ainda a suplicar ao papa mais privilégios para este cónego, alegando que Francisco Domingues era muito apreciado pelos conhecimentos que tinha em direito canónico<sup>1285</sup>.

#### Nº 166 – **Guillaume de Bos**<sup>1286</sup>, cónego, 1335-1347

Sabemos que faleceu por 1347, pois a sua prebenda de Lisboa é então solicitada ao papa para o futuro cónego de Braga Pierre Martel<sup>1287</sup>.

Como cónego, aparece referido uma única vez na documentação capitular em Junho de 1335, quando o cabido de Braga o nomeia seu procurador para protestar junto do arcebispo contra a dízima que o papa tinha imposto para socorrer a Terra Santa<sup>1288</sup>.

Em 1343, Guillaume de Bos haveria de solicitar ao Papa um canonicato e prebenda de Lisboa por morte de Miguel Vivas; afirmava-se então clérigo da Câmara Apostólica e cónego de Braga e Coimbra<sup>1289</sup>.

#### Nº 167 – **Martinho Martins**, cónego, 1335-1351

T e s t a m e n t o s ,  
n<sup>os</sup> 64, 65, 68, 69, 70, 71, 78 e 79.

<sup>1230</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>os</sup> 72, 74, 75, 76, 86, 87 e 92; Gav. dos Coutos, n<sup>o</sup> 54.

<sup>1231</sup> A.D.B., Gav. dos Legados, n<sup>o</sup> 19.

<sup>1232</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 539, p. 251.

<sup>1233</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n<sup>o</sup> 19.

<sup>1234</sup> A.D.B., Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 49; Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>o</sup> 254; Gav. Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 850; Livro I dos Testamentos, n<sup>os</sup> 83, 85 e C.C., P. 17, n<sup>o</sup> 684.

Faleceu, provavelmente, em 1351, já que o seu canonicato é em Julho desse ano, confirmado pelo papa em Afonso Anes Beledinho devido à sua morte <sup>1290</sup>.

Foi referenciado no cabido em Junho de 1335, quando os eclesiásticos de Braga decidem mostrar-se insatisfeitos com a dízima imposta pelo papa <sup>1291</sup>.

#### Nº 168 – **João Afonso**, cónego, 1338-1352

A primeira referência que encontramos para este cónego de Braga é de Fevereiro de 1338, quando foi testemunha de um prazo feito pelo cónego Durão Esteves <sup>1292</sup>.

Em Março de 1341, fizeram-no procurador da igreja, arcebispo e cabido de Braga para ir junto do rei protestar contra a acção do corregedor de E n t e -  
-Douro-e-Minho <sup>1293</sup>.

O seu canonicato vagou pela sua ascensão a bispo de Évora em 1352, tendo-se lá mantido até 1355 <sup>1294</sup>.

#### Nº 169 – **João Mendes**, cónego, 1340

Aparece mencionado como cónego de Braga a testemunhar a confirmação da instituição da capela de D. Gonçalo Pereira feita em 1340 <sup>1295</sup>.

#### – **Estêvão Peres [Homem]**, cónego, 1340-1349

---

<sup>1235</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 223; Gav. das Propriedades Particulares, nº 873; Livro II dos Testamentos, nº 52 e C.C., P. 14, nº 538.

<sup>1236</sup> Ver biografia nº 127.

<sup>1237</sup> A.D.B., C.C., P. 14, nº 580, P. 15, nº 606, P. 16, nº 635, P. 17, nºs 677, 681 e 684, P. 18, nº 728, P. 19, nº 763, P. 20, nºs 763 e 769, P. 21, nº 802, P. 22, nº 821; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 52; Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 40; Gav. de

Já referenciado como deão com o nº 12.

Nº 170 – **Rui Peres**, cónego, 1341-1342

Temos notícia deste cónego em Março de 1341, pois é nomeado procurador da igreja, arcebispo e cabido de Braga para defender a jurisdição da igreja de Braga. É de crer que tivesse formação superior, pois é referido como doutor <sup>1296</sup>.

Em Junho de 1342 tomou parte na reunião que escolheu Martinho Anes Carta como procurador para tomar posse da igreja de Alhariz <sup>1297</sup>.

Nº 171 – **Afonso Fernandes [Cogominho]**, cónego, 1341-1345

Poderá tratar-se do Afonso Fernandes Cogominho que deixou de ser cónego antes de 11 de Outubro de 1345, pois, nessa data, o reitor de Calvelo, Gomes Pais, solicita ao papa a sua prebenda e canonicato, vagas por sua renúncia <sup>1298</sup>. Sendo assim, seria filho de Fernão Nunes Cogominho e de Isabel Fernandes Pimentel, e irmão de Beatriz Fernandes Cogominho <sup>1299</sup>.

Referido apenas como Afonso Fernandes, sabemos que foi cónego de Braga, pelo menos, desde 1341. Nesta data, com efeito, aparece junto com outros cónegos, fazendo cabido, para afirmarem a jurisdição da igreja de Braga e nomearem procuradores que protestem, junto do rei ou dos seus oficiais, contra a acção do corregedor <sup>1300</sup>.

---

Braga e sua Jurisdição, n<sup>os</sup> 15, 16 e 17; Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 36; Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>os</sup> 49 e 99; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, n<sup>o</sup> 13; Gav. das Dignidades e Cónegos, n<sup>o</sup> 39; Gav. dos Coutos, n<sup>o</sup> 54; Gav. dos Quindénios e Décimas, n<sup>o</sup> 17; Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>os</sup> 250, 254, 256, 263 e 269; Livro I dos Testamentos, n<sup>os</sup> 59, 60, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80, 82, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 92.

<sup>1238</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n<sup>o</sup> 40.

<sup>1239</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 850. A doação é feita também ao

Nº 172 – **Gonçalo Anes**, cónego, 1342-1344

A primeira referência a este cónego bracarense data de Outubro de 1342, quando o cabido faz uma procuração para se tomar posse de uma igreja<sup>1301</sup>. Surge, depois, em Setembro do ano seguinte, aquando da instituição da capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira<sup>1302</sup>. Aparece pela derradeira vez em Janeiro de 1344<sup>1303</sup>.

Nº 173 – **Rui Vasques Pereira**, cónego, 1342-1344

Era filho de Vasco Gonçalves Pereira e Inês Lourenço da Cunha e sobrinho de D. Gonçalo Pereira, que instituiu em seu benefício um morgadio nas quintas de Água Levada e Lourosa. Abandonou, por isso, a carreira eclesiástica e casou com Maria Gonçalves de Berredo, tornando-se cavaleiro da casa de D. Afonso IV<sup>1304</sup>.

A primeira vez que aparece referenciado como cónego é em Outubro de 1342, no cabido de Braga<sup>1305</sup>.

O seu nome surge novamente mencionado como capitular de Braga no início de 1344. Na altura, Rui Vasques mostra aos vigários gerais uma série de documentos que tratam de doações que lhe foram feitas em Riba de Vizela entre 1340 e 1343<sup>1306</sup>.

Posteriormente, em 1363, o rei D. Pedro I exara uma carta onde manda que as suas justiças não devassem um lugar situado em Pinhel que este Rui

---

outro testamenteiro, não se especificando as propriedades.

<sup>1240</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 19.

<sup>1241</sup> A.D.B., C.C., P. 16, nº 637.

<sup>1242</sup> Também João de Rei.

<sup>1243</sup> A.D.B., C.C., P. 12, nºs 485 e 487.

<sup>1244</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nº 503.

<sup>1245</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nº 507.

<sup>1246</sup> A.D.B., C.C., P. 16, nº 635.

<sup>1247</sup> A.D.B., C.C., P. 16, C. 635, P. 17, nº 669 e Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 17.

<sup>1248</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nºs 15 e 16. Em Outubro desse ano surge mencionado, como testemunha, em A.D.B., Gav. Braga e sua Jurisdição, nº 12.

Vasques Pereira possuía <sup>1307</sup>.

Nº 174 – **Estêvão Anes**, cónego, 1342-1360

Nada sabemos sobre o seu nascimento, nem quando faleceu.

Das pessoas que o rodearam, apenas temos conhecimento de três serventes, de nomes Martinho Martins <sup>1308</sup>, Martinho Sequeira e Geraldo Lourenço <sup>1309</sup>. Sabemos também da existência de um seu procurador chamado João de Burgos <sup>1310</sup>. O bispo de Lisboa, D. Vasco, intitulou-o de seu clérigo quando solicitou ao papa, para ele, o canonicato e prebenda de Braga <sup>1311</sup>.

Foi procurador da canónica e provisor e administrador da obra de Santa Maria da Sé de Braga, cargo dado pelo deão e cabido de Braga <sup>1312</sup>. Foi também cónego de Guimarães e reitor de S. Tiago de Burgães e S. Pedro d'Este <sup>1313</sup>.

A sua última aparição é de Dezembro de 1360 <sup>1314</sup>.

Nº 175 – **Rodrigo Vasques**, cónego, 1343

Referido no cabido de Braga unicamente em Setembro de 1343, quando esteve presente na instituição da capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>1315</sup>.

Nº 176 – **Pedro Vasques da Cunha**, cónego, 1343

---

<sup>1249</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 752

<sup>1250</sup> A.D.B., C.C., P. 17, nº 663.

<sup>1251</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, p. 172.

<sup>1252</sup> Nela, estipulava-se que o prelado podia conferir duas prebendas a pessoas nobres.

<sup>1253</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nºs 66-67, pp. 33-34.

<sup>1254</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, pp. 145 e 228.

<sup>1255</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 291, pp. 152-153.

<sup>1256</sup> A.D.B., Gav. dos Legados, nº 23. Ver biografia nº 134.

<sup>1257</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 224.

<sup>1258</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 8 e Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº

Referido, igualmente, uma única vez, aquando da instituição da capela de D. Gonçalo Pereira, em Setembro de 1343<sup>1316</sup>.

Nº 177 – **Fernão Esteves**, cónego, 1343-1346

O seu nome é referido pela primeira vez em Setembro de 1343, quando testemunhou a instituição da capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira<sup>1317</sup>.

No ano seguinte, o dito prelado está a solicitar para ele a prebenda e o canonicato de Astorga; era também reitor de Santa Cristina de Serzedelo<sup>1318</sup>.

Em Janeiro de 1347 é de novo referenciado, agora numa doação feita ao cabido<sup>1319</sup>.

Nº 178 – **Gonçalo Vasques**, cónego, 1343-1348

Trata-se do sobrinho do chantre Egas Lourenço<sup>1320</sup>. Era filho de Vasco Lourenço e tinha uma irmã chamada Maria<sup>1321</sup>; também conhecemos o nome de uma sua prima, Catarina Domingues, que morava em Barcelos<sup>1322</sup>.

Em 1331, aquando da morte do seu tio, já era clérigo<sup>1323</sup>. Contudo, a primeira referência para este cónego do cabido de Braga, data de Setembro de 1343, quando esteve presente na instituição da capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira<sup>1324</sup>. Seguem-se muitas outras até 1348<sup>1325</sup>.

<sup>1259</sup> A.D.B., C.C., P. 19, n<sup>os</sup> 738 e 740, P. 20, n<sup>os</sup> 758, 769, 783, 784; Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 224 e Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 63.

<sup>1260</sup> A.D.B., C.C., P. 17, n<sup>o</sup> 679, P. 18, n<sup>os</sup> 721, 728, P. 19, n<sup>o</sup> 733, P. 20, n<sup>o</sup> 763, P. 2, n<sup>os</sup> 795, 802 e 809; Gav. de Braga e sua Jurisdição, n<sup>os</sup> 12, 15 e 16; Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>os</sup> 256 e 269; Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 48; Livro I dos Testamentos, n<sup>os</sup> 64, 66, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 78, 80, 86, 87, 89 e 90.

<sup>1261</sup> A.D.B., C.C., P. 21, n<sup>o</sup> 809.

<sup>1262</sup> Segundo Anísio Miguel de Sousa Saraiva, foi cónego de Lamego de 1319 a 1348, tendo mesmo sido eleito para a respectiva Mitra em 1330. Todavia, como para tal dignidade foi igualmente eleito outro cónego bracarense, Martim Afonso de Brito, o papa João XXII acabou por nomear uma terceira pessoa, D. Frei Salvado Martins (*A Sé de Lamego*, pp. 285-287).

<sup>1263</sup> Nomeadamente, o de receber os frutos e rendas dos benefícios, mesmo sem neles

Nº 179 – **Vasco [Rodrigues] da Cunha**, cónego, 1343-1349

De origem nobre, é intitulado de sobrinho por D. Gonçalo Pereira<sup>1326</sup>. Tratar-se-ia, com efeito, de um neto de Sancha Vasques Pimentel (irmã da sua mãe Urraca Vasques Pimentel), de nome Vasco Rodrigues da Cunha<sup>1327</sup>.

Aparece mencionado, pela primeira vez, como cónego em Setembro de 1343<sup>1328</sup>. Em Janeiro de 1347, surge em dois prazos realizados pelo cabido<sup>1329</sup>.

O arcebispo irá solicitar ao papa, em súplica de Janeiro de 1349, o cargo de deão para este seu familiar, perito em direito, por morte do anterior titular, Martinho Zote; era Vasco da Cunha, então, também reitor de S. Tiago de Moure<sup>1330</sup>. Deve, contudo, ter falecido nesse mesmo ano, pois a 6 de Maio de 1350 o seu canonicato foi confirmado a Gonçalo Peres<sup>1331</sup>. Não cremos, por isso, que tenha verdadeiramente exercido a dignidade de deão.

Nº 180 – **Vasco Peres**, cónego, 1343-1369

Entre os que o rodearam, apenas lhe conhecemos um homem de confiança chamado Gonçalo Afonso<sup>1332</sup>.

Foi cónego de Braga, pelo menos, a partir de Setembro de 1343<sup>1333</sup>. Numa súplica dirigida a Inocêncio VI, em 1353, intitula-se cónego prebendado de Braga e deão de Évora, explicando que tinha sido postulado para bispo desta última diocese sem, porém, ter sido confirmado. Como, por isso, ~~incorrera em~~ grandes trabalhos e despesas, pede ao papa que lhe permita residir. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº157, p. 92.

<sup>1264</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 812.

<sup>1265</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Urbano V, nº 258, p. 515.

<sup>1266</sup> A.D.B., Gav. de Testamentos, nº 48.

<sup>1267</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 21.

<sup>1268</sup> A.D.B., C.C., P. 16, nº 640.

<sup>1269</sup> A.D.B., Gav. da Sé e Missas, nºs 2 e 3; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 21; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 269; Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 17; Gav. dos Prazos do Cabido, nºs 63, 64 e 65; C.C., P. 21, nºs 795, 802, 807, 809 e Livro I dos Testamentos, nºs 64, 65, 68, 69, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 80 e 92.

<sup>1270</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 43.

receber outro benefício, juntamente com o canonicato e prebenda de Évora<sup>1334</sup>. Hermínia Vilar refere-o, efectivamente, como deão de Évora (mas não cónego) entre 1324 e 1358, mas dá-o também como cónego de Lamego e vigário geral do respectivo arcebispo<sup>1335</sup>, o que não é corroborado por Anísio Miguel de Sousa Saraiva, que nem o faz figurar na lista de cónegos.

A sua última referência em Braga data de Janeiro de 1369, quando faleceu o arceidiago de Barroso<sup>1336</sup>.

#### Nº 181 – **Garcia Olim**, cónego, 1345

Encontrámos uma única referência a este cónego, datada de Dezembro de 1345. Já havia falecido, pois o tesoureiro da catedral de Braga faz uma apelação à Sé Apostólica sobre a prebenda deixada vaga por sua morte<sup>1337</sup>.

#### Nº 182 – **João Peres**, cónego, 1346

Aparece referido como cónego de Braga e doutor em Novembro de 1346<sup>1338</sup>.

Nesse mesmo ano, em Dezembro, é nomeado procurador do cabido de Braga para dar consentimento ao prelado para confirmar o bispo de Mondonhedo<sup>1339</sup>. Ainda em Dezembro, João Peres surge-nos como juiz dado pelo arcebispo para julgar uma causa entre o cabido e um cavaleiro<sup>1340</sup>.

#### Nº 183 – **Mestre Ponço**, cónego, 1346-1347

<sup>1271</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 48.

<sup>1272</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nºs 17 e 19.

<sup>1273</sup> Anísio Miguel de Sousa Saraiva, *A Sé de Lamego*, pp. 83-84.

<sup>1274</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nota 2, p. 4. Sobre ele, ver Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, pp. 87-89.

<sup>1275</sup> Data em que Martinho Domingues pediu o canonicato e prebenda vagos por sua morte. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 211, p. 113.

<sup>1276</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 49 e C.C., P. 20, nº 776.

Surge referido como cónego de Braga em Novembro de 1346<sup>1341</sup>.

Em Abril de 1347, é mencionado no prazo que o cabido de Braga faz do casal de Moreiras<sup>1342</sup>.

Nº 184 – **João do Sem**, cónego, 1346-1349

Sabemos que faleceu antes de 3 de Novembro de 1349, pois há uma súplica ao papa datada desse dia que nos refere o seu óbito<sup>1343</sup>.

Aparece como cónego em Novembro de 1346, quando o cabido de Braga faz quatro prazos<sup>1344</sup>. Era também capelão apostólico.

Nº 185 – **Domingos Martins de Astorga**, cónego, 1346-1358

Era familiar da infanta D. Leonor, filha de D. Afonso IV, que em 1343 pede ao Papa um canonicato e prebenda de Braga para ele, por morte de Francisco Domingues<sup>1345</sup>.

Já em 1333, havia surgido este nome como abade de S. Clemente<sup>1346</sup>. Era igualmente cónego de Astorga, com os préstamos de Genestal e Castrotierra, e ainda reitor de S. Pedro de Alfândega e de S. Tiago de Moncorvo<sup>1347</sup>.

Todavia, como cónego de Braga, aparece apenas em 1346, quando a canónica faz um prazo de três vidas de umas casas em Maximinos<sup>1348</sup>. Em Junho de 1358 é nomeado, juntamente com Martinho Beeitez, cónego de Guimarães, procurador do cabido no processo contra o rico-homem Martinho Anes de Sousa e sua mulher, D. Branca, sobre a igreja de S. Tiago<sup>1277</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nºs 8 e 17; Gav. dos Arcebispos, nº 50; C.C., P. 20, nºs 766, 769 e 783. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº p. 91.

<sup>1278</sup> A.D.B., C.C., P. 17, C. 670. Outras referências, mais tardias: Gav. 2ª das Igrejas, nºs 49 e 99; Gav. de Braga e sua Jurisdição, nºs 15 e 16; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 256; C.C., P. 18, nº 728, P. 19, nº 752, P. 20, nº 763.

<sup>1279</sup> A.D.B., C.C., P. 16, nº 627.

<sup>1280</sup> A.D.B., C.C., P. 18, nº 721. Surge outras vezes em documentação relacionada com essa capela: A.D.B., C.C., P. 19, nº 763, P. 20, nº 777.

<sup>1281</sup> A.D.B., C.C., P. 18, nº 752.

de Alhariz e o seu couto <sup>1349</sup>.

Nº 186 – **Domingos Martins**, cónego, 1346-1360

A primeira referência que encontramos a este capitular de Braga data de Novembro de 1346; nessa altura, os cónegos dão o seu consentimento ao arcebispo para impor uma pena de excomunhão <sup>1350</sup>. Surge em diversos outros documentos da canónica até Dezembro de 1360 <sup>1351</sup>.

Nº 187 – **João Palmeiro**, cónego, 1347

Com este nome aparece-nos um cónego, em Fevereiro de 1347, quando o cabido de Braga dá o seu consentimento a um cavaleiro para reedificar uma igreja <sup>1352</sup>.

Nº 188 – **Vasco Rodrigues**, cónego, 1347

Aparece mencionado em Fevereiro de 1347, quando o cabido de Braga dá consentimento a Rui Gomes de Azevedo, herdeiro do cavaleiro João Rodrigues Vasconcelos, para reedificar a igreja onde este último estava sepultado <sup>1353</sup>.

Nº 189 – **Martinho Cerqueira**, cónego, 1347

A sua primeira referência como cónego é de Fevereiro de 1347, quando

---

<sup>1282</sup> A.D.B., C.C., P. 20, n<sup>os</sup> 772, 773, 776 e 777.

<sup>1283</sup> A.D.B., C.C., P. 21, n<sup>os</sup> 790, 791 e 798.

<sup>1284</sup> A.D.B., C.C., P. 21, n<sup>o</sup> 795.

<sup>1285</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 156, pp. 91-92.

<sup>1286</sup> Ou Guilherme de Bós, Guillelmus de Bos.

<sup>1287</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 266, p. 137. Ver bio-

o cabido deu autorização para que se reedificasse a igreja de S. Martinho de Louredo <sup>1354</sup>. No mês seguinte figura num prazo que a canónica fez de umas casas na Rua da Erva em Braga e de um casal em Espinho <sup>1355</sup> e noutro prazo de uma vinha e quinta em Montélios <sup>1356</sup>.

Nº 190 – **Fernão Rodrigues**, cónego, 1349

Como cónego de Braga, a sua única referência é de Janeiro de 1349 <sup>1357</sup>.

Nº 191 – **Pedro Esteves Ferraz**, cónego, 1349

Aparece-nos pela primeira vez em Janeiro de 1349 <sup>1358</sup> e volta a ser mencionado em Setembro <sup>1359</sup>. Sabemos que no final desse ano, um clérigo com o mesmo nome está a pedir a confirmação de uma prebenda e canonicato do Porto sem referir qualquer benefício na Sé de Braga <sup>1360</sup>; tratar-se-á do mesmo indivíduo?

Nº 192 – **João de Ponte**, cónego, 1349

É referido como cónego, unicamente, em Setembro de 1349 <sup>1361</sup>.

Nº 193 – **Raymond de Bos** <sup>1362</sup>, cónego, 1349

Sabemos apenas que terá falecido por 1349, pois em Setembro desse

---

grafia nº 196.

<sup>1288</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nºs 17 e 19. Mas, já em 1332, ele aparecera na documentação local como colector da dízima do papa (A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 15).

<sup>1289</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 40, p. 23.

<sup>1290</sup> *Ib.*, nº 482, p. 228.

<sup>1291</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 17.

ano, o cabido atribuiu a sua conezia «*per obitum*» a Fulcom Pereira <sup>1363</sup>.

– **Vasco Domingues**, cónego, 1349-1350

Já referenciado como chantre com o n° 26.

N° 194 – **João Moino**, cónego, 1349-1351

Surge como cónego bracarense em Janeiro de 1349. Era também abade de S. Tiago de Antas <sup>1364</sup>.

Dois anos depois é novamente mencionado, em Janeiro, no cabido de Braga <sup>1365</sup>.

N° 195 – **Fulcom Pereira**, cónego, 1349-1351

Recebe, em Setembro de 1349, a conezia que havia pertencido a Raymond de Bos. Era reitor de Fontecalssato e fez-se representar, então, por um procurador, na circunstância o cónego Gabriel Anes <sup>1366</sup>.

Um Breve do Papa Clemente VI, datado de 1351, intima o cabido bracarense a manter o rendimento do seu canonicato durante a sua ausência de cinco anos para estudos <sup>1367</sup>. Era, pois, um cónego não residente autorizado, o que, provavelmente, já tinha acontecido com o seu antecessor.

<sup>1292</sup> A.D.B., Gav dos Prazos Particulares, n° 45.

<sup>1293</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, n° 15.

<sup>1294</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Inocêncio VI, n° 6, nota 2, p. 268. Cf. Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, pp. 91-92.

<sup>1295</sup> A.D.B., C.C., P. 18, n° 721.

<sup>1296</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, n° 15.

<sup>1297</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, n° 48.

<sup>1298</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n° 112, p. 69.

<sup>1299</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, p. 194.

<sup>1300</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, n° 15 e Gav. 1ª das Propriedades do Cabido, n° 256.

Nº 196 – **Pierre Martell** <sup>1368</sup>, cónego, 1349-1355

Clérigo de Limoges, bacharel em leis, oficial da Sé de Lisboa, capelão e familiar do bispo dessa diocese, D. Estêvão Anes, é objecto de duas súplicas endereçadas por este ao papa e despachadas em 1347 <sup>1369</sup>. No entanto, a sua primeira aparição como cónego de Braga é de Setembro de 1349, quando é atribuída a conezia a Fulcom Pereira <sup>1370</sup>.

Entretanto, sendo colector da Câmara Apostólica, pede ao papa um arce-diagado em Lisboa <sup>1371</sup> e a igreja paroquial de Achete, nessa mesma diocese <sup>1372</sup>.

Morreu por 1355, na cúria romana, pois a 9 de Junho desse ano o seu canonicato e prebenda bracarenses foram objecto de uma súplica (cancelada) em benefício de Estêvão Peres, sobrinho de Afonso Raimundo, embaixador de D. Afonso IV <sup>1373</sup>.

Nº 197 – **João Domingues**, cónego, 1349-1360

A primeira vez que nos aparece uma referência a este cónego é em Janeiro de 1349 <sup>1374</sup>. Surge, depois, esporadicamente na documentação <sup>1375</sup>. Em Dezembro de 1360, voltamos a encontrá-lo quando o cabido dá uma quitação ao prebendeiro de todas as rendas; nessa altura, exercia o cargo de contador do cabido de Braga <sup>1376</sup>.

Nº 198 – **Afonso Anes**, cónego, 1349-1360

Como cónego, está referenciado entre Janeiro de 1349 e Outubro de

---

<sup>1301</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 49.

<sup>1302</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 763.

<sup>1303</sup> A.D.B., C.C., P. 20, nº 769.

<sup>1304</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, p. 305.

<sup>1305</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 49.

<sup>1306</sup> A.D.B., C.C., P. 20, nº 766.

<sup>1307</sup> *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I*, nº 854, p. 389.

<sup>1308</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 808.

1360<sup>1377</sup>. Em Agosto de 1350, é procurador da canónica num prazo que esta fez das igrejas de Adaúfe e Goães<sup>1378</sup>. Em Maio de 1356, como procurador do deão e do cabido de Braga, está a tomar posse do couto de Apúlia que o arcebispo lhes havia doado e a remover os oficiais do prelado, colocando aí outros<sup>1379</sup>.

#### Nº 199 – **Gonçalo Esteves de Rossas**, cónego, 1349-1362

Em Outubro de 1362 havia já falecido. Pelo seu testamento, ficamos a saber que tinha dois irmãos – Fernão Esteves e Aldonça Esteves – e seis sobrinhos – Martinho Gil que era abade de Lousada, Gil Gonçalves, Joana Vasques, Gonçalo Vasques, Estêvão Fernandes e Gil Fernandes, estes dois últimos filhos de Fernão Esteves<sup>1380</sup>.

Sabemos também da existência de um seu homem, Estêvão Domingues, e de um seu clérigo, Martinho Anes, abade de Godinhaços. Temos ainda, referência a duas criadas e um criado, Joana Gonçalves, Senhorinha Gonçalves e Fernão Gonçalves.

Foi seu testamenteiro um cónego do Porto chamado Martinho Anes.

Era abade de S. Clemente de Basto.

A sua primeira referência como cónego de Braga data de Setembro de 1349<sup>1381</sup>. No entanto, o canonicato apenas lhe é confirmado, pelo papa, em 1350, por morte de Gonçalo Esteves de Moles<sup>1382</sup>. Seguem-se diversas outras aparições na documentação capitular, até Dezembro de 1360<sup>1383</sup>.

<sup>1309</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 72.

<sup>1310</sup> A.D.B., Gav. da Sé e Missas, nº 4. Com igual nome já encontramos um procurador de um outro cónego.

<sup>1311</sup> Curiosamente, esta súplica data de 1343, sendo, portanto, posterior à primeira aparição de Estêvão Anes como cónego na documentação do cabido. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 33, p. 21.

<sup>1312</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nºs 72, 125 e 150; Gav. 2ª das Igrejas, nº 46; Gav. dos Legados, nº 23; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40; Gav. de Sé e Missas, nºs 3 e 4; Gav. dos Prazos do Cabido, nº 64; Livro I dos Testamentos, nºs 59, 61, 63, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 84, 86, 87, 89, 90 e 94; C.C., P. 20, nº 784, P. 21, nº 802, P. 22, nº 825.

Nº 200 – **Nuno Gonçalves Camelo**, cónego, 1349-1363

Filho de Gonçalo Nunes Camelo e de Aldonça Rodrigues Pereira, era seu irmão Álvaro Gonçalves Camelo, criado do Prior do Hospital, a quem este procurou transmitir o priorado, sem sucesso<sup>1384</sup>. Sabemos que era sobrinho do deão Estêvão Peres<sup>1385</sup>.

Foi sua barregã Senhorinha Martins de Basto<sup>1386</sup>.

Confirmado pelo papa como cónego de Braga em Janeiro de 1349, devido à morte de Martinho Zote e a pedido de D. Gonçalo Pereira<sup>1387</sup>, é constituído cónego prebendado pelo deão, em Dezembro de 1362, na mesma ocasião em que seu irmão Vasco Gonçalves Camelo é feito porcionário da igreja de Santa Cristina de Nogueira, da diocese de Lamego<sup>1388</sup>.

Em Setembro está a apelar para a corte de Roma, pois temia ser agravado pelo arcebispo e seus vigários sobre a conezia e benefício. Nessa apelação fazia seus os mesmos procuradores que o tio já havia enviado a Roma<sup>1389</sup>. A sua última intervenção é de 1363<sup>1390</sup>.

Nº 201 – **Gabriel Anes**, porcionário, 1349 e cónego, 1349-1363

Morreu antes de 7 de Agosto de 1363 pois, devido ao seu falecimento, a sua igreja de S. Salvador da Pena está então a ser solicitada ao papa<sup>1391</sup>.

Era, em 1341, camareiro do arcebispo de Braga<sup>1392</sup> e, em 1344, abade de S. Tiago da Forca<sup>1393</sup>. Desconhecemos se manteve esta paróquia ou não depois de se ter tornado cónego, embora saibamos que teve igualmente a seu

---

<sup>1313</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 752 e Gav. 2ª das Igrejas, nº 48. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 33, p. 21.

<sup>1314</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 275.

<sup>1315</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 763.

<sup>1316</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 763.

<sup>1317</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 763.

<sup>1318</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 67, pp. 33-34.

<sup>1319</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 72.

<sup>1320</sup> Ver biografia nº 19.

<sup>1321</sup> Luciano Afonso dos Santos, *D. Egas Lourenço*, p. 277.

cargo as igrejas de S. Salvador da Pena e S. Pedro de Este, e prestou serviço na câmara apostólica.

Depois de, em Abril de 1349, ter pedido ao papa a confirmação do canonicato e prebenda bracarenses vagos pela morte de Martinho Anes Carta, para os quais fora eleito pelo cabido durante a sé vacante <sup>1394</sup>, surge em Setembro como cónego na documentação local; é, então, procurador do cónego Fulcom Pereira para receber a respectiva conezia <sup>1395</sup>. As suas aparições são esporádicas, mas em 1360 desempenha o cargo de contador do cabido <sup>1396</sup>.

Ao ascender ao canonicato, deixa livre uma tercenaria que, anos mais tarde, é solicitada pelo novo arcebispo, D. Guilherme, para um seu familiar, Pedro Bernerio <sup>1397</sup>.

#### Nº 202 – **Fernão Afonso**, cónego, 1349-1369

A primeira referência encontrada para este indivíduo como cónego bracarense data de Setembro de 1349 <sup>1398</sup>. Todavia, a confirmação papal só chegou em 1350 <sup>1399</sup>.

A partir de então, surge algumas vezes na documentação local <sup>1400</sup>. Nomeadamente, foi um dos taxadores das 50 mil libras que, em 1364, o clero do arcebispado de Braga emprestou ao rei D. Pedro I <sup>1401</sup> e serviu de procurador ao cabido quando Gonçalo Martins foi investido no canonicato,

<sup>1322</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 48.

<sup>1323</sup> Luciano Afonso dos Santos, *D. Egas Lourenço*, p. 277.

<sup>1324</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 763.

<sup>1325</sup> Livro I dos Testamentos, nºs 61, 62, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 76, 78, 79, 80, 86, 87, 89, 90 e 92; Gav. dos Coutos, nº 54 e C.C., P. 20, nº 769, P. 21, nº 802.

<sup>1326</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 288, pp. 152-153.

<sup>1327</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, p. 237 e J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, pp. 359-360.

<sup>1328</sup> A.D.B., C.C., P. 20, nº 763 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 263. Para 1344, C.C., P. 20, C. 769. Em 1346, Livro I dos Testamentos, nºs 69, 70 e 79; C.C., P. 21, nº 802.

<sup>1329</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 74, 76, 80 e Gav. dos Coutos, nº 54.

<sup>1330</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 288, pp. 152-153.

<sup>1331</sup> *Ib.*, nº 380, p. 192.

em 1365<sup>1402</sup>.

Só voltamos a encontrar referência para este cónego em Janeiro de 1369<sup>1403</sup>.

Nº 203 – **Mestre Pierre de Marguerite**<sup>1404</sup>, cónego, 1350-1359

Era consanguíneo do arcebispo D. Guilherme de La Garde e seu vigário, e sobrinho de um servidor do pontífice, G. de Margarita<sup>1405</sup>.

Em Fevereiro de 1350, na confirmação que o prelado fez da igreja de Geraz do Lima, que era da sua apresentação, surge referido como cónego de Braga e licenciado em leis<sup>1406</sup>. No entanto, data apenas de 1353 a súplica endereçada ao papa pelo arcebispo, para que fosse ele a ocupar o canonicato e prebenda vagos pela sagração de João Afonso como bispo de Évora<sup>1407</sup>.

Surge, esporadicamente, na documentação até 1359<sup>1408</sup>.

Foi cónego das igrejas de Coimbra e Santa Rodegunda e reitor das igrejas de Banac e S. Vicente de Sousa<sup>1409</sup>.

Nº 204 – **Guillaume Pilote**<sup>1410</sup>, cónego, 1350-1361

Foi a 3 de Novembro de 1349 que Clemente VI despachou, favoravelmente, o pedido do canonicato bracarense vago por morte de João do Sem, que o arcebispo eleito D. Guilherme fez para este seu vigário<sup>1411</sup>. Mas este acto não teve o seguimento pretendido, pois a 4 de Agosto do ano seguinte o

---

<sup>1332</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 836.

<sup>1333</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 263 e 275; Gav. dos Prazos do Cabido, nºs 63, 64, 65 e 67; Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 40 e 43; Gav. dos Coutos, nº 54; Gav. da Sé e Missas, nºs 2 e 3; Gav. dos Testamentos, nº 49; Livro I dos Testamentos, nºs 64, 65, 68, 71, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 86, 87, 89 e 92; C.C., P. 20, nº 763, P. 21, nº 796, P. 22, nºs 836 e 851.

<sup>1334</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Inocêncio VI, nº 12, pp. 270-271.

<sup>1335</sup> Hermínia V. Vilar, *As Dimensões de um Poder*, p. 336.

<sup>1336</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1337</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 798.

<sup>1338</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 69 e 70.

prelado e o cabido intervêm junto do pontífice para manter de posse dessa conezia Gonçalo Martins, que nela tinha sido provido por ignorância da reserva pontifícia, até que vagasse outro canonicato <sup>1412</sup>.

A primeira referência que encontramos dele como cónego data de Fevereiro de 1350; era licenciado em leis e aparece na confirmação feita pelo arcebispo da igreja de Geraz do Lima <sup>1413</sup>. Volta a ser citado na documentação local em 1351, 1355 e 1359 <sup>1414</sup>. Foi vigário geral do arcebispo em 1353 <sup>1415</sup>.

Foi provido num canonicato de Évora, em 1357, por Inocência VI, a quem solicitou no mesmo ano o chantrado de Lisboa; era, então, colector apostólico <sup>1416</sup>. Em 1361 está a ser provido numa prebenda e canonicato de Lisboa; quanto ao chantrado da mesma catedral, mantinha sobre ele um litígio com Afonso Domingues de Linhares desde, pelo menos, 1358. Ainda por lá se encontrava em 1365 <sup>1417</sup>.

#### Nº 205 – **Mestre Raymond de Toulouse** <sup>1418</sup>, cónego, 1351

Era bacharel em leis e vigário do arcebispo D. Guilherme de La Garde, que, em 1350, pediu para ele a igreja de S. Martinho de Alporão, em Santarém; também aguardava a tesouraria, canonicato e prebenda de Lisboa <sup>1419</sup>. Surge no cabido de Braga uma única vez, em Janeiro de 1351 <sup>1420</sup>.

<sup>1339</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 79.

<sup>1340</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 83. Também nos aparece este cónego em C.C., P. 21, nº 802.

<sup>1341</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 66, 68, 69 e 70; C.C., P. 21, nº 802.

<sup>1342</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 92.

<sup>1343</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 326, p. 171.

<sup>1344</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 64, 65, 68 e 71.

<sup>1345</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 18, p. 14.

<sup>1346</sup> A.D.B., Gav. das Religiões e Mosteiros, nº 39.

<sup>1347</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 253, pp. 14 e 129-130.

Nº 206 – **Pierre Bertrand** <sup>1421</sup>, porcionário, 1351 e cónego, 1355-1369

A primeira referência que encontramos a este indivíduo data de 1351, quando aparece citado como porcionário <sup>1422</sup>. Em Dezembro de 1355, já era cónego de Braga, pois é assim referido no cabido <sup>1423</sup>. Contudo, data apenas de 1357 o pedido de confirmação do seu canonicato e prebenda bracarenses, vagos por morte de Gil Esteves; tinha, nessa altura, igualmente benefícios nas igrejas de Lissac (diocese de Rieux) e Minhotães (diocese de Braga) <sup>1424</sup>.

Em Novembro desse ano, aparece como chanceler do arcebispo quando este determina que, dos benefícios a vagar no arcebispado, o cabido recebesse a terça parte e a mitra o restante <sup>1425</sup>.

Em Maio de 1364, é referido numa altura em que é vigário geral e emite uma sentença <sup>1426</sup>. Aparece pela última vez em Janeiro de 1369 <sup>1427</sup>.

Nº 207 – **Francisco Anes**, cónego, 1359

O seu nome surge em Agosto de 1359 como cónego de Braga. Era na altura um dos procuradores do cabido que fez um acordo com Martinho Anes de Sousa sobre a igreja de Alhariz <sup>1428</sup>.

Nº 208 – **Afonso Anes Beledinho** <sup>1429</sup>, cónego, 1359-[antes de 1365]

---

<sup>1348</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 64.

<sup>1349</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 46.

<sup>1350</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 69 e 70; C.C., P. 21, nº 802.

<sup>1351</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 275; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 13; Gav. da Sé e Missas, nºs 2 e 3; Gav. 1ª das Igrejas, nº 125 e Gav. dos Prazos do Cabido, nº 64.

<sup>1352</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 89 e 90.

<sup>1353</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 90.

<sup>1354</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 90.

<sup>1355</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 86.

Sabemos que em 1365 já não era vivo, pois a conezia deixada vaga por ele estava a ser ocupada por Gonçalo Martins <sup>1430</sup>.

Surge confirmado pelo papa num canonicato de Braga em 1351, por falecimento de Martinho Martins <sup>1431</sup>. No entanto, é referido na documentação capitular apenas em Fevereiro de 1359 <sup>1432</sup>. Nesse ano foi procurador do arcebispo, mas é em nome do cabido de Braga que pede ao tabelião um instrumento.

#### Nº 209 – **Gomes Pais de Azevedo**, cónego, 1360

Aparece referido uma única vez, em 1360, tomando posse da quinta de Semelhe <sup>1433</sup>. Poderá ser o Gomes Pais, cónego bracarense, a quem os monges do mosteiro de S. Martinho de Mancelos incumbiram de escolher o seu novo prior, em 1361 <sup>1434</sup>.

#### Nº 210 – **Beltrão Beltrães**, cónego, 1360-1363

Era doutor em leis <sup>1435</sup>.

Surge, pela primeira vez mencionado em Novembro de 1360, como vigário geral do arcebispo D. João; na altura era também deão de Orense <sup>1436</sup>. Como cónego bracarense e vigário geral do prelado, é objecto de menções esporádicas até 1363 <sup>1437</sup>.

---

<sup>1356</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 87.

<sup>1357</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 13.

<sup>1358</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 13.

<sup>1359</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39.

<sup>1360</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 329, p. 172.

<sup>1361</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39.

<sup>1362</sup> Ou Raimundo de Bos.

<sup>1363</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39

<sup>1364</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 13 e C.C., P. 22, nº 825.

Nº 211 – **Gonçalo Lourenço**, cónego, 1360-1369

A primeira referência que encontramos a este nome como cónego data de Fevereiro de 1360<sup>1438</sup>. Volta a aparecer mencionado cinco anos mais tarde e, finalmente, em Janeiro de 1369, quando se procede à abertura do testamento do arcediogo de Barroso<sup>1439</sup>.

Nº 212 – **Diego Álvares**, cónego, 1362-1374<sup>1440</sup>

Aparece, pela primeira vez, em 1362, como testemunha da concessão de um canonicato a Nuno Gonçalves Camelo e de uma tercenaria ao irmão deste, Vasco Gonçalves Camelo<sup>1441</sup>. Em Janeiro seguinte, figura novamente como testemunha de um documento<sup>1442</sup>. Seis anos mais tarde, em 1369, voltamos a encontrar Diego Álvares<sup>1443</sup>, sendo a última referência feita numa sentença proferida pelo arcebispo, em 1374<sup>1444</sup>.

Nº 213 – **Domingos de Espinho**, clérigo do coro, 1346, porcionário, 1349-1360 e cónego, 1363-1374

Da sua família conhecemos um irmão, António Esteves, e entre aqueles que o rodearam aparece-nos António Domingues, que ele criou; ele próprio

---

<sup>1365</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40.

<sup>1366</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39

<sup>1367</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40.

<sup>1368</sup> Ou Pedro de Martelo, Petri de Martello.

<sup>1369</sup> Uma sobre o canonicato e prebenda de Braga, outra sobre os de Lisboa. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 252, p. 129 e nº 266, p. 137.

<sup>1370</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39. Outras referências nos anos seguintes: Gav. dos Prazos Particulares, nº 63; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40.

<sup>1371</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 324, p. 170. Em 1353, já tinha recebido essa dignidade, *Ib.*, Inocêncio VI, nºs 3-4, p. 266.

<sup>1372</sup> *Ib.*, Clemente VI, nº 416, p. 205.

foi criado por Pedro Anes, arcediogo de Barroso, de quem foi testamenteiro <sup>1445</sup>.

Como clérigo do coro, em 1346, é testemunha de dois actos, um em que o arcebispo de Braga solicitou aos capitulares consentimento para confirmar o bispo de Mondonhede e outro em que o cabido nomeou procuradores <sup>1446</sup>.

Em Maio de 1349, aparece como raçoeiro e procurador do deão Estêvão Peres <sup>1447</sup>. Em Dezembro de 1355, testemunha, como tercenário, a entrega do báculo e mitra de D. Frei Telo aos representantes do arcebispo e a absolvição dada por este das censuras aos cónegos de Braga <sup>1448</sup>. Cinco anos mais tarde, continua como tercenário da igreja de Braga <sup>1449</sup>.

Não sabemos quando passou a receber a conezia por inteiro. É intitulado de cónego, pela primeira vez, em Janeiro de 1363 <sup>1450</sup>, estendendo-se as referências ao seu nome até 1374 <sup>1451</sup>.

Nº 214 – **Gonçalo Martins**, porcionário, 1319-1347 e cónego, 1365

Sobre a sua família, sabemos que era sobrinho de um privado do rei, chamado Lourenço Gonçalves. Temos, também, notícia de um seu clérigo chamado Gonçalo <sup>1452</sup>.

A sua primeira referência como porcionário data de 1319, quando é provido em abade de Argivai, sendo clérigo do arcebispo <sup>1453</sup>. Volta a ser referido como porcionário em Janeiro de 1327 <sup>1454</sup>, estendendo-se as referências

<sup>1373</sup> *Ib.*, Inocêncio VI, nº 72, p. 302.

<sup>1374</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 13.

<sup>1375</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 63 e Gav. 2ª das Igrejas, nº 46.

<sup>1376</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 275.

<sup>1377</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 13; Gav. 1ª das Igrejas, nº 125 e Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 22.

<sup>1378</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos Particulares, nº 63.

<sup>1379</sup> A.D.B., Gav. dos Coutos, nº 42.

<sup>1380</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 51.

<sup>1381</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39. Para os anos seguintes: Gav. dos Prazos do Cabido, nº 63 e Gav. das Dignidades e dos Cónegos, nº 40.

<sup>1382</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 382, p. 192.

<sup>1383</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 275; Gav. dos

por mais vinte anos. Ainda como porcionário, em Novembro de 1347, vê-lhe ser confirmada a apresentação ordinária da igreja de S. Miguel de Argivai, da qual era reitor <sup>1455</sup>. Surge também como sub-colector da dízima papal <sup>1456</sup>.

Em Maio de 1344, a pedido do deão e cabido, foi provido num canonicato de Braga em expectativa de prebenda <sup>1457</sup>. Todavia, a situação só parece ter ficado resolvida em Fevereiro de 1365, quando, por ser sobrinho de um privado do rei, Lourenço Gonçalves, «*de que poderia vijr prol e honrra ao dicto Cabidoo e aa dicta Igreja*», o cabido decidiu dar consentimento para que Gonçalo Martins ficasse com a conezia vaga devido à morte de Afonso Anes Beledinho <sup>1458</sup>.

#### Nº 215 – **João Anes**, cónego, 1365

Clérigo da diocese do Porto, em 1365 era cónego dessa Sé e da de Braga, pois está a solicitar permuta do seu canonicato bracarense por uma porção na igreja de S. Salvador de Monte Córdova, da referida diocese, possuía por Afonso Anes <sup>1459</sup>.

#### Nº 216 – **Afonso Anes**, cónego, 1365-1366

Clérigo da diocese do Porto e reitor de S. Martinho de Rio de Moinhos.

Em Setembro de 1365, deu a sua porção na igreja de S. Salvador de Monte Córdova em troca de um canonicato bracarense, cedido por João Anes <sup>1460</sup>. Mas menos de um ano mais tarde, permuta este por um canonicato no Porto com João Esteves <sup>1461</sup>.

---

Testamentos, nº 50; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40; Gav. da Sé e Missas, nº 3; Gav. dos Prazos do Cabido, nºs 64 e 65.

<sup>1384</sup> Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Os Pimentéis*, p. 171, em particular nota 223.

<sup>1385</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 846. Ver biografia nº 12.

<sup>1386</sup> J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas*, vol. 2, p. 387.

<sup>1387</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 289, p. 153.

<sup>1388</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 840.

<sup>1389</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 846.

Nº 217 – **Gonçalo Afonso**, cónego, 1365-1366 <sup>1462</sup>

A primeira referência que temos a este cónego data de Fevereiro de 1365, quando o cabido de Braga confirma e atribui uma conezia <sup>1463</sup>. Volta a aparecer quando os capitulares fazem uma procuração a um dos seus pares, em Janeiro do ano seguinte <sup>1464</sup>.

Nº 218 – **Álvaro Esteves**, cónego, 1365-1374 <sup>1465</sup>

A primeira referência encontrada é de Fevereiro de 1365, quando Gonçalo Martins recebe a conezia <sup>1466</sup>. Em Julho de 1373, surge como testemunha da pública forma do testamento do cónego Afonso Domingues e como seu testamenteiro <sup>1467</sup>. Por fim, em 1374 está no cabido quando os capitulares chegam a um acordo com o arcebispo sobre as apresentações e colações <sup>1468</sup>.

Nº 219 – **Diogo de Beja**, cónego, 1366

Aparece-nos referido como cónego de Braga e procurador do cabido, em Fevereiro de 1366. Na altura encontrava-se em Santarém, a fazer um prazo de umas propriedades que haviam pertencido ao deão Martinho Zote <sup>1469</sup>.

Nº 220 – **Domingos Fernandes**, cónego, 1367-1369

---

<sup>1390</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 842.

<sup>1391</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Urbano V, nº 131, p. 457.

<sup>1392</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 798.

<sup>1393</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nºs 773 e 777.

<sup>1394</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 296, pp. 156-157.

<sup>1395</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39.

<sup>1396</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 275; Gav. dos Prazos do Cabido, nºs 63 e 64; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40 e Gav. 2ª das Igrejas, nº 46.

Solicitou, em 1366, o canonicato de Braga e a respectiva prebenda por morte de Gonçalo Peres; era, então, reitor de Santa Maria de Duas Igrejas, da mesma diocese <sup>1470</sup>.

A primeira referência local que encontramos a este cónego de Braga data de Março de 1367, quando era vigário geral do arcebispo <sup>1471</sup>. Volta a ser referido apenas em Janeiro de 1369 <sup>1472</sup>.

Nº 221 – **João Esteves**, cónego, 1368-1374 <sup>1473</sup>

Em Março de 1366, trocou o canonicato que tinha no Porto pelo de Braga com Afonso Anes <sup>1474</sup>. Contudo, no cartório do cabido, a primeira referência a este cónego data de 1368, estendendo-se depois a sua presença até ao final do período considerado <sup>1475</sup>.

Exerceu as funções de juiz ordinário <sup>1476</sup>.

Nº 222 – **Oliver Iufranque**, cónego, 1369

A única referência a este cónego bracarense data de Janeiro de 1369 <sup>1477</sup>.

Nº 223 – **Martinho Beeitez**, cónego, 1369-1374 <sup>1478</sup>

---

<sup>1397</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Inocêncio VI, nº 61, p. 295. Sobre este, contudo, a documentação local não nos forneceu qualquer notícia.

<sup>1398</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39.

<sup>1399</sup> Respeitante ao canonicato vago por morte de Gonçalo Peres Rapasso. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 411, p. 204.

<sup>1400</sup> Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40; Gav. da Sé e Missas, nºs 2 e 3; Gav. dos Prazos do Cabido, nºs 65 e 67 e Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 22.

<sup>1401</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 25.

<sup>1402</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 43.

<sup>1403</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1404</sup> Ou Pedro de Margarita, Petro de Margarita.

Em 1358, detectámos na documentação um cónego de Guimarães com este mesmo nome <sup>1479</sup>.

A primeira referência como cónego bracarense é de Janeiro de 1369, altura em que o cabido procedeu à abertura do testamento de Pedro Anes, arceidiago de Barroso <sup>1480</sup>. Depois, aparece-nos em 1374, quando o arcebispo sentenciou sobre a sucessão da capela de Moreiras, na Sé de Braga <sup>1481</sup>.

#### Nº 224 – **Vicente Domingues**, cónego, 1371

Sabemos que, em 1363, havia perdido a reitoria da igreja paroquial de S. Miguel de Serzedo por a ter acumulado com a chantria de Guimarães, já que eram benefícios incompatíveis <sup>1482</sup>.

Em Julho de 1371, ainda chantre de Guimarães, surge como cónego de Braga e vigário geral do arcebispo D. João <sup>1483</sup>.

#### Nº 225 – **Afonso do Vale**, cónego, 1372

Aparece referido como cónego em Julho de 1372 <sup>1484</sup>.

#### Nº 226 – **Afonso Domingues**, cónego, 1373

Faleceu em 1373, já que em Julho desse ano se procedeu à emissão de um traslado em pública forma do seu testamento <sup>1485</sup>. Pretendeu ser sepultado na Sé de Braga.

Da sua família, conhecemos duas irmãs, chamadas Maria Domingues (já falecida, pois manda rezar missa pela sua alma) e Joana Domingues, e dois

---

<sup>1405</sup> Assim o afirma D. Guilherme de La Garde ao solicitar para ele o mestre-escolado, canonicato e prebenda de Coimbra. *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 543, p. 253.

<sup>1406</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 826.

<sup>1407</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Inocêncio VI, nº 6, pp. 267-268.

<sup>1408</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nºs 40, 41 e 42; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº

sobrinhos, João e Rodrigo, filhos desta última. Foi seu tio o cónego Martinho Anes Carta<sup>1486</sup>.

Deixou por seus testamenteiros Rodrigo Afonso e o cónego Álvaro Esteves.

Teve um homem de confiança chamado Fernão Martins.

Foi abade da igreja de Santa Eulália de Rio Covo, na qual terá mesmo sucedido a seu tio Martinho Anes Carta. É de notar que Afonso Domingues apresenta uma ligação forte a este cónego, que poderá, eventualmente, ter-lhe servido de «protector» no cabido, pois manda que «*o casal de Penedo se rrende cada huu anno e diga sse em missas pela alma de Martinho Carta*». Inclusive deixou ficar ao cabido umas casas «*por que hom de fazer dobra por Martinho carta em dia de Sam Martinho*».

Possuiu os casais de Cabrenta, Samoça, Penedo e Real, as herdades de Bastuço, Balão e Sta. Eulália de Rio Covo, as quintas de Fonte e Noia, as casas onde morava o abade de Semelhe, as que estavam em frente às de João Pequeno e as das Arras, que haviam pertencido a Martinho Carta.

Nº 227 – **Gil Afonso**, cónego, 1373

Aparece referido como cónego em Junho de 1373<sup>1487</sup>.

Nº 228 – **Lourenço Peres**, porcionário, 1369 e cónego, 1374<sup>1488</sup>

Aparece referido como tercenário de Braga em Janeiro de 1369<sup>1489</sup>. Como cónego, é assinalado em 1374<sup>1490</sup>.

Nº 229 – **Álvaro Anes**, cónego, 1374

---

40.

<sup>1409</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Inocêncio VI, nº 6, pp. 267-268.

<sup>1410</sup> Ou Guilherme Piloto, Guillelmo Piloti.

<sup>1411</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 326, p. 171.

<sup>1412</sup> *Ib.*, nº 498, pp. 201-202.

Temos uma referência apenas para este cónego, datada de Novembro de 1374, quando surge a testemunhar um documento <sup>1491</sup>.

Nº 230 – **Gonçalo Anes do Vale**, cónego, 1374

Surge uma única vez, no mesmo documento que o cónego anterior.

Nº 231 – **Simão Peres**, cónego, 1374

As únicas referências a este cónego datam de 1374, aparecendo como testemunha de um documento <sup>1492</sup> e sendo referido numa sentença do arcebispo favorável a Fernão Vasques, abade de Moreira <sup>1493</sup>.

Nº 232 – **Vasco Gil**, cónego, 1374 <sup>1494</sup>

Aparece-nos referido como cónego de Braga em dois documentos de 1374, num dos quais serve de testemunha <sup>1495</sup>.

Nº 233 – **Fernão Domingues**, cónego, 1374 <sup>1496</sup>

É atestado em 1374, quando o prelado e o cabido chegam a um acordo sobre as apresentações e as colações e quando o arcebispo proclama uma sentença <sup>1497</sup>.

---

<sup>1413</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 826.

<sup>1414</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 125; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40; Gav. da Sé e Missas, nº 3.

<sup>1415</sup> A.D.B., Gav. de Matérias de Prazos, nº 90.

<sup>1416</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Inocêncio VI, nºs 89 e 90, p. 313.

<sup>1417</sup> *Ib.*, Inocêncio VI, nº 132, p. 333, nºs 165 e 166, pp. 350-351, nº 262, pp. 403-404 e Urbano V, nº 223, pp. 493-494.

<sup>1418</sup> Ou Raimundo Tholosani.

Nº 234 – **Afonso Domingues**, cónego, 1374 <sup>1498</sup>

Surge nos mesmos documentos que o cónego anterior.

### III. PORCIONÁRIOS <sup>1499</sup>

Nº 1 – **João Ponces**, porcionário, 1249-1266

É provável que fosse natural da diocese de Braga.

O seu testamento <sup>1500</sup> dá-nos a conhecer dois dos seus familiares: a irmã D. Franca e o sobrinho Gomes Domingues, cónego do cabido da sé de Braga <sup>1501</sup>. Ora, sendo o cónego sobrinho do porcionário, todos os seus irmãos (Lourenço Domingues, Martinho Domingues, Maior Pais e Domingas Pais) o seriam também.

Os dados que colhemos sobre os parentes de João Ponces não foram, contudo, suficientes para o entocar em qualquer das duas famílias nobres da época para as quais o seu patronímico aponta: a do Conde D. Ponço <sup>1502</sup> ou a dos de Baião <sup>1503</sup>.

Nomeou seus herdeiros e executores o já citado sobrinho Gomes Domingues e o porcionário Lourenço Anes <sup>1504</sup>.

Sabemos que possuía duas casas na cidade e uma em Maximinos, e

---

<sup>1419</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 404, pp. 199-200.

<sup>1420</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40.

<sup>1421</sup> Ou Pedro Beltrão, Petro Bertrandi.

<sup>1422</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40.

<sup>1423</sup> A.D.B., Gav. da Sé e Missas, nº 3.

<sup>1424</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Inocêncio VI, nº 81, p. 310. Cf. tam-  
b é m  
nº 79, pp. 308-309.

<sup>1425</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 272. Outras referências:

ainda uma almuinha e uma tapada, ambas no lugar de Tornadoiro, sito sob a Rua de Maximinos <sup>1505</sup>. Em 1256 vendeu ao cónego Pedro Pais três leiras situadas no mesmo lugar <sup>1506</sup>.

Com a pensão de uma das suas casas, instituiu uma capelania para que aí fossem celebradas missas pela sua alma e pelas dos seus pais e irmãs.

#### Nº 2 – **Martinho Peres**, porcionário, 1251

Investido por D. João Viegas de plena autoridade, confirmou, em 1251, João Moniz, clérigo do rei Afonso III, como pároco da igreja de Santa Maria de Faro, que tinha sido mandada construir pelo dito arcebispo <sup>1507</sup>.

#### Nº 3 – **Lourenço Anes**, porcionário, 1254-1269

Pelo número de actos em que surge ligado ao arcebispo D. Martinho Geraldês e por ter sido nomeado um dos seus herdeiros, pode deduzir-se que teria sido um homem em quem aquele depositava grande confiança, talvez mesmo seu parente.

Ao longo dos anos acima referidos, surge este porcionário em alguns actos de carácter oficial. Por exemplo, esteve presente, em 1254, quando o deão de Tui, Nuno Peres, citou, por ordem do papa Inocêncio IV, Rodrigo Anes, para que este entregasse a igreja de Canedo, da qual se havia apoderado <sup>1508</sup>.

Em 1265, foi um dos presentes no traslado da confirmação da doação que o rei Afonso X fez a D. Martinho Geraldês, de metade da moeda de Ervededo <sup>1509</sup>. Em 1269, o mesmo prelado encarregou-o, juntamente com João Paris, de fazer com que Estêvão Domingues, que tinha sido reitor da igreja de Moure e passara para a de Mós, restituísse à igreja de onde saíra ~~tudo o que de lá tinha levado~~ <sup>1510</sup>. No mesmo ano, o arcebispo passou-lhe, A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 125; Gav. 2ª das Igrejas, nº 46; Gav. dos Prazos do Cabido, nº 65 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 275.

<sup>1426</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 22.

<sup>1427</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1428</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 53.

<sup>1429</sup> Ou Alfonso Johannis Bellidino.

na cidade italiana de Assis, uma procuração para que em Roma pedisse um empréstimo monetário para tratar da liberdade eclesiástica no reino <sup>1511</sup>.

Nos anos de 1262, 1267 e 1269, aparece-nos ainda como testemunha em algumas transações económicas, a saber: nas compras de duas leiras, uma herdade, um casal e um pardieiro, todas feitas por D. Martinho Geraldês <sup>1512</sup>.

#### Nº 4 – **Mestre Pedro**, porcionário, 1255-1259

Era afilhado e capelão do arcebispo D. João Viegas, tendo-lhe este deixado em testamento um macho fulvo e um cifo de prata no valor de um marco, dos que tinha no tesouro <sup>1513</sup>.

Uma vez que usava o título de mestre, tinha provavelmente uma formação académica de nível superior.

Esteve presente à redacção do foral de Valverde, atribuído pelo arcebispo D. Martinho Geraldês em 1259 <sup>1514</sup>.

#### Nº 5 – **Estêvão Gomes**, porcionário, 1257-1271

O testamento de D. João Viegas, datado de 1255, faz alusão a um seu capelão de nome Estêvão Gomes <sup>1515</sup>. Poderá tratar-se da mesma pessoa, uma vez que também mestre Pedro, sendo porcionário, era capelão do arcebispo.

Existia certamente uma relação de amizade entre ele e o cónego Estêvão Soares, pois além deste cónego o ter nomeado executor do seu testamento,

---

<sup>1430</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 43.

<sup>1431</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, nº 482, p. 228.

<sup>1432</sup> A.D.B., Gav. dos Privilégios e Honras, nº 20.

<sup>1433</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 836.

<sup>1434</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Inocência VI, nº 255, pp. 399-401.

<sup>1435</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 277 e C.C., P. 22, nº 849.

<sup>1436</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 23.

<sup>1437</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 277 e C.C., P. 22, nºs 838 e 849.

legou-lhe uma das duas «*tagarae*» de prata que possuía <sup>1516</sup>. Igualmente terá sido amigo do cónego João Paris, pois aparece a testemunhar uma compra que ele fez de uma casa na Rua do Souto, bem como o seu testamento <sup>1517</sup>.

Foi ainda testemunha de mais três actos: a desistência que alguns particulares fizeram dos direitos da igreja de S. Tiago de Antas, a favor do arcebispo D. Martinho Geraldês <sup>1518</sup>, a aquisição por mestre Domingos de uma propriedade rural <sup>1519</sup> e a sentença a favor do cabido e contra o abade de S. Martinho de Alvito <sup>1520</sup>.

#### Nº 6 – **Domingos Geraldês**, porcionário, 1257-1289

Sabemos que morreu em 1289 ou um pouco antes, pois nesta data foi executado o seu testamento pelo testamenteiro Francisco Simões, cónego de Braga <sup>1521</sup>, procedendo-se à venda de uma das suas herdades para solver uma dívida de 300 libras, cujo credor era, presumivelmente, o cabido, pois o instrumento de venda refere o chantre como comprador, acrescentando, porém, que o fez «com a aprovação dos cónegos» <sup>1522</sup>.

Devia ser natural de S. Miguel de Frossos, pois fez aí algumas aquisições. Possuía na dita freguesia uma leira de carvalhos, duas herdades, metade de um casal e parte da herdade dos Moinhos <sup>1523</sup>.

Era notário da cúria do arcebispo D. Martinho Geraldês e, nessa qualidade, surge a redigir o instrumento de desistência dos direitos sobre a igreja de S. Tiago de Antas a favor do prelado <sup>1524</sup> e ainda um emprazamento feito por este <sup>1525</sup>. Testemunhou a compra de um prazo pelo cónego de Braga e deão de

<sup>1438</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 65 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 275.

<sup>1439</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 43 e Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1440</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>1441</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 840.

<sup>1442</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 842.

<sup>1443</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1444</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 25; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 44 e C.C., P. 23, nº 865.

<sup>1445</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55. Ver biografia nº 38.

<sup>1446</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 78 e 79.

Lamego Pedro Garino <sup>1526</sup> e o testamento do arcediago Pedro Garcia <sup>1527</sup>.

Efectuou diversas compras de propriedades situadas nos arredores de Braga: a herdade da Bastarda, em S. Miguel de Frossos, a D. Marina de Braga, e ainda mais duas, não identificadas <sup>1528</sup>. A mesma D. Marina lhe doou uma leira no couto de Tibães <sup>1529</sup>.

#### Nº 7 – **Estêvão Peres**, dito Cavaleiro, porcionário, 1260-1270

Estêvão Peres, dito Cavaleiro, era porcionário e tabelião de Braga <sup>1530</sup>. É nesta dupla qualidade que o vigário geral Paio Mendes se lhe dirige, dando-lhe conhecimento da sentença que moveu contra o comendador de Rio Frio e ordenando-lhe que invista corporalmente o cabido na posse dos dois casais de Tebosa de que aquele se tinha indevidamente assenhoreado <sup>1531</sup>.

Em 1266 foi portador, em conjunto com o cónego Pedro Garino, de uma carta do arcebispo D. Martinho Geraldês, por cujo teor se proibia o tesoureiro de Guimarães, Afonso Anes, de julgar causas matrimoniais <sup>1532</sup>.

Em 1260 adquiriu uma casa e uma vinha em Argeriz, concelho de Esposende <sup>1533</sup>. Dez anos mais tarde, passou a receber 4 morabitinos anuais de uma herdade foreira ao cabido <sup>1534</sup>.

---

<sup>1447</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>os</sup> 822 e 825; Gav. das Dignidades e Cónegos, n<sup>o</sup> 39. Outras referências posteriores: Gav. dos Prazos do Cabido, n<sup>o</sup> 63; Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 125 e Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 52.

<sup>1448</sup> A.D.B., Gav. da Sé e Missas, n<sup>o</sup> 3.

<sup>1449</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n<sup>os</sup> 61 e 65.

<sup>1450</sup> A.D.B., C.C., P. 22, n<sup>o</sup> 842.

<sup>1451</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, n<sup>os</sup> 43 e 44; Gav. dos Prazos do Cabido, n<sup>o</sup> 67 e C.C., P. 23, n<sup>o</sup> 865.

<sup>1452</sup> A.D.B., Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>o</sup> 250.

<sup>1453</sup> A.D.B., Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 40 e Livro das Cadeias, n<sup>o</sup> 80.

<sup>1454</sup> A.D.B., C.C., P. 11, n<sup>o</sup> 457.

<sup>1455</sup> A.D.B., C.C., P. 21, n<sup>o</sup> 810.

<sup>1456</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, n<sup>o</sup> 15; Gav. dos Legados, n<sup>o</sup> 22; Gav. 1<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 33; Gav. 2<sup>a</sup> das Igrejas, n<sup>o</sup> 48; Livro II dos Testamentos, n<sup>o</sup> 8; C.C., P. 13, n<sup>o</sup> 512, P. 15, n<sup>o</sup> 623.

<sup>1457</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 73, pp. 36-37.

Nº 8 – **Martinho Anes**, porcionário, 1261-1278

Aparece na documentação como testemunha de alguns actos: um escambo entre particulares e o arcediago D. Geraldo <sup>1535</sup>, uma sentença contra o abade de S. Martinho de Alvito <sup>1536</sup>, duas compras realizadas pelo cónego Estêvão Pais <sup>1537</sup> e um penhor imobiliário de um casal em S. João de Semelhe, feito ao clérigo do coro João Martins <sup>1538</sup>.

Poderá tratar-se do tabelião de mesmo nome que surge como redactor da escritura das propriedades que uma Dona Teresa Vasques doou ao prelado em Vila Real, em 1266 <sup>1539</sup>.

Nº 9 – **Vicente Rodrigues**, porcionário, 1262-1264

A primeira notícia que temos deste porcionário é num emprazamento que tomou da canónica bracarense, de duas herdades sitas em S. Miguel de Cabaços, no concelho de Ponte do Lima <sup>1540</sup>.

A última, diz-nos que testemunhou a aquisição de uma propriedade rural feita pelo arcebispo D. Martinho Geraldês <sup>1541</sup>.

Nº 10 – **Paio Diogo**, porcionário, 1265

Dele sabemos apenas que terá comprado uma casa situada no eirado do Souto a uma certa Dona Teresa <sup>1542</sup>.

– **Durão Domingues**, porcionário, 1266-1291

Já referenciado como cónego com o nº 123.

---

<sup>1458</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 43.

<sup>1459</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Urbano V, nº 205, pp. 487-488. Ver biografia nº 216.

<sup>1460</sup> *Ib.* Ver biografia nº 215.

<sup>1461</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Urbano V, nº 241, p. 505. Ver biografia nº 221.

Nº 11 – **Pedro Vicente**, porcionário, 1267-1281

Aparece pela primeira vez como testemunha de um penhor imobiliário feito por particulares ao clérigo do coro João Martins <sup>1543</sup>. Volta a surgir na documentação na mesma qualidade de testemunha, no testamento do arcebispo Pedro Garcia, onde figura entre muitos outros <sup>1544</sup>.

É ainda contemplado com um vaso de prata, legado em testamento pelo mestre-escola Domingos Peres Vinagre <sup>1545</sup>. Provavelmente, trata-se do mesmo indivíduo que já identificámos como cónego, mas nada nos permite afirmá-lo de forma absoluta <sup>1546</sup>.

Nº 12 – **Miguel Vicente**, porcionário, 1270-1291

Embora o patronímico possa relacioná-lo com o também porcionário Pedro Vicente, não detectámos qualquer ligação familiar entre ambos. Figura, contudo, tal como aquele, entre as testemunhas da redacção do testamento do arcebispo Pedro Garcia <sup>1547</sup>.

Esteve presente num penhor imobiliário efectuado por uma certa D. Marta ao cónego Estêvão Pais <sup>1548</sup>.

Foi procurador do cabido e juiz de Braga <sup>1549</sup>. A sua presença é frequente em testamentos, cartas de escambo ou compra ou ainda em sentenças, sempre ao serviço da canónica <sup>1550</sup>.

---

<sup>1462</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>1463</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 43.

<sup>1464</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 67.

<sup>1465</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>1466</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 43.

<sup>1467</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 36.

<sup>1468</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 44 e C.C., P. 23, nº 865.

<sup>1469</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 67.

<sup>1470</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Urbano V, nº 241, p. 515.

<sup>1471</sup> A.D.B., C.C., P. 23, nº 856.

<sup>1472</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1473</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

Nº 13 – **Durão Pais**, porcionário, 1271

Estava em Viterbo a 14 de Agosto de 1271, quando foi redigido o testamento do arcebispo D. Martinho Geraldês, de que foi uma das testemunhas <sup>1551</sup>.

Nº 14 – **Domingos Peres**, porcionário, 1271

Foi testemunha da compra de uma herdade pelo cónego Martinho Peres, na freguesia de Santa Maria de Lamações <sup>1552</sup>.

Nº 15 – **Domingos Anes**, porcionário, 1274-1312

Encontrámos três indivíduos usando este nome: um cónego <sup>1553</sup>, um porcionário e um simples clérigo (1300-1312). A sua identificação e distinção baseou-se na intitulação, que, regra geral, acompanha o nome, e na balizagem cronológica que demarca a presença de cada um na documentação.

Em 1291 foi destituído de reitor da igreja de S. Tiago de Cambeses, pois não se fizera promover ao sacerdócio, como determinavam as Constituições de Gregório X, directivas que o arcebispo zelosamente obrigava a cumprir <sup>1554</sup>. Mais tarde, em 1312, ocupou o cargo de reitor de S. Tiago da Cidade, o que nos leva a concluir que, entretanto, provavelmente, se tornou presbítero <sup>1555</sup>.

Como porcionário bracarense, surge a confirmar documentos vários ou, ainda, como vigário do arcebispo. Aparece-nos, no ano de 1274, como testemunha da hipoteca feita ao cabido de algumas propriedades pertença de João

---

<sup>1474</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Urbano V, nº 241, p. 505. Ver biografia nº 216.

<sup>1475</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 279 e Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 44.

<sup>1476</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 53.

<sup>1477</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1478</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>1479</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 46.

Lourenço, de Elvira Gonçalves, sua mulher e o filho de ambos, Vicente Anes<sup>1556</sup>, e ainda da venda de metade de uma casa localizada na Rua do Souto<sup>1557</sup>. Em 1278, esteve presente na elaboração do testamento do arcediogo Pedro Garcia<sup>1558</sup>.

Nº 16 – **Pedro Peres**, porcionário, 1275-1305

Era sobrinho e herdeiro de Mestre Tomé, tesoureiro bracarense<sup>1559</sup>.

Em 1275 é referido como testemunha num acto de compra de uma herdade, em nome da mesa arquiepiscopal e por mandado do cónego João Rodrigues<sup>1560</sup>.

Ao longo dos anos de 1297 a 1305 foi auditor, procurador e recebedor das rendas do arcebispo D. Martinho Pires de Oliveira<sup>1561</sup>.

Nº 17 – **Nuno**, porcionário, 1278

A única fonte de informação que temos sobre este porcionário é o testamento do arcediogo Pedro Garcia, onde figura como testemunha, entre outros porcionários<sup>1562</sup>.

– **Pedro Fernandes**, porcionário, 1278-1303

Já referenciado como cónego com o nº 136.

Nº 18 – **Mestre Pedro Silvestre**, porcionário, 1279

---

<sup>1480</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1481</sup> A.D.B., Gav. Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 25.

<sup>1482</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Urbano V, nº 135, pp. 457-458.

<sup>1483</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 44.

<sup>1484</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 186.

<sup>1485</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 36. Todas as informações a seu respeito se reportam a este documento.

<sup>1486</sup> Ver biografia nº 130.

<sup>1487</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 53.

Representou o cabido numa carta de obrigação em que uma cidadã bracearense se comprometeu a pagar determinada quantia a essa instituição, por uma vinha que trazia, em Maximinos. Era intitulado de Mestre <sup>1563</sup>.

Nº 19 – **Martinho Esteves**, porcionário, 1290

Subscreve a leitura da carta de apresentação do deão Gomes Fernandes, feita no cabido <sup>1564</sup>.

Nº 20 – **Soeiro Anes**, porcionário, 1290-1317

Era sobrinho do deão Domingos Domingues <sup>1565</sup>.

As notícias recolhidas para este porcionário abarcam um longo período de tempo. Já em 1282 um Soeiro Anes, clérigo do rei, é portador de uma carta em que se discutem direitos do cabido e da coroa sobre a posse de uma aldeia <sup>1566</sup>. Todos estes anos ao serviço do cabido, sempre como porcionário, levam-nos a colocar a hipótese de não se tratar sempre da mesma personagem. Seja como for, sabemos que morreu antes de 1329, pois nessa altura, o deão já referido, redigindo o seu testamento, manda rezar umas missas por ele <sup>1567</sup>.

Ao longo dos anos, vêmo-lo a confirmar documentos vários, tais como cartas de escambo, instrumentos de posse e de apresentação do deão, ou então desempenhando o cargo de procurador ou de juiz pelo cabido, ou

---

<sup>1488</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>1489</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1490</sup> A.D.B., C.C., P. 23, nº 865.

<sup>1491</sup> A.D.B., C.C., P. 23, nº 865.

<sup>1492</sup> A.D.B., C.C., P. 23, nº 865.

<sup>1493</sup> A.D.B., Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 25.

<sup>1494</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>1495</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 44 e C.C., P. 23, nº 865.

<sup>1496</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>1497</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 44 e Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 25.

ainda sendo testemunha de uma sentença <sup>1568</sup>. Mas aparece também contemplado em testamentos: em 1281, herda de Domingos Peres Vinagre umas «Razões em um volume», que, segundo o testador, valem mais de 20 libras tornesas <sup>1569</sup>; de Estêvão Pais, em 1291, recebe 40 libras para livros <sup>1570</sup>.

#### Nº 21 – **Mestre Domingos Figo**, porcionário, 1291-1305

Como porcionário, esteve presente na feitura do testamento do cónego João Pais <sup>1571</sup>. Em 1305, é testemunha numa carta de emprazamento realizada pelo cabido a favor de outro porcionário, João Vicente, depois arcebispo de Barroso, sendo nessa altura intitulado de mestre <sup>1572</sup>.

#### Nº 22 – **Estêvão Vicente**, clérigo do coro, 1299 e porcionário, 1300-1324

Era, provavelmente, familiar dos porcionários Pedro Vicente, Miguel Vicente e João Vicente <sup>1573</sup>.

Referenciado como clérigo de Braga desde 1296 <sup>1574</sup> e como clérigo do coro e reitor da igreja de Martim em 1299 <sup>1575</sup>, inicia depois uma activa e longa carreira como porcionário. Destaca-se, igualmente, como vigário geral do arcebispo, ao serviço de D. Martinho, de D. João de Soalhães e de D. Gonçalo Pereira (enquanto coadjutor do precedente), tendo sido também clérigo de D. Afonso, arcebispo eleito em 1313 mas não confirmado. Foi auditor da cúria bracarense e do deão, e como tal proferiu sentenças várias, entre as quais uma relativa a um conflito entre um porcionário e o cabido, e

---

<sup>1498</sup> Surge, porém, em documentos posteriores à data de termo deste trabalho.

<sup>1499</sup> Também intitulados de raçoeiros ou tercenários.

<sup>1500</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 28 e Livro II dos Testamentos, nº 72.

<sup>1501</sup> Ver biografia nº 87.

<sup>1502</sup> *Portugaliae Monumenta Historica, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, vol. II/1, p. 265.

<sup>1503</sup> Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. II, Anexos à Prosopografia.

<sup>1504</sup> Ver biografia nº 3 dos porcionários.

<sup>1505</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 542 e 557.

outra que opôs a instituição a um cavaleiro. A sua presença é abundantemente referenciada na documentação consultada, sempre no desempenho destas suas funções, não transparecendo, no entanto, nada sobre a sua vida pessoal <sup>1576</sup>.

Nº 23 – **Satire Martins**, porcionário, 1301

Comprou umas leiras em Gualtar, em nome do cabido. O preço foi descontado na dívida que o vendedor tinha para com essa instituição <sup>1577</sup>.

Nº 24 – **Martinho Peres**, porcionário, 1301-1304 <sup>1578</sup>

Foi procurador do cabido numa causa entre este e João Durães, cavaleiro de Froiã, causa essa que se arrastou entre 1301 e 1304 <sup>1579</sup>.

– **João Vicente**, porcionário, 1305

Já referenciado como arcediogo de Barroso com o nº 36.

Nº 25 – **Miguel Anes**, porcionário, 1305-1322

Identificado como clérigo do rei em 1285, data em que subscreve uma composição entre litigantes, aparece depois (1305), já como porcionário bracearense, testemunhando uma certidão de carta régia, de que consta uma doação ao arcebispo D. Martinho. Depois disso, somente mais duas notícias encontradas: uma em 1305 e outra em 1308, confirmando documentos. Em 1322 refere-se uma questão existente entre os elementos do cabido por causa da porção que vagou por sua morte <sup>1580</sup>.

<sup>1506</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 558 B.

<sup>1507</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 200.

<sup>1508</sup> A.D.B., C.C., P. 2, nº 58.

<sup>1509</sup> A.D.B., C.C., P. 2, nº 59 e R. M., t. III, fls. 1 e 2.

<sup>1510</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 204.

<sup>1511</sup> A.D.B., C.C., P. 2, nº 85.

<sup>1512</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nºs 35 A e B, 84 e 86.

– **Bartolomeu Esteves**, porcionário, 1308-1310

Já referenciado como chantre com o nº 22.

Nº 26 – **Gonçalo Esteves**, porcionário, 1309-1325

Já anteriormente referenciado como abade de S. Pedro de Maximinos, era também cónego da igreja de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. Desempenhou o cargo de vigário geral do arcebispo entre 1306 e 1325. Também juiz especial nomeado pelo arcebispo em 1321, é nessa mesma data que envia, juntamente com o arcediogo de Neiva, uma carta ao meirinho do rei, pedindo ajuda do braço secular na defesa dos direitos de padroado. A sua presença é frequente na realização de actos vários relacionados com o cabido, não se sabendo, no entanto, nada da sua vida pessoal<sup>1581</sup>.

Nº 27 – **Domingos Durães**, porcionário, 1309-1329

Identifica-se em 1279 um Domingos Durães presbítero, em 1290 um celeireiro do cabido e ainda um reitor de Santa Eulália de Goães, com o mesmo nome, mas não temos dados que nos permitam concluir de quantas pessoas ao certo se trata.

O porcionário é referido, em 1309, como herdeiro de Mestre Lourenço,

---

<sup>1513</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 75.

<sup>1514</sup> A.D.B., R.M., t. III, fl. 29 v. a 30 v.

<sup>1515</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 75.

<sup>1516</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 32 e Livro II dos Testamentos, nº 76. A «tagara» era uma espécie de vaso (Domino Du Cange e Carolo Du Fresne, *Glossarium ad Scriptores Mediae et Infimae Latinitatis*, Tomus sextus (S-Z), Editio Nova, Cardi-Osmont, Parisiis, 1736, nº 960).

cónego de Braga <sup>1582</sup>. Aparece novamente na documentação em 1329 <sup>1583</sup>.

Nº 28 – **Vicente Fernandes**, porcionário, 1311

Confirma um documento relativo a prazos do cabido, nesta data <sup>1584</sup>.

Nº 29 – **Fernão Anes**, porcionário, 1316-1345

Em 1316, envolve-se em contenda com o cabido, por causa de uma sucessão. Não possuímos informações que nos permitam identificá-lo com o cónego homónimo, activo em 1318 <sup>1585</sup>.

Em 1329 está presente quando o arcebispo entrega a João de Rei, reitor da igreja de Santiago de Vila Nova, uma soma pecuniária para despesas <sup>1586</sup>. Aparece mais uma vez na documentação em 1345 na confirmação de Pedro Anes como reitor da igreja de Santiago de Figueiredo <sup>1587</sup>.

Nº 30 – **Vicente Miguéis**, porcionário, 1318

Subscreve, nesta data, um instrumento em que se refere a instituição de umas capelas por um cónego <sup>1588</sup>.

– **Pedro Anes**, porcionário, 1318-1336

Já referenciado como arcediogo de Barroso com o nº 38.

– **Gonçalo Martins**, porcionário, 1319-1347

---

<sup>1517</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 636; Gav. dos Testamentos, nº 30; Livro I dos Testamentos, nº 35 e Livro II dos Testamentos, nº 79.

<sup>1518</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 203.

<sup>1519</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 648.

<sup>1520</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 102.

<sup>1521</sup> Ver biografia nº 112.

Já refenciado como cónego com o nº 214.

Nº 31 – **Martinho Peres** <sup>1589</sup>, porcionário, 1322-1343

Em Abril de 1345 já tinha falecido, pois encontramos o seu nome referido juntamente com o do seu irmão e testamenteiro, Estêvão Peres da Cónega, igualmente raçoeiro <sup>1590</sup> e, em Agosto desse ano, surge-nos a referência a Martinho Peres «*raçoeiro que foi de Braga*» <sup>1591</sup>.

Das pessoas que o rodearam, conhecemos os seus clérigos Afonso Esteves, Estêvão Anes e Martinho Peres, o Ribeiro, e um homem de confiança, Afonso Esteves <sup>1592</sup>.

Desde 1316, pelo menos, esteve ligado ao cabido, sendo então seu prebendeiro e celeireiro; desempenhou este ofício por diversas vezes, a última das quais em 1333 <sup>1593</sup>.

Em 1322, foi provido numa tercenaria que vagou por morte de Miguel Anes <sup>1594</sup>. Tal provimento foi polémico, pois essa porção havia sido anteriormente atribuída, em expectativa, ao tabelião Domingos Paulo; este, porém, não conseguiu defender a sua posição.

Das funções que poderá ter desempenhado dentro do cabido de Braga, para além da celeiraria, sabemos que chegou a representar o deão e os res-

<sup>1522</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 746.

<sup>1523</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 668, 671, 679 e 706; C.C., P. 3, nº 91.

<sup>1524</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 203.

<sup>1525</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 17.

<sup>1526</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 649. Ver biografia nº 78.

<sup>1527</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41. Ver biografia nº 45.

<sup>1528</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 722, 725 e 740.

<sup>1529</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 742.

<sup>1530</sup> O nome de Estêvão Peres surge na nossa documentação desde 1248 até 1267, como sendo o de um tabelião da cidade de Braga, o de um porcionário, dito Cavaleiro, e ainda o de um porcionário e tabelião, tomando parte em variados actos como simples testemunha ou como redactor dos mesmos. Esta última designação poderá estabelecer a ligação entre as duas primeiras, tratando-se, portanto, de um único indivíduo. No entanto, como pensamos que o mais certo é corresponderem as duas últimas à mesma pessoa por se tratar de porcionários, é nesta acepção e na sua respectiva cronologia que o referimos. É

tantes capitulares na contenda que a canónica teve com o bastardo do rei D. Dinis, D. João Afonso <sup>1595</sup>.

A nível económico, aparece, em 1325, a comprar um foro de dois maravedis sobre uma vinha situada em Maximinos <sup>1596</sup> e uma casa na Cidade pelo mesmo preço <sup>1597</sup>. Em Outubro de 1327, vemos o ferreiro João Esteves e sua mulher a obrigarem-se a pagar-lhe uma certa quantia <sup>1598</sup>.

Em 1332 compra um foro de um maravedi sobre umas casas na rua do Souto, em Braga <sup>1599</sup> e quatro anos mais tarde, por 20 maravedis velhos, a casa do Eirado do Souto, na freguesia de S. João de Souto, também em Braga <sup>1600</sup>.

Em Abril de 1343 adquire umas casas, situadas na Cidade, a um filho de um abade de Cabreiros. Estas casas ficavam ao lado das do arcediogo de Barroso <sup>1601</sup>.

#### Nº 32 – **Francisco Anes**, porcionário, 1322-1347

Encontramo-lo como raçoeiro e juiz ordinário de Braga em 1322 <sup>1602</sup>. Em Setembro de 1329, o cabido de Braga nomeia-o procurador para representar os capitulares num caso que mantinham em Coimbra sobre umas casas <sup>1603</sup>, e novamente em 1334, numa contenda com o abade de Torre de Moncorvo <sup>1604</sup>. Em 1340 testemunha o recebimento pelo arcebispo de uma quantia proveniente do mosteiro de Rendufe <sup>1605</sup>. No ano seguinte, o seu nome aparece

---

também possível que seja a ele que o cónego Estêvão Peres, o Ferro, deixa no seu testamento um colchão com o respectivo travesseiro (A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 10 e Livro II dos Testamentos, nº 55).

<sup>1531</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 99.

<sup>1532</sup> A.D.B., Livro II dos Testamentos, nº 13.

<sup>1533</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 656.

<sup>1534</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 650.

<sup>1535</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 591.

<sup>1536</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 102.

<sup>1537</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 645 e 646.

<sup>1538</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 714.

<sup>1539</sup> A.D.B., R.M., t. II, fl. 261.

<sup>1540</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 37.

<sup>1541</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 82.

numa citação sobre o problema da visitação de Guimarães<sup>1606</sup>.

Surge mencionado apenas como raçoeiro em 1334<sup>1607</sup> e a sua última notícia é de Fevereiro de 1347, quando aparece a testemunhar um consentimento dado pelo cabido de Braga<sup>1608</sup>.

A nível económico, sabemos que adquiriu uma herdade, no ano de 1325, na freguesia de S<sup>to</sup> André de Gondizalves, em Braga, pelo preço de 17 soldos e uma parte de uma outra herdade na mesma freguesia por 4 maravedis velhos de Portugal<sup>1609</sup>.

– **Gonçalo Esteves de Moles**, porcionário, 1325

Já referenciado como deão com o n<sup>o</sup> 11.

N<sup>o</sup> 33 – **Fernão Peres de Este**, porcionário, 1325-1330

Aparece-nos uma referência a um porcionário com este nome em 1325<sup>1610</sup>.

Como testemunha, surge também em Fevereiro de 1330, quando o cabido toma conhecimento de uma convocatória do rei<sup>1611</sup>.

N<sup>o</sup> 34 – **João de Santarém**, porcionário, 1325-1348

Das pessoas que o rodearam, conhecemos os seus homens Martinho Peres, João Peres, Domingos Baquinho e Martinho Baquirá<sup>1612</sup> e um criado

---

<sup>1542</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 632.

<sup>1543</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, n<sup>o</sup> 708.

<sup>1544</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 41.

<sup>1545</sup> A.D. B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 49.

<sup>1546</sup> Sobre o cónego Pedro Vicente, ver biografia n<sup>o</sup> 88.

<sup>1547</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, n<sup>o</sup> 41. Encontrámos ainda mais dois porcionários usando o mesmo patronímico e praticamente contemporâneos, que poderão igualmente ser familiares de Pedro e Miguel Vicente. Falamos de Estêvão Vicente e de João Vicente, tendo este último chegado a arcediogo de Barroso (ver biografias n<sup>o</sup> 22 dos porcionários e n<sup>o</sup> 36 dos capitulares).

<sup>1548</sup> I.A.N./T.T., M.B., m. 4, n<sup>o</sup> 125.

<sup>1549</sup> A.D.B., Gav. 1<sup>a</sup> das Propriedades e Rendas do Cabido, n<sup>o</sup> 117 e C.C., P. 3, n<sup>o</sup> 111.

<sup>1550</sup> A.D. B., Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, nos 135, 137 e 138; Livro I

chamado Francisco Anes <sup>1613</sup>.

É em 1325 que João de Santarém aparece como testemunha de um documento feito na terra de Faria, a título de raçoeiro da Sé de Braga <sup>1614</sup>. Dois anos mais tarde, surge-nos como tabelião bracarense <sup>1615</sup>.

Em Fevereiro de 1331, para além de raçoeiro é referido como recebedor do arcebispo <sup>1616</sup>.

A sua última referência é para Abril de 1348, quando surge a testemunhar uma doação do arcebispo de Braga <sup>1617</sup>. Em Janeiro de 1349, a pedido de D. Gonçalo Pereira, o papa conferiu-lhe a chantria, prebenda e canonicato de Braga por morte de Martinho Esteves Carta <sup>1618</sup>; não cremos que tenha alguma vez exercido tal dignidade, tal como o seu antecessor, pois não mais aparece na documentação.

#### Nº 35 – **Tomás Boaventura**, porcionário, 1326

Surge como testemunha em 1326, quando está presente à transcrição de umas bulas, em que o papa ordena ao arcebispo que visite ou mande visitar a sua diocese <sup>1619</sup>.

Esteve ao serviço do cabido como tabelião, durante a década anterior.

#### Nº 36 – **Fernão Peres**, porcionário, 1326-1333

Em Julho de 1326, é referido pela primeira vez como raçoeiro e procurador do arcebispo de Braga, D. Gonçalo Pereira <sup>1620</sup>. A esse título, em Outubro desse ano, trata com os emissários da Santa Sé o subsídio pecuniário

dos Testamentos, nºs 41 e 91.

<sup>1551</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 53.

<sup>1552</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 590.

<sup>1553</sup> Ver biografia nº 132.

<sup>1554</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 211.

<sup>1555</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 155, 156 e 195; Gav. 1ª das Igrejas, nºs 73, 211, 213 e Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>1556</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 129.

<sup>1557</sup> José Marques, *Os pergaminhos da confraria de S. João do Souto...*, nº 10, p. 47.

rio concedido por Roma ao arcebispo <sup>1621</sup>. Surge de novo na documentação em 1327 <sup>1622</sup>.

É também abade de S. Tiago de Guilhofrei <sup>1623</sup>.

Em 1333, vende umas casas, herdamentos e possessões ao cabido <sup>1624</sup>.

Nº 37 – **Estêvão Peres** <sup>1625</sup>, porcionário, 1328-1348

Trata-se do irmão do raçoeiro Martinho Peres, surgindo, em 1345, como seu testamenteiro <sup>1626</sup>.

Das pessoas que o rodearam, sabemos da existência de um homem de confiança chamado Domingos Anes <sup>1627</sup>.

Além de raçoeiro da Sé de Braga <sup>1628</sup> foi abade de Cabanelas, participando a esse título, em 1343, na compra de umas casas na rua da Corredoura, em S. Vítor, feita pelo cabido de Braga <sup>1629</sup>. Em datas muito próximas, um seu homónimo foi clérigo do coro da catedral bracarense <sup>1630</sup>.

No plano económico, em Junho de 1347 surge a comprar uma casa em S. Tiago da Cividade por 16 libras. O imóvel era vizinho das casas do arce-diago de Barroso, Pedro Anes <sup>1631</sup>.

Nº 38 – **João Nunes**, porcionário, 1329

Em 1329, um porcionário com este nome toma posse como capelão de S. Tiago Maior, em Braga <sup>1632</sup>.

---

<sup>1558</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>1559</sup> Ver biografia nº 50.

<sup>1560</sup> A.D.B., C.C., P. 2, nº 94.

<sup>1561</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nº 14; Gav. das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 44; Gav. das Notícias Várias, nº 78. Outras referências sobre ele: A.D.B., Gav. das Notícias Várias, nº 78; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nºs 44 e 83; Gav. 1ª das I g r e j a s , nº 214; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 73; Livro das Cadeias, nº 14 e Livro I dos Testamentos, nºs 25 e 41.

<sup>1562</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 41.

<sup>1563</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 114.

<sup>1564</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 25.

<sup>1565</sup> Ver biografia nº 8.

Nº 39 – **Estêvão Raimundes**, porcionário, 1329

Temos uma única referência para este raçoeiro da Sé de Braga quando nos aparece a testemunhar a nomeação de procuradores por parte do cabido, no mês de Setembro de 1329<sup>1633</sup>.

Nº 40 – **João Martins**, porcionário, 1329-1336

Surge-nos como raçoeiro de Braga em 1329<sup>1634</sup>. Nesse ano, em Novembro, está a testemunhar um prazo feito pelo cabido ao arcediogo de Neiva<sup>1635</sup>.

Volta, em Fevereiro de 1336, a aparecer como testemunha de um prazo de umas casas no Beco do Souto, junto ao Beco de Janes<sup>1636</sup>.

Nº 41 – **Pedro Anes de Facha**, porcionário, 1329-1347

Entre as datas referidas, surge a testemunhar os mais diversos diplomas<sup>1637</sup>. Um indivíduo com o mesmo nome é clérigo do coro em 1335<sup>1638</sup>. Tratar-se-á da mesma pessoa?

Nº 42 – **Salvado Anes**, porcionário, 1331-1349

---

<sup>1566</sup> A.D.B., Gav. I das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 140.

<sup>1567</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 57.

<sup>1568</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 25 e 53; Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 25 e 33; Gav. das Propriedades Particulares, nº 734; Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 44; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 3; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 140, 158, 174 e 219; Gav. dos Testamentos, nº 41; Gav. de Matéria de Prazos, nº 6 e C.C., P. 8, nº 328.

<sup>1569</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 49.

<sup>1570</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 91.

<sup>1571</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 30; Livro I dos Testamentos, nº 35 e Livro II dos Testamentos, nº 79.

<sup>1572</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 48 e 91.

<sup>1573</sup> Ver biografias nºs 11 e 12 dos porcionários e nº 36 dos capitulares

<sup>1574</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 77 e Gav. das Propriedades Particulares, nº 785.

<sup>1575</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 169.

Ignoramos o seu enquadramento familiar. Das pessoas que o rodearam, temos conhecimento de três homens de sua confiança, Fernão Peres, Domingos Rei e Domingos Cabeça, e de um seu clérigo chamado Pedro Duro <sup>1639</sup>. Sabemos também que foi um dos homens de D. Gonçalo Pereira <sup>1640</sup>.

A primeira referência que a ele encontrámos como porcionário data de Junho de 1331 <sup>1641</sup>. Em 1334, encontra-se presente no acto de instituição da capela do arcebispo <sup>1642</sup> e em 1335 surge como seu celeireiro <sup>1643</sup>. No mesmo ano, assiste à nomeação de Gonçalo Anes Pimentel como cónego de Braga <sup>1644</sup>. Em 1336 é procurador do cabido <sup>1645</sup>.

Aparece pela última vez em Agosto de 1349, a testemunhar um documento de resposta a uma apelação do mestre-escola <sup>1646</sup>.

#### Nº 43 – **Pedro Domingues**, porcionário, 1334

Testemunhou, em 1334, um documento relativo à edificação da capela de D. Gonçalo Pereira <sup>1647</sup>.

#### Nº 44 – **Mestre Gonçalo**, porcionário, 1335

Raçoeiro de Braga e físico do arcebispo, surge nesta data a testemunhar uma permuta entre D. Gonçalo Pereira e o mosteiro de Paço de Sousa, no bispado do Porto <sup>1648</sup>.

---

<sup>1576</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 842; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 29; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 172, 176, 187, 197, 199, 202, 206, 213 e 216; Gav. das Concórdias e Visitas, nº 1; Gav. 1ª das Igrejas, nºs 78, 96, 117, 165 e 222; Gav. dos Testamentos, nºs 40 e 41; Gav. dos Arcebispos, nº 85 e C.C., P. 8, C. 328.

<sup>1577</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 622.

<sup>1578</sup> Devido ao grande hiato temporal entre 1251, data em que nos aparece um porcionário chamado Martinho Peres e 1301, data em que voltamos a localizar um indivíduo com o mesmo nome e função, pensamos não se tratar da mesma pessoa.

<sup>1579</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 171 e 172.

<sup>1580</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 76; Gav. 2ª das Igrejas, nº 9; Livro das Cadeias,

Nº 45 – **Mestre Gil**, porcionário, 1335

Em Junho de 1335, testemunha uma certidão de uma carta do rei D. Afonso IV, em que este proíbia as igrejas de Portugal de pagarem a dizima pretendida pelo papa <sup>1649</sup>.

Nº 46 – **Gonçalo Peres**, porcionário, 1335-1347

Encontramos pela primeira vez este porcionário em Junho de 1335, a testemunhar um acto do arcebispo <sup>1650</sup>. Em Abril de 1347, está presente em dois prazos feitos pelo cabido de Braga <sup>1651</sup>.

Nº 47 – **João Lourenço**, porcionário, 1341-1348

Foi raçoeiro de Braga, pelo menos, a partir de 1341, pois nesse ano aparece a testemunhar as censuras do arcebispo bracarense ao concelho e um instrumento sobre o problema da visitação da igreja de Guimarães <sup>1652</sup>. Em 1343, esteve presente na instituição da capela do arcebispo D. Gonçalo Pereira <sup>1653</sup>. O seu nome também é referido em 1345 <sup>1654</sup>.

As suas últimas aparições são de 1348, intitulado-se então de abade de Bornes <sup>1655</sup>.

Nº 48 – **Pedro Anes**, porcionário, 1344-1347

Em Janeiro de 1344 aparece a testemunhar um acto do cabido de Braga <sup>1656</sup>.

---

nº 33; Gav. dos Testamentos, nº 41; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 35 e C.C., P. 5, nº 214.

<sup>1581</sup> A.D.B., Livro das Cadeias, nºs 69 e 72; Gav. das Dignidades e Cónegos, nºs 29 e 32; Gav. 1ª das Igrejas, nºs 166 e 217; Gav. 2ª das Igrejas, nº 40; Gav. dos Testamentos, nº 47 e C.C., P. 5, nºs 213 e 224, P. 6, nº 276 e P. 8, nº 328.

<sup>1582</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 36; Gav. 1ª das Igrejas, nº 71 e C.C., P. 8, nº 328. Ver biografia nº 106 dos capitulares.

<sup>1583</sup> A.D.B., Livro II de Testamentos, nº 8.

<sup>1584</sup> A.D.B., Gav. de Matéria de Prazos, nº 6.

<sup>1585</sup> Veja-se biografia nº 144.

Surge em seguida em 1346 e é referido pela última vez no ano seguinte <sup>1657</sup>.

– **Gabriel Anes**, porcionário, 1349

Já referenciado como cónego com o nº 201.

Nº 49 – **João da Fonte**, porcionário, 1349-1351

Surge, em Setembro de 1349, a testemunhar a atribuição de uma conezia a Fulcom Pereira <sup>1658</sup>. Data de 1351 a última referência a este porcionário <sup>1659</sup>.

Nº 50 – **Lourenço Peres**, porcionário, 1349-1351

É nomeado procurador do deão de Braga em Maio de 1349 <sup>1660</sup>. Volta a aparecer em 1350 <sup>1661</sup> e no ano seguinte surge como testemunha de um documento <sup>1662</sup>.

– **Domingos de Espinho**, porcionário, 1349-1360

Já referenciado como cónego com o nº 213.

Nº 51 – **João Domingues**, porcionário, 1349-1369

Aparece como testemunha num documento de Agosto de 1349 <sup>1663</sup> e novamente a esse título num acto do cabido, um ano mais tarde <sup>1664</sup>.

Depois, só volta a surgir em 1362 <sup>1665</sup>. Em Janeiro de 1369, testemunha a abertura do testamento do arcebispo de Barroso <sup>1666</sup>.

<sup>1587</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 794.

<sup>1588</sup> A.D.B., C.C., P. 8, nº 328.

<sup>1589</sup> Também referido, num único documento, por Martinho Peres da Cónega. Hoje em dia ainda existe, em Braga, um local com este nome.

<sup>1590</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 900 e Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 258. Ver biografia nº 37 dos porcionários.

<sup>1591</sup> A.D.B., Gav. de Matérias de Prazos, nº 99.

<sup>1592</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 237 e Gav. dos Legados,

– **Pierre Bertrand**, porcionário, 1351

Já referenciado como cónego com o nº 206.

Nº 52 – **João Soares**, porcionário, 1355-1366

Em Dezembro de 1355 está no cabido de Braga, como tercenário, a testemunhar a entrega do báculo e mitra de D. Frei Telo aos representantes de D. Guilherme <sup>1667</sup>.

Em Julho de 1366, serve de testemunha a um acordo que o cabido de Braga fez com o abade de S. Paio de Parada <sup>1668</sup>.

Nº 53 – **Martinho Domingues**, porcionário, 1359-1360

É referido por três vezes a testemunhar actos do cabido: uma em Maio de 1359 <sup>1669</sup> e duas em 1360 <sup>1670</sup>.

Nº 54 – **Domingos Esteves**, porcionário, 1360

Surge como tercenário da catedral bracarense em Fevereiro de 1360, quando, no cabido, o chantre concede o emprazamento da igreja de Palmeira a um cidadão <sup>1671</sup> e, no mês de Dezembro, quando o cabido faz um prazo de uma propriedades em Adaúfe <sup>1672</sup>.

---

nº 18.

<sup>1593</sup> Alternativamente, foi intitulado de prioste, que, cremos, designava a mesma função. A.D.B., Gav. dos Legados, nº 22; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 216, 252, 264; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 8; Gav. das Propriedades **P a r t i c u l a r e s**, nºs 851, 853, 880; Gav. dos Coutos, nº 14; Gav. dos Prazos do Cabido, nº 61, 62; Gav. 1ª das Igrejas, nº 33.

<sup>1594</sup> Ver biografia nº 25 dos porcionários.

<sup>1595</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 24. Outras referências a este porcionário: A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 97 e Gav. dos Legados, nº 18.

Nº 55 – **Afonso Domingues**, porcionário, 1360-1369

Aparece referido como tercenário da sé de Braga em Dezembro de 1360, quando o cabido faz um prazo <sup>1673</sup>. É também mencionado como testemunha em Janeiro de 1369 <sup>1674</sup>.

– **Lourenço Peres**, porcionário, 1369

Já referenciado como cónego com o nº 228.

Nº 56 – **Vasco Martins**, porcionário, 1373

Aparece a testemunhar o traslado para pública forma do testamento do cónego Afonso Domingues, em Julho de 1373 <sup>1675</sup>.

Nº 57 – **Estêvão Lourenço**, porcionário, 1373

Surge uma única vez na documentação capitular, em 1373 <sup>1676</sup>.

#### IV. CLÉRIGOS DO CORO

Nº 1 – **Florêncio Martins**, clérigo do coro, 1262-1278

Poderá ser parente do cónego Gomes Domingues <sup>1677</sup>, pois este refere no seu testamento, datado de 1278, um sobrinho com tal nome e que era seu clérigo, a quem deixa um casal em Nogueira que trazia emprazado pelo

---

<sup>1596</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 853.

<sup>1597</sup> A.D.B., C.C., P. 10, nº 421.

<sup>1598</sup> A.D.B., C.C., P. 11, nº 468.

<sup>1599</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 872.

<sup>1600</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 880.

cabido. Recomenda-lhe ainda a administração de uma capela que instituiu <sup>1678</sup>.

Aparece como testemunha, em 1262, em duas compras efectuadas pela canónica e ainda num penhor imobiliário feito entre o cabido e Dona Urraca Pais sobre a sua herdade de Lamações <sup>1679</sup>. Em 1278 subscreve, como testemunha, além do testamento do cónego Gomes Domingues, já referido, uma carta de compra <sup>1680</sup>.

#### Nº 2 – **Durão Peres**, clérigo do coro, 1267

Este clérigo é referido no testamento do arcediogo Estêvão Anes do Tojal, pois este tinha-lhe comprado uma herdade em Dume, pela qual deixou aos cónegos de Braga seis morabitanos para o seu aniversário <sup>1681</sup>.

#### Nº 3 – **Geraldo Anes**, clérigo do coro, 1267

Surge uma única vez como procurador de Lourenço Gonçalves, no conflito que se verificou na apresentação da igreja de Sabrosa <sup>1682</sup>.

#### Nº 4 – **João Martins**, clérigo do coro, 1267-1326

O cónego Gomes Domingues <sup>1683</sup> fez dele seu herdeiro, o que pode remetê-lo para respectiva família, podendo ser filho do seu irmão Domingos Martins.

---

<sup>1601</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 903.

<sup>1602</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 844. Para datas mais tardias: A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 848 e 849; Gav. 2ª das Igrejas, nº 97; C.C., P. 11, nº 457 e P. 13, nº 503.

<sup>1630</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nº 501.

<sup>1604</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 98.

<sup>1605</sup> A.D.B., C.C., P. 18, nº 724.

Foi reitor da igreja de Minhotães <sup>1684</sup>.

Da sua actividade como clérigo do coro da sé de Braga, chegaram até nós os registos de dois penhores imobiliários feitos em seu favor de uma herdade e um casal localizados em S. João de Semelhe <sup>1685</sup>. Foi testemunha da compra de uma propriedade rural pelo arcediogo D. Geraldo Peres <sup>1686</sup> e da compra de uma vinha por mestre Domingos <sup>1687</sup>. Testemunhou ainda um outro acto: um acordo entre dois particulares sobre uma herança recebida por um deles <sup>1688</sup>.

Como celeireiro do cabido, entre 1272 e 1282, tomou parte em vários acontecimentos a este relativos. Representou-o na tomada de posse do casal do Souto <sup>1689</sup>. Esteve presente numa doação que lhe foi feita por particulares <sup>1690</sup>. Foi testemunha da compra de diversas outras propriedades rurais pelo arcediogo D. Geraldo Peres e da compra de uma parte de uns moinhos e de três herdades pelo cabido <sup>1691</sup>. Foi também testemunha de um empréstimo no valor de 440 morabitanos portugueses que a canónica de Braga fez a D. Urraca de Lamações <sup>1692</sup>.

Foi referido pela última vez em 1326 <sup>1693</sup>.

#### Nº 5 – **Estêvão Domingues**, clérigo do coro, 1268

Uma única fonte o refere como clérigo do coro. Trata-se da doção de um casal feita por um particular ao cônego de Braga Pedro Pais <sup>1694</sup>.

Contudo, o seu nome surge ainda, no mesmo ano, como testemunha numa carta de compra em que o cabido adquiriu a particulares uma leira com os respectivos castanheiros, e também tomando posse da igreja de Prado, em nome do futuro reitor João Domingues <sup>1695</sup>. Embora, em ambos

<sup>1684</sup> A.D.B., C.C., P. 19, nº 739.  
<sup>1685</sup> A.D.B., C.C., P. 16, nº 643. Outras referências posteriores: A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 18; Gav. 1ª das Igrejas, nº 227; Livro I dos Testamentos, nºs 64, 65 e 67; C.C., P. 18, nº 717 e 724, P. 19, nº 739, P. 20, nº 757, P. 21, nº 794.

<sup>1686</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 89 e 90; Gav. dos Coutos, nº 54.

<sup>1687</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 848 e 849.

<sup>1688</sup> A.D.B., Livro II de Testamentos, nº 39.

<sup>1689</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nº 509.

<sup>1690</sup> A.D.B., C.C., P. 11, nº 468.

<sup>1691</sup> A.D.B., C.C., P. 18, nº 726.

<sup>1692</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 224 e Gav. dos Prazos

os casos, seja apenas referido como clérigo, pensamos que poderá tratar-se da mesma pessoa. Sendo assim, poderá ter sido irmão dos cónegos João Domingues e Mateus [Domingues] <sup>1696</sup>.

#### Nº 6 – **João Peres**, clérigo do coro, 1269-1308

Foi também reitor de S. Paio d'Arcos a partir de 1308, como comprova a confirmação realizada pelo vigário do arcebispo, o cónego Martinho Anes Barrosas <sup>1697</sup>.

A primeira das fontes que nos dá notícia deste clérigo do coro, diz-nos que testemunhou a compra que o cónego Pedro Pais fez a um particular de uma propriedade rural, constituída por duas leiras <sup>1698</sup>.

Também aparece o nome de João Peres, referido apenas como clérigo, numa carta de compra datada de 1274, em que o arcediogo D. Geraldo Peres adquire uma leira de terra <sup>1699</sup>.

Sabemos que vendeu ao chantre Domingos Peres um foro de três maravedis sobre a Quinta Superior de Dume <sup>1700</sup>.

#### Nº 7 – **Domingos Anes**, clérigo do coro, 1272

Testemunhou a compra de uma propriedade particular por Martinho Peres de Portocarreiro, situada no Souto de Lamações <sup>1701</sup>.

#### Nº 8 – **Geraldo Domingues**, clérigo do coro, 1273-1279

---

do Cabido, nº 61.

<sup>1615</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 30. Este facto repete-se em 1330, Gav. 1ª das Igrejas, nº 5.

<sup>1616</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nºs 518 e 524. Outras referências a este indivíduo: Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 236, 237, 250; Gav. dos Prazos do Cabido, nº 62; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 10; Gav. das Quindénios e Décimas, nº 15; Gav. Braga e da sua Jurisdição, nº 9; Gav. dos Legados, nº 22; Livro I dos Testamentos,

Era irmão de uma Constança Domingues que, em 1278, vende uma propriedade <sup>1702</sup>.

Já em 1273, surgira como comprador de uma herdade e algumas leiras, em nome do deão Fernão Anes de Portocarreiro <sup>1703</sup>. Em 1278, volta a aparecer como testemunha da compra de um casal, efectuada pelo também clérigo do coro João Martins <sup>1704</sup> e, no ano seguinte, subscreve um testamento <sup>1705</sup>.

#### Nº 9 – **Lourenço Peres**, clérigo do coro, 1274-1319

Como clérigo do coro, surge apenas duas vezes na documentação estudada: foi testemunha da compra de uma herdade e uma leira pelo arcediogo D. Geraldo <sup>1706</sup> e subscreveu uma pública forma de uma carta do arcebispo <sup>1707</sup>.

Referido apenas como clérigo, foi testemunha noutra compra realizada pelo dito arcediogo <sup>1708</sup>. Não temos a certeza de que se trate do mesmo indivíduo.

#### Nº 10 – **João Miguéis**, clérigo do coro, 1278

Subscreve um testamento na data em referência <sup>1709</sup>.

#### Nº 11 – **Domingos Peres, dito Cabanete**, clérigo do coro, 1280-1293

Começa a surgir na documentação apenas como clérigo, dito «Cabanete», sempre ligado a transações económicas realizadas pelo cónego bracarense Martinho Peres de Portocarreiro.

---

n<sup>os</sup> 78 e 79; C.C., P. 14, n<sup>o</sup> 538, P. 16, n<sup>o</sup> 626, P. 17, n<sup>o</sup> 663, 679, P. 18, C. 726, P. 20, n<sup>o</sup> 760, P. 21, n<sup>o</sup> 803.

<sup>1617</sup> A.D.B., C.C., P. 21, n<sup>o</sup> 812.

<sup>1618</sup> *Monumenta Portugaliae Vaticana*, vol. I, Clemente VI, n<sup>o</sup> 290, p. 153. Poderá tratar-se do cónego Martim Anes Carta. Ver biografia n<sup>o</sup> 130.

<sup>1619</sup> A.D.B., C.C., P. 11, n<sup>o</sup> 444.

<sup>1620</sup> A.D.B., C.C., P. 11, n<sup>o</sup> 438.

Em 1270 testemunha, nessa qualidade, a doação da herdade da Portela em Sta. Cristina de Longos, feita por João Sobrinho e por sua mulher Domingas Sobrinho, a Martinho Peres, cónego de Braga, e é ainda procurador na compra, pelo referido cónego, de dez quinhões e meio de uma quinta em terras de Vermoim <sup>1710</sup>. De 1274 a 1276, seguem-se outros negócios de Martinho Peres que igualmente aparece a testemunhar: a venda de uma renda sobre uma vinha, um penhor imobiliário sobre uma outra vinha; outra venda de rendas sobre a metade de um casal feita a Geraldo Domingues, clérigo do coro de Braga e reitor de S. Tomé de Negrelos; e, por último, a compra de mais uma vinha <sup>1711</sup>.

Aparece intitulado de clérigo do coro unicamente a partir de 1280, ano em que subscreve dois documentos <sup>1712</sup>. Três anos depois é o enviado da canónica à corte e é nessa qualidade que faz ler uma carta régia, relativa à execução de uma sentença <sup>1713</sup>. Em 1293, testemunha uma carta de compra realizada pelo cabido <sup>1714</sup>. É desempenhando o mesmo papel de testemunha que o seu nome surge nas inquirições mandadas realizar por D. Dinis, em 1288 <sup>1715</sup>.

#### Nº 12 – **Lourenço Domingues**, clérigo do coro, 1290

Era tabelião bracarense e foi apresentado pelo arcebispo D. Telo para reitor da igreja de Santa Marinha de Rio Tinto, tendo obtido provimento no cargo <sup>1716</sup>.

#### Nº 13 – **Estêvão Barrel**, clérigo do coro, 1292

Subscreve um documento nesta data <sup>1717</sup>.

---

<sup>1621</sup> A.D.B., C.C., P. 11, nº 447.

<sup>1622</sup> A.D.B., C.C., P. 11, nºs 457 e 463.

<sup>1623</sup> A.D.B., Gav. dos Legados, nº 19.

<sup>1624</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 245.

<sup>1625</sup> Também conhecido como Estêvão Peres da Cónega.

<sup>1626</sup> Ver biografia nº 31 dos porcionários.

<sup>1627</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nºs 48 e 49.

<sup>1628</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 49; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do

Nº 14 – **André Domingues**, clérigo do coro, 1294

Subscreve carta de doação do padroado de uma igreja, feita ao cabido <sup>1718</sup>.

Nº 15 – **Durão Domingues dos Chãos**, clérigo do coro, 1298

Testemunha nesta data uma compra feita pelo cabido <sup>1719</sup>.

Nº 16 – **Estêvão Sequeira**, clérigo do coro, 1298

Testemunha nesta data uma carta de compra realizada pela canónica <sup>1720</sup>.

– **Estêvão Vicente**, clérigo do coro, 1299

Já referenciado como porcionário com o nº 22.

Nº 17 – **Pedro Magro**, clérigo do coro, 1302

Presente numa carta de quitação ao arcebispo, relativa a umas rendas <sup>1721</sup>.

Nº 18 – **Domingos Domingues**, clérigo do coro, 1302-1313

Foi celeireiro do cabido e reitor perpétuo de S. Tiago da Sé <sup>1722</sup>.

---

Cabido, nºs 257, 261 e Gav. 2ª das Igrejas, nº 49.

<sup>1629</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 264. Outras referências: C.C., P. 20, nºs 769, 780.; Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nº 268; Livro I dos Testamentos, nºs 64, 68, 71, 86, 87, 92 e 93.

<sup>1630</sup> Ver biografia nº 48 dos clérigos do coro.

<sup>1631</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 803.

Nº 19 – **João Pais [Montélios]**, clérigo do coro, 1306-1332

Creemos que João Pais, intitulado de clérigo do coro apenas por duas vezes <sup>1723</sup>, é o mesmo que João Pais Montélios, clérigo bracarense muito activo ao serviço do cabido nesta altura.

Nº 20 – **João Domingues**, clérigo do coro, 1307

Portador duma carta do arcediago de Neiva nesta data <sup>1724</sup>.

Nº 21 – **Estêvão Mendes**, clérigo do coro, 1309-1324

Apenas surge em dois documentos: em 1309, é referido numa carta de escambo realizada entre dois cónegos <sup>1725</sup> e em 1324 é procurador do reitor de Santa Maria de Gémeos <sup>1726</sup>. Há referências anteriores a um Estêvão Mendes, doutor em Gramática, a quem o mestre-escola Domingos Peres Vinagre deixa, em 1281, 25 libras <sup>1727</sup>. Não sabemos se há relação entre as duas pessoas.

Nº 22 – **Domingos Pal**, clérigo do coro, 1318

Faz um escambo com o cabido nesta data. Mora na paróquia de S. João do Souto <sup>1728</sup>.

Nº 23 – **Durão Esteves de Real**, clérigo do coro, 1318

Presente numa carta de escambo e noutra de compra, relacionadas com o cabido <sup>1729</sup>.

Nº 24 – **João Homem**, clérigo do coro, 1318

<sup>1832</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, n.º 104. João Nunes substitui Francisco Vicente por morte deste.

<sup>1633</sup> A.D.B., C.C., P. 13, n.º 501.

<sup>1634</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, n.º 220.

<sup>1635</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 60. Outras referências: Gav. 2ª das Igrejas, n.º 97; Gav. dos Quindénios e Décimas, n.º 20.

<sup>1636</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, n.º 62.

Lega ao cabido um maravedi de foro numa casa da Corredoura, que comprou em 1310, data em que é referido somente como clérigo. Morreu no mesmo ano de 1318<sup>1730</sup>.

Nº 25 – **Lourenço Afonso**, clérigo do coro, 1318-1322

Desempenhou o papel de procurador do deão e do cabido e de citador, no conflito relativo à igreja de Palmeira que opôs o filho de D. Dinis, D. João Afonso, à canónica<sup>17310</sup>.

Nº 26 – **Gonçalo Peres**, clérigo do coro, 1319

Subscreve documento nesta data<sup>1732</sup>.

Nº 27 – **Lourenço Peres**, clérigo do coro, 1319

Subscreve uma pública forma de carta do arcebispo, nesta data<sup>1733</sup>.

Nº 28 – **Vicente Peres**, clérigo do coro, 1319

Subscreve documento nesta data<sup>1734</sup>.

Nº 29 – **João Vicente**, clérigo do coro, 1319-1334

Este nome só nos aparece referido duas vezes, nessas datas<sup>1735</sup>.

---

<sup>1637</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 220, 241, 256, 257, 263; Livro I dos Testamentos, nºs 69, 70, 80; Livro II de Testamentos, nº 24; C.C., P. 15, nº 609, 621, 623, P. 17, nº 663, P. 21, nº 802; Gav. 2ª das Igrejas, nºs 48, 97, 99; Gav. dos Prazos do Cabido, nºs 61, 62; Gav. das Capelas, Sucessões e Vínculos, nº 12; Gav. de Braga e sua Jurisdição, nºs 12, 15, 17.

<sup>1638</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 33.

<sup>1639</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nº 524 e P. 14, nºs 568 e 571.

<sup>1640</sup> A.D.B., C.C., P. 15, nº 596.

Nº 30 – **Ascenço Peres**, clérigo do coro, 1319-1347

Talvez devido à característica do seu canto, denominavam-no “o silvoso”. Aparece mencionado pela primeira vez em 1319<sup>1736</sup> e de novo em 1327<sup>1737</sup>.

Para 1337, encontramos a referência a um Ascenço Peres, abade de Sta. Lucrecia de Algeriz, cujo pai era Pedro de Cepetelos e a mãe Domingas Martins<sup>1738</sup>. Tratar-se-á do mesmo indivíduo?

O último documento em que o encontramos é de 1347<sup>1739</sup>.

Nº 31 – **Lourenço Domingues**, clérigo do coro, 1320-1328

Em 1320, está presente na compra de umas propriedades feita pelo cónego Durão Esteves<sup>1740</sup>. Oito anos mais tarde, o deão Domingos Domingues, no seu testamento, refere-se-lhe como sobrinho do cónego Estêvão Pais<sup>1741</sup> e deixa-lhe umas herdades<sup>1742</sup>.

Nº 32 – **Martinho Domingues**, clérigo do coro, 1324

Confirma um documento nesta data<sup>1743</sup>.

Nº 33 – **João Simões**, clérigo do coro, 1326

Surge referenciado apenas para 1326<sup>1744</sup>.

---

<sup>1641</sup> A.D.B., C.C., P. 13, nº 524. Outras referências: Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 236, 237, 257; Gav. dos Coutos, nº 54; Gav. 1ª das Igrejas, nº 124; Gav. 2ª das Igrejas, nº 99; Gav. dos Legados, nº 22; Gav. das Capelas Sucessões e Vínculos, nº 10; Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 18; Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 15; C.C., P. 13, nºs 527, 532, P. 14, nºs 538, 568, 571, P. 15, nºs 584, 609, 619, 621 e 622, P. 17, nº 663; Livro I dos Testamentos, nºs 66, 67, 74, 75, 80, 86, 87, 89 e 93.

<sup>1642</sup> A.D.B., C.C., P. 15, nº 623.

<sup>1643</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades e Rendas da Mitra, nº 51.

Nº 34 – **Afonso Domingues**, clérigo do coro, 1326

O seu nome aparece em 1326<sup>1745</sup>.

Nº 35 – **Miguel Lourenço**, clérigo do coro, 1326-1331

A primeira vez que surge na documentação capitular é em 1326<sup>1746</sup>, voltando a aparecer somente em 1331<sup>1747</sup>.

Nº 36 – **Simão Peres**, clérigo do coro, 1326-1331

Surge referido nos anos de 1326 e 1331<sup>1748</sup>.

Nº 37 – **Martinho Peres**, clérigo do coro, 1326-1335

O seu nome está presente em documentos de 1326 e 1335<sup>1749</sup>.

Nº 38 – **João Anes**, clérigo do coro, 1327

Aparece uma única vez a testemunhar um documento em 1327<sup>1750</sup>.

– **Estêvão Anes de Sintra**, clérigo do coro, 1327

Já referenciado como cónego com o nº 156.

---

<sup>1644</sup> A.D.B., C.C., P. 17, nº 663.

<sup>1645</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 12.

<sup>1646</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 824.

<sup>1647</sup> A.D.B., C.C., P. 15, nº 623.

<sup>1648</sup> A.D.B., C.C., P. 17, nº 665.

<sup>1649</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 20.

Nº 39 – **Bernardo Domingues**, clérigo do coro, 1327

Também só surge referido uma vez <sup>1751</sup>.

Nº 40 – **Júlio Anes**, clérigo do coro, 1327-1331

O seu nome aparece nos anos de 1327 e 1331 <sup>1752</sup>.

Nº 41 – **Pedro Domingues**, clérigo do coro, 1327-1335

Surgem-nos duas referências para este nome: uma em 1327 e outra em 1335 <sup>1753</sup>.

Nº 42 – **Pedro Durães**, clérigo do coro, 1327-1342

O seu nome aparece-nos a primeira vez em 1327 <sup>1754</sup>. A última referência é para 1342 <sup>1755</sup>.

Nº 43 – **Lourenço Esteves**, clérigo do coro, 1329

Apenas temos uma referência a este clérigo do coro bracarense <sup>1756</sup>.

Nº 44 – **Geraldo Peres**, clérigo do coro, 1331

---

<sup>1650</sup> A.D.B., Gav. dos Quindénios e Décimas, nº 18.

<sup>1651</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 92 e 93. Outras referências: Gav. 2ª das Igrejas, nº 99; Livro I dos Testamentos, nº 65.

<sup>1652</sup> A.D.B., Gav. de Braga e sua Jurisdição, nº 11; C.C., P. 19, nºs 724, 735 e 741.

<sup>1653</sup> A.D.B., C.C., P. 19, C. 763. Outras referências: C.C., P. 20, nº 763, P. 21, nºs 798, 802; Gav. dos Coutos, nº 54.

Tal como para o anterior, só dispomos de uma referência para este indivíduo <sup>1757</sup>.

Nº 45 – **Mestre Afonso**, clérigo do coro, 1331-1341

Devia ser o clérigo encarregado de fazer música na catedral bracarense, pois surge por vezes como Mestre Afonso dos órgãos.

A primeira referência que dele encontramos data de 1331 <sup>1758</sup>, sendo a última de 1341 <sup>1759</sup>.

Nº 46 – **Martinho Meirinho**, clérigo do coro, 1333

Surge na documentação capitular apenas em 1333 <sup>1760</sup>.

Nº 47 – **Estêvão Pavão**, clérigo do coro, 1334

O seu nome encontra-se apenas uma vez na documentação capitular <sup>1761</sup>.

Nº 48 – **Estêvão Peres**, clérigo do coro, 1334-1346

É referido nas datas assinaladas <sup>1762</sup>. Um seu homónimo é porcionista pela mesma altura <sup>1763</sup>.

Nº 49 – **Tomé de Freitas**, clérigo do coro, 1335

Surge mencionado só em 1335 <sup>1764</sup>.

---

<sup>1654</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nº 798.

<sup>1655</sup> A.D.B., C.C., P. 21, nºs 812 e 814.

<sup>1656</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 64, 65 e C.C., P. 20, nº 769.

<sup>1657</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nºs 86, 87, 89 e 90.

<sup>1658</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 39

<sup>1659</sup> A.D.B., Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 40.

<sup>1660</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 822.

<sup>1661</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 63.

<sup>1662</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 50.

Nº 50 – **Domingos Esteves**, clérigo do coro, 1335

É referido duas vezes no mesmo ano <sup>1765</sup>.

Nº 51 – **Domingos André**, clérigo do coro, 1335

O seu nome aparece-nos uma única vez <sup>1766</sup>.

Nº 52 – **Domingos Domingues**, clérigo do coro, 1335

Tal como o anterior, só é referido uma vez <sup>1767</sup>.

Nº 53 – **João de Este**, clérigo do coro, 1335

Também só aparece em 1335, mas em dois documentos <sup>1768</sup>.

Nº 54 – **Abril Peres**, clérigo do coro, 1335

Surge na documentação capitular uma só vez <sup>1769</sup>.

Nº 55 – **Lourenço Martins**, clérigo do coro, 1335-1341

A primeira referência é de 1335 <sup>1770</sup>. Aparece novamente em 1341 <sup>1771</sup>.

Nº 56 – **Domingos Peres**, clérigo do coro, 1336

Terá falecido em 1336. Pretendeu ser sepultado no claustro da catedral

---

<sup>1663</sup> A.D.B., C.C., P. 22, nº 825.

<sup>1664</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos Particulares, nº 63.

<sup>1665</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 51.

<sup>1666</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1667</sup> A.D.B., Gav. da Sé e Missas, nº 3. Outras referências: Gav. 1ª das Igrejas, nº 125; Gav. 2ª das Igrejas, nºs 46 e 52; Gav. dos Prazos do Cabido, nºs 61 62 e Gav. das

de Braga.

Da sua família, sabemos que o pai se chamava Pedro Peres; tinha dois irmãos, João Peres e Pedro Peres, e duas irmãs, Maria Peres e Constança Peres. Eram seus sobrinhos João Martins e Pedro Martins, ambos filhos de Constança.

Foram seus testamenteiros o reitor de Minhotães, Pedro Anes, e o cónego de Braga, Bartolomeu Esteves, indiciando este facto uma possível ligação deste capitular ao coreiro, o que, de resto, seria natural, pois era aos cónegos que cabia sustentar os clérigos do coro.

Foi reitor de S. Cristóvão de Faria.

Em termos económicos, sabemos que possuía umas herdades em S. Martinho de Dume e em Tebosa, e uns casais em S. Miguel de Vila Cova e na rua Nova<sup>1772</sup>.

Nº 57 – **Domingos Tomé**, clérigo do coro, 1338

Só encontramos uma referência a este clérigo <sup>1773</sup>.

Nº 58 – **Domingos Martins**, clérigo do coro, 1338-1346

Devia ser um bom coreiro já que era conhecido por “rouxinol”.

A primeira referência que lhe é feita é de 1338 <sup>1774</sup>. Depois, é intitulado de mordomo no testamento do cónego Durão Esteves, em 1346 <sup>1775</sup>.

Nº 59 – **Durão Esteves**, clérigo do coro, 1340

Como clérigo do coro, surge na documentação em 1340 <sup>1776</sup>. O seu nome aparece ligado ao do cónego seu homónimo, o que nos leva a pensar ser este clérigo do coro sustentado pelo dito capitular <sup>1777</sup>.

Dignidades e Cónegos, nº 43.

<sup>1668</sup> A.D.B., Gav. dos Legados, nº 24 e Gav. dos Prazos do Cabido, nº 67.

<sup>1669</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Igrejas, nº 125.

<sup>1670</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nºs 61 e 65.

<sup>1671</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 65.

<sup>1672</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 61.

<sup>1673</sup> A.D.B., Gav. dos Prazos do Cabido, nº 61.

Nº 60 – **Estêvão Domingues**, clérigo do coro, 1340

O seu nome só é referido uma vez <sup>1778</sup>.

Nº 61 – **Martinho Boto**, clérigo do coro, 1341

O seu nome surge apenas em 1342 <sup>1779</sup>.

Nº 62 – **Martinho Anes**, clérigo do coro, 1341-1345

A primeira referência a ele é de 1341 <sup>1780</sup>, sendo a derradeira de 1345 <sup>1781</sup>.

Nº 63 – **João Abril**, clérigo do coro, 1342

O seu nome só aparece referido uma vez na documentação capitular <sup>1782</sup>.

Nº 64 – **Domingos Anes**, clérigo do coro, 1342-1343

A primeira vez que encontramos este clérigo do coro é em 1342 <sup>1783</sup>. Depois, aparece-nos num documento do ano seguinte <sup>1784</sup>.

---

<sup>1674</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 55.

<sup>1675</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 3.

<sup>1676</sup> A.D.B., Gav. dos Testamentos, nº 53.

<sup>1677</sup> Ver biografia nº 88.

<sup>1678</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 23 e Livro II dos Testamentos, nº 68.

<sup>1679</sup> A.D.B., Gav. 1ª das Propriedades e Rendas do Cabido, nºs 120 e 125 e C.C., P. 2, nº

74.

<sup>1680</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nº 714.

Nº 65 – **Garcia Lourenço**, clérigo do coro, 1343

Só surge referido uma vez <sup>1785</sup>.

Nº 66 – **Gonçalo Martins**, clérigo do coro, 1344

Serviu de testemunha numa procuração feita pelo cónego Estêvão Peres <sup>1786</sup>.

Nº 67 – **João Lourenço**, clérigo do coro, 1344

Aparece referido num documento de 1344 <sup>1787</sup>.

– **Domingos de Espinho**, clérigo do coro, 1346

Já referenciado como cónego com o nº 213.

Nº 68 – **Martinho Domingues**, clérigo do coro, 1346

Sabemos que era guarda do tesouro da Sé de Braga. Foi procurador do abade de S. Martinho de Águas Santas, Estêvão Anes.

Em termos económicos, o cabido, no ano de 1346, fez-lhe um prazo por duas vidas de um casal em S. Martinho de Dume<sup>1788</sup>.

Nº 68 – **João de Briteiros**, clérigo do coro, 1346

O seu nome surge referido somente neste ano<sup>1789</sup>.

---

<sup>1681</sup> A.D.B., Livro I dos Testamentos, nº 30.

<sup>1682</sup> A.D.B., Gav. 2ª das Igrejas, nº 29.

<sup>1683</sup> Ver biografia nº 88.

<sup>1684</sup> A.D.B., Gav. das Propriedades Particulares, nºs 714, 731 e 845; Gav. das Dignidades e Cónegos, nº 29 e Gav. dos Testamentos, nº 36.

## ÍNDICE ALFABÉTICO DAS NOTÍCIAS BIOGRÁFICAS

Abril Esteves [de Molnes], cónego, 1276-1280.....	193
Abril Peres, clérigo do coro, 1335.....	306
Abril Vicente, cónego, 1300-1309.....	210
Afonso (Mestre), clérigo do coro, 1331-1341.....	305
Afonso Anes, cónego, 1309-1311.....	221
Afonso Anes, cónego, 1349-1360.....	253
Afonso Anes, cónego, 1365-1366.....	263
Afonso Anes Beledinho, cónego, 1359-[antes de 1365].....	259
Afonso Anes de Veiras, cónego, 1329-1341.....	232
Afonso do Vale, cónego, 1372.....	266
Afonso Domingues, clérigo do coro, 1326.....	302
Afonso Domingues, cónego, 1373.....	266
Afonso Domingues, cónego, 1374.....	268
Afonso Domingues, porcionário, 1360-1369.....	292
Afonso Fernandes, cónego, 1297-1317.....	205
Afonso Fernandes [Cogominho], cónego, 1341-1345.....	243
Afonso Lopes, cónego, 1300-1309.....	211
Afonso Martins, mestre-escola, 1374.....	152
Afonso Pais, cónego, 1299-1300 e arcediogo de Vermoim, 1302-1305.....	125
Aires Pais de Azevedo, cónego, 1325-1333.....	227
Álvaro Anes, cónego, 1374.....	267
Álvaro Esteves, cónego, 1365-1374.....	264
André Domingues, clérigo do coro, 1294.....	298
André Pais, cónego, 1333-1352.....	234
Ascenço Peres, clérigo do coro, 1319-1347.....	301
Bartolomeu Anes (Mestre), chantre, 1318-1326.....	79
Bartolomeu Esteves, porcionário, 1308-1310, cónego, 1316-1342 e chantre, 1343.....	88
Beltrão Beltrães, cónego, 1360-1363.....	260

Bernardo Domingues, clérigo do coro, 1327 .....	303
Bernardo Martins, cónego, 1325-1348 .....	228
Diego Álvares, cónego, 1362-1374 .....	261
Diogo de Beja, cónego, 1366 .....	264
Diogo Gomes [de Azevedo], cónego, 1309-1327 .....	223
Domingos, cónego, 1278 .....	194
Domingos (Mestre), arceediago do Couto, 1245 .....	94
Domingos (Mestre), cónego, 1260-1274 .....	179
Domingos André, clérigo do coro, 1335 .....	306
Domingos Anes, clérigo do coro, 1272 .....	296
Domingos Anes, clérigo do coro, 1342-1343 .....	308
Domingos Anes, cónego, 1303-1317 .....	218
Domingos Anes, porcionário, 1274-1312 .....	276
Domingos de Espinho, clérigo do coro, 1346, porcionário, 1349-1360 e cónego, 1363-1374 .....	261
Domingos Domingues, clérigo do coro, 1302-1313 .....	299
Domingos Domingues, clérigo do coro, 1335 .....	306
Domingos Domingues, cónego, 1275-1281, mestre-escola, 1291-1317 e deão, 1317-1329 .....	62
Domingos Durães, porcionário, 1309-1329 .....	281
Domingos Esteves (Mestre), cónego, 1271-1279 e arceediago de Vermoim, 1279-1299 .....	123
Domingos Esteves, clérigo do coro, 1335 .....	305
Domingos Esteves, porcionário, 1360 .....	292
Domingos Fernandes, cónego, 1367-1369 .....	264
Domingos Figo (Mestre), porcionário, 1291-1305 .....	279
Domingos Geraldês, porcionário, 1257-1289 .....	272
Domingos Martins, clérigo do coro, 1338-1346 .....	307
Domingos Martins, cónego, 1245 .....	153
Domingos Martins, cónego, 1346-1360 .....	249
Domingos Martins de Astorga, cónego, 1346-1358 .....	249
Domingos Pal, clérigo do coro, 1318 .....	300
Domingos Peres, clérigo do coro, 1336 .....	306
Domingos Peres, cónego, 1271-1279, tesoureiro, 1281-1282 e chantre, 1288-1292 .....	76
Domingos Peres, porcionário, 1271 .....	276
Domingos Peres, dito Cabanete, clérigo do coro, 1280-1293 .....	297
Domingos Peres Vinagre (Mestre), cónego, 1254 e mestre-escola, 1262-1281 .....	146
Domingos Tomé, clérigo do coro, 1338 .....	307
Durão Domingues, porcionário, 1266-1291 e cónego, 1300 .....	210
Durão Domingues dos Chãos, clérigo do coro, 1298 .....	299
Durão Esteves, clérigo do coro, 1340 .....	307
Durão Esteves, cónego, 1297-1346 .....	205

Durão Esteves de Real, clérigo do coro, 1318.....	300
Durão Martins, cónego, 1256-1271.....	174
Durão Pais, cónego, 1250-1263.....	165
Durão Pais, porcionário, 1271.....	275
Durão Peres, clérigo do coro, 1267.....	294
Egas [Fafes] (Mestre), arcediago, 1245-1246.....	93
Egas Lourenço, cónego, 1323-1326 e chantre, 1327-1331.....	81
Estêvão Anes, arcediago de Neiva, 1306-1347.....	132
Estêvão Anes, cónego, 1325-1340.....	228
Estêvão Anes, cónego, 1342-1360.....	244
Estêvão Anes de Sintra, clérigo do coro, 1327 e cónego, 1329-1347.....	233
Estêvão Anes de Vasconcelos (Mestre), cónego, 1253-1262 e arcediago de Barroso, 1268-1273.....	107
Estêvão Anes do Tojal, arcediago de Barroso, 1250-1267.....	103
Estêvão Barrel, clérigo do coro, 1292.....	298
Estêvão Domingues, clérigo do coro, 1268.....	295
Estêvão Domingues, clérigo do coro, 1340.....	307
Estêvão Gomes, cónego, 1268-1305.....	190
Estêvão Gomes, porcionário, 1257-1271.....	271
Estêvão Lourenço, porcionário, 1373.....	293
Estêvão Mendes, clérigo do coro, 1309-1324.....	300
Estêvão Miguéis, cónego, 1286-1308.....	199
Estêvão Miguel (Mestre), tesoureiro, 1341-1347.....	140
Estêvão Pais, cónego, 1257-1291.....	176
Estêvão Pais, cónego, 1308-1335 e chantre, 1341-1342.....	86
Estêvão Pavão, clérigo do coro, 1334.....	305
Estêvão Peres, clérigo do coro, 1334-1346.....	305
Estêvão Peres, porcionário, 1328-1348.....	287
Estêvão Peres, dito Cavaleiro, porcionário, 1260-1270.....	273
Estêvão Peres, dito de Rates, cónego, 1268-1278.....	188
Estêvão Peres, dito Ferro, cónego, 1247-1250.....	159
Estêvão Peres [Homem], cónego, 1340-1349 e deão, 1349-1374.....	70
Estêvão Raimundes, porcionário, 1329.....	287
Estêvão Sequeira, clérigo do coro, 1298.....	299
Estêvão Soares, cónego, 1265.....	185
Estêvão Vicente, clérigo do coro, 1299 e porcionário, 1300-1324.....	279
Fernão Afonso, cónego, 1349-1369.....	256
Fernão Anes, cónego, 1318.....	225
Fernão Anes, porcionário, 1316-1345.....	282
Fernão Anes de Portocarreiro, deão, 1247-1273.....	52
Fernão Domingues, cónego, 1374.....	268
Fernão Esteves, cónego, 1343-1346.....	245
Fernão Martins, cónego, 1280-1292 e tesoureiro, 1296-1300.....	138

Fernão Mateus, arceidiago do Couto, 1289-1292.....	100
Fernão Peres, cónego, 1329-1349 .....	234
Fernão Peres, porcionário, 1326-1333 .....	286
Fernão Peres de Este, porcionário, 1325-1330 .....	285
Fernão Rodrigues, cónego, 1349 .....	250
Florêncio Martins, clérigo do coro, 1262-1278 .....	293
Francisco Anes, cónego, 1359 .....	259
Francisco Anes, porcionário, 1322-1347 .....	284
Francisco Anes do Rio, cónego, 1294-1313 .....	202
Francisco Domingues, cónego, 1335-1346 .....	240
Francisco Simões, cónego, 1289-1326 .....	199
Fulcom Pereira, cónego, 1349-1351 .....	252
G., arceidiago de Vermoim, 1278 .....	123
Gabriel Anes, porcionário, 1349 e cónego, 1349-1363 .....	255
Garcia Lourenço, clérigo do coro, 1343 .....	308
Garcia Olim, cónego, 1345 .....	248
Geraldo Anes, clérigo do coro, 1267 .....	294
Geraldo Domingues, clérigo do coro, 1273-1279 .....	296
Geraldo Domingues, deão, 1295-1298 .....	59
Geraldo Lourenço, cónego, 1273-1274 e arceidiago de Neiva, 1278-1285.....	129
Geraldo Peres, arceidiago do Couto, 1249-1284 .....	95
Geraldo Peres, clérigo do coro, 1331 .....	304
Gil (Mestre), porcionário, 1335 .....	289
Gil Afonso, cónego, 1373 .....	267
Gil Martins, cónego, 1303 e tesoureiro, 1317-1326.....	139
Gil Peres, arceidiago do Couto, 1362-1374 .....	102
Gil Peres, cónego, 1334 .....	236
Gomes Alvites, cónego, 1249 .....	161
Gomes Domingues, cónego, 1262-1278 .....	181
Gomes Fernandes, arceidiago de Barroso, 1288-1290 e deão, 1290-1294 .....	58
Gomes Pais, chantre, 1349-1351 .....	90
Gomes Pais de Azevedo, cónego, 1360 .....	260
Gonçalo (Mestre), porcionário, 1335 .....	289
Gonçalo Afonso, cónego, 1365-1366 .....	263
Gonçalo Anes, cónego, 1299-1300, tesoureiro, 1302-1309 e deão, 1309-1317 ..	61
Gonçalo Anes, cónego, 1342-1344 .....	243
Gonçalo Anes do Vale, cónego, 1374.....	267
Gonçalo Anes Pimentel, cónego, 1334-1344.....	236
Gonçalo Esteves, porcionário, 1309-1325 .....	281
Gonçalo Esteves de Moles, porcionário, 1325, cónego, 1334-1348 e deão, 1349	69
Gonçalo Esteves de Rossas, cónego, 1349-1362 .....	253
Gonçalo Gomes [da Cunha], cónego, 1299-1306.....	209
Gonçalo Gonçalves, chantre, 1278-1282 .....	75

Gonçalo Gonçalves, cónego, 1270-1275 .....	191
Gonçalo Gonçalves, cónego, 1296 .....	203
Gonçalo Gonçalves [de Portocarreiro], arcediogo do Couto, 1288-1289.....	98
Gonçalo Lourenço, cónego, 1360-1369 .....	260
Gonçalo Martins, clérigo do coro, 1344 .....	309
Gonçalo Martins, porcionário, 1319-1347 e cónego, 1365.....	262
Gonçalo Nunes, cónego, 1278.....	194
Gonçalo Peres, clérigo do coro, 1319.....	301
Gonçalo Peres, cónego, 1334-1366 .....	238
Gonçalo Peres, porcionário, 1335-1347 .....	290
Gonçalo Rodrigues, cónego, 1308.....	220
Gonçalo Vasques, cónego, 1343-1348 .....	246
Guillaume de Bos, cónego, 1335-1347.....	241
Guillaume Pilote, cónego, 1350-1361 .....	257
João (Mestre), chantre, 1245-1277 .....	73
João (Mestre), cónego, 1303 .....	217
João Abril, clérigo do coro, 1342.....	308
João Afonso, cónego, 1302-1308 .....	214
João Afonso, cónego, 1338-1352 .....	242
João Anes, clérigo do coro, 1327 .....	303
João Anes, cónego, 1319-1327 .....	226
João Anes, cónego, 1365.....	263
João Anes, dito Ratão, cónego, 1259-1279 .....	179
João da Fonte, porcionário, 1349-1351 .....	291
João de Briteiros, clérigo do coro, 1346.....	309
João de Este, clérigo do coro, 1335 .....	306
João de Ponte, cónego, 1349.....	251
João de Santarém, porcionário, 1325-1348.....	285
João do Sem, cónego, 1346-1349 .....	248
João Domingues, clérigo do coro, 1307 .....	300
João Domingues, cónego, 1257-1260 .....	175
João Domingues, cónego, 1349-1360 .....	253
João Domingues, porcionário, 1349-1369 .....	291
João Domingues Rei, cónego, 1334-1342 .....	236
João Esteves, cónego, 1368-1374 .....	265
João Fernandes de Urgeses, cónego, 1267-1270 .....	186
João Homem, clérigo do coro, 1318 .....	300
João Lourenço, clérigo do coro, 1344 .....	309
João Lourenço, cónego, 1283-1303 .....	197
João Lourenço, porcionário, 1341-1348 .....	290
João Martins, clérigo do coro, 1267-1326.....	294
João Martins, cónego, 1302.....	214
João Martins, cónego, 1334-1348 .....	237

João Martins, porcionário, 1329-1336 .....	288
João Mendes, cónego, 1340 .....	242
João Miguéis, clérigo do coro, 1278.....	297
João Moino, cónego, 1349-1351 .....	251
João Nunes, porcionário, 1329 .....	287
João Pais, cónego, 1268-1291 .....	189
João Pais, mestre-escola, 1333-1347 .....	150
João Pais [Montélios], clérigo do coro, 1306-1332.....	299
João Palmeiro, cónego, 1347 .....	250
João Palmeiro, deão, 1329-1340 .....	66
João Paris, cónego, 1249-1271 .....	162
João Peres, clérigo do coro, 1269-1308 .....	296
João Peres, cónego, 1261-1268 .....	180
João Peres, cónego, 1346 .....	248
João Ponces, porcionário, 1249-1266 .....	269
João Rodrigues (Mestre), cónego, 1254-1296 .....	172
João Silvestre, cónego, 1316-1344.....	224
João Simões, clérigo do coro, 1326.....	302
João Soares, porcionário, 1355-1366 .....	292
João Vicente, chantre, 1331-1336.....	86
João Vicente, clérigo do coro, 1319-1334 .....	301
João Vicente, cónego, 1326-1342.....	230
João Vicente, porcionário, 1305 e arcediogo de Barroso, 1307-1325.....	110
Júlio Anes, clérigo do coro, 1327-1331 .....	304
Lourenço (Mestre), cónego, 1281-1303 .....	196
Lourenço Afonso, clérigo do coro, 1318-1322 .....	301
Lourenço Anes, cónego, 1274-1275.....	191
Lourenço Anes, porcionário, 1254-1269 .....	270
Lourenço Domingues, clérigo do coro, 1290 .....	298
Lourenço Domingues, clérigo do coro, 1320-1328 .....	302
Lourenço Esteves, clérigo do coro, 1329 .....	304
Lourenço Gonçalves, cónego, 1246-1292 .....	156
Lourenço Martins, clérigo do coro, 1335-1341 .....	306
Lourenço Peres, clérigo do coro, 1274-1319.....	297
Lourenço Peres, clérigo do coro, 1319 .....	301
Lourenço Peres, porcionário, 1349-1351 .....	291
Lourenço Peres, porcionário, 1369 e cónego, 1374.....	267
Martinho (Mestre), cónego, 1254-1270 .....	170
Martinho (Mestre), cónego, 1301-1310 .....	211
Martinho (Mestre), deão, 1245-1246.....	51
Martinho Afonso [de Brito], cónego, 1335-1341 .....	239
Martinho Anes, clérigo do coro, 1341-1345 .....	308
Martinho Anes, cónego, 1313-1333.....	223

Martinho Anes, porcionário, 1261-1278 .....	273
Martinho Anes Barrosas, cónego, 1301-1325.....	212
Martinho Anes Carta, cónego, 1302-1348.....	215
Martinho Beeitez, cónego, 1369-1374.....	265
Martinho Boto, clérigo do coro, 1341 .....	308
Martinho Cerqueira, cónego, 1347 .....	250
Martinho Domingues, clérigo do coro, 1324.....	302
Martinho Domingues, clérigo do coro, 1346.....	309
Martinho Domingues, mestre-escola, 1349-1369 .....	151
Martinho Domingues, porcionário, 1359-1360 .....	292
Martinho Durães, cónego, 1292-1298 .....	202
Martinho Esteves, porcionário, 1290 .....	278
Martinho Geraldes (Mestre), mestre-escola, 1245-1256.....	141
Martinho Gonçalves, cónego, 1245 .....	153
Martinho Martins, cónego, 1335-1351 .....	241
Martinho Meirinho, clérigo do coro, 1333 .....	305
Martinho Peres, clérigo do coro, 1326-1335.....	303
Martinho Peres, cónego, 1279-1282 .....	195
Martinho Peres, porcionário, 1251 .....	270
Martinho Peres, porcionário, 1301-1304 .....	280
Martinho Peres, porcionário, 1322-1343 .....	282
Martinho Peres, tesoureiro, 1283 .....	138
Martinho Peres de Portocarreiro, cónego, 1253-1279 .....	166
Martinho Pires [da Oliveira], cónego, 1292.....	200
Martinho Rodrigues, arcediogo de Barroso, 1292-1295 e chantre, 1300-1317 ...	78
Martinho Rodrigues, deão, 1290 .....	58
Martinho Vasques [Pimentel], cónego, 1317-1325 e arcediogo de Barroso, 1326-1335 .....	113
Martinho Zote, cónego, 1341 e deão, 1342-1348 .....	67
Mateus [Domingues], cónego, [antes de 1264].....	184
Mendo Anes, cónego, 1317-1327 .....	225
Miguel Anes, porcionário, 1305-1322.....	280
Miguel Lourenço, clérigo do coro, 1326-1331 .....	303
Miguel Vicente, porcionário, 1270-1291 .....	275
Miguel Vivas, cónego, 1326-1328 .....	230
Nicolau Afonso, cónego, 1307 .....	218
Nicolau Domingues, cónego, 1296-1297 .....	204
Nicolau Martins, arcediogo de Vermoim, 1374.....	126
Nuno, porcionário, 1278 .....	277
Nuno Gonçalves Camelo, cónego, 1349-1363 .....	254
Oliver Iufanque, cónego, 1369 .....	265
Ordonho Rodrigues, chantre, 1352 .....	90
Paio Diogo, porcionário, 1265 .....	274

Paio Mendes, cónego, 1247-1279 .....	159
Paio Pais, cónego, 1279 .....	194
Pedro (Mestre), cónego, 1282-1285 .....	197
Pedro (Mestre), porcionário, 1255-1259 .....	271
Pedro Agudo, arcediogo de Vermoim, 1319-1341 .....	125
Pedro Anes, cónego, 1249-1265 .....	162
Pedro Anes, porcionário, 1318-1336 e arcediogo de Barroso, 1341-1369 .....	114
Pedro Anes, porcionário, 1344-1347 .....	290
Pedro Anes de Facha, porcionário, 1329-1347 .....	288
Pedro de Labrunia (Mestre), cónego, 1327-1328 .....	231
Pedro Domingues, clérigo do coro, 1327-1335 .....	304
Pedro Domingues, porcionário, 1334 .....	289
Pedro Durães, clérigo do coro, 1327-1342 .....	304
Pedro Esteves, cónego, 1281-1285 .....	195
Pedro Esteves Ferraz, cónego, 1349 .....	251
Pedro Fernandes, porcionário, 1278-1303 e cónego, 1309 .....	220
Pedro Garcia (Mestre), cónego, 1284 .....	197
Pedro Garcia, tesoureiro, 1245 e arcediogo de Neiva, 1249-1278 .....	126
Pedro Garino, cónego, 1254-1271 .....	170
Pedro Gonçalves, dito de Barbudo, cónego, 1249 .....	161
Pedro Julião (Mestre), arcediogo de Vermoim, 1250-1272 .....	116
Pedro Lourenço, cónego, 1327-1335 .....	232
Pedro Lourenço Ferraz, cónego, 1309-1322 .....	222
Pedro Magro, clérigo do coro, 1302 .....	299
Pedro Martins, chantre, 1292 .....	77
Pedro Martins, cónego, 1266-1300 .....	186
Pedro Moniz (Mestre), mestre-escola, 1257-1262 .....	143
Pedro Pais Echegues, cónego, 1245-1277 .....	154
Pedro Peres, porcionário, 1275-1305 .....	277
Pedro Silvestre (Mestre), porcionário, 1279 .....	277
Pedro Vasques da Cunha, cónego, 1343 .....	245
Pedro Vicente (Mestre), cónego, 1262-1282 .....	182
Pedro Vicente, porcionário, 1267-1281 .....	274
Pedro Viegas, arcediogo de Neiva, 1290-1305 .....	130
Pierre Bertrand, porcionário, 1351 e cónego, 1355-1369 .....	258
Pierre de Marguerite (Mestre), cónego, 1350-1359 .....	256
Pierre Després, cónego, 1324 e arcediogo do Couto, 1324-1361 .....	101
Pierre Martell, cónego, 1349-1355 .....	252
Ponço (Mestre), cónego, 1346-1347 .....	248
Raymond de Bos, cónego, 1349 .....	251
Raymond de Toulouse (Mestre), cónego, 1351 .....	258
Roberto, cónego, 1247 .....	158
Rodrigo Álvares, arcediogo de Neiva, 1370-1374 .....	134

Rodrigo Anes, cónego, 1326-1327 .....	230
Rodrigo Esteves, cónego, 1307-1330 .....	218
Rodrigo Fernandes, cónego, 1284-1299 .....	198
Rodrigo Vasques, cónego, 1343 .....	245
Rui Peres, cónego, 1341-1342 .....	242
Rui Soares, arcebispo de Barroso, 1295-1300 e deão, 1301-1309 .....	60
Rui Vasques Pereira, cónego, 1342-1344 .....	244
Salvado Anes, porcionário, 1331-1349 .....	288
Sancho Peres, cónego, 1292-1296 .....	201
Satire Martins, porcionário, 1301 .....	280
Silvestre Peres, cónego, 1290-1309 .....	200
Simão Peres, clérigo do coro, 1326-1331 .....	303
Simão Peres, cónego, 1374 .....	268
Soeiro, cónego, 1245 .....	154
Soeiro Anes, porcionário, 1290-1317 .....	278
Tomás Boaventura, porcionário, 1326 .....	286
Tomé de Freitas, clérigo do coro, 1335 .....	305
Tomé [Gonçalves] (Mestre), tesoureiro, 1250-1280 .....	135
Vasco Domingues, cónego, 1349-1350, arcebispo de Neiva, 1350-1351 e chantre, 1355-1374 .....	91
Vasco Gil, cónego, 1374 .....	268
Vasco Martins, chantre, 1345-1348 .....	89
Vasco Martins, clérigo do coro, 1350 .....	309
Vasco Martins, mestre-escola, 1318-1332 .....	149
Vasco Martins, porcionário, 1373 .....	293
Vasco Peres, cónego, 1343-1369 .....	247
Vasco Peres, tesoureiro, 1349 .....	141
Vasco Peres [Homem], cónego, 1309-1318 .....	221
Vasco Rodrigues, cónego, 1347 .....	250
Vasco [Rodrigues] da Cunha, cónego, 1343-1349 .....	246
Vicente (Mestre), cónego, 1275 .....	193
Vicente Anes, cónego, 1274-1317 .....	192
Vicente Domingues, cónego, 1371 .....	266
Vicente Fernandes, porcionário, 1311 .....	281
Vicente Filipe, cónego, 1323 .....	226
Vicente Miguéis, porcionário, 1318 .....	282
Vicente Peres, clérigo do coro, 1319 .....	301
Vicente Rodrigues, porcionário, 1262-1264 .....	274
Vicente Soares, cónego, 1255 .....	174